



BRAZILIAN JOURNAL OF LATIN AMERICAN STUDIES

29

CADERNOS PROLAM/USP



CARTA AOS LEITORES

Este número 29 de Cadernos do PROLAM – *Brazilian Journal of Latin American Studies* traz seus tradicionais nove artigos e uma resenha em que são abordados temas de interesse comum para os latino-americanos.

Abrimos a edição com o artigo “Migração simbólica e dialética da identidade cultural no processo de migração”, do Professor Renato Seixas, do PROLAM/USP, Brasil, no qual são analisados aspectos multidimensionais da reformulação identitária no processo de migração. O autor propõe o conceito de migração simbólica a partir da interação dos elementos constitutivos de identidades individuais e coletivas utilizando como método a leitura cultural para identificação de arquétipos, de elementos culturais miscigenados e elementos dominantes que compõem o repertório de referências para o indivíduo e/ou grupo para, então, compreender com mais profundidade a rede de significados intertextuais das culturas abrangidas no processo de migração simbólica.

O segundo artigo da edição é do Professor Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves, Universidade Estadual de Goiás, Brasil. No estudo intitulado “Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil” o autor resgata aspectos da divisão internacional do trabalho entre o centro e a periferia, cabendo a esta última prover as potências centrais com bens primários ou manufaturados de baixo valor agregado. Nesse contexto, mesmo em pleno século XXI a América Latina ainda é região fornecedora de minérios e plataforma para a expansão de novas fronteiras do extrativismo mineral na região. Em seu artigo, o autor examina os efeitos da mineração na economia e em territórios impactados por megaempreendimentos em países latino-americanos e em especial no Brasil e aponta para a insustentabilidade desse modelo extrativista.

O terceiro artigo da revista também está no contexto da divisão internacional do trabalho entre países centrais e periféricos. O Professor Aldo Duran Gil, da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil, traz o artigo “A dialética do latifúndio e minifúndio: a política agrária boliviana nos últimos 60 anos”, em que analisa a política agrária boliviana, sua natureza de classe e seus principais aspectos estruturais de longo

prazo a partir das transformações socioeconômicas e políticas ocorridas na Bolívia após 1953. Para o autor, a política agrária boliviana adotou um padrão estrutural de Reforma Agrária conhecido como modelo *junker*, reproduzindo a longo prazo o grande latifúndio e o minifúndio.

O quarto artigo deste número da revista foi oferecido pelas Professoras María Concepción Martínez Rodríguez e María Isabel García Morales, a primeira do CIIEMAD e a segunda do ESE, ambas do Instituto Politécnico Nacional, do México, e Martín C. Vera Martínez, da Universidad Autónoma de Baja California, México. O trabalho intitulado “Ineficiencia económica y deuda de transparencia en México” apresenta dados empíricos a partir dos quais as autoras examinam as relações entre os marcos regulatórios, o gasto improdutivo e a corrupção no México, fazendo recomendações para que haja mais transparência na Administração Pública nos resultados da gestão e aplicação dos recursos públicos.

O quinto artigo trata de temática que não é restrita à América Latina: corrupção, vitimização criminal e participação social. É fato que a região ainda se debate intensamente com essa temática, cujos impactos éticos, sociais, políticos e econômicos têm sido amplamente estudados. O artigo “Corruption, crime victimization and community participation in Latin America”, da Professora Alejandra Armesto, da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México, apresenta as relações dialéticas e paradoxais decorrentes da corrupção e vitimização por crimes, as quais conduzem à maior participação dessas vítimas em organizações comunitárias. No trabalho a autora traz dados coletados em 18 países a partir do AmericasBarometer de 2012 para sustentar a hipótese de que as vítimas de crimes em países com altos níveis de corrupção governamental tendem a ter mais participação em organizações comunitárias do que as pessoas que não foram vítimas de crimes.

O sexto artigo da edição tem em vista mais um processo de integração regional latino-americano. Os processos de integração econômica, política e cultural na América Latina refletem a necessidade de a região se posicionar com mais eficiência na nova ordem mundial em reformulação. Nesse contexto, a integração latino-americana e caribenha ganhou conta com nova organização: a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). No artigo “O lugar da América Latina nas relações sul-sul: o papel da comunidade de Estados latino-americanos e caribenhos (CELAC) na

integração latino-americana” o pesquisador Francisco Denes Pereira, do PROLAM/USP, Brasil, analisa a criação da CELAC e seu papel no processo de integração latino-americano atual para, então, buscar compreender a construção do diálogo e da concertação política entre os países latino-americanos e, assim, mapear os resultados dessas iniciativas e seus principais desafios frente à Organização dos Estados Americanos (OEA).

O sétimo artigo deste número da revista se situa no amplo espectro de áreas de conhecimento abrangidas no que comumente se designa como Ciências Sociais. Nesse contexto, o pensamento e a reflexão sobre a América Latina apresentam matizes próprios em estudos que buscam compreender a região a partir de referências latino-americanas. José de Souza Martins é um dos que se propuseram a desenvolver um pensamento novo para compreender as relações entre o atraso e a modernidade, que marcam tanto o Brasil como a América Latina. No artigo intitulado “Avanços teóricos e metodológicos na leitura da América Latina: contribuições de José de Souza Martins”, o Professor Júlio Cesar Suzuki, do PROLAM/USP, Brasil, resgata os aportes teóricos e metodológicos desenvolvidos por José de Souza Martins para analisar as especificidades das relações sociais no contexto latino-americano em constante reformulação.

A Professora Susana Sel, da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires, Argentina, contribui com o oitavo artigo desta edição, “Políticas públicas de comunicación e integración latinoamericana”, em que analisa as relações entre as democracias latino-americanas e o poder econômico e político de grupos midiáticos que, no entender da autora, subordinam o direito à comunicação à lógica do capital e das elites governantes, motivo pelo qual propõe a estratégia de ativa participação regional para reverter tal distorção.

Fechando este número da revista, temos o artigo do Professor Lúcio Oliver, da Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM, México, no qual debate as alternativas de lutas sociais e crises políticas na América Latina com base na experiência brasileira, tendo em vista a ascensão do autoritarismo de Estado e a ampliação de políticas neoliberais, apresentando contexto que aponta para a necessidade de reformas para o enfrentamento das crises orgânicas do capitalismo de Estado na América Latina.

Finalmente, a tradicional resenha de *Cadernos do Prolam* foi oferecida pela Professora Lucilene Cury, do PROLAM/USP e trata do recente livro de Néstor Garcia Canclini, “*O Mundo Inteiro como Lugar Estranho*”, recentemente publicado pela EDUSP, que aborda a questão da ciência nos dias atuais, de incerteza sob os avanços tecnológicos impactantes na comunicação e na vida cotidiana. Traz reflexões sobre as migrações, dentre outros temas, e examina fenômenos relacionados às crises urbanas e à geopolítica das artes e dos meios de comunicação, exponenciados pelo mundo digital, além de tratar da democracia, da política e da ciência em geral.

Boa leitura a todos!

Editores dos Cadernos do PROLAM/USP

Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali

Profa. Dra. Lucilene Cury

Prof. Dr. Eduardo Saad Diniz

Editor Adjunto

Prof. Dr. Sedi Hirano

Editores Assistentes

Me. Fabiana de Oliveira

Amanda Harumy

Gabriela Moriki

Letícia Mourad

Milena Magalhães Oliveira

Vítor Amancio Ferreira

Recebido em 18/09/2017.

Aceito em 19/09/2017.

Publicado em 21/09/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.138014

MIGRAÇÃO SIMBÓLICA E DIALÉTICA DA IDENTIDADE CULTURAL NO PROCESSO DE MIGRAÇÃO

SIMBOLIC MIGRATION AND DIALECTIC OF CULTURAL IDENTITY IN THE MIGRATION PROCESS

*Renato Seixas*¹
PROLAM/USP

Resumo: A migração levanta questionamentos identitários para o migrante. Compreender esse complexo processo dialético exige análise dos elementos constitutivos da identidade cultural. Este artigo examina as migrações para explorar e compreender a complexidade das relações dialéticas que migrantes vivenciam ao se inserirem em diferentes contextos culturais. Foi adotado o método de **leitura cultural**, que busca identificar arquétipos, elementos culturais miscigenados e elementos dominantes que compõem o repertório de referências para o indivíduo e/ou grupo migrante para, então, tentar compreender com mais profundidade a rede de significados intertextuais das culturas abrangidas no processo de migração simbólica.

Palavras-chave: Migração. Identidade cultural. Mitos e narrativas.

Abstract: Migration arises identity questions to the migrants. Understand this complex dialectic process requires analysis of the elements that constitute the cultural identity. This article examines the migrations to explore and understand the complexity of the dialectic relations that migrants experience when they find themselves in different cultural contexts. The cultural reading method has been adopted, which aims to identify archetypes, mixed cultural elements and dominant elements that compound the repertoire of references to the individual and/or migrant group in order to get a deeper comprehension of the net of intertextual meanings of the cultures involved in the symbolic migration process.

Key words: Migration; Cultural identity; Myths and narratives.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da migração tem sido objeto de inúmeros estudos em diferentes campos de conhecimento. Seja voluntária ou forçada, a migração causa no migrante crise de identidade com múltiplas dimensões. O migrante constata que não pertence inteiramente à cultura do lugar para onde migra. Em vários aspectos o migrante é “diferente” das pessoas que ali estão e é também “igual” a elas. Por outro lado, quando retorna a seu lugar de origem, o migrante percebe que não é mais “igual” a quem vive ali, pois tem novos repertórios culturais que assimilou no lugar para onde migrou. Assim, a migração provoca no migrante profundos e angustiantes questionamentos: “Quem sou? A qual lugar pertenço? Que valores, princípios e repertório simbólico tenho verdadeiramente?”

¹ Prof. Dr. do PROLAM – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, da USP; e da EACH – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. E-mail: renato-seixas@uol.com.br.

Não importa de que espécie de migração se trate, o fato é que ela implica em questionamentos sobre a própria identidade cultural do migrante. A identidade cultural só passa a ser um problema para alguém quando é confrontada com o repertório cultural identitário de outra pessoa, grupo social, nação, país ou civilização. Alguém sabe quem é ao constatar quem não é (HALL, 2008; HALL et GAY, 2005b; HUNTINGTON, 1997). Este trabalho propõe a concepção de **migração simbólica**. Disto resulta que o migrante comporá imaginário (uma representação) que implicará na reformulação de sua própria identidade cultural, que será a síntese possível, híbrida, de pelos menos dois sistemas simbólicos culturais. Compreender esse complexo processo dialético exige análise mais detalhada dos elementos constitutivos da identidade cultural, que se forma ou se reformula a partir de um conjunto cumulativo seis critérios, a saber: **a)** o reconhecimento de que existe **alteridade** ente dois ou indivíduos ou grupos; **b)** **contraste** das semelhanças e diferenças entre os dois ou indivíduos ou grupos; **c)** constatação de que o fenômeno da alteridade e do contraste de semelhanças e diferenças ocorrem num certo **lugar**, que pode ser físico, virtual ou simbólico; **d)** constatação de que o fenômeno da alteridade e do contraste de semelhanças e diferenças ocorrem num certo **tempo**, que também pode ser o contado no relógio, ser virtual ou ser simbólico; **e)** a atribuição de **significação à relação** de alteridade e ao contraste das aludidas semelhanças e diferenças; **f)** a **transcendência** de tais semelhanças e diferenças para reorganizar os repertórios culturais em conflito de modo a viabilizar a **reprodução** dos indivíduos, da sociedade e do sistema simbólico que passam a compartilhar. Para realizar este estudo foi adotado o método de **leitura cultural**, que consiste em buscar e compreender os elementos componentes do repertório cultural do indivíduo e/ou grupo relacionado com o fenômeno da migração. A leitura cultural busca identificar arquétipos, elementos culturais miscigenados e elementos dominantes que compõem o repertório de referências para o indivíduo e/ou grupo para, então, tentar compreender com mais profundidade a rede de significados intertextuais das culturas abrangidas no processo de migração simbólica.

Nesse contexto, refletir sobre as migrações em geral exige que se explore e que se compreenda a complexidade das relações dialéticas que indivíduos e grupos vivenciam no trânsito de um lugar a outro, de um repertório cultural a outro, até que lhes seja possível, talvez, transcender os conflitos inerentes a esse processo e compartilhar um sistema simbólico que lhes assegure a possibilidade de reprodução material e cultural.

2 MIGRAÇÃO E SISTEMAS SIMBÓLICOS

Falar sobre migração não é simples. O que se pode entender por migração? Intuitivamente logo se diz que a migração é fenômeno em que um indivíduo ou grupo se desloca de seu lugar de permanência habitual para outro lugar, no qual permanece de modo definitivo ou apenas por algum tempo. Obviamente esta concepção intuitiva é insuficiente para dar conta da complexidade do fenômeno da migração.

Em primeiro lugar, não é necessariamente válido conceber a migração com base na premissa do deslocamento físico: de um lugar físico para outro lugar físico. Não se pode denominar “migração” qualquer deslocamento de indivíduos ou grupos de um lugar para outro. Turistas se deslocam no espaço físico, às vezes até mesmo por longo tempo, mas não são migrantes. Estudantes e profissionais muitas vezes se deslocam de seu lugar de permanência habitual para estudarem ou trabalharem noutro lugar, mas não são migrantes. Portanto, parece que a essência do fenômeno da migração não está simplesmente no deslocamento físico.

Também não se pode dizer que o migrante tem “intenção”, “vontade” de se afastar de seu lugar de permanência habitual para se fixar noutro lugar, definitiva ou transitoriamente. Basta mencionar o fenômeno das migrações forçadas decorrentes de calamidades naturais, guerras, epidemias, por exemplo.

Há situações na vida em que alguém – indivíduo ou grupo - se desloca de um lugar para outro sem nenhuma intenção de permanecer no local de destino e, conforme as circunstâncias, acaba por querer se fixar nessa destinação. Quando essa pessoa ou esse grupo teria se tornado “migrante”? Apurar a “intenção” de um indivíduo para saber se ele se considera ou não migrante já seria bastante difícil; apurar uma intenção coletiva seria ainda mais complexo. Embora o elemento intencional possa ser muito importante, não é nele que assenta a essência da migração.

Essas breves indagações e reflexões sugerem que a migração é essencialmente **simbólica** e que, apesar de muito importantes, tanto o deslocamento físico como a intencionalidade do migrante são elementos acidentais no processo. Necessário, assim, refletir um pouco sobre os conceitos de símbolos e signos.

Em diversas áreas de conhecimento há evidências de que outros seres vivos que existem no planeta Terra são dotados de inteligência (não necessariamente de consciência) e compartilham um ou mais sistemas simbólicos. A função de um sistema simbólico em que se insere determinado ser vivo é possibilitar a sua produção e reprodução, como será examinado

mais adiante (CAPRA, 1995; DAWKINS, 2008; BERTALANFFY, 2013). Os limites deste trabalho não permitem essa abrangência e o foco das reflexões estará nos seres humanos.

A linguagem imagética foi a primeira forma de representação do mundo desenvolvida pelo ser humano. A origem da palavra imagem vem de *imago* e significa representação (ELIADE, 2001). Por isto mesmo é que a linguagem imagética é multivalente. Cada imagem pode ter infinitos significados conforme as circunstâncias e sujeitos que dela se utilizam para representação dos fenômenos da vida. Disto resulta que a linguagem simbólica dá origem e é um dos elementos componentes de um sistema simbólico (JUNG, s/d).

A linguagem simbólica se desenvolveu ao longo do tempo e representa conceitos profundos, muitas vezes arquetípicos. Refere-se a fenômenos reais ou a abstrações. Insinua ou expressa o que não se pode representar com palavras. Com frequência consiste em expressões intuitivas que emergem do inconsciente e são respostas emocionais imediatas mesmo para quem não tem familiaridade com tais símbolos (JUNG, s/d; ELIADE, 2010; ELIADE, s/d).

Na medida em que um grupo, por convenção expressa ou tácita, estabelece que um símbolo passa a ter específica significação num determinado contexto, surgem os signos. Em essência, o signo representa o sentido, o valor, a “significação” que o grupo social atribui a certo fenômeno da vida (MEDINA, 2003 e 2006; BAUMAN, 2005).

Nesse processo evolutivo formam-se sistemas simbólicos: conjuntos de símbolos que representam certos fenômenos reais ou abstratos que passam a ter certa significação para um indivíduo ou grupo (PEIRCE, 1999). Assim, cada símbolo é ao mesmo tempo estruturante do sistema simbólico e tem sua significação decorrente desse mesmo sistema (BORDIEU, 2010).

Os sistemas simbólicos têm a importantíssima função de fornecer um quadro geral de referências para o comportamento de indivíduos e grupos. É com base no repertório de símbolos e seus significados que os indivíduos ou grupos podem dizer se compartilham ou não o mesmo sistema simbólico; se são ou não pertencentes a uma mesma comunidade. Daí a relevância de usar neste trabalho o método de **leitura cultural** (MEDINA, 1996 e 2008). A partir do quadro geral de referências mencionado, os indivíduos ou grupos podem saber se compartilham ou não uma mesma cultura (BOAZ, 2010; BAUMAN, 2005; WILLIAMS, 2011; EAGLETON, 2005).

Qualquer indivíduo ou grupo social precisa assegurar sua produção e reprodução material, cultural e espiritual. As necessidades do ser humano são infinitas, porém os meios para satisfazê-las são escassos. Consequentemente, é preciso priorizar as necessidades a serem satisfeitas tendo em vista os meios disponíveis. É disto que se ocupa a Economia e é por isto

que há diferentes sistemas econômicos (NAPOLEONI, 1997). Quanto mais essencial for certo bem para satisfazer determinada necessidade; quanto mais escasso for esse bem; e quanto mais restrito for o acesso de indivíduos a esse bem; maior será seu valor econômico. Por essas razões, o grupo social igualmente atribuirá **maior simbólico** àquele bem, que passará a ser percebido como um **signo** ao qual poucos podem ter acesso e que cumpre função importante. Há, portanto, uma correlação muito estreita entre valor econômico e valor simbólico. Não se pode dizer que um é causa do outro, pois os símbolos são simultaneamente estruturantes do sistema simbólico e têm sua significação decorrente desse sistema (BORDIEU, 2010).

Um exemplo pode ilustrar bem essas reflexões. No livro *Genesis*, de Sebastião Salgado, há uma foto em página dupla representando um grupo de oito indígenas do Alto Xingú, três deles sentados na fila da frente e os outros cinco em pé logo atrás. Dos três indígenas sentados, o que está bem no meio, usa um chapéu de pele de onça. Esse objeto – o chapéu de pele de onça – é simultaneamente um símbolo e um signo, pois o indígena que o usa é considerado o sacerdote mais importante da região do Alto Xingú. O uso desse chapéu é privativo desse indígena. Ora, é claro que qualquer outro indígena pode caçar uma onça, extrair a pele dela e confeccionar um chapéu idêntico. Embora haja essa possibilidade “econômica”, há total vedação cultural para que qualquer outro indígena use o chapéu que é privativo do aludido sacerdote (SALGADO, s/d, p. 476-477).

Canclini assevera que o sistema simbólico cultural segue a mesma lógica de produção e de reprodução do sistema econômico capitalista (CANCLINI, 2005). Raymond Williams considera que o processo de desenvolvimento cultural não poderia ser compreendido sem análise das interações entre superestrutura e infraestrutura no materialismo marxista (WILLIAMS, 2011a). Esses argumentos são relevantes, porém são incompletos. Todo e qualquer grupo social adota um sistema econômico, seja ou não capitalista, assim como todo e qualquer grupo social tem um sistema simbólico cultural. Repita-se que não se pode dizer que um é causa do outro, pois os símbolos são simultaneamente estruturantes do sistema simbólico e têm sua significação decorrente desse sistema. Por conseguinte, tanto o argumento de Canclini como o de Williams não precisam se restringir à correlação entre sistema capitalista e produção e reprodução cultural. A lógica da produção e reprodução material e da cultural estão correlacionadas à **escassez** e à **restrição** de acesso aos bens considerados **valiosos** por certo grupo social para a satisfação de necessidades, como já foi dito acima. O fato de que, no sistema capitalista, também os bens culturais são convertidos em mercadoria não o afasta da lógica de **atribuição de valor** em função da **escassez** e da **restrição de acesso** acima comentada.

Em decorrência das reflexões desenvolvidas até aqui, a concepção de migração não pode ficar restrita ao **deslocamento físico** do indivíduo ou grupo de um lugar para outro, nem à **intencionalidade** desse deslocamento e da fixação no local de destino. Esses aspectos são importantes, mas não essenciais para caracterização da **migração** porque esta é **essencialmente simbólica**. Não é razoável encarcerar o fenômeno da migração apenas no corpo físico em deslocamento pelo espaço físico. A concepção da migração pode e deve abranger a migração emocional, a espiritual, a idílica. O indivíduo ou grupo **migra** sempre que se depara com elementos de outro repertório simbólico cultural que não o seu, independentemente de esse encontro resultar em situação conflitiva.

Portanto, a migração simbólica consiste no processo pelo qual um sujeito seleciona elementos de um dado repertório simbólico cultural para compor um imaginário (uma representação) sobre si mesmo e sobre o outro numa situação de encontro real ou idealizado. A partir da **concepção geral da migração simbólica** é que se pode falar migração transfronteiriça, regional, interurbana, emocional, espiritual, etc, cada qual com suas especificidades.

A migração simbólica tem por base a **leitura cultural** dos elementos componentes do repertório cultural do indivíduo e/ou grupo envolvido com o fenômeno estudado. Como foi esclarecido antes, a leitura cultural identifica arquétipos, elementos culturais miscigenados e elementos culturais dominantes que compõem o repertório de referências para o indivíduo e/ou grupo para, então, possibilitar a compreensão em profundidade da rede de significados intertextuais dos repertórios culturais em contraste.

3 REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE CULTURAL E SEUS ELEMENTOS

Falar em identidade cultural implica em situar um sujeito ou um grupo num determinado sistema simbólico e, então, verificar se entre eles existe ou não compartilhamento de elementos culturais que lhes proporcione o sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade (BAUMAN, 2005; GIDDENS, 2002; EAGLETON, 2005). Há identidades individuais e coletivas. Cada uma delas está correlacionada a certo sistema simbólico cultural, que pode ser geral ou específico de um grupo ou subgrupo.

Os sistemas simbólicos culturais são compostos por muitos elementos aos quais cada indivíduo ou grupo atribui diferentes valores em função da relevância que tais elementos têm no contexto da vida individual ou social. Em decorrência disto, a construção ou reconstrução de identidades exige que sejam selecionados elementos de certo repertório simbólico cultural

para, com base nesses elementos, verificar se são compartilhados entre os indivíduos envolvidos no processo de formação identitária. Quanto mais amplos e gerais forem os elementos selecionados, maior a probabilidade de serem compartilhados entre muitos indivíduos e grupos. Ao contrário, quanto mais restritos e específicos forem esses elementos, menor a probabilidade de haver compartilhamento deles entre vários indivíduos e grupos. Por exemplo, se for escolhido como elemento cultural o uso de língua latina, enormes contingentes de indivíduos e grupos espalhados pelo mundo compartilharão esse elemento e, portanto, terão identidade linguística latina. Se o elemento escolhido for língua latina nos continentes americanos, o compartilhamento existirá entre indivíduos e grupos das Américas do Norte Central e do Sul. Se o elemento escolhido for o de língua latina de origem espanhola nas Américas Central e do Sul, o Brasil estará excluído do grupo que compartilha a mesma identidade linguística.

Logo se vê que a construção ou reconstrução das identidades individuais e coletivas exigem constante análise a respeito de quais elementos do repertório simbólico cultural são ou não compartilhados entre tais indivíduos e coletividades. Essa análise é baseada em seis critérios cumulativos, a saber: **a)** relação de alteridade entre os sujeitos; **b)** mapeamento de semelhanças e diferenças culturais entre os sujeitos; **c)** lugar de encontro entre os sujeitos; **d)** momento do encontro entre os sujeitos; **e)** significação do encontro entre os sujeitos; e **f)** transcendência do conflito para assegurar a reprodução individual e social.

3.1 RELAÇÃO DE ALTERIDADE ENTRE OS SUJEITOS

As ciências físicas e biológicas apresentam afirmações provocantes que interessam à presente reflexão sobre a identidade. É sabido que periodicamente todos os átomos que compõem o corpo humano são substituídos. Fala-se que isto ocorre a cada sete anos. A Física e a Matemática já se dedicaram a calcular as distâncias relativas entre o núcleo do átomo e as várias camadas de elétrons, constatando que há significativos “vazios” aí. O corpo humano não tem linha de contorno: não há rigorosa separação entre o corpo e o ambiente. Ora, se cada ser humano não tem mais os mesmos átomos de quando foi concebido; se tem muitos “vazios” entre os elementos dos átomos que o compõem; se não tem linha divisória exata que o separe do ambiente; como pode se atrever a chamar-se de “eu”? Por outro lado, no âmbito das ciências humanas, com o surgimento e desenvolvimento da Psicanálise foram sendo desvendados e compreendidos os processos de separação identitária entre mãe e bebê e, portanto, da formação da identidade individual (JUNG, s/d; ERIKSON, 1980).

Essas indagações e reflexões conduzem à concepção de que tanto a identidade individual como a coletiva são, na verdade, uma narrativa que o indivíduo ou grupo faz a respeito de si mesmo no contexto do sistema simbólico cultural em que está inserido (HALBWACZ, 1990). Em geral, os fatos da vida apresentam-se de modo aparentemente caótico para o ser humano. A partir do repertório cultural que ele tem e que compartilha com seu grupo, cada indivíduo constrói narrativas por meio das quais tenta reorganizar o caos da vida real e transformá-la num cosmos que faça sentido para ele, ser humano, e também para o grupo social em que se insere. A narrativa, portanto, é meio de compreensão e assimilação da realidade tal como percebida e reorganizada pelo ser humano narrador e não a descrição de uma verdade absoluta (MARTÍN-BARBERO, 2009; MEDINA, 2003; ISER, 1974; JAUSS, 1982)

A construção de uma narrativa identitária remete ao célebre mito do senhor e do escravo com que Hegel examinou o problema da identidade a partir da relação de **alteridade**. Alguém só tem consciência de si mesmo na medida em que reconhece a existência de outro ser com o qual esteja em relação (HEGEL, 2002).

Portanto, é preciso que um sujeito admita a existência de outro ser para, então, dar início a uma análise comparativa entre si mesmo e esse outro sujeito. Se um sujeito sequer admite a existência de outro ser, obviamente não tem como realizar a mencionada análise comparativa, que é o início do processo de construção identitária. Um sujeito sabe que não é uma pedra porque admitiu a existência da pedra e se comparou com ela; um sujeito sabe quem é ao se comparar com outro sujeito que tem características diferentes das suas.

3.2 CONTRASTES CULTURAIS ENTRE OS SUJEITOS

Admitida por um sujeito a existência de outro ser (no caso deste estudo, outro ser humano) inicia-se um processo de **mapeamento** das diferenças e semelhanças entre ambos.

O **contraste** das semelhanças e diferenças entre indivíduos ou grupos é feito a partir da leitura cultural, isto é, a partir da seleção de elementos do repertório simbólico em que esses sujeitos estão inseridos. Por exemplo, tipo de organização familiar; sistema econômico; alimentação; religião; tipos de moradias; estrutura social; características fenotípicas; língua; costumes, vestuário, mitos. Se o sujeito ou grupo que faz a comparação compartilha alguns desses elementos com os outros sujeitos ou grupos, poderá se reconhecer como “igual” a estes últimos. Ao contrário, ao constatar que não compartilha certos elementos do repertório

selecionado, concluirá que é “diferente” daqueles com os quais se compara. O processo de comparação é binário, pois busca semelhanças e diferenças entre os seres que se comparam.

3.3 LUGAR DE ENCONTRO DOS SUJEITOS

Os fenômenos da alteridade e do mapeamento e contraste de semelhanças e diferenças ocorrem num certo **lugar**, que pode ser físico, virtual ou simbólico.

Ao examinar o fenômeno da identidade Bauman põe em relevo a importância do **lugar físico** como um dos elementos centrais da percepção do sujeito a respeito de sua própria identidade. O lugar é onde se vive, onde nascem e se desenvolvem relações afetivas, onde o cotidiano tem **sentido**, onde tem **significação** na construção da narrativa identitária (BAUMAN, 2005). A dinâmica multidimensional da globalização atual provoca intensa relativização do “lugar”. Pessoas, bens e capitais circulam pelo mundo. A abrangência e sofisticação das mídias de telecomunicação tendem a abolir a importância ou o obstáculo das distâncias entre lugares e sujeitos. Fala-se desses fenômenos como causas e efeitos das crises identitárias da modernidade ou da pós-modernidade (GIDDENS, 2002; HALL, 2005^a e 2008).

Nessas circunstâncias, não se pode mais pensar a identidade apenas com base num lugar físico, geograficamente fixo e determinado. Devem também ser considerados os **lugares virtuais** e os **simbólicos**. Inúmeros encontros entre sujeitos e grupos que se comparam ocorrem no ambiente virtual, seja nas chamadas redes sociais ou noutros foros. Nesses lugares virtuais também ocorrem normalmente os fenômenos da alteridade e do mapeamento e contraste de semelhanças e diferenças entre indivíduos e grupos. Esses sujeitos criam para si mesmos e para os outros múltiplas identidades conforme seu oscilante interesse de pertencer ou não a certas comunidades. E, não menos importante, há o lugar simbólico em que se desenvolvem as relações de alteridade e de contraste de semelhanças e diferenças. O lugar simbólico talvez seja o mais penetrante de todos. Para estar num lugar simbólico sequer é preciso se deslocar no espaço ou dispor de instrumentos de entrada no lugar virtual. Basta a atitude mental do sujeito e sua vontade de atribuir significado à imagem (representação) do lugar em que efetivamente está ou gostaria de estar. **É essa atribuição de significação específica que torna qualquer lugar** – físico, virtual ou imaginário – **um lugar simbólico** (ELIADE, 2001 e 2002; CAMPBELL, 2007). O apaixonado imagina-se (representa-se) ao lado da pessoa amada, embora não esteja fisicamente ali; a lembrança de uma viagem feita a um lugar físico ou a representação de um lugar onde se desejaria estar imediatamente

remetem ao lugar simbólico. As fantasias infantis, com seus monstros e heróis acontecem em lugares simbólicos. Por isto, os lugares simbólicos são intensamente “reais” na percepção emotiva de quem os vivencia.

3.4 MOMENTO DO ENCONTRO DOS SUJEITOS

Do mesmo modo que o encontro entre os sujeitos que se comparam pode acontecer num lugar físico, virtual ou simbólico, também é certo que **momento** em que o encontro acontece pode ser fixado na contagem material do tempo, ou num tempo virtual, ou num tempo simbólico.

É comum que o encontro entre os mencionados sujeitos ocorra em certo **tempo cronológico**, em dia e horário, medidos pelo calendário e pelo relógio. Nesse caso, a relação de alteridade e o mapeamento e contraste das semelhanças e diferenças entre os sujeitos só tem relevância naquele momento. A vida é dinâmica. Semelhanças e diferenças percebidas num momento podem não ser as mesmas do momento anterior e podem não ter nenhuma relevância num momento posterior. É por isto, por exemplo, que cada pessoa não é hoje exatamente igual a como era no passado e provavelmente não será igual no futuro.

O tempo cronológico, tal como o conhecemos, é uma ficção. As ciências exatas e, em especial, a Física Quântica chegam mesmo a abolir a noção de tempo ao se debruçarem sobre a criação e desenvolvimento do Universo (HAWKING, 2015). Dessa maneira, o encontro entre os sujeitos que se comparam pode acontecer num **tempo virtual**, insuscetível de ser representado no calendário ou no relógio. Muitas vezes esses sujeitos têm a percepção de que se encontraram “desde sempre”, ou que já tiveram “muitos encontros anteriores”, embora estejam se encontrando somente agora. Algo parecido com a percepção que se tem ao se dizer “já estive nesse lugar” ou “me lembro desse lugar” sem jamais ter estado ali. Alguém numa situação muito agradável, muito feliz, tem a sensação de que o tempo passou muito depressa; ao contrário, se está numa situação difícil, desagradável, tem a percepção de que o tempo não passa. O encontro no tempo virtual possibilita a comparação de semelhanças e diferenças entre os sujeitos e o resultado desse processo tende a transcender os limites do tempo cronológico.

Merece reflexão agora o encontro de sujeitos que acontece no **tempo simbólico**. Também este tempo não se mede pelo calendário nem pelo relógio. Há o tempo corrente, durante o qual se desenvolvem as atividades normais do cotidiano. Todavia, há outras atividades às quais o indivíduo ou o grupo atribuem importância **simbólica** muito maior. O

dia do aniversário de alguém é um dia como outro qualquer, porém para o aniversariante e para as pessoas com quem ele tem relações afetivas mais estreitas, torna-se um dia especial porque simboliza o término de um ciclo e o início de outro. Simboliza uma renovação e um recomeço da vida. Essas significações acontecem num tempo simbólico, que deve ser concebido como um tempo de renovação, de recriação, de volta à origem. Em geral, fala-se desse tempo sob a denominação de tempo mítico (CAMPBELL, 2008; ELIADE, 2001 e 2002). Entretanto, nas sociedades contemporâneas complexas, o significado *mítico*, sagrado, do tempo e do espaço não permeia necessariamente a consciência das pessoas, muito embora ainda esteja na mente delas (SAGRERA, 1967; ELIADE, s/d; CAMPBELL, 2008). Por essa razão, neste estudo prefere-se falar de tempo simbólico ao invés de tempo mítico. A percepção do tempo simbólico é bastante subjetiva. Após um exaustivo dia de trabalho, o sujeito finalmente chega em casa, toma um banho, come algo, atira-se na cama. Sente enorme bem-estar. Todos esses fatos aconteceram num tempo simbólico porque, como arquétipos, a casa é o centro do mundo; a água é o símbolo da purificação e da renovação de todas as coisas; a comida é o símbolo da regeneração e a cama o símbolo da restauração (ELIADE, 2002). Pouco importa que o sujeito tenha consciência disso ou que a duração de cada ação dele possa ser contada no relógio. O sentimento de bem-estar desse sujeito resulta de sua imersão no tempo simbólico de cada ação. Isto permite compreender porque certas mensagens publicitárias têm tanta importância na construção identitária do público destinatário: essas mensagens persistem num tempo simbólico. Exemplo disto é o fato de, após décadas e décadas sem nenhuma veiculação de certa mensagem publicitária, o seu conteúdo ainda estar vivo e presente na mente de certas pessoas que sequer eram consumidoras do produto ou serviço anunciado (SEIXAS, 2006 e 2009).

3.5 SIGNIFICAÇÃO DO ENCONTRO DOS SUJEITOS

Não basta que os sujeitos diferentes se encontrem num lugar (físico, virtual ou simbólico) e num tempo (cronológico, virtual ou simbólico) para mapearem suas diferenças e semelhanças para sua construção identitária. É imprescindível que esse encontro tenha **significação** para pelo menos um dos sujeitos. A atribuição de significação a uma relação é feita por meio da narrativa que o indivíduo ou grupo faz a respeito de si mesmo no contexto do sistema simbólico cultural em que está inserido. Com base num quadro geral de referências oferecido pelo repertório cultural, cada indivíduo compõe narrativas por meio das quais tenta reorganizar o caos da vida real e transformá-la num cosmos que faça sentido para ele e para o

grupo social em que se insere. A narrativa, portanto, é meio de compreensão e assimilação da realidade tal como percebida e reorganizada pelo ser humano narrador e não a descrição de uma verdade absoluta (MARTÍN-BARBERO, 2009; MEDINA, 2003; ISER, 1974; JAUSS, 1982).

A narrativa não é a realidade. É a versão da realidade percebida pelo narrador ao tentar representá-la e atribuir-lhe sentido. A narrativa pode ser individual ou coletiva mas, em qualquer desses casos, contém distorções, preconceitos, estereótipos, e inúmeros outros aspectos que impedem a representação mais fiel ao real (HALBWACZ, 1990). Assim, por exemplo, muitas vezes um grupo social representa a identidade de outro grupo de modo bastante distorcido, preconceituoso, estereotipado, por ter construído a representação apenas, ou preponderantemente, com os elementos culturais e respectivos significados do sistema simbólico do grupo narrador, sem buscar compreensão mais ampla e profunda do sistema simbólico do grupo a respeito do qual a narração é feita (SAID, 2007).

Interessante trabalho foi realizado por Fernando Braga da Costa, então estudante no Instituto de Psicologia da USP. Após frequentar normalmente aulas e realizar as demais atividades acadêmicas, Fernando vestia-se como gari e punha-se a varrer as calçadas da frente da faculdade. Seus colegas de classe passavam por ele sem reconhecê-lo e não o cumprimentavam. Aquele gari era invisível socialmente. A experiência dele foi transformada em livro e tornou-se sua linha de pesquisa (COSTA, 2014). Colegas de faculdade e de classe passaram por um gari que não tinha a menor importância para eles: nem se preocuparam em cumprimentar o simples varredor de calçadas. Com este triste exemplo pretende-se aqui demonstrar que o encontro entre sujeitos precisa ter significação ao menos para um deles.

De fato, a corrente estruturalista da Antropologia Cultural avançou ao estabelecer que não há culturas superiores e inferiores, mas sim culturas diferentes e que, no seu próprio âmbito, apresentam razoabilidade e justificativas (VELHO et VIVEIROS, 1978; LEVI-STRAUSS, 1993 e 2010). Entretanto, como bem observa Canclini, as diferentes culturas não estão isoladas por cordões sanitários. Ao contrário, interagem umas com as outras direta ou indiretamente (CANCLINI, 2008). Por isto, os estudos contemporâneos de Antropologia Cultural buscam compreender dinâmicas e desenvolver estratégias para que o relacionamento entre culturas distintas seja o menos conflituoso possível (HALL, 2008; HALL et GAY, 2005b).

A partir de seu próprio repertório simbólico cultural cada um dos sujeitos atribui ou não significação ao encontro que acontece entre eles. No decorrer do mês de fevereiro de 2017 uma candidata às eleições na França esteve no Líbano, onde iria se encontrar com um

homem que é autoridade religiosa naquele país. O religioso anfitrião exigiu que, para a realização do encontro, a candidata francesa cobrisse seus cabelos e rosto com véu. A mulher recusou-se a atender a essa exigência e o encontro não se realizou. Para a candidata francesa a exigência de uso do véu teve significação política, de submissão da mulher à autoridade masculina; e da submissão do Estado laico à autoridade religiosa. Para o religioso libanês, a exigência teve significação religiosa, de respeito aos costumes locais e, provavelmente, também teve significados políticos, de gênero e de ideologia que preocuparam a candidata francesa. Essa questão é complexa e sua análise cabe neste estudo. Mas o exemplo ilustra o fato de que cada sujeito participante do encontro recorre ao seu próprio repertório simbólico cultural para dar significação aos elementos utilizados na construção da identidade cultural individual e coletiva.

3.6 TRANSCENDÊNCIA DO CONFLITO E REPRODUÇÃO INDIVIDUAL E SOCIAL

Como resultado da atribuição de significados ao encontro entre os sujeitos ou grupos que se comparam a partir de seus respectivos repertórios simbólicos culturais, três situações podem ocorrer: 1^a) um dos sujeitos ou grupos poderá tornar-se dominante e submeter ao seu poder os outros sujeitos ou grupos; 2^a) os sujeitos ou grupos rejeitam-se; 3^a) os sujeitos ou grupos desenvolvem processos de hibridismo ou osmose cultural, inclusive compartilhando elementos culturais arquetípicos (SEIXAS, 2006 e 2008).

Infelizmente, a História da humanidade é a da dominação de grupos sobre outros grupos. No entanto, a experiência histórica ensinou aos grupos dominantes que não lhes seria possível dominar continuamente outros grupos apenas com o uso da força. Desde tempos ancestrais os povos dominadores constataram que a persuasão cultural era instrumento de dominação e que poderia substituir a dominação pela força (NYE, 2002; KENNEDY, 1989; SEIXAS, 2006, 2008 e 2010). É certo que muitas vezes o dominador impõe seu sistema simbólico cultural ao dominado. Nesses casos, sem possibilidade de resistir abertamente ao dominador, resta ao dominado empreender resistência velada, simbólica, de modo a preservar ao menos em parte o seu repertório cultural (CERTEAU, 1994 e 2008; SAID, 2006; SAID, s/d).

A segunda situação possível é a rejeição (ou até indiferença) recíproca dos sujeitos envolvidos no encontro. Num contexto de interações multidimensionais da globalização, tal

situação de rejeição ou indiferença recíproca entre os sujeitos é pouco provável. Por isto, em alguns aspectos, esta segunda situação terá os resultados acima referidos a respeito de dominadores e dominados, ao passo que noutros aspectos dará ensejo a hibridismos e osmotipos culturais (SEIXAS, 2006 e 2008).

A terceira situação a ser examinada é a do hibridismo cultural. Não existe um só exemplo na História da humanidade de um grupo social que tenha preservado sua pureza étnica ou cultural. Todos os povos são miscigenados. Portanto, o fenômeno do hibridismo cultural é universal (CANCLINI, 2008). É importante investigar o processo desse hibridismo ou osmotipia cultural. Desde logo é preciso dizer que elementos culturais arquetípicos fluem entre culturas às vezes muito diferentes e, por isto, funcionam como catalizadores para a ressignificação de outros elementos dos repertórios culturais de grupos diversos (SEIXAS, 2006 e 2008). Por exemplo, povos indígenas da América Latina tinham religiões com deidades representadas por elementos da natureza. A montanha era uma delas e é também um arquétipo que representa o centro do mundo. Com a chegada dos colonizadores e a imposição por parte deles do credo cristão, as representações pagãs dos indígenas foram proibidas, reprimidas ou desestimuladas. Muitos indígenas passaram a adorar a imagem de Nossa Senhora, mãe de Cristo, vestida com manto em forma trapezoidal. Para o colonizador dominador, o indígena estava convertido ao cristianismo; o indígena continuava a adorar a montanha, agora representada pelo manto trapezoidal da Santa (CERTEAU, 1994).

Foi dito neste estudo que todo indivíduo ou grupo social deseja assegurar os meios para sua produção e reprodução material e simbólica. Cada indivíduo ou grupo quer que predomine sua visão de mundo, representada pelos elementos contidos no seu repertório simbólico cultural. Nesse sentido, indivíduos e grupos desenvolverão estratégias para alcançar esses objetivos de produção e reprodução e, muitas vezes, isto se torna possível a partir de processos de hibridismo ou de osmotipia cultural (SEIXAS, 2006 e 2008). Tais processos implicam, mais uma vez, em selecionar elementos de cada um dos repertórios simbólicos culturais em que se inserem os indivíduos ou grupos e, então, ressignificá-los em função de sua essencialidade ou não para possibilitar a produção e reprodução material e simbólica desses sujeitos. Os elementos ressignificados são difundidos nos sistemas simbólicos culturais e acomodam-se. Como dito no exemplo do parágrafo precedente, aos olhos do dominador, o indígena adora a imagem da mãe de Jesus; o indígena, por sua vez, continua a adotar a montanha que representa a deidade nativa.

Nas ciências da natureza é extremamente difundido o fenômeno do fenótipo estendido. Um gene precisa de um corpo para se desenvolver e para se reproduzir. Muitas vezes o gene

precisa se instalar no corpo de outro organismo e, ali, obter as vantagens que puder para assegurar sua produção e reprodução, às vezes mesmo à custa da vida do organismo hospedeiro (DAWKINS, 1999 e 2007). Essa mesma dinâmica, óbvio que com ressalvas, pode ser reconhecida nos processos dialéticos de (re)construção identitária no contexto das migrações.

Em síntese, o hibridismo ou a osmotopia cultural decorre da construção de narrativas por meio das quais um indivíduo ou grupo ressignifica elementos do repertório simbólico em que se insere, seja para excluir certos elementos desse repertório, seja para nele incluir novos elementos e adaptá-los ao sistema de valores desse quadro geral de referências.

4 PROCESSO DIALÉTICO DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NAS MIGRAÇÕES

As reflexões feitas até aqui induzem à conclusão de que toda e qualquer migração é essencialmente simbólica. Antes, durante ou depois de iniciar seu deslocamento de um lugar (físico, virtual ou simbólico) para outro num momento (cronológico, virtual ou simbólico), o migrante mobiliza elementos de seu repertório simbólico cultural para se preparar para o encontro com o outro. Desse modo, por meio de narrativas, o migrante constrói **representações** de sua própria identidade e da identidade do outro com quem o encontro acontece. Tais representações inexoravelmente implicarão no contraste de semelhanças e diferenças entre o migrante e o outro e, por isto, os sujeitos que se encontram estarão mergulhados em processo dialético para eventualmente superarem seus conflitos identitários e culturais.

Esse processo tem relações estreitas com as fases da “jornada do herói” descritas por Campbell (2007). Alguns aspectos apresentados por Campbell ajudarão a compreender a dialética do conflito identitário resultante do encontro ou choque cultural.

Em primeiro lugar, o herói não é um ser sobrenatural, não é um semideus, não é alguém dotado de talentos ou aptidões especiais. O herói pode ser qualquer sujeito comum que precisa realizar uma jornada para superar seus conflitos e reencontrar equilíbrio, que será sempre provisório e ponto de partida para nova jornada. Em essência, essa jornada é o **processo dialético** referido na filosofia platônica (PLATÃO, 2005), hegeliana (HEGEL, 2002) e marxista (MARX, 1996). Em resumo, o mito da jornada do herói se desenvolve em fases, que são as seguintes: 1ª) o chamado à aventura; 2ª) aceitação ou recusa ao chamado; 3ª) provações, conflitos e alianças; 4ª) transformação e aprendizado do herói; e 5ª) retorno do

herói ao seu lugar para retribuir à sociedade o aprendizado que obteve na jornada (CAMPBELL, 2007).

O sujeito representado pela metáfora do herói vive sua vida normal na sociedade. Surge algum fato que o deixa desconfortável, em conflito, infeliz. Por um lado, o herói sabe que pode suportar essa situação e se acomodar no contexto que já conhece, mesmo pagando o preço da infelicidade. Por outro lado, o herói sente a necessidade de mudar algo para superar essa situação, mas isto o lançará num contexto não inteiramente conhecido ou completamente desconhecido. Terá que correr riscos, não sabe que perigos o aguardarão nem se poderá contar com ajuda de outros para realizar as mudanças necessárias. O herói é chamado a se aventurar. Se quiser realmente realizar as mudanças necessárias para ser feliz, terá que aceitar o chamado à aventura. Se optar por se acomodar na situação atual, infeliz, recusará o chamado. O herói reflete, pondera, calcula. Aceita o chamado à aventura e inicia a próxima etapa de sua jornada. No seu caminho há tantas dificuldades, tantos perigos, tantos obstáculos que parecem invencíveis. São provas que testarão o herói para que ele descubra se realmente quer realizar as mudanças que pensa serem necessárias para ser mais feliz. Na jornada surgem aliados inesperados que ajudam o herói a continuar sua aventura. O herói aos poucos vai superar os conflitos e se torna mais consciente de si mesmo e do mundo em que vive. Tem que enfrentar agora um último desafio: retornar para seu grupo social e devolver aos demais o aprendizado que teve na jornada e, assim, realizar transformações sociais que conduzam à felicidade.

Ora, quando dois indivíduos ou grupos com sistemas simbólicos culturais diferentes se encontram, num lugar, num tempo, iniciam suas respectivas “jornadas do herói”. Construirão suas respectivas narrativas a respeito das semelhanças e diferenças que percebem um em relação ao outro. Constatarão que há entre eles elementos culturais que já compartilham; mas que também existem diferenças culturais que lhes parecerão insuperáveis para que possam ser conciliadas. Nesse processo dialético, aos poucos perceberão que em cada um dos sistemas simbólicos culturais em contraste existem aliados “inesperados” que os ajudarão a superar os conflitos. Os repertórios culturais desses sujeitos contêm arquétipos que são compartilhados há milhares de anos por diferentes grupos sociais, muitos dos quais jamais tiveram contatos uns com os outros. A linguagem simbólica por meio da qual os arquétipos se manifestam é universal. Muda sua forma, mas sua substância permanece. Essa base cultural comum dos dois sistemas simbólicos culturais em contraste facilita a ressignificação e a atribuição de novos valores a outros elementos de cada repertório cultural. Formam-se elementos culturais híbridos e novas vivências para cada um dos sujeitos. Os heróis transcendem seus conflitos,

devolvem aos seus respectivos grupos sociais novas narrativas a respeito do “outro” e alcançam novo patamar de integração cultural que, será o ponto de partida de novas jornadas para eles.

O mito é uma narrativa do ser humano que representa e materializa o desejo de abolição do caos da vida e de existência de uma realidade perfeita (CAMPBELL, 2008; ELIADE, 1992, 2004 e s/d). A narrativa do mito é construída essencialmente com linguagem simbólica porque esta é a única que possibilita captar, apreender e compreender os significados mais profundos da realidade percebida pelo ser humano. É por isto que a realidade representada pelo mito da jornada do herói não é essencialmente diferente da realidade representada pelo mito da caverna (PLATÃO, 2005), ou pelo mito do senhor e do escravo (HEGEL, 2002), ou do próprio materialismo histórico marxista (MARX, 1996).

Esse contexto referencial simbólico possibilita compreender profundamente a **jornada do herói migrante**. Ao realizar seu deslocamento físico, virtual ou simbólico, o migrante se lança numa jornada que é mítica em essência. O migrante recebe um chamado à aventura (a migração); precisa decidir se aceitará ou não os desafios inerentes a essa aventura; passará por provações muitas vezes indizíveis; receberá ajudas misteriosas ou inesperadas; reavaliará e ressignificará muitos dos elementos dos sistemas simbólicos culturais em que estará inserido; e finalmente atingirá um novo equilíbrio a partir do qual iniciará novas jornadas.

No caso das migrações internacionais, os migrantes deslocam-se no espaço físico e num período específico, mas carregam com eles, de um lado, imenso acervo de elementos simbólicos de seu próprio repertório cultural e com base nos quais, por meio de narrativas, constroem a própria **representação identitária**; de outro lado, carregam outro complexo repertório simbólico para **representar** a identidade cultural dos sujeitos que estão no local de destino da migração. Essas duas representações não são necessariamente exatas. No entanto, o fato é que no processo de construção dessas representações os migrantes realizam ressignificações dos elementos de cada repertório cultural, a fim de conseguirem justificar para si mesmos que o movimento migratório lhes assegurará condições de produção e de reprodução individual e social. Se não tivessem essa convicção, a própria migração perderia sentido.

De fato, se alguém tiver que se deslocar de um bairro tranquilo e seguro para um outro com altas taxas de criminalidade e condições indignas de sobrevivência, tenderá a não realizar esse deslocamento e só o fará em caso de necessidade. Ao contrário, se o local de destino for um bairro com as mesmas características do bairro de origem desse sujeito, ele tenderá a se deslocar normalmente. Também em migrações internacionais os migrantes, em narrativas,

idealizam e representam o local de destino como razoavelmente semelhante ao local de origem dos migrantes, talvez até sendo melhor. Sabem que o sistema simbólico cultural do local de destino não será exatamente igual ao sistema do local de origem, porém mesmo assim imaginam que o repertório cultural do local de destino conterá elementos com os quais os migrantes estejam familiarizados e que lhes proporcionarão sensação de pertencimento a uma nova comunidade, de tal modo que os conflitos culturais poderão ser administrados e superados.

Nas sociedades tradicionais, menos complexas, as estruturas sociais tendem a ser rígidas; os papéis sociais de gênero tendem a ser mais definidos; a divisão do trabalho é mais restrita. Os indivíduos tendem a compartilhar maior número de elementos do repertório simbólico cultural do grupo. A significação dos símbolos componentes do repertório cultural tende a ser menos conflituosa e a sociedade tende a ser mais resistente à ressignificação desses elementos. Nessas sociedades os símbolos e signos são estáveis, bem compreendidos e, em geral, pouco desafiados, o que se revela pela dificuldade de entrada de elementos culturais exógenos. A sociedade fornece a cada indivíduo paradigmas razoavelmente estáveis, externos ao sujeito, para que este possa construir a própria identidade de modo que ela fique adequada a várias situações sociais (HALL, 2005). Mesmo contando com esse quadro referencial estável, cada indivíduo e cada subgrupo seleciona certos elementos do repertório simbólico para se distinguir de outros indivíduos ou subgrupos. É o caso de comunidades andinas tradicionais, nas quais a tecelagem tem elementos decorativos e cores que, para os integrantes de certo grupo, indicam claramente a posição social, o estado civil, a linhagem e outros atributos do indivíduo.

Cada uma das referidas comunidades interage com as demais. Quando um indivíduo de certa comunidade se desloca fisicamente para outra que tem os mesmos – ou quase os mesmos – elementos do repertório simbólico cultural da comunidade de origem desse migrante, pode-se dizer que ocorreu a migração física (corporal e no espaço) e também simbólica. Esse migrante se deslocou no espaço e, mesmo assim, no lugar de destino se deparou com um sistema simbólico com o qual se identifica, do qual se sente parte. Poderia também ter ocorrido que esse migrante, ao chegar à comunidade de destino, se deparasse com um sistema simbólico muito diferente do seu e, por esse motivo, não se sentiria parte daquele novo grupo; não se reconheceria nem seria reconhecido como um “igual”.

Nas sociedades complexas as estruturas sociais podem ser mais permeáveis, a divisão do trabalho é sofisticada; os papéis sociais são embaralhados e, enfim, os processos dialéticos

são intensos e profundos. Essas sociedades têm amplo sistema simbólico cultural que funciona como quadro geral de referências para seus integrantes. O mesmo indivíduo participa simultaneamente de muitos subgrupos, cada qual com subsistemas simbólicos específicos. A sociedade fornece paradigmas instáveis para o indivíduo construir **uma identidade multivalente**, pois as próprias estruturas sociais estão em constante transformação. Em cada situação da vida cotidiana o indivíduo precisa selecionar diferentes elementos do repertório simbólico cultural para compor cada uma das suas **várias identidades** (HALL, 2005).

Nesse contexto das sociedades complexas, o fenômeno da migração simbólica é mais perceptível. Ao visitar a casa de um amigo, é possível que o visitante se depare com elementos de repertório cultural diferentes dos que tem em sua própria casa. Além do deslocamento físico no espaço, esse visitante fez também migração simbólica: em que aspectos o repertório simbólico da casa do amigo é familiar ao visitante e em quais outros é distinto? Em que o visitante se sente “igual” e em que se sente “diferente”? Que comportamentos o visitante adotará em função de compartilhar ou não elementos simbólicos culturais com o amigo, na casa deste último? O mesmo processo ocorre quando alguém se desloca de um bairro para outro da mesma cidade; de uma cidade para outra no mesmo Estado; de um Estado para outro no mesmo país; de um país para outro no mesmo continente; ou de um continente para outro.

Em todos esses casos, quem se desloca de um lugar para outro leva consigo um repertório simbólico cultural que tem a função de ser um quadro geral de referências para que o sujeito, em suas narrativas, construa uma ou mais identidades, assim como para que atribua significação a essas identidades e oriente seus comportamentos nos ambientes em que se insere.

Em resumo, os indivíduos e grupos que se encontram e constatarem que entre eles há diferenças e semelhanças identitárias. Tendem a **transcender** as diferenças porque, consciente ou inconscientemente, são movidos pelo desejo de assegurar sua produção e reprodução material e simbólica. Precisam ressignificar elementos contidos nos seus respectivos repertórios simbólicos e se assumir nova visão de mundo que elimine ou amenize conflitos.

5 MIGRAÇÃO SIMBÓLICA NA AMÉRICA LATINA

A **pesquisa em desenvolvimento**, que deu origem a este artigo pretende identificar, analisar e compreender o significado de práticas cotidianas de diversas comunidades latinoamericanas que revelem elementos componentes de seu repertório simbólico cultural e, portanto, contribuem para que formulem e/ou reformulem suas respectivas identidades individuais e coletivas. O principal fundamento metodológico (mas não o único) da pesquisa é a **leitura cultural** dos repertórios simbólicos dessas comunidades latino-americanas. O aspecto mais fundamental que justifica o uso desse método é que essas práticas são criadas e mantidas pelos próprios sujeitos que se inserem em determinado sistema simbólico cultural. Noutras palavras, trata-se da revelação do sistema simbólico cultural desses sujeitos a partir das narrativas que eles próprios fazem sobre seu cotidiano. Daí o nome da pesquisa: *Comunicação, cultura e narrativas do cotidiano: a identidade cultural da América Latina narrada por si mesma*. A pesquisa se fundamenta num laboratório em que os participantes identificam, coletam, analisam e refletem sobre essas infinitas práticas culturais que compõem as múltiplas identidades latino-americanas.

Assim, a pesquisa em andamento tem por objetivo central adotar abordagem inter, trans e multidisciplinar que permita: 1º) realizar a **leitura cultural** da identidade da América Latina por meio das narrativas feitas pelos próprios agentes sociais latinoamericanos no seu cotidiano; e 2º) compreender como essas narrativas se correlacionam com os processos multidimensionais de integração política, econômica e cultural da América Latina e dela com outros países. A pesquisa quer explorar a polifonia e a polissemia das diferentes formas de expressão cultural e de comunicação usadas pelos personagens do cotidiano da América Latina para afirmarem sua visão de mundo e sua própria identidade cultural. Assim, literatura, cinema, jornais, músicas, poesia, fotografia, peças de publicidade, arquitetura, escultura, pintura e, enfim, qualquer outra forma de expressão cultural pode ser útil para compreender as correlações multidimensionais e as significações intertextuais dessas narrativas com os processos de integração política, econômica e cultural da América Latina na fase atual da globalização.

Ao longo de quatorze anos de atividades, a pesquisa tem avançado a partir de muitas reflexões que foram incorporadas pelos participantes em suas respectivas pesquisas, dissertações e teses. Infelizmente, não é possível trazer para o bojo deste pequeno artigo o riquíssimo acervo de casos já estudados, nos quais os atores do cotidiano de diferentes países da América Latina compuseram fascinantes narrativas a respeito de suas identidades individuais e coletivas. Os exemplos são tantos, tão variados e tão interessantes que é injusto escolher apenas alguns para usar como exemplos da dinâmica do laboratório de pesquisa. Em

todos eles, as reflexões sumariamente sistematizadas neste artigo estão presentes e evidenciam que a integração cultural latino-americana (como, aliás, de quaisquer outras sociedades) é indissociável do fenômeno da migração simbólica aqui referida.

6 REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005b.

_____. *Globalização – as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria Geral dos Sistemas*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2010.

CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

_____. *Consumidores e cidadãos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

_____. *Culturas híbridas*. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. *A Globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. (coord.). *Culturas da Ibero-América*. São Paulo: Moderna, 2003.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Pensamento, 2007.

_____. *Mito e transformação*. São Paulo: Ágora, 2008.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 10.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano - artes de fazer*. 14 ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 1994.

_____. *A invenção do cotidiano – morar, cozinhar*. 7 ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2008.

COSTA, Fernando Braga da. *Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2014.

DAWKINS, Richard. *The extended phenotype – the long reach of the gene*. Oxford, UK; New York, USA: Oxford University Press, 2008.

_____. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

ELIADE, Mircea. Mito e realidade. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. Imagens e símbolos. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Mito do eterno retorno. São Paulo: Mercuryo, 1992.

_____. O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Tratado da história das religiões. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Mito e realidade. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, s/d.

ERIKSON, Erik H. Identidad, juventude y crisis. Madrid: Taurus Ediciones, 1980.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005a.

_____. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

HALL, Stuart; GAY, Paul du. Questions of cultural identity. London: Sage, 2005b.

HALL, Stuart; et al. Culture, media, language. London: Centre for Contemporary Cultural Studies, 2004.

HAWKING, Stephen. Uma breve história do tempo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do espírito. 2.ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: USF, 2002.

HUNGTINGTON, Samuel. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

ISER, Wolfgang. Rutas de la interpretacion. México: FCE, 2005.

_____. The implied reader. Maryland, The Johns Hopkins University Press, 1974.

JAUSS, Hans. Pequeña apologia de la experiência estética. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica: Buenos Aires-AR: SAICF, 2002.

_____. Toward an aesthetic of reception. Minnesota, University of Minnesota, 1982.

JUNG. Carl G. (org.) O homem e seus símbolos. 5 ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora Nova Fronteira, s/d.

KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. Olhar, escutar, ler. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2009.

MARX, Karl. O capital. In: Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2v.

MEDINA, Cremilda. A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. Povo e personagem. Canoas: Ed. Ulbra, 1996.

_____. O signo da relação *comunicação e pedagogia dos afetos*. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. Ciência e Jornalismo – da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

NAPOLEONI, Cláudio. Curso de economia política. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

NYE JUNIOR, Joseph S. O paradoxo do poder americano. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

PLATÃO. A República. São Paulo: Sapienza Editora, 2005.

PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 1999.

SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Cia. Das Letras, s/d.

_____. Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Cultura e resistência. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

SEIXAS, Renato. Identidade cultural da América Latina – *aspectos dos processos de integração cultural global*. Tese de doutorado em Integração da América Latina apresentada no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina – PROLAM, da Universidade de São Paulo em 13/11/2006.

_____. Identidade cultural na América Latina: conflitos culturais e mediação simbólica. In Cadernos do PROLAM – Brazilian Journal of Latin America Studies. Ano 7, nº 12, v. 1, p. 93-120. São Paulo: PROLAM/USP, 2008.

_____. Identidade cultural, comunicação e mediação simbólica nas sociedades de consumo: *subsídios para aplicação do Direito do Consumidor*. In Revista de Direito Privado da UEL – Universidade Estadual de Londrina, volume II, nº 2, maio a agosto/2009, ISS.1983-5299, disponível no site <http://www.url.br/revistas/direitoprivado>

_____. Globalização cultural e multiculturalismo na América Latina: *análise a partir de experiências das civilizações pré-colombianas*. In Revista de Direito Privado da UEL – Universidade Estadual de Londrina, volume III, nº 1, janeiro a abril/2010, ISS.1983-5299, disponível no site <http://www.url.br/revistas/direitoprivado>

_____. Identidade cultural pós-moderna. In “Diálogo Portugal-Brasil, século XXI: novas realidades, novos paradigmas” (MEDINA, Cremilda; et MEDINA, Sinval. Orgs.). Porto, Portugal: Editora Universidade Fernando Pessoa, 2008b.

VELHO, Gilberto; et VIVEIROS, Eduardo. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas – uma perspectiva antropológica. In: *Artefato – Jornal de Cultura*. Ano I, nº 1. Janeiro, 1978. Editado pelo Conselho Estadual de Cultura – Rio de Janeiro.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011a.

_____. *Cultura e sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b.

Recebido em 26/06/2017.

Aceito em 03/08/2017.

Publicado em 21/09/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.128802

CAPITALISMO EXTRATIVISTA NA AMÉRICA LATINA E AS CONTRADIÇÕES DA MINERAÇÃO EM GRANDE ESCALA NO BRASIL¹

EXTRATIVIST CAPITALISM IN LATIN AMERICA AND CONTRADICTIONS OF LARGE-SCALE MINING IN BRAZIL

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves²
Universidade Estadual de Goiás(UEG), Iporá, Goiás

Resumo: Na primeira década do século XXI, o aumento do preço de *commodities* minerais como minério de ferro, cobre, ouro e alumínio, fortaleceu a expansão de novas fronteiras do extrativismo mineral na América Latina. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é compreender os efeitos da mineração na economia e em territórios impactados por megaempreendimentos em países latino-americanos. Para isso, num segundo momento a centralidade da investigação priorizou a realidade brasileira. O modelo de extrativismo mineral exportador baseado nos grandes projetos fortalece estratégias de controle dos territórios e acumulação por espoliação. A escala de produção e consumo, os métodos e ritmos extrativos, assim como o uso e desperdício dos próprios minérios, água e energia ilustram a insustentabilidade e as contradições da mineração no Brasil e na América Latina.

Palavras-chave: Mineração, Território, Neoextrativismo, América Latina.

Abstract: In the first decade of the 21st century, the increase in the price of mineral commodities such as iron ore, copper, gold and aluminum, strengthened the expansion of new frontiers of mineral extraction in Latin America. Thus, the objective of this research is to understand the effects of mining on the economy and in territories impacted by mega projects in Latin American countries. For this, in a second moment the centrality of the investigation prioritized the Brazilian reality. The model of extractive mineral extraction based on the great projects strengthens strategies of control of the territories and accumulation by spoliation. The scale of production and consumption, methods and extractive rhythms, as well as the use and waste of the own minerals, water and energy, illustrate the unsustainability and contradictions of mining in Brazil and in Latin America.

Keywords: Mining, Territory, Neoextractivism, Latin America.

¹ Parte dos resultados apresentados no texto compõe a tese *No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás*, defendida pelo autor, em agosto de 2016, na UFG.

² Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá). Email: <ricardo.goncalves@ueg.br>.

1 INTRODUÇÃO

Os carneiros desolaram as ilhas.

Guanahaní foi a primeira nesta história de martírios.

Os filhos da argila viram partido

seu sorriso, ferida

sua frágil estatura de gamos,

e nem mesmo na morte entendiam.

Foram amarrados e feridos,

foram queimados e abrasados,

foram mordidos e enterrados.

E quando o tempo deu sua

volta de valsa

dançando nas palmeiras,

o salão verde estava vazio.

Só ficavam ossos

rigidamente colocados

em forma de cruz, para maior

glória de Deus e dos homens.

Das gredas ancestrais

e da ramagem de sotavento

até as agrupadas coralinas

foi cortando a faca de Narváez.

Aqui a cruz, ali o rosário,

aqui a Virgem do Garrote.

A jóia de Colombo, Cuba

fosfórica,

recebeu o estandarte e os

joelhos

em sua areia molhada.

(NERUDA, 1980, p. 45).

Desde que os conquistadores europeus pisaram nos solos do continente americano, nas ilhas caribenhas ainda no final do século XV e início do XVI, a história não cessou de ilustrar páginas de conflitos e genocídio dos povos originários, esgotamentos de solos férteis, metais e pedras preciosas. Neste sentido, por meio de 3 estrofes e 26 versos livres, o poeta chileno Pablo Neruda apresentou o conteúdo violento da conquista no poema *Chegam pelas ilhas (1493)*, do livro *Canto Geral* (Canto III – Os conquistadores).

O poema de Neruda (1980) suscita reflexões sobre o contato inaugural dos conquistadores com os povos que habitavam os territórios das Américas, cujo resultado imediato foi a violência promovida pelos espanhóis. Logo, além do extermínio e escravidão de populações originárias e negras, séculos de exploração da natureza e suas “dádivas” extraídas do solo e do subsolo garantiram a acumulação primitiva do capital na Europa (MARX, 2013).

Da América Latina foram extraídos recursos que abasteceram os interesses capitalistas de países europeus como Espanha, Portugal e Inglaterra, subordinando os territórios “descobertos” na Divisão Internacional do Trabalho enquanto exportadores de matéria-prima. Portanto, mesmo depois de mais de cinco séculos, esta região do continente americano continua servindo aos interesses hegemônicos dos países ricos industrializados por produtos primários. Como afirma Galeano (2013, p. 5), “[...] *continuamos aplaudindo o sequestro dos bens naturais com que Deus, ou o Diabo, nos distinguiu, e assim trabalhamos para a nossa perdição e contribuimos para o extermínio da escassa natureza que nos resta [...]*”.

No decorrer da primeira década do século XXI, com o aumento do preço das *commodities* minerais, o extrativismo mineral expandiu-se em territórios latino-americanos. Esse processo possui concomitância com o crescimento significativo das demandas mundiais por minérios, especialmente de países asiáticos como a China. Por consequência, minérios

metálicos ferrosos e não ferrosos, dentre eles o ferro, cobre, bauxita, nióbio, níquel e ouro, presenciaram rápida exploração e novos investimentos, com impactos na economia e nos territórios de países como Brasil, Peru, Argentina e Chile.

Sendo assim, o objetivo da pesquisa é compreender os efeitos da mineração na economia e em territórios impactados por megaempreendimentos em países latino-americanos. Para isso, em um segundo momento dos resultados apresentados no artigo, a centralidade da investigação prioriza as contradições do modelo mineral de grande escala no Brasil. A metodologia usada conta com a documentação indireta, que possibilitou o levantamento, tabulação e análises de dados estatísticos e realização de pesquisa bibliográfica, baseada em autores como Harvey (2013), Petras (2014), Porto-Gonçalves (2013), Aráoz (2010), Gudynas (2015) e Milanez e Santos (2013).

O modelo de extrativismo mineral exportador expandido na América Latina, baseado nos grandes projetos, fortalece estratégias de controle dos territórios e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2013). A escala de produção e consumo, os métodos e ritmos extrativos, assim como o uso e desperdício dos próprios minérios, água e energia ilustram a insustentabilidade socioambiental e as contradições dos grandes projetos de mineração.

Com efeito, as implicações territoriais (FREI, 2017) em Comunidades Tradicionais, no meio ambiente e estado de saúde dos trabalhadores, além da apropriação privada dos bens comuns e interferência na organização da propriedade fundiária ou expropriação de terras e espaços da existência coletiva. Isto ainda permite constatar, conforme Petras (2014), a hegemonia do “*capitalismo extrativo*”, que ilustra o processo expansivo da produção e exportação de *commodities* agrominerais pelo Brasil e demais países latino-americanos na primeira década do século XXI.

2 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO EXTRATIVISTA E AS DIMENSÕES EXPROPRIATÓRIAS DA MINERAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

De acordo com Almeida et. al (2010, p. 7), desde as transformações da economia mundial após o último quarto do século XX, a América Latina, de maneira crescente, insere-se numa nova geopolítica mundial dos recursos territoriais e sociais. Energia, água, minério e espaço territorial são conteúdos presentes, direta ou indiretamente, na gama de mercadorias que fazem seus países atuantes no comércio internacional.

Neste sentido, uma das características que permitem apreender a força intempestiva do capital sobre a apropriação dos recursos minerais na América Latina é a atuação de empresas mineradoras transnacionais. Entre os exemplos das principais transnacionais da mineração atuantes na produção mineral nesta vasta dimensão territorial, e várias delas presentes no Brasil, destacam-se a BHP Billinton, Glencore Xtrata, Anglo American, Rio Tinto, Vale S.A, Newmont y Gold Corporation, Barrick Gold Corporation e AngloGold Ashanti³. Em conjunto, essas mesmas empresas estão em diversas partes do mundo (por exemplo, em países da África como Moçambique⁴), adquirindo lucros privados em nome da mercantilização da natureza e do trabalho.

A abundância dos minérios no subsolo dos territórios na América Latina, entre eles, uma variedade estratégica cobiçada pelo mercado global, como ouro, prata, diamantes, cobre, zinco, níquel, ferro, carbono, lítio etc.,⁵ demonstra os interesses geopolíticos e ações estratégicas de apropriação protagonizadas pelas megaempresas estrangeiras. Para extrair os minerais, a mineração a céu aberto se consolidou enquanto modelo predominante, residindo na “[...] *utilización intensiva de territorios, agua, energia, explosivos y tecnología de punta, combinación que permite realizar la extracción y concentración de los metales con extrema celeridad y bajo costo [...]*” (COMPOSTO; NAVARRO, 2012, p. 63).

A América Latina, neste sentido, transformou-se numa das principais fronteiras da expansão mineral do mundo, com participação significativa na produção mundial de minérios estratégicos para as indústrias alta tecnologia (Gráfico 1).

A participação latino-americana na produção mundial de ferro, níquel, cobre, estanho, zinco e bauxita, demonstra a posição estratégica deste território na geopolítica dos interesses por minérios. Ao mesmo tempo, a existência de vastas jazidas em processo de exploração, como de cobre no Chile ou de minério de ferro no Brasil, desperta a atuação das empresas transnacionais interessadas na geração de lucros em curto prazo, especialmente nos contextos de alta dos preços das *commodities* minerais como na primeira década do século XXI, conforme as oscilações do mercado mundial.

Neste sentido, Acquatella et.al demonstram que

³ A implantação de grandes projetos de extrativismo mineral por essas empresas e as consequências territoriais são analisadas por Velásquez (2012, p. 49).

⁴ Dados podem ser consultados nas pesquisas e relatórios produzidos por pesquisadores do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), em Moçambique, disponível em: <<http://www.iese.ac.mz/>>.

⁵ Acquatella et.al (2013, p. 29) afirmam que “América Latina posee una de las mayores reservas minerales del planeta, dando cuenta de al menos el 65% de las reservas mundiales de litio, 49% de plata, 44% de cobre, 33% de estaño, 26% de bauxita, 23% de níquel, 22% de hierro, entre otros minerales. Se estima que el potencial minero sería aun mayor considerando que la información geológica disponible es aún insuficiente”.

A partir de mediados del año 2003 los precios nominales de los principales metales experimentaron una fuerte trayectoria ascendente atribuible a diversos factores, como la recuperación de la economía mundial (impulsada por la recuperación de Estados Unidos y Japón); y la mayor demanda de metales en los países de industrialización emergente, especialmente China, India y Corea del Sur. También ha crecido la demanda de metales dentro de América Latina, proveniente del dinamismo y magnitud de la economía brasileña. Por otra parte, los inversionistas han incrementado su demanda de metales en los portafolios de inversión como una alternativa a la depreciación del dólar y volatilidad del euro en los mercados internacionales durante el período de crisis financiera 2008-2009 y 2011. Desde un punto de vista financiero, la trayectoria del valor del dólar ha sido un importante determinante en la evolución del precio de los commodities porque los inversionistas demandan fundamentalmente metales básicos y metales preciosos como refugio de valor. (2013, p. 11)

Com o aumento dos preços das *commodities* minerais no decorrer dos anos 2000, a participação da América Latina na renda mineral, comparada com restante do mundo, aumentou significativamente (Gráfico 2).

Diante da rápida evolução dos rendimentos minerais na América Latina, com foco na primeira década do século XXI, e conseqüentemente, o aumento da participação destas rendas no Produto Interno Bruto – PIB (Gráfico 2), presencia-se também a reprodução histórica da condição de exportador de produtos primários extraídos desta região do continente americano. Isso revela também o movimento global de reprodução do capital na apropriação privada dos bens comuns e consolidação da posição subalterna de países dependes do modelo primário exportador.

Por conseguinte, fomentado pela racionalidade do neoextrativismo⁶, minérios do subsolo, recursos hídricos (em rios, lagos, nascentes, aquíferos etc.), terra e trabalhadores são transformados em mercadorias, exauridos dos territórios locais e drenados para o mercado mundial. Mercado este sujeito à expansão crescente dos projetos de extrativismo mineral, pois depende disto para suprir as novas demandas por minérios resultantes das revoluções tecnológicas em curso, como a informática, a microeletrônica, a química fina e os novos materiais.

Por consequência, os territórios distribuídos em diferentes países, e que até muito recentemente ficaram relativamente à margem do desenvolvimento capitalista, se tornam estratégicas, como “[...] o Oriente boliviano, o Chaco paraguaio e argentino, a Patagônia

⁶ De acordo com Milanez e Santos (2013, p. 119), “o neoextrativismo é definido como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho. O fenômeno vem sendo associado a diferentes tensões, sejam ligadas ao baixo crescimento econômico de longo prazo, sejam associadas a impactos sociais e ambientais diversificados”.

argentina (GUTIÉRREZ, 2003), além dos Cerrados brasileiros, 'la gran sabana' venezuelana e, ainda, toda Bacia Amazônica (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) [...]" (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 53). Há, assim, uma reinvenção desses territórios e da geopolítica de apropriação dos recursos naturais:

Todavia, essas áreas, hoje, vêm se tornando estratégicas do ponto de vista hegemônico por meio da revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia porque são áreas (1) com grande diversidade biológica, água, energia (carvão, petróleo, gás e lítio); (2) ricas em minerais (cobre, bauxita, ferro, manganês e toda a tabela periódica da química) ou (3) são áreas extensas com relevo plano e grande disponibilidade de insolação, é dizer, áreas tropicais. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 53).

As riquezas minerais, assim como a diversidade cultural, biológica e de água que esses territórios "*guardam*", também resultam em "[...] *territorialidades em disputa, tanto no sentido hegemônico como no sentido emancipatório [...]*" (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 26). No entanto, para suprir o mercado internacional de *commodities*, governos e empresas aceleram os ritmos de mercantilização da natureza e das estratégias de expropriação nos países que experimentam o neoextrativismo na América Latina.

Dessa maneira, com ênfase nos efeitos socioespaciais da mineração, o controle dos minérios implica a apropriação do subsolo, compreendido como *território em disputa* (GONÇALVES, 2016). Para que o subsolo seja explorado em ritmos compatíveis com a lucratividade das empresas, populações são expulsas de suas terras, a perda da biodiversidade se intensifica, a deterioração dos recursos hídricos atinge níveis catastróficos e os conflitos socioambientais se tornam cada vez mais comuns em diversos países como Peru, Venezuela, Colômbia, Argentina e Brasil (SVAMPA, 2012).

Conforme dados do *Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina* (OCMAL), que mapeou os impactos e os conflitos da mineração na América Latina, o Brasil apareceu entre os países que apresentaram o maior número de conflitos envolvendo os empreendimentos minerais. Os números de conflitos são: 34 no Peru e no Chile, 29 no México, 26 na Argentina e 20 no Brasil (OCMAL, 2012).

Diante dos efeitos socioespaciais da mineração nos territórios comunitários e a apropriação privada de bens comuns, os grandes projetos de extrativismo mineral expõem, de maneira esclarecedora, a complexidade e contradições de novos dispositivos expropriatórios, que também expressam a produção de desigualdades e injustiças ambientais (ARÁOZ, 2010). Diante disso, Aráoz (2010) defende que é possível distinguir três modalidades ou dimensões

expropriatórias utilizadas pelas indústrias extrativistas, sendo a dimensão geográfica da expropriação, a dimensão estritamente econômica da expropriação e outra de tipo ecológica.

Aráoz (2010, p. 8) diz que “[...] *la dimensión geográfica de la expropiación tiene que ver tanto con la capacidad de disposición sobre los territorios, como con las reconfiguraciones territoriales que la dinámica globalizada del capital tiende a producir sobre los territorios locales [...]*”. Consequentemente, afirma Aráoz (2010), a dimensão geográfica da expropriação relaciona-se à desintegração produtiva dos espaços locais e sua reconfiguração como fragmentos socioterritoriais economicamente subordinados e tecnologicamente dependes das cadeias mundiais de valor. Com efeito, isso implica também numa expropriação da diversidade eco-territorial e sociocultural dos lugares.

A dimensão estritamente econômica da expropriação, explica Aráoz, tem a ver com

[...] las transformaciones territoriales descritas, como con las reformas legales e institucionales vinculadas a las políticas neoliberales, procesos mediante los cuales se opera una fenomenal transferencia de recursos financieros desde las regiones periféricas hacia los centros de poder económico mundial. [...] Por un lado, tales transferencias se operan como resultado de la reestructuración territorial de las cadenas productivas a escala global; tiene que ver con la masiva transferencia de activos financieros y valores de cambio que las grandes empresas transnacionales remiten a las sociedades centrales desde las operaciones extractivas localizadas en los territorios periféricos. [...] Por otro lado, los procesos de expropiación económica vinculados con las reformas políticas. (2010, p. 9)

Por último, Aráoz (2010) destaca a dimensão ecológica dos processos expropriatórios. Esse aspecto vincula-se com as transformações territoriais e expressam as dinâmicas de apropriação diferenciada de bens e serviços ambientais, cristalizadas na distribuição geográfica dos processos de extração e de consumo, e materializadas na Divisão Internacional do Trabalho. Tendo como exemplo a indústria extrativa mineral, Aráoz (2010, p. 10) defende que “[...] *los procesos de expropiación ecológica revisten el carácter más gravoso tanto por la magnitud como por la naturaleza de las modalidades involucradas*”. Além disso, para o pesquisador os aspectos mais graves da expropriação ecológica, e usualmente os menos divulgados, estão relacionados com “[...] *apropiación y transferencia indirecta de bienes y servicios ambientales consumidos como insumos de los procesos extractivos de los productos objetos de las transacciones comerciales [...]*” (ARÁOZ, 2010, p. 10).

Ao considerar as estratégias de expropriação destacadas por Aráoz (2010), que atingem trabalhadores, comunidades e a natureza, assenhoreando territórios e despojando as populações dos seus direitos e da sustentabilidade dos “ciclos naturais” na América Latina, buscou-se investigar os efeitos desse modelo, também chamado neoextrativismo

(GUDYNAS, 2015). Essas observações estabelecem elos estreitos com a reprimarização da economia e suas consequências imediatas nos territórios, como os conflitos socioambientais.

Na mineração, o modelo de extrativismo implementado pelo capital hegemônico em diversos países da América Latina, possui como características contraditórias a espoliação e os conflitos, a degradação crescente de ambientes e de trabalhadores. Configura espaços socioprodutivos dependentes das oscilações do mercado internacional. Gera fragmentação das sociabilidades locais, como a expropriação do campesinato e subordinação dos governos aos interesses das empresas privadas, geralmente as transnacionais com sede nos países ricos do hemisfério norte.

Com efeito, no Brasil, que possui uma das principais fronteiras de expansão dos grandes projetos de extrativismo mineral da América Latina, percebeu-se na última década o fortalecimento do poder de atuação e apropriação dos minérios por megaempresas. Consequentemente, além das implicações territoriais da mineração nos espaços locais e regionais, percebeu-se o incremento das cifras econômicas derivadas das exportações de *commodities*, caracterizando fortes tendências do processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira.

3 MINERAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Nos últimos anos o Brasil elevou sua posição econômica enquanto uma das principais potências mundiais, representando um crescente dinamismo interno em seu território. Impulsionados pelo neoextrativismo e pelo neodesenvolvimentismo⁷, aspectos como os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em obras de engenharia - ferrovias, hidrovias, construção de barragens, duplicação de rodovias, modernização de portos, aeroportos etc., - anunciam esforços para atender as demandas do capital hegemônico e circulação da produção mercantil, especialmente os produtos primários. Na medida em que o país se internacionaliza, incentivando também a internacionalização de

⁷ De acordo com Milanez e Santos (2013, p. 134) “apesar das diferenças entre neodesenvolvimento e neoextrativismo, os dois conceitos apresentam muitos pontos em comum. Esse é o caso, por exemplo, do entendimento do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, do foco na inserção internacional e da definição do Estado como protagonista do processo de mudança (GUDYNAS, 2012b). Além disso, políticas desenvolvimentistas, quando não implementadas, ou quando não restringidas por aspectos externos, podem aprofundar o perfil extrativo de uma região, ou mesmo de um país”. O tema ainda é foco interpretações desenvolvidas por Santos e Milanez (2014). Análises específicas sobre o neodesenvolvimentismo no Brasil foram realizadas por Besser-Pereira (2008), Almeida (2012), Sampaio Jr (2012), Boito Jr (2012) e Alves (2014).

suas empresas, e incrementa sua economia, simultaneamente, recria a velocidade de algumas regiões e lugares, de maneira seletiva e excludente, impactando o meio ambiente e territórios habitados por diferentes populações, dando-lhes novas funções econômicas, reorientando a direção dos fluxos do capital e da organização das redes de negócios.

Para Delgado (2010), três movimentos dialéticos contribuem para caracterizar o protagonismo que a economia brasileira, seu arranjo produtivo e seu papel na Divisão Internacional do Trabalho, assumem nos anos 2000. O primeiro deles caracteriza-se pela forte expansão em termos de comércio exterior, fundamentado no aumento das exportações primárias e na queda relativa das exportações manufatureiras. O segundo aspecto se refere à reestruturação de um virtual pacto de economia política após a crise cambial de 1999, articulando a acumulação de capital no setor rural como política de Estado. Neste sentido, destacam-se a expansão das cadeias agroindustriais, da indústria extrativa mineral e do sistema de crédito público e do mercado de terras, contemporâneos ao expressivo aumento dos mercados mundiais de *commodities*.

Diante disso, Delgado (2010) defende a recuperação do conceito da renda fundiária no seu sentido clássico de lucro extraordinário que a propriedade de terras, jazidas minerais, águas e campos petrolíferos conferem aos seus detentores. Sem dúvida, esses componentes asseguram progressos técnicos na produção e extração do excedente econômico, no entanto, revelam condicionamentos e limites econômicos, sociais e ambientais que afetam a sociedade em geral, ou seja, socializa os desastres enquanto, contraditoriamente, os lucros são privados.

Na primeira década do século XXI, os grandes empreendimentos de extrativismo mineral fomentaram o comércio global de minérios, que passava por transformações significativas e de oportunidades de lucros. Conforme Gonçalves et.al (2015), entre os anos 2001 e 2010, as importações globais saltaram de US\$ 31 bilhões para US\$ 230 bilhões. Neste mesmo período, em termos financeiros, a exportação brasileira de minério passou de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 30,8 bilhões (GONÇALVES et.al, 2015.).

A indústria extrativa mineral também significou um aumento na Produção Mineral Brasileira - PMB. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Mineração (2011), desde 2000, a busca maior por minerais, sobretudo pelo elevado índice de crescimento mundial, alavancou o valor da PMB. Entre 2001 e 2011, o valor da PMB teria crescimento 550%, de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 50 bilhões. Além disso, em 2000, a indústria extrativa representava 1,6% do PIB brasileiro; em dez anos, esse percentual alcançou 4,1%.

A presença de grandes reservas de minérios e o cenário de elevação dos preços, na primeira década de 2000 (Gráfico 3), resultaram na atuação intensificada das empresas localizadas no país, mirando ganhos de curto prazo e fomento das atividades minerais no país de maneira evidente. A elevação dos preços dos minérios ocorreu no interior do fenômeno chamado de *boom das commodities*, cujo ápice se deu entre 2003 e 2008 (SANTOS, 2013), e sofre modificações a partir de 2011, diante da inversão na curva de demanda internacional por *commodities* minerais, ou do que também tem sido denominado de *fim do megaciclo das commodities*.⁸

A análise da evolução dos preços de *commodities* minerais, como o carvão e o minério de ferro nas últimas décadas, demonstra que nos primeiros anos do século XXI ocorre um *boom* dos preços. Santos (2013b, p. 80) enfatiza que o minério de ferro é a *commodity* central do movimento de *boom das commodities* minerais, de maneira que “a evolução de preços entre 2002 (US\$ 34,77) e 2011 (US\$ 136, 46) foi de 392,46%”. Santos (2013, p. 76-77), ainda, chama a atenção para o fato de que a elevação exponencial dos preços das *commodities* minerais produziram efeitos positivos na escala de lucratividade das companhias mineradoras. Assim, no contexto da retomada da acumulação no setor, pós-crise de 2008/2009, “o terceiro trimestre de 2010 apresentou lucratividade de R\$ 12,5 bilhões (crescimento de 238% em comparação ao lucro no mesmo período de 2009, de R\$ 3,7 bilhões), à frente dos setores bancário e de petróleo e gás”.

À vista disso, a evolução dos preços das *commodities* minerais revela a estreita relação entre a atividade extrativa mineral e a trajetória recente da economia nacional e internacional. Esse processo também é peremptório na posição do Brasil na divisão internacional do trabalho:

A evolução dos preços das *commodities* minerais ao longo da década é decisiva, então, no reposicionamento do Brasil na divisão internacional do trabalho, reorientando a matriz de investimentos do setor privado no sentido da ampliação da participação da atividade extrativa mineral na criação de valor no Brasil, intensificando a exploração de minas já operacionais; iniciando a exploração de novas jazidas, menos acessíveis e dotadas de teor mineral inferior; assim como facilitando a implantação e ampliação de sistemas logísticos. (SANTOS, 2013, p. 81).

⁸ “Entre 2011 e 2014, o valor da exportação de minérios do Brasil caiu de US\$ 44,2 bilhões para US\$ 28,4 bilhões (International Trade Center, 2015). Isso foi devido, principalmente, à redução dos preços no mercado internacional. Considerando o ferro, o cobre e o alumínio, os três principais minérios exportados pelo Brasil, os preços por tonelada caíram, respectivamente, 41%, 20% e 20% nesses quatro anos (World Bank, 2015)”. (GONÇALVES et.al., 2015, p. 105).

Os recursos minerais são transformados em *commodities*, subordinados à busca desenfreada por lucros rápidos que também dependem das determinações internacionais das grandes corporações e das oscilações e necessidades do mercado mundial. Portanto, um dos fatores que responderam pelo rápido crescimento da atividade mineradora se deve ao *efeito China* (e necessidades de demais países asiáticos como Coréia do Sul, Índia e Japão por matérias primas minerais), que representou uma nova (re)configuração da demanda mundial por *commodities* na primeira década do século XXI.

Considerando o papel da China e de outros países asiáticos na demanda por produtos de origem metálica e demais bens primários, Acquatella et.al consideram que

El ciclo de auge actual en el precio internacional de los metales, el crudo y otros bienes primarios está determinado, entre otros factores, por el sostenido incremento en la demanda global de estos bienes a raíz del acelerado crecimiento económico registrado en los países asiáticos durante la última década. En particular la demanda global se ha visto incrementada por el extraordinario crecimiento económico de China desde los 1990s, y reforzada a partir del 2000 por los procesos de crecimiento de India y otras economías emergentes. La demanda de metales como hierro, cobre e aluminio, entre otros minerales de exportación, está asociada al crecimiento de los sectores de construcción, infraestructura y manufactura (ej. Acero, conductores eléctricos, metales industriales etc.). [...] (2013, p. 11)

Coelho (2015) chama a atenção para o fato de que a China passou a ser o grande consumidor mundial de matérias primas na última década. Assim como Acquatella et.al (2013), o pesquisador (COELHO, 2015) destaca que diante dos investimentos em redes de eletricidade, sistemas de transportes e habitação, a China seguiu o caminho tradicional de manufaturas com forte intensidade em recursos naturais. Com efeito, a elevada demanda por *commodities* minerais está conectada com os investimentos em infraestrutura, que são abundantes na utilização de minerais como o minério de ferro e cobre. Esse processo possui desdobramentos diretos nas relações comerciais do Brasil com a China, considerando o aumento das exportações de bens primários para o país asiático, que passaram de 19,5% em 1990 para 77,5% em 2008, em contrapartida, as exportações dos bens intensivos em tecnologias decresceram de 80,5% em 1990 para 22,5% em 2008 (COELHO, 2015).

O exemplo das relações comerciais de exportações do Brasil para a China de apenas uma empresa brasileira, a Vale S.A, é ilustrativo:

Entre 1998 e 2002, as exportações da Vale para a China cresceram a uma taxa anual de 33,3%, e a Vale passou a representar, no fim do período, 16% das importações chinesas. Já entre 2002 e 2006, a Vale se inseriu de maneira decisiva no mercado chinês, com as exportações aumentando de 17,5 milhões de toneladas métricas para 77,9 milhões, fazendo da Vale a maior fornecedora de minério de ferro para a China. A China foi o principal *driver* da demanda global por minerais e metais em 2013, representando 64,3% da demanda global transoceânica por minério de ferro, 50% da

demanda global por níquel e 43% da demanda global por cobre. A China também correspondeu a 40,5% da receita operacional líquida da Vale (COELHO, 2015, p. 43).

O incremento das relações comerciais entre o Brasil e a China, com foco nas exportações da mineradora Vale S.A, contribui para expressar a inserção primária brasileira no mercado internacional de *commodities*. Portanto, também chama a atenção às características de um modelo neoextrativista em expansão no Brasil. Neste sentido, para Milanez e Santos (2013), sinais do neoextrativismo no Brasil podem ser encontrados no processo de *reprimarização da economia*⁹. No Brasil, a discussão sobre reprimarização está presente principalmente nas pesquisas desenvolvidas por autores como Cano (2012), Delgado (2012), Milanez e Santos (2013) para compreender o que também é chamado de *boom das commodities* nos anos 2000.

À vista disto, para Malerba e Milanez, a posição primário-exportadora do Brasil apresenta contradições:

Tal estratégia de inserção internacional gera uma série de problemas, tais como desenvolvimento de estruturas econômicas pouco diversificadas, tendência à deterioração dos termos das trocas com redução progressiva dos preços relativos das *commodities* em longo prazo, perda de biodiversidade e impactos socioambientais expressivos que incluem a inviabilização de estratégias produtivas existentes. (2014, p. 1)

O processo de inserção regressiva e de reprimarização da pauta exportadora estão ancorados no paradigma neoextrativista (MILANEZ; SANTOS, 2013) e nos esforços de privatização e mercantilização da terra, água e minérios. Envolvem estratégias que buscam inserir cada vez mais novos espaços de extração de matérias primas, contrapondo os interesses e necessidades coletivas de populações tradicionais e a custo da exploração precarizada da classe trabalhadora. Desse modo, como afirma Mészáros:

Reduzindo e degradando os seres humanos à condição de “meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pôde tratar até mesmo o trabalho vivo como nada mais que “mercadoria comercializável”, igual a qualquer

⁹ Segundo Milanez e Santos (2013, p. 133), “No Brasil, o debate sobre neoextrativismo é embrionário. Como o país possui uma estrutura produtiva mais complexa e um perfil comercial distinto do restante da América Latina, sua população raramente o identifica como um país extrativo”. O debate sobre o neoextrativismo no Brasil ainda é aprofundado pelos autores (MILANEZ; SANTOS, 2013; SANTOS; MILANEZ, 2014) nas análises sobre a proposta do novo marco legal da mineração (elaborado pelo Poder Executivo em substituição ao Decreto-lei nº 227/1967, iniciado em 2009 pelo Ministério de Minas e Energia e que ainda perdura até o momento atual – 2015), que para eles, apresenta riscos de consolidação dos princípios da racionalidade neoextrativista no país.

outra, sujeitando-o às determinações desumanizadoras da coerção econômica”. (2007, p. 56)

Diante do *antagonismo estrutural* e da condição *irreformável e incontrolável* do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2007), o trabalho e natureza são explorados e dilapidados para que mercadorias sejam produzidas e lançadas na engrenagem dos lucros capitalistas. Diante disso, na medida em que o Brasil e demais países da América Latina emergem como protagonistas no fornecimento de recursos primários estratégicos para o mercado global, concomitantemente, fica também impossível manter veladas as contradições e os conflitos que pululam em seus territórios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O extrativismo mineral constitui-se como uma das principais atividades econômicas de vários países latino-americanos, como Chile, Peru, Venezuela, Equador, México, Bolívia e Brasil. Demonstrou-se na pesquisa que a exploração mineral foi expandida nesta região do continente americano no contexto da primeira década do século XXI, com desdobramentos econômicos e socioambientais. Portanto, por um lado, incrementou os rendimentos econômicos, geração de emprego nos empreendimentos minerais e exportação dos recursos extraídos do subsolo. Por outro, a expansão das fronteiras extrativas representada pela mineração em larga escala, e, por conseguinte, do capitalismo extrativista na América Latina e particularmente no Brasil, também expressam as contradições e os conflitos com comunidades e trabalhadores. Reprimarização da pauta exportadora, exaustão das paisagens, esgotamento dos recursos hídricos e dilapidação da força de trabalho e das jazidas de minérios em poucos anos revelam a escalada da insustentabilidade do modelo mineral exportador baseado em grandes projetos.

No entanto, diante da territorialização e ofensiva do capital minerador em distintos territórios, estratégias de *(Re)Existências* têm sido construídas na América Latina. Dessa maneira, as experiências de organização coletiva no Brasil são ilustrativas das resistências dos trabalhadores frente à mineração. A criação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (CNDTFM), Movimento pela Soberania Nacional na Mineração (MAM), Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale e demais lutas em diferentes municípios e estados brasileiros como a Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous, em Viçosa/MG, Rede de Acompanhamento e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio (Reaja), em Conceição do Mato Dentro/MG, e a Justiça nos Trilhos, que atua em

territórios impactos pela Ferrovia dos Carajás no Maranhão, são exemplos de movimentos de contestação ao modelo mineral territorializado no Brasil e, de maneira interescalar, também na América Latina.

5 REFERÊNCIAS

ACQUATELLA, Jean. et.al. *Rentas de recursos naturales no renovables en América Latina y el Caribe: evolución y participación estatal, 1990-2010*. CEPAL – Serie Seminarios y Conferencias, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALVES, José. *As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia*. 670f. Tese (doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Presidente Prudente, 2014.

ARÁOZ, Horacio Machado. *Auge minero y dominación neocolonial en América Latina: Ecología política de las transformaciones socioterritoriales neoliberales*. 2010. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-062/1107.pdf>>. Acesso em: 26 de ago.2016.

BOITO Jr., Armando. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Fórum Econômico da FGV / São Paulo, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Novo-desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (Org.). *Nação, câmbio e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.55-93.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Texto para Discussão*, IE/UNICAMP, Campinas, n. 200, jan. 2012.

COELHO, Tádzio Peters. *Projeto grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado*. Marabá: Editorial Iguana, 2015.

COMPOSTO, Claudia.; NAVARRO, Mina Lorena. Estados, transnacionales extractivas y comunidades movilizadas: dominación y resistencias en torno de la minería a gran escala en América Latina. *Revista Theomai*, Buenos Aires/Argentina, n. 25, 2012, p. 58-78.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, 2010, p.111-125.

_____. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FREI, Vanito Viriato Marcelino. *No país do mano muça, eu sou carvão: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de*

Nampula. 2017. 412f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. *No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás*. 504f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, 2016.

_____. Ricardo Junior de Assis Fernandes. Et.al. No horizonte, a exaustão. O contexto da mineração no Brasil: mudanças globais, mudanças locais. In: MENDONÇA, Maria Luisa.; STEFANO, Daniela. *Direitos Humanos no Brasil 2015: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 119-130.

GUDYNAS, Eduardo. *Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. CLAES, 2015.

GUTIÉRREZ, Guillermo. *Patagonia, una region sin realidad?* 2003. Disponível em: <<http://www.manuelugarte.org/modulos/biblioteca/g/gutierrez/patagonia.pdf>>. Acesso em: 20 de jan. 2017.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MARX, Karl. *O capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALERBA, Juliana.; MILANEZ, Bruno. *Um novo código mineral para quê?* 2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Malerba-2012-Um-novo-c%C3%B3digo-mineral-para-qu%C3%AA.pdf>> Acesso em: 26 de mar. 2015.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: *Anais, 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia, 2013*.

_____.; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 10, p. 119-148, 2013.

NERUDA, Pablo. *Canto Geral*. Tradução de Paulo Mendes Campos. São Paulo; Círculo do Livro S.A, 1980.

OCMAL. *Legislación Minera en el Derecho Comparado*. Los casos de: Chile, Equador, Peru, Guatemala, El Salvador. 2012.

PETRAS, James. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, 2014, p. 301-323.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. 3.ed. Rio de Janeiro, Record. 2013.

_____. *A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha*. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Carlos%20Walter%20Porto-Goncalves.pdf>>. Acesso em: 23 de jul. 2016.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. Serviço Social & Sociedade, 112, 672-688, 2012.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. *O Projeto Neoextrativista e a disputa por Bens Naturais no Território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água*. In: CPT. Conflitos no Campo Brasil – 2012. CPT Nacional, Goiânia, 2013. p. 75-86.

_____. *Mineração no Brasil: Por um debate amplo sobre a captura das rendas minerais. Não Vale, Açailândia, II Edição, p. 75-89, 2013.*

_____. *Fundamentos para a criação de um fundo social e comunitário da mineração no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE, 2012

_____; MILANEZ, Bruno. *Neoextrativismo no Brasil? Atualizando a análise da proposta do novo marco legal da mineração*. In: Seminário Internacional Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental, 2014, São Luís. 2014.

_____; MILANEZ, Bruno. *Neoextrativismo no Brasil? Atualizando a análise da proposta do novo marco legal da mineração*. Juiz de Fora/MG: Poemas, 2014. Disponível em: Acesso em: 14 de jan. 2017.

SVAMPA, Maristella. et. al. (Org.) *Movimientos socioambientales en América Latina*. Buenos Aires/Argentina: Clacso, 2012.

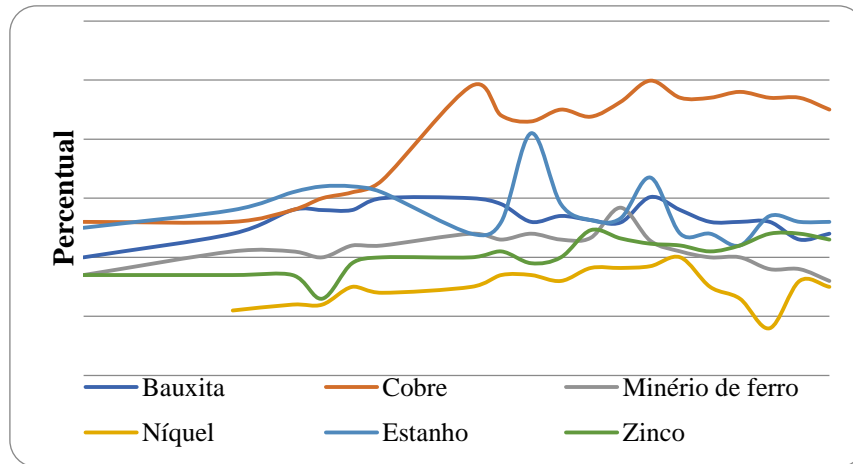
USGS. *United States Geological Survey*. 2012. Disponível em: <<https://www.usgs.gov/>>. Acesso em: 22 de ago. 2013.

WORLD BANK. *Commodity Markets*. 2013. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>>. Acessado em: 22 de nov. 2015.

VELÁSQUEZ, Javier Fernando Villamil. *Consolidación de la gran minería transnacional em latinoamérica*. *Theomai*, Buenos Aires/Argentina, n. 25, p. 46-57, 2012.

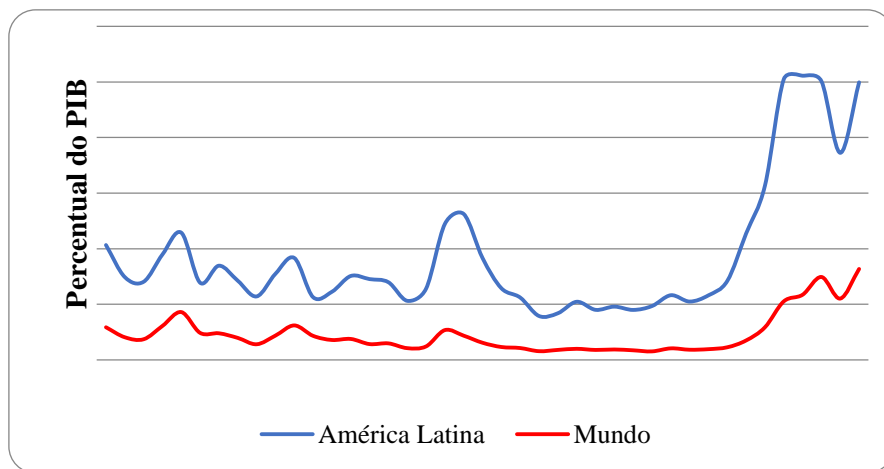
6 ANEXOS

Gráfico 1 - Participação da América Latina na produção mineral mundial (1985-2010)



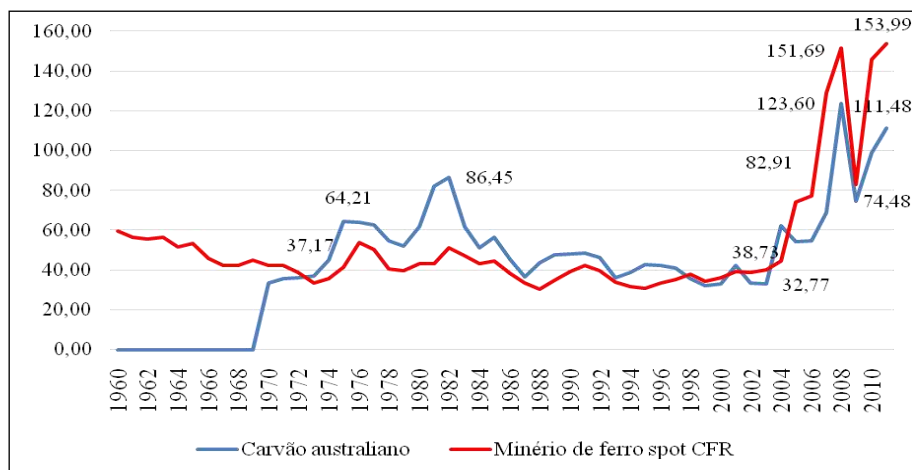
Fonte: USGS (2012); Milanez e Santos (2014).

Gráfico 2 - Evolução da renda mineral na América Latina e no mundo (1970-2010)



Fonte: World Bank (2013); Milanez e Santos (2014).

Gráfico 3 - Evolução dos Preços do Carvão e do Ferro (1960-2011) em US\$ - referência 2010



Fonte: World Bank (2013); Milanez e Santos (2014).

Recebido em 26/06/2017.

Aceito em 03/08/2017.

Publicado em 21/09/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.133593

A DIALÉTICA DO LATIFÚNDIO E MINIFÚNDIO: A POLÍTICA AGRÁRIA BOLIVIANA NOS ÚLTIMOS 60 ANOS¹

THE DIALECTIC OF LANDLORDISM AND SMALLHOLDINGS: THE BOLIVIAN AGRARIAN POLICY IN THE LAST 60 YEARS

Aldo Duran Gil ²

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil.

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma análise da política agrária boliviana pós-1953. Para entendermos o conteúdo dessa política estatal e sua natureza de classe, buscamos caracterizar seus os principais aspectos estruturais de longo prazo, tomando em conta o contexto de transformações socioeconômicas e políticas pós-1953, passando rapidamente pelos regimes populista, militar e neoliberal. Partimos da hipótese segundo a qual a política agrária boliviana adotou um padrão estrutural de Reforma Agrária conhecido como modelo *junker*, reproduzindo a longo prazo o grande latifúndio e o minifúndio.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Desenvolvimento Capitalista Dependente; Bolívia.

Abstract: The objective of this article is to present an analysis of the post-1953 Bolivian agrarian policy. In order to understand the content of this state policy and its class nature, we seek to characterize its main long-term structural aspects, taking into account the context of post-1953 socio-economic and political transformations, passing quickly through populist, military and neoliberal regimes. We start from the hypothesis that Bolivian agrarian policy adopted a structural pattern of Agrarian Reform known as a *junker* model, reproducing in the long term the large landlordism and smallholdings.

Keywords: Land Reform; Dependent Capitalist Development; Bolivia.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise da política agrária boliviana do período pós 1953. Para entendermos o conteúdo dessa política estatal e sua natureza de classe, buscamos caracterizar seus os principais aspectos estruturais de longo prazo, tomando em conta o contexto de transformações socioeconômicas e políticas pós-1953, passando rapidamente pelos regimes populista, militar e neoliberal (1953-2003). Mais especificamente, a ideia é caracterizar seus traços essenciais ao longo de mais de 50 anos. Partimos da hipótese segundo a qual a política agrária boliviana adotou um padrão estrutural de Reforma Agrária

¹ Parte da primeira versão deste artigo foi disponibilizado nos Anais do V Congresso Latino-Americano de Ciência Política, da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), Buenos Aires, 2010. Ele fez parte da pesquisa realizada em 2007 e 2008 sobre o governo Morales e publicada nos artigos “Bolívia e Equador no contexto atual” (DURAN, 2008a), “Bolívia: duas revoluções nacionalistas?” (DURAN, 2008b) e “A política agrária boliviana sob o governo Morales” (DURAN, 2013). A presente versão do artigo aborda a *primeira parte*: a política agrária boliviana pós-1953.

² Doutor, Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: aduran@ufu.br.

conhecido como modelo *junker*, reproduzindo a longo prazo o grande latifúndio e o minifúndio.

2 POLÍTICA AGRÁRIA BOLIVIANA PÓS-1953

A Reforma Agrária boliviana de 1953 foi implementada no contexto de transformações socioeconômicas e políticas de cunho nacionalista, aqui caracterizada como um tipo de revolução burguesa de tipo atrasada e periférica no âmbito sul-americano. Embora tal reforma tenha se apresentado como avançada no contexto latino-americano, o modelo de reforma aplicado teve sérias contradições e limites estruturais bem definidos.

2.1 TRAÇOS ESSENCIAIS DA REFORMA AGRÁRIA DE 1953

No fundamental, os traços essenciais do modelo boliviano se assemelham a uma variante de transição ao capitalismo denominada por Lênin como transformação “*pelo alto*”, de tipo *junker*. Seu caráter avançado residiu basicamente em três aspectos.

Primeiro, na tentativa de eliminação parcial (mas não completa) de relações semi-servis vigentes até então no campo: um tipo de colonato³ conhecido no país como pongueaje: prestação de sobre trabalho compulsório do indígena-camponês (ou camponês-indígena)⁴ ao

³ Trata-se de um fenômeno de exploração de trabalhadores do campo que maioria dos autores no Brasil denomina *colonato* (com suas diversas formas de exploração do trabalho e de formas de produção nas distintas regiões da América Latina), caracterizado pela prestação de sobre trabalho compulsório e gratuito do trabalhador direto ao patrão latifundiário, na qual predominam relações de produção semi-servis e semi-assalariadas e de dependência pessoal do trabalhador diante do patrão (Cf. PRADO JR, 1977; CARDOSO, C. F. S; BRIGNOLLI, H. P., 1983; CARDOSO, C. F. S, 1987; SAES, 1985; MARTINS, J. S., 2010; entre outros).

⁴ Utilizaremos indistintamente o termo composto indígena-camponês e camponês-indígena para designar, indicativamente, o camponês. Este tem um caráter étnico e de classe (camponês), ou seja, sua dupla identidade: indígena e camponês, ou indígena que vira camponês ou camponês de origem indígena. Já a identidade propriamente étnica se articula à comunidade indígena (*ayllus*), cujos grupos e membros tem, na década de 1950, pouco contato com as regiões semi-urbanas e urbanas; embora tal contato tenha mudado e oscilado ao longo dos últimos 60 anos através dos mercados camponeses em regiões semi-urbanas e urbanas, dos programas de colonização promovido pelo Estado no âmbito da reforma agrária, bem como através dos fluxos migratórios internos (de indivíduos ou famílias camponesas que se deslocam às cidades em busca emprego e de melhores condições de vida) nas regiões das grandes cidades andinas e sub-andinas. As problemáticas indígena e camponesa são complexas na Bolívia, um país de maioria indígena. Sabe-se que as forças dirigentes pequeno-burguesas (partido *Movimiento Nacionalista Revolucionario*, MNR) na Revolução Nacional de 1952 buscou a campesinização dos indígenas (predominando as etnias *quechua* e *aymara* na concepção do Estado, excluindo as etnias das terras baixas); ou então, declarar os indígenas trabalhadores (pongos domésticos e de fazendas) em camponeses. A questão indígena é deturpada aparecendo como problemática camponesa. O que significa que os indígenas foram, no vocabulário sociopolítico dessa revolução, não só excluídos, mas também ignorados, sendo imposto pelo Estado formado em 1952 uma identidade compatível com o nacionalismo revolucionário, de caráter colonialista e racista conforme a análise dos autores sobretudo indigenistas bolivianos (principalmente os kataristas), como Reinaga (1970), Rivera (1983, 1984, 2012) e Rivera & Santos (2014). Algo diferente ocorrerá

padrão latifundiário; porém tais relações permanecem no campo com intensidade variável, dependendo da região, até pelo menos a década de 2010, como veremos mais à frente.

Segundo, na distribuição de terras fiscais ao indígena-camponês pobre na forma de minifúndios ou pequenas parcelas compostas de três a dez hectares.

Terceiro, na tentativa de implementação de uma política de substituição de importações de tipo agrícola (substituição de alimentos). O que acabou encorajando a emergência de uma burguesia agrária (voltada para a produção de grãos: trigo, cana de açúcar, algodão, soja etc.; e agropecuária: principalmente produção de gado) e da economia indígena camponesa de subsistência num contexto de crescente pauperização do campo boliviano.

Esses aspectos integravam a política agrária do novo regime surgido da Revolução Nacional de 1952. Este regime nacionalista, comandado pelo partido MNR, aplicou seu programa político de cunho desenvolvimentista burguês em detrimento do programa da classe operária mineira estampado nas *Tesis de Pulacayo*, classe essa que perdeu a direção do processo político para a pequena burguesia nacionalista (LORA, 1987). No plano ideológico, tal política contemplava, senão a destruição pelo menos o controle do grande latifúndio por parte do Estado em favor do campesinato-indígena pobre. A expansão do minifúndio aparece assim como um aspecto importante da política agrária do novo regime, sendo acompanhada de um programa de colonização e assentamento de grandes contingentes de camponeses-indígenas em regiões inóspitas, longe da fronteira agrícola. O que provocou a adesão massiva do campesinato-indígena pobre das terras altas e populosas das regiões andina e sub-andina à política agrária governamental, constituindo-se como um grande segmento da base social de apoio ao regime.

2.2 PRINCIPAIS CONTRADIÇÕES E LIMITES DA POLÍTICA AGRÁRIA DE 1953

Agora vejamos as principais contradições e limitações dessa política agrária. Para tanto, foquemos o conteúdo de tal política e, sobretudo, seu caráter sócio-estrutural.⁵

A política agrária imposta ao campesinato-indígena de parcelar instaurou um sistema de dominação dessa classe que se concretizou num tipo de patronato político: o “*Estado*

na “*revolução indigenista e agrária*” (na acepção de seus dirigentes) levada a cabo pelas forças, MAS-governo Morales a partir de 2006. (Cf. DURAN, 2013).

⁵ Por sócio estrutural nos referimos ao caráter histórico da formação social boliviana de longo prazo, com o primado da estrutura sobre a conjuntura (diferentemente das análises conjunturais), basicamente utilizamos essa terminologia na acepção da articulação recíproca (ação e reação) entre economia e política proposta por Marx-Engels (um aspecto que diz respeito à teoria marxista da história) e que vigora na reprodução ampliada do capital. Mais especificamente, nos baseamos na análise da articulação dos processos econômico e político constante nos trabalhos de Poulantzas (1968) e Saes (1985a, 1985b, 1994, 2001a, 2001b, entre outros).

patrão”. A amálgama de relações de produção pré-capitalista com a outorga de certas concessões sociais e políticas de tipo capitalistas (abolição formal do colonato; direito a uma pequena parcela; direito de organização sindical camponesa-indígena e sufrágio universal) apareceu sob a forma de tutela do Estado sobre os camponeses-indígenas parcelares, cujo elemento predominante foi o *clientelismo*, amplamente capitalizado pelos governos do MNR (1952-64) e pelos governos militares (1964-1982).

No penúltimo governo de Paz Estenssoro se criou o Pacto Militar Camponês Anticomunista (abril de 1964) sob o comando do general Barrientos. O governo Siles (1956-60) havia delegado a este militar a tarefa de pacificar as lutas intestinas entre os setores do campesinato-indígena, incentivadas pela acirrada luta de facções do MNR pela conquista do poder governamental via eleições. Albó e Barnadas (1985) sustentam que no final dos anos 1950 se criaram “super-Estados” camponeses (amplas regiões controladas por caciques e caudilhos camponeses-indígenas armados) que surgiram para defender tanto a reforma agrária de 1953 como o governo. Tais “super-Estados”⁶ teriam entrado em guerra uns contra outros incentivados pelo governo. Mas, no fundamental, os camponeses-indígenas teriam sido tutelados politicamente pelo Estado (MNR, militares), o que é designado pelo termo *pongeaje político* (servidão política), semelhante ao *coronelismo*⁷ no Brasil.

Já entre 1964 e 1978 predominou a tutela militar: um tipo de patronato militar materializado no *Pacto-Militar Camponês*. Embora alguns setores do campesinato-indígena lutem pela sua autonomia nesse período, esta será conquistada pelo conjunto do campesinato de origem indígena somente entre 1979 e 1980: a aliança entre organizações sindicais do campo e da cidade na luta contra o regime militar concretizada pelo reingresso da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia* (CSUTCB) à *Central Obrera Boliviana* (COB).

⁶ Esse “Estado *patrão*” também é evocado por Rivera (1983). Contudo, esses autores não conseguem perceber que trata-se de um processo de desorganização/reorganização característica do Estado burguês em relação às classes dominadas, principalmente do campesinato que, neste contexto, cumpre o papel de classe apoio do bloco no poder; e que está articulado a um processo lento de conservação/dissolução das relações de produção pré-capitalistas no campo: a preservação da grande propriedade fundiária (e a impossibilidade de transformar esta classe em fração burguesa) e a implementação de uma política desenvolvimentista-populista pautada pela preservação da ordem social capitalista periférica.

⁷ Mais especificamente, tal *pongeaje político* na Bolívia no período pós-1953, sob os governos do MNR (1952-1964), se aproxima daquilo que Saes denomina – na redefinição desse conceito – “*coronelismo*” (SAES, 1998, pp. 71-113).

Assim, partimos da hipótese segundo a qual as relações de produção pré-capitalistas no campo viabilizaram práticas políticas que foram *potencializadas* pelo *clientelismo*⁸, amplamente detectado por vários autores como Alexander, Mitchel, Malloy, Zavaleta e Lavaud, entre outros. Mas foi interpretado como um fenômeno anormal e “perverso” - isto é, um fenômeno corruptor - ao longo do processo político boliviano dos anos 1950 a 1970, sem diferenciar os dois tipos de relações e suas mudanças – isto é, relações de produção pré-capitalista e relações de produção capitalistas, com relativo predomínio destas últimas. Ou então, foi entendido como constitutivo *da* sociedade boliviana, entendida como caótica e instável por natureza, com alto índice de politização, como sustenta Lavaud (1991), apoiado nas teses defendidas por Huntington (1975) em relação às sociedades pretorianas de massa.

As relações de produção capitalistas caminham lentamente em nichos tipicamente inseridos em relações de trabalho assalariado e semi-assalariado: setor extrativo de minérios (estatal e privado), indústria manufatureira, e setor anexo à economia mineiro-extrativa (comércio importador-exportador e serviços: bancos, comércio, funcionalismo público). Num contexto em que a população boliviana mora majoritariamente no campo e sobrevive da economia de subsistência e com nível muito baixo de assalariamento. Com efeito, no final dos anos 1970 cerca da terceira parte da população boliviana vivia no campo (58% em 1976), com um ritmo de diminuição muito lento em 30 anos (72% em 1950 e 55,5% em 1980). Um relatório da CEPAL de 1982 registrou 380 mil famílias que dependiam da agricultura camponesa de subsistência nos anos 1970; e outro documento do INE (*Instituto Nacional de Estadística*) registra 697 mil pessoas integrantes da PEA agrícola de 1976 (46,4% da PEA total), cuja maioria (86,3%) não era assalariada. Os dados da CEPAL (1982) sugerem que a PEA agrícola seria maior do que a registrada pelos dados oficiais: entre 55% e 60%. Albó (1976) sugere 1,5 milhão de pessoas que dependem da agricultura de subsistência.

Esse seria o outro caráter da economia boliviana qualificada por nós como agrário-camponesa/indígena (aqui incluído os nichos de agricultura ligeiramente modernizada na região leste do país). Nesse sentido, a economia do país pode ser enquadrada numa de tipo *enclave mineiro-extrativa*.⁹ Daí seu duplo caráter da formação social boliviana ainda vigente nas décadas de 1970 e 1980: agrário-camponesa/indígena e mineiro-extrativa.¹⁰

⁸ Dissemos potencializadas pelo clientelismo porque este fenômeno político, que não é pré-moderno ou pré-capitalista, mas regular nas democracias capitalistas centrais, inclusive nas democracias mais desenvolvidas, conforme mostram vários autores como, por exemplo, Theobald (1992).

⁹ Alguns autores abordam a questão do extrativismo e neoextrativismo, passando a considerar a Bolívia, pelo menos desde os anos 1950, como um país de economia extrativista. Sobre essa questão, ver: Petras e Lora (2013), Zibechi (2014, 2016), Gudynas (2015), entre outros. Para Gudynas, todo extrativismo, independentemente de sua variação, é predatório devido a seus efeitos “*derrame*” (conseqüências) negativos,

A abolição formal no decreto da reforma agrária em 1953 (um ensaio foi feito dez anos antes) das relações de produção servis no campo boliviano não eliminou completamente tais relações de produção, sendo ainda conservadas – embora se detecte um lento processo de dissolução – nos anos 1970-1980 em algumas regiões onde predomina a grande e média propriedade fundiária e no campo em geral. Vários autores que analisaram o processo de transformação capitalista desencadeada pela reforma agrária boliviana detectaram relações de produção servis nas regiões sul (departamento de Chuquisaca) e sudeste (departamento de Santa Cruz, basicamente na província *Cordillera*) em plenas décadas de 1970 e 1980.¹¹

A presença do campesinato de origem indígena e população propriamente indígena na Bolívia é predominante, com níveis de pobreza acentuada que sobrevive tanto da economia camponesa de subsistência em pequenas parcelas de terra (minifúndios) como do trabalho assalariado nos nichos de economia capitalista mais avançada no campo e nas parcelas do campesinato rico, com níveis elevados de exploração, principalmente do campesinato-indígena pobre e sem-terra. Inclusive, encontram-se casos em que migrantes colonos de terras altas (de origem indígena) que se assentaram em terras baixas com ou sem ajuda do Estado (programa de colonização induzida com o objetivo de fornecer mão de obra barata para os nichos de economia agrária capitalista) passaram não só a explorar mão de obra de etnias indígenas de terras baixas em condições de semi-assalariamento, mas também em condições de escravidão. A análise de Healy (1987) detecta em plena década de 1980 esses casos em regiões leste e centro-sul do país onde predomina população indígena das etnias guarani e chiriguano. Os médios e grandes fazendeiros das regiões Cordillera e Chaco (departamentos de Santa Cruz e Chuquisaca) do país também escravizaram sessa etnias indígenas durante

que contaminam ou vão além dos danos locais de uma determinada atividade extrativa, tendo impacto sobre o uso dos territórios, as dinâmicas econômicas, a inserção internacional, o papel do Estado, bem como as formas de fazer política (democracia). Assim, o Estado extrativista passa a defender esse tipo de atividade como “*bom negócio*” e como a única forma de inserção com vantagens mais ou menos competitivas no mercado globalizado. Apesar de ser um trabalho importante, nos distanciamos do autor no que diz respeito ao caráter obscuro e idealista em relação a superação da economia extrativa e neoeextrativa, se aproximando de posturas ecologistas um tanto românticas no modo de produção capitalista.

¹⁰ Sobre o duplo caráter da formação social boliviana ao longo do século XX, ver Duran Gil (2003), principalmente capítulo II (“*Formação social capitalista periférica boliviana nos anos 70*”).

¹¹ Um significativo estudo sobre as relações sociais no campo boliviano, feito nas províncias sulinas do Departamento de Chuquisaca entre 1974 e 1976, foi realizado por Healy (1987). Sobre o departamento de Santa Cruz, ver Castillo & Ballerstaedt (1983), Bojanic (1988), Arrieta; Ábrego; De la Fuente (1990) e Ybarnegaray (1992). No caso desta região, tanto os “*junkers*” e as frações agrárias e agroindustriais, como os representantes políticos destas classes (certas camadas médias), controlam os aparelhos estatais locais e regionais, não se diferenciando das práticas políticas das pequenas “*élites agrárias*” descritas por Healy: também açambarcaram os volumosos orçamentos públicos destinados para esta região, bem como os enormes recursos oriundos dos royalties petrolíferos (18% e 11%) durante a década de 1970. O famoso *Comité Pró Santa Cruz* não passou de um partido político regional que representou os interesses econômicos e políticos da grande média propriedade fundiária, bem como do capital petrolífero presente na região.

décadas. Esses casos de escravidão foram redescobertos e denunciados pelos próprios indígenas guarani da APG (Assembleia de Povos Guarani – APG) à OIT nos anos 2000, durante o período do primeiro governo Morales. Uma reportagem de uma jornalista brasileira ajudou a difundir essa situação em nível no âmbito internacional no livro “*Em luta pela terra sem mal*” (PIVA, 2012).

Nas regiões tradicionais com alta densidade de população camponesa-indígena (regiões andina e andina sub-andina), onde a distribuição de minifúndios foi mais acentuada, a maioria dos camponeses-indígenas pobres (ex-colonos dependentes do patrão) liberta-se do trabalho compulsório (colonato) por obra da pressão do movimento operário mineiro em 1952 em conjunto com os movimentos camponeses-indígenas aliados, e passa a se converter em “*proprietário*” de uma pequena parcela de terra, em pequeno produtor agrícola e em trabalhador assalariado. O que não significa que tal libertação seja automática e completa, pois o grau de assalariamento no campo continuou sendo muito baixo ou nulo e conviveu simultaneamente com relações de produção servis e semi-servis.

Vejamos mais de perto. A terra ocupada pela maioria dos camponeses-indígenas parcelares ainda pertencia juridicamente ao Estado. Trata-se de um dos aspectos essenciais da reforma agrária boliviana de 1953: a concessão feita pelo Estado a essa fração de classe dominada através da legislação agrária se configurou, simultaneamente, como tutela do Estado sobre o camponês parcelar e como agrilhoamento deste ao minifúndio.

2.3 A REFORMA AGRÁRIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Nossa análise detectou esse fenômeno que aparece no duplo dispositivo jurídico referente ao assunto na Constituição de 1967.

Primeiramente, o camponês-indígena parcelar não podia vender sua terra, conforme declara o artigo 167 (que reproduz os artigos 6 e 7 da Lei da Reforma Agrária de 1953 referente ao caráter da propriedade e posse da parcela pelo camponês): a parcela é declarada “intransferível” e “inalienável”. Porém o mesmo artigo demonstra o outro aspecto da reforma: embora mencione o não reconhecimento do latifúndio pelo Estado, este ao mesmo tempo o protege, o que aparece nos seguintes termos: “a média propriedade e a empresa agropecuária reconhecidas por lei gozam da proteção do Estado, desde que cumpram uma função econômica e social”. Este dispositivo jurídico (função econômica e social) mascara a proteção do grande latifúndio por parte do Estado.

Em segundo lugar, o dono da terra é o Estado, que tem a prerrogativa de distribuir e redistribuir a propriedade agrária conforme as necessidades econômicas e sociais e de desenvolvimento rural (art. 165) – isto é conforme os interesses da grande propriedade fundiária e das frações burguesas agroindustriais. Esses dispositivos jurídicos são reforçados por outro, no qual aparece claramente que a outorga dos títulos de propriedade estava condicionada pelo trabalho da terra: praticamente exigia a permanência do camponês na parcela concedida temporariamente pelo Estado, caso contrário perderia sua parcela.

Em terceiro lugar, para complementar esse quadro, a tramitação dos títulos das minis parcelas era bloqueada sistematicamente por inúmeras travas burocráticas: na maioria dos casos demorava mais de vinte anos – essa era a situação em que se encontravam a maioria dos camponeses-indígenas no final dos anos 1970 e inícios dos 1980. Tratava-se de uma concessão parcial do Estado viabilizado politicamente pelo programa de reforma agrária, o que foi bem aproveitado pelas políticas agrárias do Estado populista e do Estado militar para agrilhoar o camponês-indígena à terra e assegurar lealdade política tanto aos dirigentes do MNR quanto aos militares, integrantes da burguesia de Estado nascida ao longo do processo socioeconômico e político pós-1952 (Revolução Nacional de 1952).

Agora temos condições para completar a análise do conteúdo da política agrária do Estado formado em 1952. A Reforma Agrária de 1953, não conseguiu realizar uma substantiva transformação capitalista no campo boliviano. Consolidou e expandiu, simultaneamente, a grande propriedade fundiária, em cuja base criou um nicho de agricultura capitalista na região leste do país, e distribuiu pequenas parcelas ao campesinato-indígena pobre.

Mas especificamente, tal reforma instaurou um regime agrário com um duplo sistema de propriedade e de exploração da terra. De um lado, um sistema de minifúndio que reproduz a agricultura camponesa de subsistência, caracterizada pelo trabalho familiar, pela baixa produtividade, bem como pela utilização de técnicas rudimentares de exploração da terra. Numa palavra, tal sistema contribuiu para aprofundar o processo de pauperização e proletarianização do campesinato-indígena em geral.

De outro, instaurou um sistema baseado na alta concentração da propriedade fundiária configurada no médio e grande latifúndio (principalmente na região leste, onde se encontram as melhores terras: sobretudo o departamento de Santa Cruz, seguido dos departamentos Beni e Pando), cuja forma de exploração da terra é designada como agricultura “moderna”. E esta caracteriza-se tanto pela utilização simultânea de trabalho assalariado e semi-assalariado (trabalho pago em dinheiro e em espécie), porém com baixa capacidade de absorção de mão

de obra e alto índice de exploração da força de trabalho de origem camponesa-indígena. A maioria dos trabalhadores do campo (estacionários ou não) são oriundos das regiões andina e sub-andina. Trata-se, assim, de um nicho de agricultura capitalista voltado para a produção comercial e para a exportação de produtos agroindustriais (algodão, açúcar, soja) e que convive com o grande latifúndio improdutivo. Nos anos 1960 e 1970, a política agrária se orientou essencialmente ao reforço da expansão deste tipo de agricultura.

Em suma, tanto o sistema de propriedade parcelar camponesa (produção camponesa de subsistência) como o sistema de propriedade do grande e médio latifúndio foram institucionalizados pela Reforma Agrária em 1953. Nos dois sistemas, as relações de produção capitalistas são muito fracas e avançam num ritmo muito lento. No primeiro sistema predomina a produção camponesa-indígena de subsistência, mas o camponês é obrigado a complementar sua renda com trabalho assalariado e semi-assalariado. O processo pauperização dos camponeses parcelares (principalmente de camponeses sem terra) é muito acentuado: a maioria migra para as cidades e para as regiões onde vigoram os nichos de agricultura capitalista. Já no segundo sistema vigoram relações de produção pré-capitalistas (trabalho de tipo servil) que convivem com fracas relações de produção capitalista (trabalho assalariado e semi-assalariado). Nesta região, os camponeses-indígenas são altamente explorados e obrigados a se assentar em novas colônias (adquirindo pequenas parcelas e adotam a agricultura de subsistência) sem ajuda do Estado, voltar a suas regiões de origem, ou fugir para os países vizinhos (Argentina, Brasil) em busca de trabalho e de melhores condições de vida.

2.4 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E FRAÇÕES DE CLASSE DOMINANTES

Não se pode entender o conteúdo da política agrária boliviana pós-1953 sem relacioná-la com a estrutura fundiária e o sistema de dominação de classes que vigorou ao longo dos anos 1960 a 1980. Para tanto, impõe-se uma breve caracterização da grande e média propriedade fundiária e as frações burguesas articuladas a essas classes sociais. Ao contrário do que mormente se sustenta, a grande propriedade fundiária, aliada política da velha burguesia mineira, saiu fortalecida no pós-1952. A Reforma Agrária não apenas consolidou, mas também contribuiu com a maior concentração e expansão da grande propriedade fundiária – impulsionou uma transformação no campo de tipo *junker* na região leste do país.

No processo de diferenciação¹², no seio destas classes, consoante ao tipo de desenvolvimento capitalista instaurado na Bolívia, pode-se detectar o surgimento de duas frações burguesas importantes: a agrário-comercial e a agroindustrial.¹³ Deste conjunto de classe emerge o capital agroexportador que foi amplamente incentivado pelo Estado, principalmente na exportação de algodão, açúcar e álcool. Em geral, tais classes atravessam um período de fortalecimento político e relativo crescimento econômico, o que se expressou no atendimento de seus interesses econômicos pelo Estado militar através das políticas agrária e agrícola. A política agrária instaurou, a partir de 1969, uma segunda fase de expansão e concentração da grande propriedade fundiária (a primeira fase de consolidação e expansão: 1953-69). Já a política agrícola viabilizou a transferência de capital ao setor via créditos estatais com fundos perdidos, isenção de impostos e subvenção dos preços dos principais produtos agroindustriais (algodão, açúcar, álcool etc.) e agropecuários (principalmente gado).

Por outro lado, devemos salientar dois aspectos importantes do caráter destas classes e frações proprietárias. Os setores econômicos preponderantes pertencem à região de Santa Cruz (onde se concentra a maior parte da grande propriedade fundiária no país), dentre os quais se destaca o setor agroexportador, porém, em geral, estes setores são representados politicamente pela burguesia agroindustriais através de seus principais órgãos corporativos de representação de interesses: principalmente a CAO (Câmara Agropecuária do Oriente), CAINCO (Câmara de Indústria e Comércio) e FEGASACRUZ (Federação de Agropecuaristas de Santa Cruz). No seu conjunto, essas classes e frações de classe dominantes regionais se apresentam, de um lado, como aliados políticos do capital estrangeiro (bancário-financeiro e petrolífero) que participa na economia regional, e de outro, como inimigos políticos potenciais do centralismo burocrático da capital do país. Vale dizer, no seu discurso regionalista constante aparecem descarregando sua luta contra a “*burguesia paceña*” (La Paz) em clara alusão, sobretudo, à burguesia de Estado (formada e consolidada no Estado de 1952) e, em parte, à nova burguesia mineiro-exportadora¹⁴ (que emergiu no pós-1952). Em suma, a

¹² Sobre o processo de diferenciação de classe no modo de produção capitalista, consultar a célebre obra *El desarrollo del capitalismo en Rusia* (1981). Uma teoria atualizada e crítica sobre o fracionamento das classes dominantes no capitalismo oferece Saes em “*As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica*” (2014a). Essa reflexão visa aprofundar as hipóteses lançadas sobre o assunto no livro *República do Capital* (2001a) e em outros artigos, sobretudo no artigo intitulado “*Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo*” (2014b). Agradecemos ao professor Décio Saes por fornecer esses últimos artigos (como outros) mimeografados e pela autorização de citação dos mesmos.

¹³ As frações preponderantes destas classes possuem as melhores terras na região tropical e subtropical do Leste do país: Pando, Beni, Santa Cruz, Chuquisaca e Tarija - região que no período do agudo conflito (2007-2008) entre a grande propriedade fundiária e o governo Morales foi denominada “meia-lua”.

¹⁴ Essa nova fração da burguesia mineira é diferente da velha burguesia mineira, mais conhecida como “os barões do estanho”. A nova burguesia mineira surge basicamente com o Estado formado em 1952 e tende a

luta econômica e política entre esses dois conjuntos de classe dominante apareceu, ao longo do período 1960-80, na forma de luta regional, luta esta que está relacionada com os conflitos e contradições no seio do bloco no poder.

Na literatura sociológica e política boliviana, esse fenômeno político foi analisado basicamente a partir de dois ângulos. De um lado, as causas fundamentais da instabilidade política boliviana estariam nas lutas regionais, dinamizadas pelas oligarquias regionais, e não na luta de classes. O maior representante é Roca (1999, p. 39), quem sustenta a tese segundo a qual a história do país não é a história da luta de classes, mas a história de suas lutas regionais (CALDERON; LASERNA, 1983). De outro, o conjunto da classe proprietária fundiária aparece com uma dupla caracterização, feita por Zavaleta, Lavaud, entre outros: 1) a não diferenciação das classes e frações de classe da região de Santa Cruz, considerando-as de forma homogênea com o qualificativo de “*oligarquia cruceña*”; 2) esta teria detido a hegemonia política no período 1970-1980 (IBARNEGARAY, 1992; ARRIETA; ÁBREGO; DE LA FUENTE, 1990).¹⁵

Vejamos outro aspecto importante da política agrária pós-1953. Essa política, que fazia parte da política estatal de cunho desenvolvimentista, contribuiu com a criação das condições necessárias para a emergência de uma burguesia agroindustrial. Trata-se de um processo de criação de uma nova fração burguesa “pelo alto”, homólogo ao processo de emergência da nova burguesia mineira em detrimento da antiga burguesia mineira (barões do estanho). Estas duas importantes frações da burguesia boliviana - que aqui denominamos burguesia interna seguindo a análise de Poulantzas (1975),¹⁶ preponderaram na economia no período 1950-1980 - foram “criadas” pelo Estado boliviano e simultaneamente impulsionadas por este e pela política imperialista dos Estados Unidos. Mas especificamente, é o Estado boliviano que intervém na formação e consolidação destes dois núcleos de burguesia interior interna.

se consolidar na década de 1970 com apoio do Estado, que transfere boa parte da renda estanífera e petrolífera ao setor através de empréstimos com fundo perdido, isenção de impostos e compra de concentrados de minérios por parte da estatal COMIBOL (Corporación Minera de Bolivia) com preços sobre-faturados, entre outros. Inicialmente, as sub-frações da nova burguesia mineira se autodenominam “mineração média”, aglutinadas na ANMM (Asociación Nacional de Mineros Medianos), porém são aliadas e dependentes das firmas monopolistas mineiras estadunidenses. Contudo, as firmas monopolistas estrangeiras, sobretudo estadunidenses, dirigem e controlam a ANMM, e se autodenominam, eufemisticamente, mineração média, ocultando seu caráter monopolista e oligopolista. Elas dominam o Estado boliviano e controlam a exportação de concentrados de minérios não refinados, o refino no exterior e a comercialização dos mesmos nos mercados mundiais. Sobre esse assunto, Cf. Duran (2003; ver principalmente o item “*Caracterização das classes dominantes na Bolívia*”, pp. 131-138).

¹⁵ Essas caracterizações são altamente discutíveis, especialmente a última. Não temos espaço aqui para aprofundar essa análise.

¹⁶ Nessa obra Poulantzas diferencia a burguesia compradora, burguesia interna e burguesia nacional. Nessa linha de análise sobre a burguesia interna nos apoiamos sobretudo em Saes (2014a, 2014b).

Zavaleta (1992, p. 75-76) também detecta a criação dessas frações burguesas, só que as limita ao processo posterior a 1952 e a insere no quadro do Estado liberal-burguês que, segundo o autor, somente teria emergido na revolução de 1952. Trata-se daquilo que nós denominamos, aqui, a criação dos dois núcleos da burguesia interior interna “pelo alto”, mas esse processo já estava ocorrendo na década de 1940 e que se acentua a partir de 1952. E tal política obedeceu aos imperativos do Relatório Bohan (1942), elaborado pelo funcionário estatal estadunidense Mervin Bohan (Chefe da Missão Econômica dos Estados Unidos na Bolívia), o qual acabou virando o programa político do MNR. O Relatório foi reproduzido no plano econômico elaborado por W. Guevara em 1954 (Plano Imediato de Política Econômica do Governo da Revolução Nacional de 1955, que depois foi denominado Plano de Diversificação da Produção). Tal plano solicita abertamente a ajuda econômica dos Estados Unidos, endossando os imperativos políticos e econômicos do imperialismo estadunidense na Bolívia no que diz respeito ao programa de substituição de importações de produtos agroindustriais e da “*marcha ao leste*” do país.

Referimo-nos aqui a emergência das frações burguesas agrária e agroindustrial do leste do país (região de Santa Cruz). Trata-se de um fenômeno de transformação “*pelo alto*” da “*situação de classe*” e de interesses econômicos de frações da grande propriedade fundiária em burguesias agrária e agroindustrial. Estas foram impulsionadas com a criação do Banco Agrícola em 1942 (processo semelhante à criação do Banco Mineiro em 1937 para beneficiar às emergentes frações da nova burguesia mineira, contra os barões do estanho) e, sobretudo, com a aplicação do Relatório Bohan pelos governos populistas (1952-64). Um dos objetivos centrais desse relatório era o de que o Estado devia criar as condições econômicas necessárias com o fim incentivar a substituição de importações de produtos agropecuários e agroindustriais. O que implicava fomentar – esse era o suposto implícito no relatório - a criação de burguesias agrárias e agroindustriais que deveriam se encarregar dessa tarefa, com o fim de eliminar a dependência do país em relação a importação de grãos e alimentos. Depois de 1952, a política desenvolvimentista do novo Estado, consoante com seu projeto de diversificação econômica, passa a promover a “*criação*” de uma burguesia industrial. Daí a plausibilidade da hipótese segundo a qual o programa industrial do regime do MNR (1952-64) foi o Relatório Bohan: o programa econômico do governo nacionalista-populista aplicado na sua integridade (constante no Plano Imediato de Política Econômica de 1954, que visava a

diversificação econômica e a “*marcha ao leste*”).¹⁷ E o principal instrumento da política de Estado que viabilizou tal programa foi a Reforma Agrária de 1953, cujos principais aspectos já os conhecemos: a consolidação e expansão da grande e média propriedade fundiária. Tal política foi reforçada, simultaneamente, com os sucessivos planos governamentais de desenvolvimento e relatórios dos Estados Unidos, conforme mencionado acima: o Plano de Estabilização Econômica de 1956, elaborado pelo banqueiro estadunidense Eder, conhecido como Plano Eder. O que implicou na manutenção e consolidação dos setores chaves da economia boliviana: o extrativo (minérios, petróleo) e o agroindustrial.

Uma avaliação crítica da implementação do Relatório Bohan (políticas mineira e agrária) pelo Estado revela - ao contrário do que sustenta a maioria dos autores bolivianos - que não houve “*claudicação*” dos governos nacionalistas do MNR diante do imperialismo estadunidense, nem muito menos contradição em relação à aplicação desse relatório, que depois virou o programa do governo do MNR e concretizado nos planos de desenvolvimento e diversificação econômica. Esses governos aplicam um plano de desenvolvimento que não é deles, mostrando assim a compatibilidade do regime do MNR (a despeito de sua postura nacionalista) com as políticas imperialistas: o objetivo fundamental era “*criar*” e fortalecer essas duas frações da *burguesia interna*¹⁸ boliviana, em detrimento, evidentemente, da expansão e diversificação industrial do próprio setor mineiro e do setor manufatureiro tradicional. Contudo, quando as frações da burguesia interior experimentam um crescimento econômico e fortalecimento político nos anos 1960, passam a se opor à “*política desenvolvimentista*” viabilizada pelo Estado formado em 1952. Além disso, desconhecem seu “*criador*” (o Estado nacionalista/populista) e aplicam os golpes de 1964 e 1971 com o apoio dos militares conservadores.

Com a redefinição da ideologia nacionalista viabilizada pelas novas “*categorias sociais*” de Estado (militares, burocracia estatal, intelectuais, nacionalistas), os governos militares instaurados em 1964 e, sobretudo, em 1971, levaram ao limite o projeto de desnacionalização da economia boliviana iniciado no Estado populista em proveito de um

¹⁷ Essa hipótese é sugerida no trabalho de Arrieta Ábrego; De la Fuente (1990: pp. 90, 179.) sobre o caráter da agricultura e da empresa modernizada em Santa Cruz. Os autores fazem uma minuciosa análise dos planos de desenvolvimento para a agricultura à luz do Relatório Bohan e dos logros da política governamental do MNR constantes em “*Bolivia: 10 años de Revolución*” de 1962. O outro aspecto fundamental do Relatório era incentivar o governo boliviano na criação de condições de substituição de importações de alimentos e, por essa via – e este é o outro fator crucial, que não aparece na leitura desses autores – o de garantir, a médio e longo prazos, a extração de recursos energéticos (gás e petróleo) pelas firmas monopolistas estadunidenses. A “*marcha ao leste*” (região de inesgotável reserva desses produtos) deve ser entendida nesse contexto. A imposição do Novo Código do Petróleo (1955) aponta nessa direção.

¹⁸ Na acepção de Poulantzas (1975) e Saes (2014a e 2014b).

“*capitalismo privado*”. O que implicou na implementação contínua de uma política de Estado calcada no reforço dessas duas principais frações da burguesia interior. A influência dos Estados Unidos, desde a década de 1940, foi decisiva na aplicação dessa política de Estado na Bolívia: o seu objetivo era possibilitar a penetração do capital estadunidense no país, nomeadamente nos setores mineiro e petrolífero. As duas frações da burguesia interior mais importantes constituíram-se, assim, em “*pontas de lança*” (isto é, suas melhores aliadas) da penetração e expansão desse capital através do complexo processo de interiorização no seio da formação social capitalista periférica boliviana. O que redundou no reforço da economia de enclave ao longo do século XX, caracterizada como mineiro-extrativa e agrário-camponesa/indígena e mineiro-extrativa.

A economia camponesa-indígena de subsistência, articulada ao sistema de mini parcelas, veio então a contribuir, direta ou indiretamente, no processo de expansão da economia “*agrícola modernizada*” e de consolidação da concentração do grande e meio latifúndio no país – dois aspectos decorrentes da política agrária impulsionada pela reforma agrária de 1953. Além disso, a reforma tentava fornecer grandes contingentes de força de trabalho barata à região onde se instaurou um nicho de produção agrícola modernizada no âmbito de um projeto mais amplo de capitalização do campo, financiado basicamente pela renda estanífera e petrolífera (sobretudo da primeira).

2.5 BREVE RESUMO DOS PERÍODOS DE ACUMULAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE TERRA¹⁹

Para completarmos o quadro da implementação da política agrária com seu duplo caráter, já apresentado, uma das principais políticas do Estado boliviano a médio e longo prazos, devemos salientar que o processo de acumulação e concentração de terras em poucas mãos foi feito, grosso modo, por duas vias: 1) pela via da dotação de terras fiscais pelos governos civis (MNR do período 1953-1964; período neoliberal, 1985-2005) e governos militares (1964-1982) a integrantes da burocracia estatal (dirigentes nacionalistas, cúpula castrense) e a integrantes de famílias latifundiárias e burguesas; 2) pela via da grilagem de terras por parte desses setores sociais e de setores médios aliados dos governos de turno. Nos dois casos, os mecanismos de apropriação de terras ocorrem principalmente, mas não

¹⁹ O nosso objetivo aqui é tão somente apresentar um breve resumo do açambarcamento e acumulação de terra durante os seguintes períodos: do regime ditatorial-militar (1964-1982), do governo Siles Suazo (1982-1985), da instauração do neoliberalismo (1985-2000). Uma análise mais aprofundada desses períodos será feita em outro momento.

exclusivamente, na região leste do país. Lembremos que a própria legislação sobre a Reforma Agrária de 1953, ratificada pela Constituição de 1967, legitimava juridicamente esses mecanismos de açambarcamento de terras (fiscais ou não), principalmente das terras comunais indígenas, cuja forma de expropriação era feita por meio de um processo violento de extorsão ou roubo das terras dos camponeses e indígenas. E tais mecanismos de expropriação eram legitimados através do dispositivo “*função econômica e social*” da média e grande empresa agrícola: um processo de maqueamento do grande e médio latifúndio.

Podemos detectar três períodos do processo de consolidação-expansão do grande e médio latifúndio à luz das duas vias de açambarcamento ou expropriação de terras supramencionadas: 1) período 1964-1982 (governos do MNR): consolidação do antigo latifúndio na Reforma de 1953 com ligeira expansão da dotação de novas terras por obra da política agrária e a política desenvolvimentista do regime populista boliviano; 2) período 1964-1982 (regime militar): expansão acelerada e consolidação de novos latifúndios²⁰;) período 1985-2005 (governos neoliberais): aprofundamento da expansão acelerada e grande concentração de terras articulada à luta pela nova consolidação do grande latifúndio.²¹

Analisemos brevemente o último período no qual a pauperização no campo (campesinato-indígena) chega a níveis dramáticos e coincide com o aumento igualmente dramático de empobrecimento das grandes massas populares urbanas por obra da política estatal neoliberal. A luta de classes no campo e na cidade adota um caráter altamente explosivo neste período. Do lado dos antigos e novos proprietários fundiários, os mecanismos de açambarcamento ou roubo e concentração de terras adquirem formas inusitadas, com alto teor de violência e repressão contra as comunidades indígenas e o campesinato pobre. Formas violentas de expropriação das terras e territórios comunais indígenas na região leste do país, seguidas de expulsão e extermínio tanto das populações nativas quanto de suas lideranças;

²⁰ Grandes propriedades de terras também foram adquiridas pelo capital do narcotráfico, ou mais exatamente pelas máfias do narcotráfico, cujos integrantes, ao longo das décadas de 1970-1980, eram indivíduos pertencentes de algumas famílias latifundiárias e que alguns deles faziam parte do exército, como o caso da família do ditador Banzer, que utilizava as embaixadas e consulados bolivianos no exterior, principalmente nos Estados Unidos, como balcão de negócios do narcotráfico no período da ditadura militar com conhecimento dos governos estadunidense da época. O primo de Banzer, Roberto Suárez Gomez, foi um dos maiores chefes do cartel boliviano da cocaína na década de 1980, possuindo extensas propriedades fundiárias no departamento de Beni. Todavia, boa parte da oficialidade (meio e alto escalão) do exército boliviano estava envolvido com o narcotráfico: além da família Banzer, o general García Meza, o coronel L. A. Gomez, entre outros, perpetraram um golpe de Estado em 1980 financiado pela máfia do narcotráfico, passando esses militares a açambarcar grandes propriedades de terra na região leste do país. Na década 1980 se deflagraram grandes escândalos envolvendo militares, políticos e empresários envolvidos com o narcotráfico (os casos “*Huanchaca*” e “*narco-avião*”). Cf. LAB-IEPALA (1982), Rodas (1996) e Duran (2000).

²¹ Lei de Reforma Agrária de 1996, sob o primeiro governo Sánchez de Lozada.

anexação aberta e arbitrária de terras fiscais e comunais por parte de setores da burguesia cruceña especialmente de grandes parques florestais na região leste.²²

Do lado da massa camponesa e indígena igualmente se detectam mecanismos defensivos inusitados de luta pela terra: luta não somente pela terra (reforma agrária), mas também pelos territórios tradicionais indígenas. Surge, assim, a luta pela autonomia indígena e pela diversidade das nações indígenas com caráter pluriétnico e plurinacional, ao mesmo tempo que se integra à luta pela terra e território: as terras comunais devem ser autonomamente administradas (região e municípios) pelos próprios indígenas. Essa reivindicação ocorre ao longo da década de 1990 e se consolida no final da mesma com a unificação da luta entre os indígenas das terras altas e baixas (regiões andina, sub-andina e tropical). O partido MAS capitalizará essas reivindicações e as incluirá na sua plataforma política: luta pela terra e território e pela autonomia indígena com caráter plurinacional.

3. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho temos analisado aos traços essenciais da política agrária boliviana e a estrutura da terra correspondente desde 1953, passando revista, grosso modo e esquematicamente, pelos regimes populistas (governos do MNR: 1952-64), militar (1964-82), neoliberal (1985-2005) que vigorará até chegar ao governo Morales. Pelo menos a década de 2000. Detectamos que, ao longo de 50 e 60 anos, a política agrária estatal não modificou substancialmente a estrutura agrária definida logo após a Revolução Nacional de 1952, iniciada na Reforma Agrária de 1953, cuja tentativa foi a de desenvolver a capitalização do campo e a realização de planos de desenvolvimento capitalista para auxiliar a indústria com o fim de abandonar a importação de grãos e alimentos – um tipo de substituição de importações num país dependente e periférico. A política agrária de longo prazo contribuiu com a reprodução da estrutura agrária do país iniciada na década de 1950. A análise de tal política e da estrutura agrária revelou suas contradições, ambiguidades, retrocessos e conflitos entre as classes proprietárias e as grandes massas trabalhadoras, camponesas e indígenas. Basicamente revelou um padrão ou tipo de reforma agrária peculiar: a política agrária boliviana adotou um

²² O caso mais emblemático nos últimos anos é o do conspícuo latifundiário e representante da burguesia agroindustrial, o caudilho Marinkovic, integrante do Comitê Cívico de Santa Cruz. Além de comprar votos para conquistar a direção do comitê, principal bastião da oposição autonomista contra o governo Morales, incita abertamente a violência no campo, semeando terror nas comunidades indígenas e se apropriando de suas terras (apropriação da Laguna Corazón no território indígena *guarayo* no leste do país). Em 2007 e 2008, o poder público, acionado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) e o ministério do ramo, entrou com processo jurídico contra esse dirigente cívico pela apropriação ilegal de extensas terras fiscais e comunais indígenas (Cf. ECONOTICIAS BOLIVIA, 2008).

padrão estrutural de Reforma Agrária conhecido como modelo junker, reproduzindo a longo prazo o grande latifúndio e o minifúndio, um processo de transformação capitalista do campo conduzida “*pelo alto*”, caracterizada por nós como a dialética do latifúndio e do minifúndio. Tal processo de transformação capitalista revela, no caso boliviano, que é lento e eivado de lutas e conflitos sociais e que se alastra até a década de 2000.

4 BIBLIOGRAFIA

ALBÓ, Javier. *Bodas de plata o requiem para una Reforma Agrária*. Revista Paraguaya de Sociologia, nº 35, p. 25-57, 1976.

ALBÓ, Xavier & BARNADAS, Josep. *La cara campesina de nuestra história*. La Paz: Editora Universo, 1985.

ALEXANDER, Robert J. *The Bolivian National Revolution*. New Jersey: New Brunswick, 1958.

_____. *Bolivia: past, present, and future of its politics*. New York: Praeger Publishers, 1982.

ANTEZANA Ergueta, Luis. *Proceso y sentencia a la Reforma Agrária en Bolivia*. La Paz: Puerta del Sol, 1979.

_____. *Bolivia: De la Reforma a la Contra Reforma Agrária*. La Paz: Juventud, 1992.

ARRIETA, Mario; ÁBREGO, Guadalupe; DE LA FUENTE, Manuel. *Agricultura en Santa Cruz: de la encomienda colonial a la empresa modernizada (1559-1985)*. La Paz: ILDIS, 1990.

BLASIER, Cole. *The United States and the revolution*. In: MALLOY, J.James. M.&. & THORN, R.Richard. S. (Ed.). *Beyond the revolution: Bolivia since 1952*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1971.

BOJANIC, Alan. *Tenencia y uso de la tierra en Santa Cruz*. Evaluación de la estructura agraria en el área integrada de Santa Cruz. La Paz: CEDLA, 1988.

CALDERON, Fernando; LASERNA, Roberto (comp.). *El poder de las regiones*. Cochabamba: CERES, 1983.

CARDOSO, Ciro. “Sobre los modos de producción coloniales de América Latina”. In: C. S. Assadourian, et al, *Modos de Producción en América Latina*. 2ª ed. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1974.

_____. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro F. S.; BRIGNOLI, Héctor P. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CASANOVAS, W. Moore. *Capital Accumulation and Revolutionary Nationalism in Bolivia, 1952-85*". In: ANGLADE, Christian; FORTIN, Carlos. *The State and Capital Accumulation in Latin America*. London: The Macmillan Press, 1990.

CASTILLO, Carpio; BALLERSTAEDT, Esther. *Santa Cruz. La Reforma Agrária*. La Paz: Grupo de Estudios Andrés Ibañez-CEUB, 1983. COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA - CEPAL. *Campesinado y Desarrollo Agrícola en Bolivia*. Santiago de Chile, 1982.

DANDLER, Jorge. *El desarrollo de la agricultura, políticas estatales y el proceso de acumulación en Bolivia*. Estudios Rurales Latino-Americanos, Vol. 7, nº 2, pp. 81-149, 1984.

DURAN Gil, Aldo. *O narcotráfico nos governos militares e democráticos na Bolívia*. Campinas: Premissas, nº 21, p. 55-72, 2000.

_____. *Estado Militar e Instabilidade Política na Bolívia (1971-1978)*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000311497>>.

_____. *Bolívia e Equador no contexto atual*. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: UNESP e Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais Unesp/Unicamp/PUC-SP, 2008.

_____. *Bolívia: duas revoluções nacionalistas?* Perspectivas Revista de Ciências Sociais, v. 33 pp. 157-188, 2008.

_____, Aldo. *A política agrária boliviana sob o governo Morales*, São Paulo: Revista História & Luta de Classes, v. 16, pp. 49-54, 2013.

ECKSTEIN, Susan & HAGOPIAN, Frances. *The Limits of Industrialization in the Less Developed World: Bolivia*. University of Chicago Press: Economic Developments na Developments and Cultural Change University of Chicago Press, vol. 33, Nº 1, pp. 63-95, 1983.

ECKSTEIN, Susan. *El capitalismo mundial y la revolución agrária en Bolivia*. Revista Mexicana de Sociología, v. 41, nº 2, p. 457-478, 1979.

ECONOTICIAS BOLIVIA. *Branco, el fascista quiere derrocar a Evo*. Disponível em: <<http://www.econoticiasbolivia.com>>. Acesso em 14 mar. 2008.

HEALY, Kevin. *Caciques y patrones. Una experiencia de desarrollo rural en el sud de Bolivia*. 3ª ed. Cochabamba: CERES, 1987.

HEALY, Kevin. *Sindicatos Campesinos y Desarrollo Rural (1978-1985)*. La Paz: Hisbol, 1989.

HUIZER, Gerrit & STAVENHAGEN, Rodolfo. *Movimientos campesinos y reforma agrária en América Latina: México e Bolívia*. In: LANDSBERGER, HHenry. A. (ed.). *Rebelión Campesina y Cambio Social*. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.

HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – BOLIVIA (INE). <http://www.ine.gov.bo/asp/indicadores.asp?TI=2>>. *Bolivia en Cifras. Anuario 1973*.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – BOLIVIA (INE). *Bolivia en Cifras 1980*.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – BOLIVIA (INE). Disponível em: <<http://www.ine.gov.bo/default.aspx>>. Acesso em: 20 oct. 2013.

LAB-IEPALA. *Narcotráfico y Política. Militarismo y Máfia en Bolivia*. Madrid: Iepala, 1982.

LAVAUD, Jean Pierre. *L'instabilite Politique de l'Amérique Latine. Le cas bolivien*. Paris: Editions l'Harmattan, 1991.

LENIN, Vladimir I. *El Desarrollo del capitalismo en Rusia*. Moscú: Editorial Progreso, 1981.

LORA, Guillermo. *Tesis de Pulacayo (Tesis Central de la Federación de Trabajadores Mineros de Bolivia)*. In: LORA, Guillermo Lora. *Documentos Políticos de Bolivia*. La Paz: Futuro, 2ª. ed. vol. II, 1987.

LORA, Guillermo. *La Revolución Boliviana*. La Paz : Ediciones Masas, 1996.

_____. *Inviabilidad de la Democracia. Proletariado y Nación Oprimida*. La Paz: Ediciones El Amauta, 1980.

_____. *Causas de la Inestabilidad Política y de la Crisis de las FF.AA.* La Paz: Ediciones Masas, 1983.

_____. *La clase obrera después de 1952*. México: Siglo XXI, 1987.

_____. *Bolivia: de la Asamblea Popular al Golpe Fascista*. In: *Estudios Histórico-Políticos Sobre Bolivia*. La Paz: El Amauta, 1978.

MALLOY, James. *Bolivia: la Revolución Inconclusa*. Cochabamba: CERES, 1989.

MALLOY, James; CONAGHAN, Catherine. *Unsettling Statecraft. Democracy and Neoliberalism in the Central Andes*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1994.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

MITCHEL, Christopher. *Legacy of Populism in Bolivia: From the MNR to Military Rule*. New York: Praeger, 1977.

PIVA, Juliana Dal. *Em luta pela terra sem mal. A saga guarani contra a escravidão na Bolívia*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politic et classes sociales*. Paris: Maspero, v.2, 1968.

_____. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

ROCA, J. Luis. *Fisionomía del regionalismo boliviano*. La Paz: Plural Editores, 2ª ed, 1999.

RODAS, Hugo. *Huanchaca. Modelo Político Empresarial de la Cocaína en Bolivia*. La Paz: Plural Editores, 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

REINAGA, Fausto. *La revolución india*. La Paz: PIEB, 1970.

RIVERA, Silvia. S. “Luchas Campesinas Contemporáneas en Bolivia: el Movimiento ‘Katarista’: 1970-1980. In: ZAVALETA, René Zavaleta (coord.). *Bolivia Hoy*. México: Siglo XXI, 1983.

RIVERA, Silvia. *Oprimidos pero nos vencidos. Luchas del campesinado Aymara y Quechua, 1900-1980*. La Paz: HISBOL-CSUTCB, 1984.

_____. *Violencias (re)encubiertas en Bolivia*. Santander: Otramérica, 2012.

RIVERA, Silvia & SANTOS, Boaventura Sousa. *Conversa del Mundo - Silvia Rivera Cusicanqui y Boaventura de Sousa Santos*. Vídeo publicado em 12 mar.2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xjgHfSrLnpU>>. Acesso em: 13 de jun. 2015.

ROCA, J. Luis. *Fisionomía del regionalismo boliviano*. 2ª ed. La Paz: Plural Editores, 1999.

RODAS, Hugo. *Huanchaca. Modelo Político Empresarial de la Cocaína en Bolivia*. La Paz: Plural Editores, 1996. *La revolución india*. La Paz: PIEB, 1970.

_____. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985 (a).

_____. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985 (b).

_____. *Marxismo e história*. São Paulo: Crítica Marxista, nº 1, p. 39-59, 1994.

_____. *Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação*. In: *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2ª Ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998.

_____. *República do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2001 (a).

_____. *A questão da evolução da cidadania política no Brasil*. Estudos Avançados: São Paulo, nº 42, v. 13 p. 379-410, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9813>>. Acesso em 23 mai. 2017.

SAES, Décio. *Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência*. In: NOGUEIRA, F. M. G. & Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, M. L. F. Maria Lucia Frizon (org.). *Políticas Sociais e Desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo, Xamã, p. 155-172, 2007.

SAES, Décio. *As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica*. Mimeo, 2014 (a).

_____. *Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo*. Mimeo, 2014 (b).

THEOBALD, Robin. *On the Survival of Patronage in Development Societies*. Archives Européennes de Sociologie, Cambridge, nº 1, v. 33, p. 183-191, 1992.

YBARNEGARAY de Paz, Roxana. *El espíritu del capitalismo y la agricultura cruceña*. La Paz: CERID, 1992.

ZAVALETA, René. *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo XXI, 1986. Nueva Sociedad, Caracas, n. 47, 1980.

_____. *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo XXI, 1986. *El Poder Dual. Problemas de la teoría del Estado en América Latina*. La Paz: Los Amigos del Libro, 3ª ed., 1987.

_____. *50 Años de Historia*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1992.

ZIBECHI, Raúl. *El estado de excepción como paradigma político del extractivismo*. In: COMPOSTO, Claudia; NAVARRO, Mina Lorena (Comp.). *Territorios en disputa*. México: Bajo Tierra Ediciones, 2014. Disponível em <http://otrosmundoschiapas.org/docs/territorios_en_disputa_bienes_comunes.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. *El extractivismo contra los pueblos de América Latina*. Laboratorio de Paz, 18 ago. 2016. Disponível em: <<http://laboratoriosdepaz.org/raul-zibechi-el-extractivismo-contra-los-pueblos-de-america-latina/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

Recebido em 30/06/2017.

Aceito em 20/07/2017.

Publicado em 21/09/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.110116

INEFICIENCIA ECONÓMICA Y DEUDA DE TRANSPARENCIA EN MÉXICO

ECONOMIC INEFFICIENCY AND DEBT OF TRANSPARENCY IN MEXICO¹

María Concepción Martínez Rodríguez²
CIEMAD-Instituto Politécnico Nacional, México

María Isabel García Morales³
ESE-Instituto Politécnico Nacional, México

Martín C. Vera Martínez⁴
Universidad Autónoma de Baja California, Campus Tijuana-México

Omar Mayorga Pérez⁵
CIEMAD-Instituto Politécnico Nacional, México

Resumen: El presente trabajo analiza como se da la relación del gasto improductivo y la corrupción en México. Es un estudio descriptivo-exploratorio sobre el marco regulatorio del presupuesto y el gasto público, su ejercicio y la transparencia; se describe cómo opera éste, y cuales han sido los resultados. Se citan algunos ejemplos sobre el gasto improductivo y se esbozan algunas recomendaciones y conclusiones.

Palabras clave: Crecimiento económico; Gasto público improductivo; Corrupción.

Abstract: This paper analyzes the relationship of unproductive expenditure and corruption in Mexico is given. It is a descriptive exploratory study on the regulatory framework of the budget and public expenditure, exercise and transparency; describes how this works, and what were the results. Some examples are cited unproductive spending and some recommendations and conclusions outlined.

Keywords: Economic growth; Unproductive public expenditure; Corruption.

¹ Este artículo es producto del proyecto “Políticas Públicas, Administración Pública y Gobernanza en el sector ambiental de México: Cambio Climático, Asociaciones Estratégicas público privadas y Presupuesto; 1994-2014. SIP 20150863, del Instituto Politécnico Nacional.

² Profesora Investigadora del Centro Interdisciplinario de Investigaciones y Estudios sobre Medio Ambiente y Desarrollo del Instituto Politécnico Nacional. CIEMAD-IPN, mcmartinezr@ipn.mx; mconcepcionmr@yahoo.com.mx.

³ Profesora Investigadora de la Sección de Estudios de Posgrado e Investigación de la Escuela Superior de Economía, Instituto Politécnico Nacional, mgarciamor@ipn.mx.

⁴ Profesor Investigador en la Universidad Autónoma de Baja California, Campus Tijuana, martin.verz@uabc.edu.mx.

⁵ Estudiante investigador del Instituto Politécnico Nacional, mayorgap99@gmail.com.

1 INTRODUCCIÓN

En México, “en nombre”, tenemos gobiernos de izquierda, derecha y centro y actualmente hay una mezcla de ideologías en donde el gobierno de izquierda toma acciones del de derecha y viceversa, ya no hay una ideología clara en los gobiernos. Este sistema pluralista según Aranda (2010) se configuró en los años noventa, donde los partidos políticos se convirtieron en partidos “atrapa todo”, perdiendo su legitimación ideológica de sus principios por la obtención del éxito amplio y rápido. En el actual panorama institucional en México, los partidos difuminan su doctrina e historia a través de la mercadotecnia política, pareciéndose más a un producto comercial que a un conducto de expresión entre la sociedad y el Estado.

La pragmática de los partidos políticos en México ha orillado a las dirigencias a presentar posturas contradictorias a su historia y principios; más aún, en el camino hacia la búsqueda de electores, los partidos han descuidado los principios éticos al momento de diseñar programas de gobierno e instrumentos para llevarlos a cabo. Lo anterior puede explicarse por la rotación de la clase política en todas las dimensiones del espectro ideológico (ARANDA, 2010).

Derivado de lo anterior las instituciones toman la forma que el partido en el poder vaya marcando y aunque se conservan las generalidades, la administración pública se convierte en el brazo ejecutor del gobierno en turno.

La administración pública en México se divide en dos grandes sectores: el central y el paraestatal. El primero atiende propiamente las funciones administrativas públicas que demanda la sociedad y que en general son de dos tipos: la recaudación de impuestos para atender las funciones del Estado: salud, educación, en el terreno social por citar algunas, y fomento y apoyo a la inversión tanto pública como privada. Con el segundo, interviene directamente en la economía y parte del gasto público lo dedica a inversiones improductivas o productivas (CALDERÓN, 1994).

Cuando hablamos de presupuesto, nos referimos a la política fiscal, la cual es el uso del presupuesto federal que influye en la actividad económica de un país. El presupuesto está dividido en partidas, tres de estas partidas son: la recaudación tributaria, es decir, los ingresos del gobierno, los gastos o los desembolsos del gobierno y el superávit o déficit, que se refiere al monto por el cual la recaudación tributaria excede a los gastos.

El presupuesto se distribuye entre el Poder Legislativo, el Poder Judicial, el Poder Ejecutivo (que incluye todas las Secretarías de Estado), los Organismos Autónomos (como la CNDH-Comisión Nacional de Derechos Humanos) y las Entidades Federativas y Municipios. Según lo señalado por Transparencia presupuestaria (MÉXICO, 2015), el presupuesto se destina al cumplimiento de los objetivos nacionales y se ejerce en toda la República, ya sea porque se hacen transferencias directas a los gobiernos locales o porque se trabaja de manera conjunta entre los tres órdenes de gobierno para generar valor público.

El gasto no programable se refiere a aquél que no está vinculado al cumplimiento de algún programa de gobierno específico. A nivel federal se trata básicamente de obligaciones financieras del Estado. La parte correspondiente a Entidades Federativas/Municipios la conforman las participaciones, que son los recursos que, de acuerdo al Pacto Federal y con base en una fórmula establecida en la Ley de Coordinación Fiscal, se transfieren a las Entidades Federativas, Municipios y Demarcaciones Territoriales del Distrito Federal y son considerados como recursos propios de los mismos (MARIN, 2009).

Entre 2003 y 2008 se acumuló un total de excedentes por aproximadamente 1.536 mil millones de pesos en términos reales; de los cuales, gran parte se gastaron a discreción del Ejecutivo. A pesar de estos excedentes, en México no hay evidencia clara y contundente del aprovechamiento de tales recursos, ya que los indicadores de crecimiento y pobreza no reflejan mejoras sustanciales. Evidencia de ello se encuentra en el Informe del Resultado de la Revisión y Fiscalización Superior de la Cuenta Pública 2006, donde la Auditoría Superior de la Federación señala que de 2001 a 2006, el 49,5% de los ingresos excedentes fueron absorbidos por gasto corriente. Además, los recursos ahorrados no fueron suficientes para mitigar los efectos de la crisis durante el 2009. Solamente en 2008, los ingresos excedentes representaron aproximadamente 2,7% del producto interno bruto de ese año, es decir, 330.62 mil millones de pesos (CAMARA DE DIPUTADOS, s.d.).

En 2010 la economía mexicana creció 5,4% en términos reales, después de la caída de 6,1% en 2009. La recuperación fue superior a la alcanzada por las economías industrializadas, con un crecimiento de 3,1% en promedio, pero inferior al 7,3% logrado por las emergentes y al promedio de América Latina y el Caribe de 6,1%. De 2001 a 2010 el Producto Interno Bruto (PIB) del país se incrementó en 1,7% en promedio anual, cifra inferior a la prevista de 3,2%. Este desempeño obedeció a los efectos de la crisis mundial, de suerte que para el periodo 2001-2006

se programó un crecimiento promedio anual de 3,3% y se alcanzó 2,2%; en tanto que para 2007-2010 la meta fue de 3,0% pero sólo se logró el 1,0% , en 2010 se obtuvieron ingresos excedentes por 163.480.9 millones de pesos, los cuales se canalizaron en un 78,0% (127.475.3 millones de pesos) de conformidad con lo dispuesto en el artículo 19 de la Ley Federal de Presupuesto y Responsabilidad Hacendaria (LFPRH), y el restante 22,0% de acuerdo con los mecanismos establecidos en los artículos 10 y 12 de la Ley de Ingresos de la Federación -LIF (AUDITORIA SUPERIOR DE LA FEDERACIÓN, 2012).

El Programa Nacional de Reducción del Gasto Público (2010), instruyó la aplicación de medidas de austeridad y ahorro en las dependencias de la Administración Pública Federal (APF) que significaron economías por 21.600.6 millones de pesos en 2010. Este programa fue emitido por la Secretaría de Hacienda y Crédito Público (SHCP) el 12 de marzo de 2010, y definió una meta de ahorro acumulado para el periodo 2010–2012 de al menos 40,100 millones de pesos, que se destinarán a programas prioritarios del Gobierno Federal, relacionados con infraestructura carretera, portuaria, ferroviaria, social, médica, de salud, y de apoyo a las micro, pequeñas y medianas empresas, entre otros.

Las erogaciones por concepto de servicios personales, pensiones y jubilaciones, subsidios corrientes y de capital, y del gasto no programable, representaron el 67,0% del total del gasto neto ejercido en el 2010. Estos recursos tienen el carácter de gastos obligatorios y limitan el margen para incrementar la inversión en infraestructura y su equipamiento, por lo que se requiere fortalecer la recaudación no petrolera y la calidad del gasto que permita reasignar recursos a la formación de capital para impulsar el crecimiento económico y el empleo.

Aún no se cuenta con el instrumento adecuado que permita conocer al Congreso, gobiernos estatales y a los usuarios la información estimada de los criterios realizados por la Secretaría de Hacienda y Crédito Público (SHCP), derivado de ello es necesario promover el análisis para disminuir las ineficiencias en el uso de los recursos públicos y mejorar la capacidad en la planeación del gasto.

Se estima que, a partir del 2011 en el ámbito nacional, la recaudación tributaria no petrolera será insuficiente para financiar el gasto, lo que implicará un progresivo deterioro de las finanzas públicas; en caso de que no se tomen las medidas pertinentes en materia de ingresos y gastos, se prevén balances presupuestarios deficitarios y mayor endeudamiento. Importa destacar que los ingresos del sector público se incrementaron a un ritmo menor que los gastos, situación

que debe revertirse para recuperar el equilibrio presupuestario, aminorar el nivel de endeudamiento y disminuir ordenadamente el saldo de los requerimientos financieros del sector público.

2 GASTO IMPRODUCTIVO

Existen dos criterios de clasificación del gasto público: el primero por su impacto económico y el segundo por el propósito del gasto. Los análisis tradicionales sobre los efectos de los gastos del gobierno se concentran en la clasificación económica más que en la clasificación funcional. Por lo tanto, el gasto público representa el costo de las actividades del sector público que comprenden la producción y el suministro de bienes y servicios y las transferencias de ingresos con transparencia en el uso del recurso (HERNÁNDEZ, 2009). La manera en que un gobierno elige distribuir sus gastos es una importante política pública poco analizada por la literatura económica.

Cuando hablamos de gasto improductivo nos referimos entre otras cosas a conceptos que no promueven el crecimiento económico de México. De poco sirven los ingresos adicionales captados por el gobierno federal, ya que al igual que en el pasado reciente los recursos financieros se están destinando a rubros improductivos, el endeudamiento sigue en aumento.

Casualmente y por pura tradición el aumento del gasto improductivo se da cuando se tienen ingresos tributarios y petroleros superiores, los cuales se pudieron orientar a la amortización de sus compromisos o la inversión, sin embargo, eso no ocurre y se destinan a conceptos improductivos (DE LA CRUZ, 2012).

Es importante tomar en cuenta no sólo cuánto se gasta, sino en qué y cómo se gasta; destinar miles de millones de pesos a procesos improductivos refleja la ausencia de claridad que desde el sector público se tiene respecto a las verdaderas necesidades del país; las erogaciones que hace el gobierno no tienen beneficios si ellas no llegan a la sociedad en forma de bienes y servicios más baratos, de fácil acceso y calidad.

No puede dejarse de lado la calidad de la inversión realizada: el monto millonario de recursos destinados a proyectos que no están bien planeados, que al construirse no tienen el desempeño prospectado, limita el crecimiento. La inversión pública improductiva, no ejercida en

tiempo y forma debe eliminarse, básicamente porque se realiza con recursos que se obtienen de los impuestos o de la riqueza petrolera, situación que se traduce en un daño al patrimonio de la sociedad (FERNÁNDEZ, 2011).

George Bataille afirma en su trabajo “La noción de Gasto” que no existe ningún medio correcto que permita definir lo que es útil a los hombres. Esto ocurre, porque es constantemente necesario recurrir a principios que se intentan situar más allá de lo útil y del placer. El sentido de lo útil lo concede el porvenir. El ser humano vale por lo que va a ser más adelante; los llamados gastos improductivos: el lujo, los duelos, las guerras, la construcción de monumentos, santuarios, los juegos, los espectáculos, las artes, son actividades que tiene su fin en sí mismas. El gasto improductivo sustrae la esfera humana al trabajo. A pesar de que siempre resulte posible oponer unas a otras, las diversas formas antes enunciadas constituyen un conjunto caracterizado por el hecho de que, en cualquier caso, el énfasis se sitúa en la pérdida, la cual debe ser lo más grande posible para que adquiera su verdadero sentido (BATAILLE, 1933).

Como hemos visto el gasto público que no es responsable, eficaz, eficiente y transparente y que no promueve condiciones de bienestar entre los mexicanos, es un gasto público improductivo. El financiamiento de proyectos de las más diversas índoles sin un proceso de evaluación (medición) de su impacto en las políticas públicas y el desarrollo del país nos lleva a pensar en un gasto público improductivo. Existen diversos criterios para abordar el gasto público improductivo, en el presente trabajo tomaremos como base el criterio económico y su medición en cuanto alude al concepto de ineficiencia económica, es decir, un gasto es improductivo cuando es ineficiente. Para ello, debe centrarse la atención en los cuatro tipos de ineficiencia. El primer tipo de ineficiencia proviene de la inapropiada asignación de las actividades del sector público en comparación con las actividades del sector privado. Los dos siguientes tipos de ineficiencia provienen de las características específicas de la provisión pública. La ineficiencia en la asignación, la cual se manifiesta como una desordenada puesta en marcha de programas públicos, sin una clara definición de los objetivos que justifican la intervención gubernamental; el otro caso corresponde a la ineficiencia o ineficacia productiva, que describe una situación donde el sector público no provee bienes y servicios al mismo costo. Cabe señalar que la ineficiencia en la asignación algunas veces se denomina ineficiencia productiva en reconocimiento al hecho de que la minimización de costos involucra decisiones acerca de la asignación de los insumos. Por

último, existe una dimensión macroeconómica del gasto improductivo, que relaciona la eficiencia con el gasto público destinado a cumplir objetivos macroeconómicos.

La productividad del gasto público es sumamente importante para el ajuste y la viabilidad fiscal, especialmente cuando los recursos disponibles para respaldar a los servicios públicos son limitados.

En todas las economías, una reducción sostenida y eficiente del déficit fiscal requiere una combinación acertada de medidas de política con respecto al gasto y al ingreso. Algunas de las medidas pueden ser la reducción del déficit fiscal, aumentar la productividad de los programas públicos, reducir el tamaño del sector público y el nivel del gasto público, participación más eficiente del sector privado, otra es que en algunas categorías del gasto público pueden ser tan ineficientes que aumentando la eficiencia podrían obtenerse recursos para ampliar otros programas públicos esenciales o para reducir el déficit.

El concepto de productividad del gasto público se basa en la interpretación de las actividades del sector público como procesos de producción, el sector público tanto en su papel de productor en sentido estricto como proveedor utiliza recursos tanto para la producción o para la adquisición de bienes o servicios como para la administración de los beneficios. Para lograr sus objetivos, el sector público debe utilizar estos recursos en forma eficiente, lo que en la mayoría de los casos no se da.

La productividad del gasto público puede definirse comparando el producto generado, o los objetivos alcanzados, con un nivel de gasto dado; para que los programas del gasto público sean eficientes o productivos debe ser su costo el más bajo posible (GUPTA, 1996).

La productividad del gasto público sirve de base para examinar los gastos improductivos y, en el caso de un solo programa, el gasto improductivo puede definirse como la diferencia entre el gasto público efectivo en el programa y el menor gasto en que se incurriría para producir el mismo beneficio social con la máxima eficacia en función de los costos.

En la mayoría de los casos es difícil discernir entre programas productivos y programas improductivos. Los gastos improductivos tienen su origen en muchos factores, como la incertidumbre, la falta de funcionarios suficientemente capacitados, o de un sistema de equilibrio de poderes en el proceso político y presupuestario y la corrupción. Los gastos del gobierno aumentan más que los ingresos en forma exponencial debido a los desequilibrios entre los costos políticos y los beneficios derivados de los impuestos y el gasto.

Las subvenciones generalizadas que benefician a un segmento amplio de la población, incluida la clase media, son un ejemplo de los factores políticos que determinan el crecimiento de los gastos improductivos. El gasto en los llamados “elefantes blancos” (es decir, en proyectos que dan prestigio pero que no sirven para alcanzar objetivos económicos o sociales útiles), las subvenciones a través de juntas de comercialización o los incentivos a la inversión, y las transferencias a las empresas públicas que registran pérdidas benefician a grupos políticos importantes o a regiones específicas a expensas de la gran mayoría de la población (KRUEGER, 1990).

La labor de cabildeo que realizan algunos grupos para obtener estos beneficios contribuye a aumentar aún más el costo de estos gastos públicos (BECKER, 1983).

Debido a los problemas que conlleva la identificación del impuesto-inflación o de la carga del servicio de la deuda con algunos gastos del gobierno, a los votantes les resulta aún más difícil obligar a las autoridades a asumir la responsabilidad de sus decisiones. Las políticas de gasto prudentes y guiadas exclusivamente por criterios de productividad plantean un problema de derechos de propiedad, a saber la posibilidad de que los beneficios derivados de dichas políticas sólo se materialicen en el largo plazo, y sean las futuras generaciones de autoridades económicas quienes disfruten los beneficios políticos (LEE, 1987).

El costo económico de los gastos públicos improductivos puede ser de gran envergadura; cuando un programa público es ineficiente, el nivel global de gasto es mayor de lo que sería necesario para alcanzar los objetivos del programa y ello entraña, a su vez, un déficit o niveles impositivos más elevados que los que se registrarán si los programas fueran eficientes.

Reduciendo o eliminando el gasto improductivo, un país puede recortar el déficit fiscal sin reducir la provisión de programas públicos esenciales, bajar los impuestos o ampliar la cobertura de otros programas públicos esenciales.

3 EL GASTO IMPRODUCTIVO Y LA CORRUPCIÓN.

Entendemos como corrupción a todo acto ilegal y no ético que viene como consecuencia del abuso del poder. Este acto corrupto es una actividad a través de la cual un ciudadano ya sea servidor público o no, impulsa una acción en contra de las leyes, normatividad y prácticas implementados, a fin de favorecer intereses particulares.

La siguiente definición dada por Morris (1992), quien realizó un estudio de la corrupción en México, sostenía que "Se le ha definido como el uso ilegítimo del poder público para el beneficio privado. Todo uso ilegal o no ético de la actividad gubernamental como consecuencia de consideraciones de beneficio personal o político o simplemente como 'el uso arbitrario del poder'".

Los daños de la corrupción son considerables: agravan la crisis, perjudican al sector público y aumentan la desigualdad social. Pero todavía más. La corrupción destroza el entorno extra-económico de una economía, al afectar corrosivamente a la confianza de los ciudadanos, a la ética del trabajo bien hecho, a la calidad de la democracia y al funcionamiento de las instituciones.

La corrupción reduce los ingresos públicos al escapar de la recaudación de impuestos, aumenta el gasto público improductivo al subir los costos de las licitaciones por no haber competencia y limita la capacidad inversora del Estado al sufrir éste una pérdida de recursos.

Los contribuyentes, se ven obligados a pagar más impuestos, a recibir menos y peores servicios públicos, y a pagar más caro los bienes que adquieren, porque previamente los corruptores han acomodado las piezas a su beneficio.

México es un país de corruptos y corruptores, según el informe Barómetro Global de la Corrupción 2013 de la organización Transparencia Internacional, dado a conocer en el mes de julio de 2013. Está ubicado en la posición 105 de 177 países a diciembre de 2012. Y a pesar de que en 2009 México ocupaba el lugar 89, en 2010 pasó al 98 y en 2011 cayó al lugar 100, las cifras revelan que más de la mitad de la población piensa que el cohecho se agravó en los dos recientes años (EL INFORMADOR , 2013).

El párrafo primero del artículo 108 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos (CPEUM) en términos generales establece que los servidores públicos serán responsables por los actos u omisiones en que incurran en el desempeño de sus funciones (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS - CPEUM, 2014).

Los artículos 109 y 114 de la CPEUM, establecen los tipos de responsabilidad de los servidores públicos; siendo éstos los siguientes: política, penal, administrativa y patrimonial.

De conformidad con el artículo 113 de la CPEUM las leyes sobre responsabilidades administrativas de los servidores públicos, determinarán sus obligaciones para salvaguardar la legalidad, honradez, lealtad, imparcialidad y eficiencia en el desempeño de sus empleos, cargos y

comisiones; las sanciones aplicables por los actos u omisiones en que incurran, así como los procedimientos y las autoridades para aplicarlas.

Las responsabilidades penales se encuentran establecidas en el Código Penal Federal (CÓDIGO PENAL FEDERAL, 2014).

Los delitos mencionados son:

- Ejercicio indebido de servicio público.
- Abuso de autoridad.
- Coalición de servidores públicos.
- Uso indebido de atribuciones y facultades.
- Concusión
- Intimidación
- Ejercicio abusivo de funciones.
- Tráfico de influencia.
- Cohecho
- Peculado
- Enriquecimiento ilícito.

Al aprobarse la modificación de 11 artículos constitucionales en el Senado, se genera en México el Sistema Nacional de Combate a la Corrupción (SNCC), y se establece una Fiscalía General de Combate a la Corrupción, autónoma y encargada de la investigación y persecución de delitos de orden federal en esta materia que podría solicitar órdenes de aprehensión contra los inculcados (sean servidores públicos o particulares), presentar pruebas y pedir la aplicación de severas penas a los involucrados (EXCELSIOR, 2014).

La Ley General del Sistema Nacional Anticorrupción (SNA), señala que éste se integrará por: el Comité Coordinador; el Comité de Participación Ciudadana; el Comité Rector del Sistema Nacional de Fiscalización, y los Sistemas Locales.

Tanto el Comité de Participación Ciudadana como el Comité Rector del Sistema Nacional de Fiscalización ya se encuentran conformados; sin embargo, no se puede establecer el Comité Coordinador sin el nombramiento del titular de la Fiscalía Especializada en Combate a la Corrupción (el cual se tienen un retraso de dos años en su elección), pieza fundamental para el funcionamiento del SNA. Se encuentra en el mes de marzo de 2017 en la cámara de senadores la

decisión y, sin duda, la designación del próximo “Fiscal Anticorrupción” reviste una importancia tal que el Sistema Nacional Anticorrupción no se concebiría completo sin este nombramiento, al ser el responsable encargado más allá de las responsabilidades administrativas, de las investigaciones de índole penal, de investigar y perseguir delitos relacionados con hechos de corrupción. Por eso el interés de los Senadores de la República por contar con un funcionario con el perfil idóneo para combatir los delitos en materia de corrupción cometidos por servidores públicos y/o particulares.

Cabe recordar que, como se estableció en el Manual de Operaciones de la Procuraduría General de la República (PGR), sin el nombramiento del fiscal no se pueden ejercer las 20 facultades que tiene la Fiscalía y se retrasa el nombramiento de los titulares de las unidades operativas y agentes ministeriales. En tanto se siga aplazando el nombramiento de su titular, la Fiscalía Anticorrupción sigue y seguirá existiendo sólo en papel.

La transparencia gubernamental es importante por varias razones; sin embargo, la transparencia presupuestaria es particularmente importante si tomamos en cuenta que el presupuesto es el instrumento de política pública más importante del gobierno. Esto se debe a que en el presupuesto se definen con pesos y centavos las prioridades del gobierno y a los ganadores y perdedores de la política pública. La retórica política deja de ser meras palabras y se convierte en realidad (MARÍN, 2009).

Sería idóneo que en la toma de decisiones del presupuesto se incluyera el criterio del Sistema de Evaluación del Desempeño y con base en él se asignarán los recursos. Aun la Secretaría de Hacienda y Crédito Público (SHCP) no da a conocer los indicadores considerados como estratégicos los cuales son la base para la asignación presupuestaria; al igual que la información multianual sobre los proyectos y programas, dicha información no se produce por lo tanto no se puede analizar. Los reportes de recomendaciones que emite la Auditoría Superior de la Federación de sus actividades de fiscalización son a destiempo y difícilmente se les da seguimiento. El hecho de que se publique la información no es suficiente, ya que la oportunidad de ésta es el factor determinante para que funja como una herramienta para incidir y llamar a rendir cuentas al gobierno.

En cuanto a los recursos asignados a los gobiernos de los estados, solamente han alcanzado para mantener el nivel de operación de los bienes y servicios, dejando a negociaciones independientes entre niveles de gobierno la realización de obras de infraestructura mayores. De

todos es conocido que los niveles de transparencia presupuestaria en los estados varia, y que en la mayoría presentan poca información, sumando a ello la opacidad que existe en la asignación de los recursos y en el poco apego en su ejercicio a la Ley de Planeación y a la Ley Federal de Presupuesto y Responsabilidad Hacendaria (LFPRH).

Algunos estudios (GARCÍA, 2011; O'DONNELL, 1996; SHEDLER, 2000; UVALLE, 2008; VERGARA, 2008) demuestran una correlación positiva entre la transparencia y la calidad de la gobernabilidad, al igual que menores niveles de corrupción, mejores niveles socioeconómicos y mejores indicadores de desarrollo humano en aquellos países con gobiernos más transparentes. Adicionalmente, la transparencia presupuestaria favorece el apego a la ley, el uso mesurado de recursos públicos, reduce los márgenes de discrecionalidad para interpretar la ley e impele a las autoridades públicas a comportarse con honestidad y responsabilidad en el ejercicio de sus funciones.

En el año 2000 en México la transparencia y la rendición de cuentas se plantearon como una condición necesaria para la consolidación de la democracia en el país, en el pasado reciente, en México se instrumentaron nuevas estrategias en favor de la transparencia como la creación de instituciones y la promulgación de ordenamiento jurídicos por parte del gobierno federal. Se fortalecieron la implementación de prácticas y mecanismos al interior de las dependencias públicas que permitieron abrir la información gubernamental al ciudadano y darle la oportunidad de incidir y participar en los asuntos públicos (CRESPO, 2001 *apud* GARCÍA, 2011).

El 30 de abril de 2002 se crea la Ley Federal de Transparencia y Acceso a la Información Pública Gubernamental (LTAIG). Esta Ley se instrumentaliza creando un organismo autónomo denominado Instituto Federal de Acceso a la Información (IFAI) el 11 de junio de 2003, según el Diario Oficial de la Federación. Es así como dicha ley tiene la misión de transparentar el uso de los recursos públicos y su manera de aplicarlos.

Como resultado de estos avances se tiene como reflexión que estos instrumentos tienen algunos límites de origen, como el hecho de que es un órgano independiente y autónomo pero, sin embargo, sus comisionados son nombrados por el Presidente de la República y sólo podrán ser objetados por el Senado. También entre las limitantes se encuentra la falta de precisión en la definición de los criterios para determinar una negación de información aduciendo la información tipificada como secreta y que puede afectar la gobernabilidad, y que el IFAI sólo garantiza el suministro de información pero no la calidad de ésta, que la sociedad no tiene participación en el

Consejo y que no están definidas con precisión las sanciones para obligar a los funcionarios que no cumplen con el ordenamiento (GARCÍA, 2011).

Otra de las acciones que se ha implementado en los últimos años en México sobre este tema es la aplicación del Programa Nacional de Rendición de Cuentas, Transparencia y Combate a la Corrupción 2008-2012, el cual es un Programa del Gobierno Federal, comprometido con la transparencia y en lucha contra la corrupción. En él, le corresponde a la Secretaría de la Función Pública desarrollar las líneas generales de su aplicación en todas las dependencias de la Administración Pública Federal, cuidando que se cumplan los objetivos establecidos en el Plan Nacional de Desarrollo 2007-2012. Se presentan los resultados de dicho programa sectorizados, el análisis de estos respecto a su cumplimiento, evaluación, medición etc., plantearía otro artículo respecto a la evaluación de estos instrumentos.

Al parecer, en México se ha optado por la vía errónea de implementar esa rendición de cuentas, ensanchando al aparato burocrático en el ejercicio de la vigilancia, cuando podría ser más factible y menos oneroso involucrar a la sociedad en la labor de vigilar el desempeño de los gobiernos, pero el problema en forma alguna obedece a la opacidad, puesto que la información es inaccesible, restringida y con frecuencia los funcionarios no están obligados a proporcionarla o existen ciertas excepciones en el caso de algún tipo de información, como en el caso de seguridad, clasificada como información confidencial (GARCÍA, 2011).

Hay otras complicaciones y riesgos que se tienen al implementar estas nuevas herramientas de gestión, como los altos costos económicos, políticos y administrativos, un cambio en la cultura organizacional, asimetrías en la información, entidades gubernamentales sumamente burocratizadas, ausencia de un buen liderazgo, y más aún, que estos principios acaben por no dar cumplimiento a sus propósitos de favorecer el conocimiento público de las acciones del gobierno y de reforzar el sentido de responsabilidad sobre sus consecuencias, es decir, que se conviertan en una forma más de simulación en la acción gubernamental (CRESPO, 2001 *apud* GARCÍA, 2011).

Los estados tienen una deuda pendiente de transparencia con la ciudadanía. Un claro ejemplo se encuentra en las finanzas públicas. Los últimos resultados del Índice de Transparencia Presupuestal 2012 del Instituto Mexicano para la Competitividad A.C. IMCO muestran que la mayoría de los estados no desglosa información clave sobre la cuenta pública. El manejo irresponsable de la deuda o el sistema de pensiones agrava la opacidad con la que se han

conducido los estados. Sin información que permita evaluar la gestión de las autoridades, las entidades federativas se pueden enfrentar a crisis financieras que afecten su competitividad y la del país (IMCO, 2012).

4 ALGUNOS NÚMEROS

En la Atenas de Pericles, la construcción de cualquier monumento público iba acompañada por una placa en la que se detallaban todos los gastos realizados para dicha obra. Los griegos, padres de la democracia moderna, entendían la importancia de hacer públicas las cuentas del gobierno para evitar desvíos de sus funcionarios. En las democracias actuales, el concepto no siempre ha sido claro. La primera ola de políticas de transparencia llegó hasta 1950 cuando países como Finlandia, Estados Unidos y Dinamarca aprobaron leyes de acceso a la información (IMCO, 2012).

México inició la construcción de una cultura de transparencia con la promulgación en 2002 de la Ley Federal de Transparencia y Acceso a la Información Pública Gubernamental (MÉXICO, 2002). De este modo, el acceso a la información se convirtió en un derecho de todos los mexicanos.

La transparencia es necesaria para que la sociedad pueda supervisar la gestión pública en:

- 1) El uso eficiente de los recursos
- 2) El Impacto social del uso de los recursos.

En el uso eficiente de los recursos es obtener los bienes o servicios públicos al menor costo. Tenemos en la tabla 1 algunos números del gobierno en México, en donde observamos que independientemente del color del gobierno hay excesos en la construcción de monumentos como fue la Estela de luz, hay crecimiento en los gastos con respecto a la infraestructura como es la construcción de la nueva sede del Senado de la República. ¿En verdad México no tiene otras prioridades que estas? Es en donde nos cuestionamos si hay un plan de gobierno que contemple las prioridades del país en los sectores sociales, educación y salud, este tipo de inversiones nos hacen hacer un alto en ¿qué está ocurriendo con el gasto en México?, ¿quién supervisa hacia donde se va y cuánto? Y con respecto a los gastos de las campañas electorales y las alianzas, “los amigos de Fox”. La corrupción es lo primero que se asoma en los casos mencionados y en los casos de PEMEX GATE, Oceanográfica, en donde los montos son de 1,500 millones de pesos y de 585 millones de dólares respectivamente, si sumáramos estos dos casos o simplemente

hiciéramos una relación con respecto al salario mínimo vigente en la ciudad de México (de conformidad con lo establecido en el Artículo 90 de la Ley Federal del Trabajo, el salario mínimo es la cantidad menor que debe recibir en efectivo el trabajador por los servicios prestados en una jornada de trabajo), que es de 63,77 pesos diarios (CONASAMI, 2014) con solo el PEMEX GATE alcanzamos a cubrir el salario de 23 millones de mexicanos.

Con los números de la tabla 1, mostramos que las prioridades del país no siempre son las prioridades a la hora de gastar, que la poca transparencia que existe en la decisión de dónde se va a gastar no es lo suficiente, que la corrupción, pongamos el nombre que se quiera, sigue prevaleciendo y que aunque se dé a conocer los montos no se tiene bien claro a donde van a parar al final del caso; se puede pensar que creando los instrumentos de transparencia en la publicación del gasto y con los instrumentos necesarios se pueda lograr una participación ciudadana en los presupuestos, y una vigilancia sobre hacia donde México debería de gastar.

El gobierno federal el día 13 de marzo de 2014, con el aval de los grupos parlamentarios del PRI, PAN y PRD, la Secretaría de Hacienda transparentó los recursos del Ramo 23 del Presupuesto de Egresos de la Federación - el ramo 23 es el instrumento en el cual la Federación transfiere a entidades federativas, municipios y demarcaciones del Distrito Federal, para financiar proyectos de infraestructura. Para transparentar estas operaciones se puso a disposición de la sociedad la llamada Plataforma de Transparencia de Proyectos de Inversión en Entidades Federativas y Municipios, una herramienta electrónica a través de la cual se puede consultar toda la información relacionada con dicho fondo (EXCÉLSIOR, 2014).

La herramienta, que está disponible para su consulta en la página www.transparenciapresupuestaria.gob.mx/ptp/index.jsp, permite a los interesados consultar el monto total de los recursos aprobados por la Cámara de Diputados para el Ramo 23, los mismos que para 2014 totalizan 55 mil 698 millones de pesos distribuidos en 12 fondos, de los cuales, 26 mil 61 millones de pesos cuentan ya con proyectos específicos.

Lo anterior representa un avance en materia de transparencia y para saber en dónde se gasta en México pero ¿es suficiente lo anterior para lograr de este país, un país más justo, más transparente, más honesto, que vaya dejando atrás ese historial de corrupción y que se vaya ganando más terreno en el campo de la claridad, de la distribución equitativa de los recursos, de

la aplicación de sanciones? Es una reflexión con la cual queremos seguir trabajando para analizar los pasos que dé México, ya sea hacia adelante o hacia atrás, en este camino al “desarrollo”.

5 CONCLUSIONES

El gasto público, en su mayoría, es de carácter inercial e incremental, y en su calidad y composición no han incluido de manera justa el Presupuesto basado en Resultados y el Sistema de Evaluación del Desempeño. Por estas razones, las finanzas públicas merecen una evaluación sistémica para llevar a cabo las mejoras necesarias para aumentar los ingresos no petroleros, racionalizar los gastos fiscales, incrementar la calidad del gasto y reducir las presiones inerciales desvinculadas de resultados, recuperar el equilibrio presupuestario, fortalecer la sensatez y responsabilidad de la política fiscal, reducir el endeudamiento, y reducir de forma ordenada el saldo histórico de los requerimientos financieros del sector público.

La creación de marcos regulatorios robustos, instituciones variadas, puestos para funcionarios de altos niveles, como hemos visto no son garantía de que estos funcionen, que cumplan con el espíritu de su creación. No es suficiente copiar modelos o implementar modelos internacionales, se debe de reflexionar sobre la realidad política del país para que lo que se implemente a favor de la transparencia y rendición de cuentas sea en beneficio y no se convierta en una carga presupuestaria más que incremente el gasto público improductivo.

Se debe de trabajar para que la información que se presenta durante la fase de formulación y fiscalización deje de ser deficiente e inoportuna, y pase a ser una información confiable y oportuna, requisitos indispensables para nutrir el conocimiento de la población, lo que permitirá empoderarla para tomar decisiones informadas sobre el rumbo de su país.

La participación de la población es fundamental, el invertir en una cultura política de participación es necesario para la implementación de la transparencia y la rendición de cuentas, si no existe esta, todo lo que se diseñe, se construya, se anuncie relacionado a la materia no sirve.

6 REFERENCIAS

ADNPOLITICO. Los 1000 millones impuestos al PRI por el PEMEX GATE. México D. F., México. 5 feb. 2013. Disponible en: <<http://www.adnpolitico.com/gobierno/2013/01/30/los-1000-millones-impuestos-al-pri-por-el-pemexgate>>
Acceso en: 14 de feb. 2013.

M. C. Martínez Rodríguez
M. I. García Morales
M. C. Vera Martínez

Cadernos Prolam/USP, v.15, n.29, p.77-96, jul/dez.2016

ARANDA de Andrade, Marco A. Ideología y sistema de partidos en el México de la alternancia: implicaciones políticas. *Multidisciplina. Revista de la Facultad de Estudios Superiores Acatlán*, UNAM, n. 7, 2010, p. 45-57.

AUDITORIA SUPERIOR DE LA FEDERACIÓN. *Informe del Resultado de la Fiscalización Superior de la Cuenta Pública 2010*. Febrero, 2012.

_____. Informe sobre la fiscalización superior del monumento estela de luz 2009-2011. Disponible en: <http://www.asf.gob.mx/uploads/89_Principal/Estela_Luz_Nv.pdf>. Acceso en: 3 ene. 2014.

AYALA Espino, José. *Economía del sector público mexicano*. México: Grupo editorial Esfinge: 2005.

BATAILLE, George. La noción del gasto. *La Critique Sociale*. n. 7, Enero 1933. Disponible en: <<http://ghiraldelli.pro.br/wp-content/uploads/Bataille-Georges-La-noci%C3%B3n-de-gasto.pdf>> Acceso en: 24 de mar. 2014.

BECKER, Gary. A theory of competition among pressure groups for political influence. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 98, n. 3, aug, 1983.

CALDERÓN Ortiz, Gilberto. La Crisis en México y la actitud de la administración pública. *Gestión y estrategia*, n.5, ene-jun, 1994, p. 7-18.

CAMARA DE DIPUTADOS. *Informes de la Revisión de la Cuenta Pública*. Disponible en: <http://www3.diputados.gob.mx/camara/001_diputados/008_comisioneslx/001_ordinarias/042_vigilancia_de_la_auditoria_superior_de_la_federacion/012_unidad_de_evaluacion_y_control/004_marco_legal_y_consulta/002_informes_de_la_revision_de_la_cuenta_publica> Acceso en: 14 feb. 2014.

CNN. *Infracciones a la ley sin un castigo electoral*. México D. F., México. 13 ago. 2012. Disponible en: <<http://mexico.cnn.com/nacional/2012/08/13/los-amigos-de-fox>>. Acceso en: 13 abr. 2014.

CNN. *¿Cuánto costaron las campañas del 2012?* México D. F., México. 1 jul. 2012. Disponible en: <<http://www.cnnexpansion.com/economia/2012/07/01/cuanto-costaron-las-campanas-de-2012>>. Acceso en: 4 ene. 2014.

CNN. *¿Quién construyó la línea 12 del metro?* México D. F., México. 11 mar. 2014. Disponible en: <<http://www.cnnexpansion.com/negocios/2014/03/11/quien-construyo-la-linea-12-del-metro>>. Acceso en: 17 jun. 2014.

CÓDIGO PENAL FEDERAL. Vigente al 7 de enero de 2014. TEXTO VIGENTE. Disponible en: <<http://info4.juridicas.unam.mx/ijure/tcfed/8.htm?s>>. Acceso en: 17 jun. 2014

CONASAMI. *Tabla de salarios mínimos vigentes a partir del 1° de enero de 2014*. Disponible en: <http://www.conasami.gob.mx/pdf/tabla_salarios_minimos/2014/01_01_2014.pdf> Acceso en: 2 mar. 2014.

CRESPO, José A. *Fundamentos Políticos de la Rendición de Cuentas*. Disponible en: http://centro.paot.mx/documentos/varios/rendicion_cuentas.pdf. Acceso en 17 jun. 2014.

DE LA CRUZ Gallegos, José L. Gasto improductivo y desaceleración. *El Universal*. México D. F., México. 3 ene. 2012. Disponible en: <<http://archivo.eluniversal.com.mx/finanzas/91942.html>> Acceso en: 3 ene.2014.

EL INFORMADOR. *La corrupción en México, un modus vivendi al alza*. Guadalajara, Jalisco, México. 15 jul. 2013. Disponible en: <<http://www.informador.com.mx/mexico/2013/471820/6/la-corrupcion-en-mexico-un-modus-vivendi-al-alza.htm>> Acceso en: 25 ene. 2014.

EL MAÑANA. *15 puntos clave para entender el caso Oceanografía*. Nuevo Laredo, Tamaulipas, México. 10 mar. 2014. Disponible en: <<http://elmanana.com.mx/noticia/25866/15-puntos-clave-para-entender-el-caso-Oceanografia.html>>. Acceso en: 31 mar. 2014.

EL UNIVERSAL. *Senado cuesta casi mil millones más de lo proyectado*. México D. F., México. 18 sep. 2013. Disponible en: <<http://www.eluniversal.com.mx/nacion-mexico/2013/senado-cuesta-casi-mil-millones-mas-de-lo-proyectado-951577.html>>. Acceso en: 3 ene. 2014.

EXCÉLSIOR. *México prepara combate efectivo contra la corrupción*. México D. F., México. 26 ene. 2014. Disponible en: <<http://www.excelsior.com.mx/nacional/2014/01/26/940384>>. Acceso en: 3 mar. 2014.

EXCÉLSIOR. *Transparentan los fondos que entrega SHCP*. México D. F., México. 13 mar. 2014. Disponible en: <<http://www.excelsior.com.mx/nacional/2014/03/13/948437>>. Acceso en: 31 mar. 2014.

FERNÁNDEZ-VEGA, Carlos. México S.A. *La Jornada*. México D. F., México. 21 nov. 2011. Disponible en: <<http://www.jornada.unam.mx/2011/11/21/opinion/031o1eco>>. Acceso en: 13 feb. 2014.

GARCÍA Hernández, Joaquín. *La transparencia en México: ventajas y desventajas*. XVI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Asunción, Paraguay, 8 – 11 de nov. 2011.

GUPTA, Sanjeev et al. *Unproductive Public Expenditures: A pragmatic approach to policy analysis*. Disponible en: <http://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.aspx?sk=566>. 1996.

HERNÁNDEZ, José L. La composición del gasto público y el crecimiento económico. *Análisis Económico*, v. XXIV, n. 55, 2009, p. 77-102.

M. C. Martínez Rodríguez *Cadernos Prolam/USP*, v.15, n.29, p.77-96, jul/dez.2016
M. I. García Morales
M. C. Vera Martínez

IMCO. *Gasto y finanzas públicas: la deuda de transparencia de los estados con la sociedad. Quinta edición – Resultados para México.* Disponible en: <http://imco.org.mx/indice_de_competitividad_estatal_2012/archivos/libro/gasto_y_finanzas_publicas.pdf> Acceso en: 23 ene. 2014.

KRUEGER, Anne. Government failures in development. *Journal of economic perspectives*, v. 4, n.v3, 1990.

LEE, Dwight. Deficits, political myopia and the asymmetric dynamics of taxing and spending. In: BUCHANAN, James, ROWLEY, Charles; TOLLISON, Robert. *Deficits*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

MARÍN, José M. *Índice Latinoamericano de Transparencia Presupuestaria*. 2009. Disponible en: <http://132.248.9.34/hevila/Trimestrefiscal/2012/no99/4.pdf>.

MÉXICO. *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos*. Constitución publicada en el Diario Oficial de la Federación el 5 de febrero de 1917. TEXTO VIGENTE. Última reforma publicada DOF 10-02-2014. Disponible en: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/1.pdf>> Acceso en: 23 jun. 2014.

_____. *Ley Federal de Transparencia y acceso a la información pública gubernamental*. (LFTAIPG) Nueva Ley publicada en el Diario Oficial de la Federación el 11 de junio de 2002. TEXTO VIGENTE. Última reforma publicada DOF 8-6-2012.

_____. Transparencia presupuestaria. *Observatorio del gasto*. Disponible en: <http://www.transparenciapresupuestaria.gob.mx>. 2015.

MORRIS, Stephen D. *Corrupción y política en el México contemporáneo*. México: Editorial Siglo XXI, 1992.

O'DONNELL, Guillermo. Illusions About Consolidation. *Journal of Democracy*, v. 7, n. 2, April 1996.

PERTUZÉ Fariña, Cristián. Nuevos tiempos para la gestión pública: potenciando la transparencia. 2003. *Revista Enfoques*, v. 1, n. 1, 2003.

PROGRAMA NACIONAL DE GASTO PÚBLICO. México. 12 mar. 2010. Disponible en: <http://www.shcp.gob.mx/EGRESOS/PEF/Documentos%20Recientes/programa_nacional_reduccion_gp.pdf> Acceso en: 17 mar. 2014.

SECRETARÍA DE HACIENDA Y CRÉDITO PÚBLICO. *Deuda pública de estados y municipios*. 2015. Disponible en: <http://www.shcp.gob.mx/Estados/Deuda_Publica_EFM/Paginas/Presentacion.aspx> Acceso en: 27 feb. 2015.

SHEDLER, Andreas. Qué es la rendición de cuentas. Cuadernos de Transparencia. México: IFAI, 2004.

UVALLE Berrones, Ricardo. Gobernabilidad, Transparencia y reconstrucción del Estado. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. I, n. 203, mayo-agosto 2008, p. 97-116.

VERGARA, Rodolfo. *La transparencia como problema*. México D.F: Instituto Federal de Acceso a la Información Pública, 2008.

7 APENDICE

Tabla 1 - Algunos números del gobierno.

Concepto	Monto
Monumento Estela de Luz	1,304 millones 917.7 mil pesos, 192.0% superior al costo inicial.
Construcción de la nueva sede del Senado de la República	2 mil 623.1 millones de pesos. 50% más del costo original.
Campañas electorales	328 millones 608,267.50 pesos. Solo es el tope de campaña.
PEMEX GATE	1,500 millones.
Amigos de Fox	91 millones de pesos.
Oceanográfica	585 millones de dólares.
Deuda de los estados y municipios	436,242.3 millones de pesos.
Línea 12 del Metro	26,000 millones de pesos, 47.87% más de lo planeado inicialmente.

Fuente: Informe sobre la fiscalización superior del monumento Estela de Luz, 2009-2011; EL UNIVERSAL, 2013; CNN, 2013; ADNPOLÍTICO, 2013; CNN, 2012; EL MAÑANA, 2014; CNN, 2014.

Recebido em 13/02/2017.
Aceito em 07/06/2017.
Publicado em 21/09/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.126759

**CORRUPTION, CRIME VICTIMIZATION AND COMMUNITY PARTICIPATION IN
LATIN AMERICA**

*CORRUPCIÓN, VICTIMIZACIÓN POR DELITO E PARTICIPACIÓN COMUNITARIA EN
AMÉRICA LATINA*

*CORRUPÇÃO, VITIMIZAÇÃO POR CRIME E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA AMÉRICA
LATINA*

*Alejandra Armesto*¹

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Cidade do México, México

Abstract: Studies about the effects of victimization on social capital find support for contradictory hypotheses: crime victimization leads to both social withdrawal and greater participation. Under what conditions does crime victimization induce community participation? This article argues that this relationship is conditional on government corruption. I test this claim with national survey data collected in 18 countries as part of the AmericasBarometer 2012 study. Using hierarchical linear regression analyses, the study shows that victims of crime participate in community organizations at a higher rate than non-victims, and that this participation is even higher in countries with high levels of government corruption.

Keywords: corruption; crime victimization; participation; Latin America.

Resumen: Los estudios sobre la relación entre victimización delictiva y capital social sostienen hipótesis contradictorias: la victimización por delito induce aislamiento social y mayor participación. ¿Bajo qué condiciones la victimización propicia la participación comunitaria? Este artículo argumenta que esta relación está condicionada por la corrupción gubernamental. Esta hipótesis es puesta a prueba con datos de encuestas nacionales recogidos en 2012 en 18 países de América Latina por el Barómetro de las Américas. Los análisis jerárquicos lineales muestran que las víctimas participan en organizaciones comunitarias más que quienes no han sido víctimas y que dicha participación es mayor en países más corruptos.

Palabras clave: corrupción; victimización por delito; participación; América Latina.

Resumo: Estudos sobre a relação entre a vitimização e capital social sustentam hipóteses contraditórias: a vitimização criminal leva ao isolamento social e maior participação. Sob que condições a vitimização pelo crime induz a participação em associações comunitárias? Este artigo argumenta que essa relação é condicionada pela corrupção do governo. Esta hipótese é testada com dados coletados em 2012 em 18 países da América Latina pelo Barômetro das Américas. Usando regressão linear hierárquica, o estudo mostra que as vítimas de crimes participaram em organizações comunitárias em uma taxa maior do que as não-vítimas, e que essa participação é ainda maior em países com altos níveis de corrupção no governo.

¹ Profesora investigadora en la sede mexicana de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, donde también coordina el Doctorado en Ciencias Sociales. *E-mail:* <alejandra.armesto@gmail.com>.

Palavras-chave: corrupção; vitimização por crime; participação; América Latina.

1 INTRODUCTION

Studies about the effects of victimization on social capital find support for contradictory hypotheses: crime victimization leads to both social withdrawal and greater social participation and political involvement. On the one hand, victimization has been linked to lower levels of wellbeing, a more limited social life, and lower levels of trust and participation. On the other, psychologists have found that victims of violence are resilient, and political scientists have linked victimization to higher political participation.

Under what conditions does crime victimization encourage community participation? This paper argues that higher community participation in response to crime victimization is contingent on corruption levels; more specifically, higher levels of corruption should intensify the effect of victimization on community participation.

The analysis is based on national survey data collected in 18 Latin American countries as part of the AmericasBarometer study. Latin America offers a good case to study the effects of corruption on the relationship between crime victimization and participation for several reasons. First, the region has become the most violent in the world. According to a United Nations study on criminal violence, in 2012, about 30 percent of the homicides around the world took place in Latin America, while the region's 574 million inhabitants comprise just 8 percent of the global population (UNODC, 2014). Second, while the region has high levels of violence and corruption, there is ample variation in victimization and corruption among Latin-American countries. Last, the focus on countries with similar developmental experiences makes more likely that the type of violence and the understanding of what corruption means will be similar in different countries of the region.

The results are consistent with the hypotheses put forth. Findings indicate that, first, crime victimization is positively related to both predicted outcomes -social withdrawal and participation in community organizations- and second, the effect of crime victimization on withdrawal and participation is moderated by the level of corruption.

The article is organized as follows. First, I discuss the extant theories about the effects of crime victimization on participation and lay out my expectations regarding conditional effects. Next, I introduce the data on which the study bases its claims. The following section develops the

multilevel model of participation, which accounts for the nested structure of the data. The last section discusses the main results, and the conclusion summarizes the findings and raises questions for future research.

2 CRIME VICTIMIZATION AND PARTICIPATION: THE INTENSIFYING EFFECTS OF CORRUPTION

What are the effects of crime victimization on participation? The increasing numbers of studies about the legacies of crime victimization and violence on social capital yield mixed results. Early contributions to this debate argue that victimization hampers the social fabric by inducing victims to seclusion and social withdrawal. More recent studies suggest that exposure to violence -both political and criminal- can encourage collective action, as well as social and political participation. When are victims of crime more inclined to participate than to withdraw? This study claims that participation in community organizations is higher among victims of crime and that this relationship is intensified by government corruption. This requires that we first summarize existing knowledge about the effects of each victimization and corruption on participation. Only then I will discuss why the relationship between victimization and participation might be affected by corruption.

Crime victimization and more generally exposure to violence can have a strong depressant effect on social participation because of the high social, economic, and psychological costs. Victims have been described as less satisfied with life (COHEN, 2008), less trustful (BREHM AND RAHN, 1997), less happy (CHENG AND SMYTH, 2015; POWDTHAVEE, 2005; STAUBLI, KILLIAS, AND FREY, 2014; STICKLEY, KOYANAGI, ROBERTS, GORYAKIN, AND MCKEE, 2015), and more socially withdrawn (DRAKULICH, 2015; MIETHE, 1995). Victims of violent crime withdraw from social activities; they stop participating in community organizations and from attending school (HUGHES, GAINES, AND PRYOR, 2015), they even move out of their neighborhood (DUGA, 1999; SOUTH AND CROWDER, 1997).

On the other hand, recent studies in political science have shown that victimization can have positive impact on political and civic participation. For example, victims of violence in the context of civil war are more engaged in politics (DE LUCA AND VERPOOTEN, 2015). Bellows and Miguel (2006, 2009) analyze the effects of civil war in Sierra Leone, and show that

in regions that had experienced more violence, participation measured in terms of voter registration and group membership was higher. In turn, Blattman (2009) uses data from northern Uganda and links past abduction by rebels and exposure to violence to increased political engagement among victims. Other group-level studies also find heightened social capital, altruism, and political participation in war-affected communities (GILLIGAN, PASQUALE, AND SAMII, 2014; OTO-PERALÍAS, 2015).

There are at least three plausible explanations for participation as a consequence of victimization or exposure to violence: post-traumatic growth, instrumental activism, and social support. The first account draws on psychological research about growth after traumatic experiences. Although psychology has mainly focused on the negative effects of traumatic experiences, more recent studies have reported what has been called “posttraumatic growth” (JAYAWICKREME AND BLACKIE, 2014; TEDESCHI AND CALHOUN, 2004). Traumatic events drive changes of self-perception, life priorities and in relationships. Instrumental activism refers to victims seeking assistance from elected officials or lobbying for policy changes that are related to the crimes they have suffered (BATESON, 2012). The third explanation for higher participation lies in victims’ emotional needs. Participation in community and social organizations provides victims with social support that can alleviate the emotional consequences of victimization (BASTIAN, JETTEN, AND FERRIS, 2014; JENNINGS AND ANDERSEN, 1996; JENNINGS, 1999).

Corruption has a negative effect on institutional trust and political participation (ANDERSON AND TVERDOVA, 2003; BANERJEE, 2016; MILES, 2015). Corruption violates universal norms and replaces them with particularistic rules that promote particularized benefits (GRAEFF AND SVENDSEN, 2013). Scandals, massive bureaucracies and public-works projects have led the public to react by losing trust in public officials (BOWLER AND KARP, 2004; CHANG AND CHU, 2006; DELLA PORTA, 2000; INOBUCHI, 2002; SELIGSON, 2002).

Corruption also has a negative effect on generalized interpersonal trust (RICHEY, 2010; ROTHSTEIN AND USLANER, 2005; TAO, YANG, LI, AND LU, 2014). Some institutional arrangements produce standards that reinforce trustworthiness, such as corruption intolerance, contributing to citizens’ confidence (PUTNAM, 2000; YOU, 2012). Other arrangements produce just the opposite effects. Where institutions do not treat citizens fairly, they generate citizens who do not trust other individuals and who are less likely to cooperate (HERREROS AND CRIADO,

2008; ROTHSTEIN AND STOLLE, 2003). For example, in an institutional context of high compliance with the rule of law and low corruption, if someone commits an illegal act against another citizen, ignoring the formal terms of a contract, the transgressor will be punished. If both parties to such a contract know the consequences of violating the contract -and therefore the laws protecting it- they know that breaking the rules does not bring benefits, and they adjust their behavior accordingly. Over time, agents have learned that it is mutually beneficial to respect contracts (GRAEFF AND SVENDSEN, 2013). On the contrary, corruption reinforces particularized trust, trust in members of ones' membership groups. Therefore, in contexts of high government corruption, citizens do not trust outsiders, and trust is bestowed only within tight networks of acquaintances (USLANER, 2008).

In summary, we know that crime victimization encourages participation -in the political, social, and community realms-, second, that corruption reduces trust in political institutions as well as generalized trust; and third, that corruption strengthens trust in members of the in-group. In consequence, we can expect crime victimization to affect community participation depending on the level of corruption. In contexts of high levels of corruption, low institutional trust and low generalized interpersonal trust, victims should have incentives to seek satisfaction to their needs through participation within their networks and less so to be active in the political sphere. Whereas, in contexts of low levels of corruption, the effect of crime victimization on community participation should be milder. The specific hypotheses to be explored in the rest of the paper are the following. First, crime victimization will be positively associated with involvement in community associations. And second, the relationship between crime victimization and participation in community associations will be intensified by the level of corruption.

3 DATA AND METHODS

Data for the subsequent empirical analyses are drawn from the 2012 AmericasBarometer. The analyses are based on information from 29,255 respondents in nationally representative surveys fielded in eighteen Latin American countries in 2012. The survey is administered by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP) at Vanderbilt University. The LAPOP surveys are representative at the national level for voting-age adults (18 years and older). They are constructed so as to maximize their representativeness with a complex sample design which

includes stratification and clustering. The sample size for each wave is around 1500 observations and is unweighted with no oversample.² The survey provides information about individuals' victimization, social capital, and socioeconomic background. The data rely on self-reported experiences of victimization, which are less prone to underreporting than official crime statistics. The necessary individual- and country-level variables were available for eighteen Latin American countries: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Dominican Republic, Guatemala, Honduras, Mexico, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Peru, Uruguay, and Venezuela.

4 DEPENDENT VARIABLE

The dependent variable is Participation in community organizations, which is measured as an additive index of responses to the following questions:

cp5. "Over the last 12 months, have you helped solve a problem of your community or of the neighbors in your neighborhood?" once a week, once or twice a week, once or twice a year, or never.

Please tell me if you attend meetings of these organizations once a week, once or twice a week, once or twice a year, or never

Cp6. Any religious organization

Cp7. Meetings of a parents' association at school?

cp.8. Meetings of a community improvement committee or association?

Cp9. Meetings of an association of professionals, merchants, manufacturers or farmers?

Cp13. Meetings of a political party or political organization?

Cp21. Meetings of sports or recreation groups?

Participation in community organizations ranges from 0 to 100, with a mean of 18. The empirical, aggregate-level range runs from 11.40 in Argentina to 25.42 in Bolivia.

² One of the big advantages of LAPOP surveys to understand public opinion trends in Latin America is their broad comparability. The same questions are asked to respondents in different countries across Latin America, which facilitates a comparative analysis.

5 INDEPENDENT VARIABLES

The main individual-level predictor in the analysis is crime victimization. Victims are persons who, individually or collectively, have suffered harm, including physical or mental injury, emotional suffering, economic loss or substantial impairment of their fundamental rights, through acts or omissions that are in violation of criminal laws operative within Member States, including those laws proscribing criminal abuse of power (UNDP, 2010). To tap on crime victimization, responses to two questions are combined. The first question assesses individual victimization: “Now, changing the subject, have you been a victim of any type of crime in the past 12 months? That is, have you been a victim of robbery, burglary, assault, fraud, blackmail, extortion, violent threats or any other type of crime in the past 12 months?” And the second, asks for household victimization: “Has any other person living in your household been a victim of any type of crime in the past 12 months?” Values: 0, 1; victim of crime (either the respondent or someone in household) = 1, 0 otherwise. In this sample, the average crime victimization rate is 21 percent, with a maximum rate of 48 percent in the Ecuador survey.

The goal of this article is to assess whether victims of crime participate in community associations more than non-victims, and to determine how their community participation varies depending on their country level of corruption. Therefore, the main country-level independent variable is corruption. To measure corruption, I rely on Transparency International’s Corruption Perceptions Index, which gauges the perceived level of public-sector corruption. The CPI is a composite measure, consisting of 13 items from 11 independent institutions, that gathers perceptions of corruption among country experts and business leaders.³ The index ranges from 0 to 10, with lower scores indicating lower levels of corruption. For a more straightforward interpretation, the scale was reversed so that higher scores on the CPI point to higher levels of corruption in government. The index provides measures for all Latin American countries except for Belize. As shown in Figure 1, in 2011, the most corrupt Latin American country was Venezuela with a score of 81, and the cleanest was Chile with a score of 28.

³ The Corruption Perceptions Index has been widely used in scholarly work about corruption (Anderson and Tverdova, 2003; Hakhverdian and Mayne, 2012).

The models control for a set of individual-level covariates that are likely to determine both crime victimization and participation in community associations. I include a standard battery of socio-economic status indicators (age, education, gender, self-reported income, urban/rural environment) based on previous findings that these might determine the chances of being victimized and the likelihood of community participation. Also, I include a control for the perceived presence of gangs, which is linked to a higher probability of crime victimization and lower levels of social capital (CORBACHO, PHILIPP, AND RUIZ-VEGA, 2015). This is gathered through a LAPOP survey question that asks: AOJ17. To what extent do you think your neighborhood is affected by gangs? Table 1 presents basic summary statistics.

6 METHODS

To test the hypotheses about the effects of victimization on community participation, and the interaction effects of corruption on participation, I proceed as follows. First, in order to overcome the limitations of reverse causation, the study uses Propensity Score Matching (PSM). Like in the case of most social problems, a challenge in the estimation of these effects is reverse causation or endogeneity. First, crime victimization may have an effect on participation, but the reverse relationship could also hold; individuals with a more active associational life could offer more opportunities for crime victimization. Likewise, being a victim of crime may induce individuals to withdraw from social life, and also being socially isolated might put subjects under higher risks of victimization. PSM allows to compare victimized and non-victimized subjects who are similar in the factors leading to victimization, so that after matching, individuals are different only with respect to their victimization status. The idea underlying propensity score matching is to adjust multiple-case comparisons for their pretreatment observable differences. In this case, we need to single out individuals who are were otherwise similar in a series of observable characteristics that predict being a victim of crime, but with the exception that some of them will actually have been victims of crime, and others will not. The logit models include fixed effects for urban (vs. rural) locations, and controls for individual personal and socioeconomic characteristics, and perceptions of the presence of gangs. Once the model was estimated, we obtained the predicted probability of being victimized, the propensity scores for each individual in the survey. Then I estimate the average treatment effect on the treated (ATT) conditional on the propensity score, matching each victim with a non-victim with a similar

propensity score using three conventional methods in the literature: nearest neighbor, kernel, and stratification matching.

Second, since individuals are nested within national contexts that vary in terms of corruption levels, an explicitly multilevel modeling strategy is in order. As a first step toward building multilevel models, I check whether and to what extent the dependent variable varies across the two levels of analysis: individuals and countries. I assess whether community participation varies across individual respondents and across countries. To do so, first I decompose the variance in community participation into individual-level variance and country-level variance by running what is called an empty model. The larger share of variation in the dependent variable, community participation, takes place across individuals; however, the variance across countries, which reaches as much as 22 percent, is not negligible. Second, the results of a one-way analysis of variance (ANOVA) revealed significant differences between countries ($F(17, 30766) = 180.75, p = 0.000$) implying that although individual-level factors have more variance to explain than country-level factors have strong explanatory power. Ignoring the multilevel nature of the data could create a number of statistical problems such as clustering and underestimation of standard errors, among others (RAUDENBUSH AND BRYK, 2002; SNIJDERS AND BOSKER, 1999).

In order to account for the nested structure of the data and the sources of variance at different levels of analysis, I specify fixed-effects multilevel models with two levels of analysis. Individual-level effects are estimated in the following equation:

$$\begin{aligned} \text{Community Participation}_{ij} = & \beta_{0j} + \beta_{1j} \text{Victimization}_{ij} + \beta_{2j} \text{Gangs} + \beta_{3j} \text{Urban}_{ij} \\ & + \beta_{4j} \text{Education}_{ij} + \beta_{5j} \text{Age}_{ij} + \beta_{6j} \text{Age}^2_{ij} + \beta_{7j} \text{Gender}_{ij} + \varepsilon \end{aligned} \quad (1)$$

This equation models respondents' community participation as a result of a country mean (β_{0j}) and individual deviations from it caused by the independent variables as well as the individual-specific error.

In addition, the country means are modeled as a function of the relevant country-level variable to analyze the effect of differences in corruption:

$$\beta_{1j} = \gamma_{00} + \gamma_{01} \text{Corruption} + u_{0j} \quad (2)$$

This equation tests the expectation that the average level of participation in community organizations will be higher as country-levels of corruption increase.

Lastly, the main hypothesis is that the positive effect of individual-level *crime victimization* on *community participation* will be intensified by the extent of country-level *corruption*. To assess this effect, models include a cross-level interaction term between corruption and victimization. The following equation models the effect of crime victimization in each country j on community participation political support as a function of corruption levels.

$$\beta_{1j} = \gamma_{10} + \gamma_{11} \text{Corruption}_j + u_{1j} \quad (3)$$

This equation models the hypothesis that the difference in community participation between victims and non-victims will increase with changes in corruption.

7 RESULTS

7.1 VICTIMIZATION AND COMMUNITY PARTICIPATION

Propensity score matching.

The first step to carry out the propensity score matching, is to estimate a logit regression model to predict the probability that a given individual will be a victim, which is the treatment variable of interest. As shown in Figure 2, all observations are on support, which means that for each individual that was criminally victimized, a similar observation in terms of their covariates can be found.

Table 2 describes the results of the logit model and shows that several variables are significantly associated with crime victimization. The presence of gangs and living in an urban setting, being male, and higher income and education are all positively and significantly associated with being a victim of crime.

To compute the average treatment effect of the treated (ATT), the three conventional methods were applied: nearest neighbor, kernel, and stratification matching. The results presented in Table 3 provide support for the hypothesis about the positive relationship between crime victimization and community participation. Survey respondents who have been victimized are more likely to participate in community organizations. These results are statistically significant.

7.2 CORRUPTION, VICTIMIZATION, AND COMMUNITY PARTICIPATION

The analyses have shown that victimization has a positive effect on participation in community organizations. Individuals who have been victimized participate at higher rates than individuals who have not experienced crime victimization. Let us turn to the conditional effect of victimization on community participation depending on the level of corruption. In order to explore this conditional effect, I estimate two separate models. The first ignores the potential interaction between corruption and crime victimization and measures the direct effects of victimization and corruption on community participation for the average respondent in the sample. The second model includes the interaction term described in the third equation presented in the previous section. This second model tests the main hypothesis of this article, that the positive effect of crime victimization on community participation is larger as the levels of corruption increase.

The results displayed in Table 4 show that, on average, crime victimization induces higher levels of participation in community organizations. Knowing that victimization encourages participation adds to the scholarly work on the effects of crime victimization on social capital. However, these overall effects, which are observed by examining variation across individuals, may obscure interesting and important differences across countries. In particular, I expect the positive effect of crime victimization on participation to be more pronounced in contexts of higher levels of corruption, where citizens cannot trust institutions and therefore resort to their communities for support. In the second model of Table 4, I add the interaction term between corruption and crime victimization. The results indicate that crime victimization has a significantly more positive effect on community participation in countries with higher levels of corruption. The deviance comparison tests provide further evidence that the cross-level interaction term significantly contributes to the explanation of community participation. Finally, it should be noted that the coefficients of most of the individual-level control variables have the expected sign and are statistically significant.

How much does corruption matter, and how sensitive are victims as opposed to non-victims? To illustrate the variable effect of corruption, I graph the predicted level of participation in community organizations for victims and non-victims of crime, with all other variables in the models set to their means. Figure 3 shows that victims report higher levels of community participation than non-victims, and that in countries with the highest levels of corruption in the

sample victims' participation compared to that of non-victims is even larger than in countries that are more transparent, or less corrupt. Both victims and non-victims tend to participate more as corruption levels increase. However, the positive effect of higher levels of corruption is substantially larger on victims. Thus, in countries with high levels of corruption, victims of crime participate in community organizations much more than in less corrupt countries.

The results strongly support the hypothesis that crime victimization induces higher levels of community participation, and that this effect is especially pronounced in countries with higher levels of corruption. However, as a robustness check, I conduct the analyses with a measure of impartiality in order to further assess the effects of contextual government characteristics on the relationship between crime victimization and participation in community associations. To do so, I explore the conditional effects of impartiality of public administration on the association between victimization and participation (ROTHSTEIN AND STOLLE, 2008). I do so by analyzing the direct and interaction effects of an impartiality index from the Quality of Government Dataset (TEORELL ET AL., 2016). The index measures to what extent government institutions exercise their power impartially. And the impartiality norm is defined as: "When implementing laws and policies, government officials shall not take into consideration anything about the citizen/case that is not beforehand stipulated in the policy or the law" (TEORELL ET AL., 2016: 294). If the hypothesis of the conditional effect of crime victimization on community participation were true, we should expect higher levels of impartiality of government to have a negative effect on the relationship between victimization and participation. In societies where public institutions provide services in an impartial way, victims of crime should be able to meet their needs - support, access to justice, etcetera) through institutional channels. Table 5 presents the results from the fixed effects models with country-level variable *impartiality of public administrations*. These results, which are consistent with those from the previous models, lend support to the hypothesis proposed. Model 3, which assesses the direct effects of *impartiality of public administrations* on *participation* shows a negative and statistically significant relation between the former and *participation in community associations*. In turn model 4, which tests the moderating effect of government impartiality on the relationship between crime victimization and participation in community associations, shows that the interaction term between impartiality and participation is negative and statistically significant. Thus, we can conclude that in Latin

America, victims of crime do participate more in community associations than non-victims, and that victims are more inclined to participate when government institutions are more corrupt and less impartial.

8 CONCLUSIONS

The existing research on the consequences of exposure to violence -criminal and political- on social capital yields opposite findings. One strand of the literature emphasizes that victims are more prone to withdraw, and the other highlights the positive effect of victimization on social and political participation. This paper analyzes the conditions under which crime victimization encourages participation in community associations. This article argued that the choice to increase participation after victimization is shaped by the level of government corruption. Under high levels of corruption, where trust in political institutions and generalized trust are low, victims of crime are discouraged from seeking support from broad social institutions, and more inclined to participate in closed-knit associations within their communities. As levels of corruption decline, victims can search for support from broader social organizations and participation in community associations declines.

The paper tested this argument by analyzing the impact of the interaction between corruption and crime victimization on participation in community associations. The analysis was based on data from the 2012 AmericasBarometer (LAPOP) survey. The findings showed, first, that crime victimization is strongly and significantly related to participation in community organizations, and second, that the effect of victimization on participation is intensified by the level of corruption.

9 REFERENCES

ANDERSON, Christopher J.; TVERDOVA, Yuliya V. Corruption, Political Allegiances, and Attitudes Toward Government in Contemporary Democracies. *American journal of political science*, v. 47, n.1, p. 91-109, 2003.

BANERJEE, Ritwik. Corruption, norm violation and decay in social capital. *Journal of public economics*, v. 137, n. 1, p. 14-27, 2016.

BASTIAN, Brock; JETTEN, Jolanda; FERRIS, Laura J. Pain as social glue: Shared pain increases cooperation. *Psychological Science*, v. 25, n. 11, p. 2079-2085, 2014.

BATESON, Regina. Crime victimization and political participation. *American Political Science Review*, v. 106, n. 3, p. 570-587, 2012.

BELLOWS, John; MIGUEL, Edward. War and institutions: New evidence from Sierra Leone. *The American economic review*, v. 96, n. 2, p. 394-399, 2006.

BELLOWS, John; MIGUEL, Edward. War and local collective action in Sierra Leone. *Journal of Public Economics*, v. 93, n. 11, p. 1144-1157, 2009.

BLATTMAN, Christopher. From violence to voting: War and political participation in Uganda. *American Political Science Review*, v. 103, n. 2, p. 231-247, 2009.

BOWLER, Shaun; KARP, Jeffrey A. Politicians, scandals, and trust in government. *Political Behavior*, v. 26, n. 3, p. 271-287, 2004.

BREHM, John; RAHN, Wendy. Individual-level evidence for the causes and consequences of social capital. *American journal of political science*, p. 999-1023, 1997.

COHEN, Mark A. The effect of crime on life satisfaction. *The Journal of Legal Studies*, v. 37, n. S2, p. S325-S353, 2008.

CORBACHO, Ana; PHILIPP, Julia; RUIZ-VEGA, Mauricio. Crime and erosion of trust: Evidence for Latin America. *World Development*, v. 70, p. 400-415, 2015.

CHANG, Eric CC; CHU, Yun-han. Corruption and trust: exceptionalism in Asian democracies?. *The Journal of Politics*, v. 68, n. 2, p. 259-271, 2006.

CHENG, Zhiming; SMYTH, Russell. Crime victimization, neighborhood safety and happiness in China. *Economic Modelling*, v. 51, p. 424-435, 2015.

DE LUCA, Giacomo; VERPOORTEN, Marijke. Civil war and political participation: evidence from Uganda. *Economic Development and Cultural Change*, v. 64, n. 1, p. 113-141, 2015.

DELLA PORTA, Donatella. Social capital, beliefs in government, and political corruption. *Disaffected democracies: What's troubling the trilateral countries*, p. 202-228, 2000.

DRAKULICH, Kevin M. Concerns for self or family? Sources of and responses to altruistic fear. *Journal of interpersonal violence*, v. 30, n. 7, p. 1168-1207, 2015.

DUGAN, Laura. The effect of criminal victimization on a household's moving decision. *Criminology*, v. 37, n. 4, p. 903-930, 1999.

GILLIGAN, Michael J.; PASQUALE, Benjamin J.; SAMII, Cyrus. Civil war and social cohesion: Lab- in- the- field evidence from Nepal. *American Journal of Political Science*, v. 58, n. 3, p. 604-619, 2014.

GRAEFF, Peter; SVENDSEN, Gert Tinggaard. Trust and corruption: The influence of positive and negative social capital on the economic development in the European Union. *Quality & Quantity*, p. 1-18, 2013.

HAKHVERDIAN, Armen; MAYNE, Quinton. Institutional trust, education, and corruption: A micro-macro interactive approach. *The Journal of Politics*, v. 74, n. 3, p. 739-750, 2012.

HERREROS, Francisco; CRIADO, Henar. The state and the development of social trust. *International Political Science Review*, v. 29, n. 1, p. 53-71, 2008.

HUGHES, Marion R.; GAINES, Jonathan S.; PRYOR, Douglas W. Staying away from school: Adolescents who miss school due to feeling unsafe. *Youth Violence and Juvenile Justice*, v. 13, n. 3, p. 270-290, 2015.

INOGUCHI, Takashi. Broadening the basis of social capital in Japan. 2002. *Democracies in flux: the evolution of social capital in contemporary society*, p. 359-392. Oxford: Oxford University Press, 2002.

JAYAWICKREME, Eranda; BLACKIE, Laura ER. Post- traumatic growth as positive personality change: Evidence, controversies and future directions. *European Journal of Personality*, v. 28, n. 4, p. 312-331, 2014.

JENNINGS, M. Kent; ANDERSEN, Ellen Ann. Support for confrontational tactics among AIDS activists: A study of intra-movement divisions. *American Journal of Political Science*, p. 311-334, 1996.

JENNINGS, M. Kent. Political Responses to Pain and Loss Presidential Address, American Political Science Association, 1998. *American Political Science Review*, v. 93, n. 1, p. 1-13, 1999.

MIETHE, Terance D. Fear and withdrawal from urban life. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 539, n. 1, p. 14-27, 1995.

MILES, Matthew R. Turnout as Consent: How Fair Governance Encourages Voter Participation. *Political Research Quarterly*, v. 68, n. 2, p. 363-376, 2015.

OTO- PERALÍAS, Daniel. The Long- term Effects of Political Violence on Political Attitudes: Evidence from the Spanish Civil War. *Kyklos*, v. 68, n. 3, p. 412-442, 2015.

POWDTHAVEE, Nattavudh. Unhappiness and crime: evidence from South Africa. *Economica*, v. 72, n. 287, p. 531-547, 2005.

PUTNAM, Robert D. *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon and Schuster, 2001.

RAUDENBUSH, Stephen W.; BRYK, Anthony S. *Hierarchical linear models: Applications and data analysis methods*. Sage, 2002.

RICHEY, Sean. The impact of corruption on social trust. *American Politics Research*, v. 38, n. 4, p. 676-690, 2010.

ROTHSTEIN, Bo; STOLLE, Dietlind. Social capital, impartiality and the welfare state: An institutional approach. In: *Generating social capital*. Palgrave Macmillan US, 2003. p. 191-209.

ROTHSTEIN, Bo; STOLLE, Dietlind. The state and social capital: An institutional theory of generalized trust. *Comparative politics*, v. 40, n. 4, p. 441-459, 2008.

ROTHSTEIN, Bo; USLANER, Eric M. All for all: Equality, corruption, and social trust. *World politics*, v. 58, n. 1, p. 41-72, 2005.

SELIGSON, Mitchell A. The impact of corruption on regime legitimacy: A comparative study of four Latin American countries. *The journal of Politics*, v. 64, n. 2, p. 408-433, 2002.

TOM, A. B.; BOSKER, Tom AB Snijders Roel J.; BOSKER, Roel J. *Multilevel analysis: an introduction to basic and advanced multilevel modeling*. Sage, 1999.

SOUTH, Scott J.; CROWDER, Kyle D. Escaping distressed neighborhoods: Individual, community, and metropolitan influences. *American Journal of Sociology*, v. 102, n. 4, p. 1040-1084, 1997.

STAUBLI, Silvia; KILLIAS, Martin; FREY, Bruno S. Happiness and victimization: an empirical study for Switzerland. *European Journal of Criminology*, v. 11, n. 1, p. 57-72, 2014.

STICKLEY, Andrew et al. Crime and subjective well-being in the countries of the former Soviet Union. *BMC public health*, v. 15, n. 1, p. 1010, 2015.

TAO, Ran et al. How does political trust affect social trust? An analysis of survey data from rural China using an instrumental variables approach. *International Political Science Review*, v. 35, n. 2, p. 237-253, 2014.

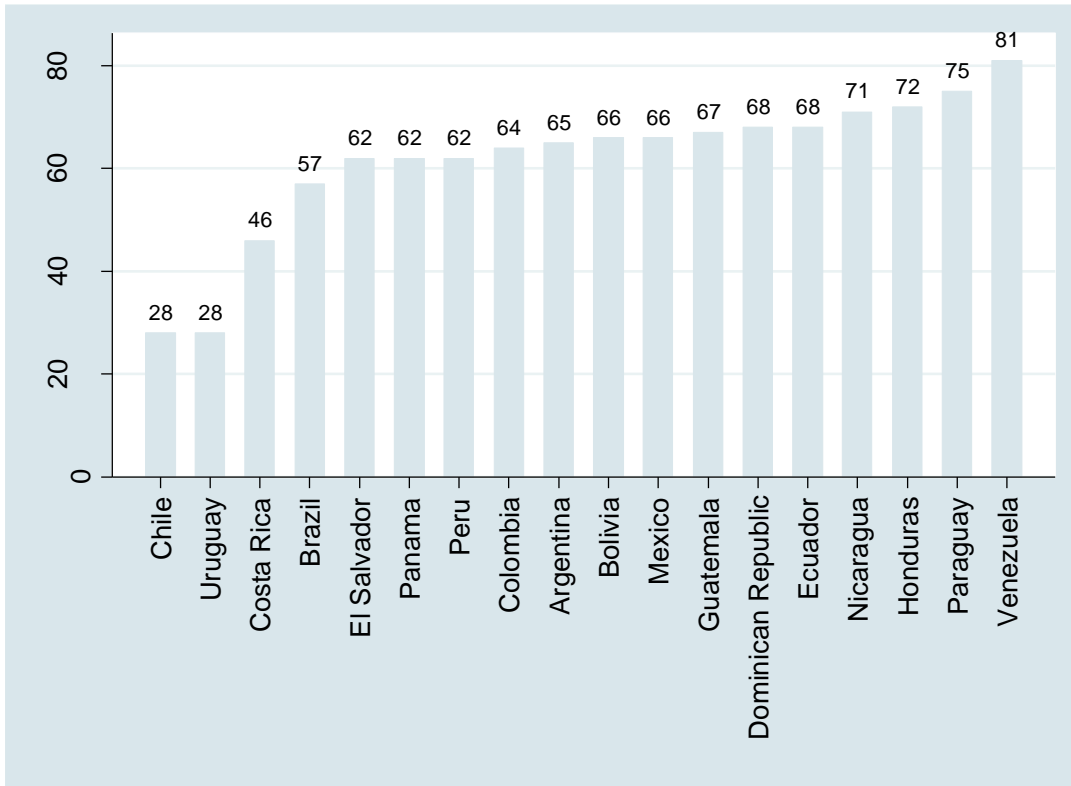
TEDESCHI, Richard G.; CALHOUN, Lawrence G. " Posttraumatic growth: Conceptual foundations and empirical evidence". *Psychological inquiry*, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2004.

TEORELL, Jan et al. *The Quality of Government Standard Dataset, version Jan16*. University of Gothenburg: The Quality of Government Institute. 2016.

UNDP. *Manual on Victimization Surveys*. Geneva: UNDP, 2010.

UNODC. *Global Study on Homicide. Trends, Context, Data*. Vienna: UNODC, 2014.

USLANER, Eric M. *Corruption, inequality, and the rule of law: The bulging pocket makes the easy life*. Cambridge University Press, 2008.

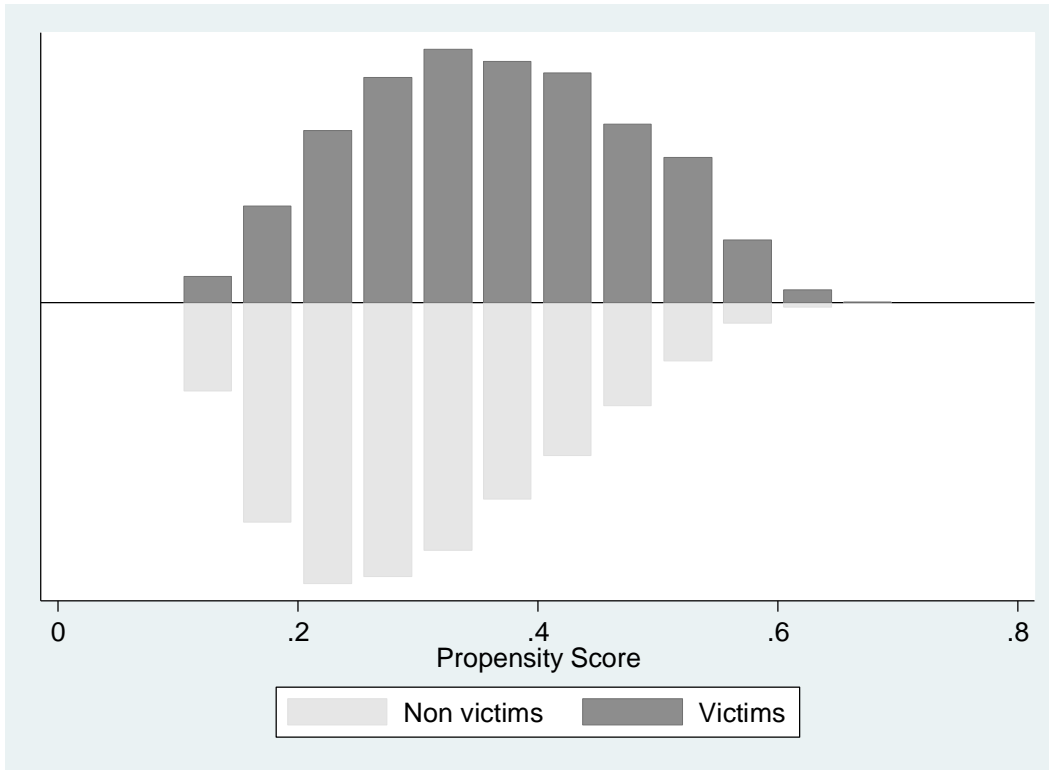


YOU,
Jong- sung
Social
trust:
Fairness
matters
more than
homogenei
ty. *Politi
cal
Psycholog
y*, v. 33, n.
5, p. 701-
721, 2012.

ANEXO

Figura 1

Figure 1. Corruption Perceptions Index in Latin America 2011. Transparency International.



**APÊNDICE
S**

Figura 2

Figure 2. Common support of overlap region.

Figura 3

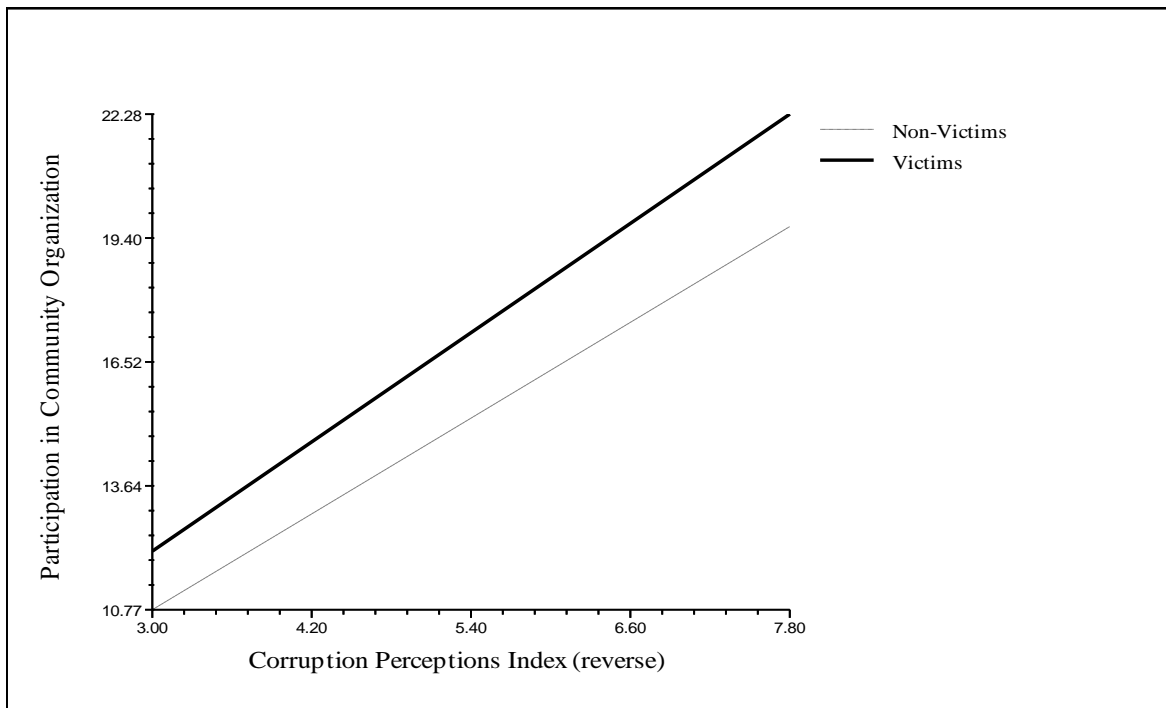


Figure 3. Effect of corruption on Community Participation in Victims and Non-Victims of Crime

Tabela 1

Table 1. Descriptive Statistics								
		Community	Victims	Gangs	Male	Age	Education	Urban
Argentina	N	1468	1459	1487	1512	1498	1507	1512
	Mean	11.404	0.357	36.087	0.498	41.893	10.472	1.119
	S.D.	12.140		33.070		17.110	3.757	
Bolivia	N	2860	2954	2969	3029	3029	3026	3029
	Mean	25.417	0.411	40.762	0.497	37.442	9.829	1.370
	SD	15.922		33.199		15.288	4.895	
Brazil	N	1452	1453	1480	1499	1497	1495	1499
	Mean	14.491	0.265	44.411	0.496	37.836	8.984	0.878
	SD	13.024		34.391		14.204	3.778	
Chile	N	1547	1535	1543	1571	1570	1562	1571
	Mean	12.604	0.214	34.065	0.365	46.777	10.411	1.133
	SD	11.962		31.432		16.988	4.134	
Colombia	N	1497	1490	1485	1512	1449	1445	1512
	Mean	17.624	0.338	37.753	0.50	36.903	9.582	0.785
	SD	13.418		37.365		14.698	4.341	
Costa Rica	N	1434	1477	1470	1498	1483	1485	1498
	Mean	12.804	0.343	36.278	0.487	43.480	8.651	0.632
	SD	12.516		35.288		17.711	4.391	
Dominican Republic	N	1482	1502	1488	1512	1511	1511	1512
	Mean	24.476	0.311	48.877	0.499	39.451	9.448	0.646
	SD	16.445		37.502		16.333	4.664	
Ecuador	N	1370	1475	1463	1500	1494	1481	1500
	Mean	19.626	0.482	39.938	0.499	39.001	10.489	0.655
	SD	15.028		34.171		14.607	4.267	
El Salvador	N	1473	1468	1464	1496	1458	1491	1497
	Mean	20.068	0.288	37.816	0.501	40.299	7.477	0.645
	SD	13.821		35.851		17.443	4.902	
Guatemala	N	1420	1495	1501	1509	1506	1504	1509
	Mean	25.263	0.334	35.995	0.509	38.728	6.911	0.463
	SD	16.653		33.953		14.813	4.711	
Honduras	N	1583	1651	1685	1728	1728	1706	1728
	Mean	22.250	0.317	28.900	0.5	39.281	6.730	0.5
	SD	17.811		34.673		16.374	4.627	
Mexico	N	1530	1552	1540	1560	1547	1554	1560
	Mean	16.018	0.336	39.953	0.490	40.050	8.759	0.753
	SD	13.768		32.188		15.675	4.223	

Nicaragua	N	1644	1679	1680	1686	1686	1686	1686
	Mean	21.702	0.250	30.236	0.5	39.052	6.824	0.594
	SD	15.590		34.180		16.261	4.567	
Panama	N	1527	1580	1562	1620	1620	1599	1620
	Mean	12.376	0.101	42.165	0.5	38.844	10.465	0.659
	SD	12.988		34.705		16.428	3.678	
Paraguay	N	1486	1434	1488	1510	1503	1504	1510
	Mean	23.189	0.261	31.785	0.510	36.654	9.248	0.566
	SD	14.735		33.962		12.882	4.431	
Peru	N	1416	1450	1483	1500	1500	1499	1500
	Mean	19.187	0.441	41.130	0.499	39.379	11.014	0.768
	SD	13.854		34.327		15.685	3.956	
Uruguay	N	1466	1496	1480	1512	1508	1507	1512
	Mean	11.741	0.340	36.303	0.498	45.612	9.591	0.920
	SD	12.267		34.994		18.065	4.012	
Venezuela	N	1469	1471	1482	1500	1462	1483	1500
	Mean	14.738	0.352	46.150	0.50	40.445	10.590	1.087
	SD	14.793		31.262		14.134	3.831	

Tabela 2

Table 2. Logit estimates of the propensity of being victimized	
Presence of gangs	.0117*** (.0004)
Urban resident	.154*** (.029)
Male	.058** (.028)
Age	-.003 (.004)
Age (squared)	-.002 (.0005)
Income	.032*** (.003)
Education	.047*** (.003)
Constant	-1.894 (.108)
Observations	23695
Log likelihood	-14170.269
*** $p < 0.001$, ** $p < 0.01$, * $p < 0.05$	

Tabela 3

Table 3. Propensity score matching: average treatment effects on the treated (ATT)		
Dependent Variable	Matching method	ATT
Community participation	Nearest neighbor	3.294*** (0.327)
	Kernel matching	2.267 ** (1.182)
	Stratification matching	3.142*** (.234)
*** $p < 0.001$, ** $p < 0.01$, * $p < 0.05$		

Tabela 4

Table 4. Corruption, Victimization, and Community Participation in Latin America		
	Model 1	Model 2
Country-Level Variable		
Corruption (CPI)	0.191** (0.069)	1.854*** (0.431)
Individual-Level Variables		
Crime Victimization	2.299**** (0.194)	0.579 (0.930)
Corruption* Victimization		0.260* (0.137)
Presence of gangs	-0.004 (0.002)	-0.004 (0.004)
Urban resident	-1.464*** (0.203)	-1.470 (1.000)
Male	0.614*** (0.175)	0.615 (0.498)
Age	0.650*** (0.0003)	0.651*** (0.060)
Age (squared)	-0.006*** (0.0003)	-0.006*** (0.00006)
Education	0.284*** (0.021)	0.284*** (0.051)
Constant	-9.786** (4.460)	-10.132 (4.493)
Deviance	218526.373	218522.141*
N (Individuals)	29,255	29,255
N (Countries)	18	18
*** $p < 0.001$, ** $p < 0.01$, * $p < 0.05$. Two-tailed tests of statistical significance. Standard Errors in parentheses		

Tabela 5

Table 5. Impartiality, Victimization, and Community Participation in Latin America		
	Model 3	Model 4
Country-Level Variable		
Impartiality	-2.781** (1.097)	-2.630*** (1.049)
Individual-Level Variables		
Crime Victimization	2.374*** (0.205)	4.107*** (0.778)
Impartiality* Victimization		-0.493** (0.213)
Presence of gangs	-0.007** (0.002)	-0.007** (0.002)
Urban resident	-1.574*** (0.222)	-1.578*** (0.222)
Male	0.540** (0.188)	0.539** (0.188)

Age	0.640*** (0.030)	0.641*** (0.030)
Age (squared)	-0.006*** (0.0003)	-0.006*** (0.00003)
Education	0.266*** (0.023)	0.265*** (0.023)
Constant	12.325** (3.938)	11.774*** (3.948)
Deviance	183087.236	183081.907**
N (Individuals)	24,397	24,397
N (Countries)	15	15
*** p < 0.001, ** p < 0.01, * p < 0.05. Two-tailed tests of statistical significance. Standard Errors in parentheses		

Recebido em 11/05/2017.

Aceito em 24/06/2017.

Publicado em 21/09/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.132150

**O LUGAR DA AMÉRICA LATINA NAS RELAÇÕES SUL-SUL: O PAPEL DA
COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC)
NA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

*THE PLACE OF LATIN AMERICA IN SOUTH-SOUTH RELATIONS : THE COMMUNITY
ROLE OF UNITED LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN (ECLAC) IN LATIN AMERICAN
INTEGRATION*

Francisco Denes Pereira¹

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Resumo: O objetivo principal do desse artigo é analisar a criação da CELAC e seu papel no processo de integração latino-americano atual. Atenta-se a compreender a construção do diálogo e da concertação política entre os países latino-americanos e qual o balanço dos resultados dessas iniciativas. Aprofunda-se o estudo sobre a criação da CELAC, sua conformação institucional, assim como seus principais desafios frente a existência da Organização dos Estados Americanos (OEA) e sua efetividade.

Palavras-chaves: América Latina e Caribe; Integração Regional; Regionalismo.

Abstract: The main objective of this paper is to analyze the creation of CELAC and its role in the current Latin American integration. Attentive to understand the construction of dialogue and political cooperation among Latin American countries and which sum up the results of these initiatives. Deepens the study on the creation of CELAC, its institutional conformation, as well as its main challenges facing the existence of the Organization of American States (OAS) and its effectiveness.

Keywords : Latin America and the Caribbean; Regional Integration; Regionalism.

1 INTRODUÇÃO

A crise no sistema financeiro mundial, com seu ápice no ano de 2008, mostrou a fragilidade do multilateralismo econômico e político atual e também do unilateralismo estadunidense. A maior presença de potências emergentes com grande peso militar e econômico no sistema internacional como Brasil, China e Rússia e a emergência de temas globais relevantes como as crises energéticas, alimentarias e climáticas provocam a comunidade internacional para que impulsionem agendas para tratar de tais problemáticas de forma conjunta e estratégica.

Nesse contexto, a América Latina tem a necessidade de construir um projeto político estratégico que lhe permita ter uma posição comum e efetiva em torno dos temas prioritários da nova agenda internacional. A construção deste projeto constitui-se em um desafio para o continente, já que está inserida em uma diversidade de temas de cunho global que faz com

¹Mestrando no PROLAM/USP; Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas (NESPI-CNPq). email<francisco.prolam@usp.br>.

que os atores estatais e não estatais tenham que elaborar respostas estratégicas e coordenadas a estas novas agendas que envolvem uma diversidade maior de temas culturais, econômicos, financeiros, segurança, cultural, desigualdade social, segurança alimentar, defesa regional, combate a corrupção e direitos humanos que moldam a todo o momento o cenário internacional e, assim, o relacionamento entre os países. Para pensar estes processos e suas consequências à região e aos Estados nacionais, requer-se uma maior concertação política e associação para uma maior cooperação regional.

As iniciativas de integração em curso na região como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Comunidade Andina (CAN), Aliança do Pacífico, União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Aliança Bolivariana dos Povos de nossa América (ALBA) e Comunidade Econômica do Caribe (CARICOM) apresentam um caminho a essa concertação. Cada organização surge com características e objetivos diferenciados, mas com desafios comuns. É nesse caminho que os Estados nacionais e suas políticas externas em favor da integração regional convergiam para a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a nova organização regional constituída por Estados latino-americanos, sem a presença dos Estados Unidos e do Canadá nas discussões e deliberações.

A implementação de mais de uma década de políticas neoliberais na maior parte dos países da região, levaram a esses países de graves crises econômicas, sociais e políticas. Os impactos dessa crise foram tão profundos que a década dos 90 foi chamada de “*década perdida*”, pela consequência do impacto econômico e financeiro nas economias latino-americanas. As graves crises de desvalorização cambial que atingiram o Brasil em 1998 e a Argentina em 2001 foram o reflexo de medidas neoliberais adotadas em anos anteriores.

Nesta direção, Souza (2012) analisa a mudança política que se produziu na região da seguinte maneira:

A onda neoliberal que, num primeiro momento, contribuiu para enquadrar o processo de integração latino-americana nos marcos do livre comércio e do regionalismo aberto, terminou favorecendo a busca de caminhos mais profundos de integração, ao criar as condições (crises econômicas e sociais recorrentes) que levaram à constituição de governos progressistas na região. O momento decisivo, que abriu um novo processo de integração regional, foi o fracasso do projeto estadunidense de criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Tratava-se da terceira grande estratégia do governo dos EUA na busca de superação da crise estrutural (SOUZA, 2012, p. 25).

Diante desse contexto, a emergência de novos regionalismos na América Latina é entendida por esse esgotamento do “*regionalismo aberto*”, caracterizado por sua primazia na agenda de liberalização comercial e uma ótica economicista (SANAHUJA, 2010). Esse fator foi decisivo para que um novo cenário regional fosse construído, que tem a ver com o surgimento de novas alianças políticas e sociais que foram importantes para que novos quadros governistas de origem popular chegassem ao poder; exemplo disso é a chegada à presidência de Lula da Silva no Brasil, de Nestor Kirchner na Argentina, Hugo Chaves na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Tabaré Vázquez no Uruguai e Fernando Lugo no Paraguai.

Esses novos governos passaram a adotar políticas para enfrentar as crises e responder às demandas sociais de suas populações. Essas políticas possibilitaram uma mudança na condução da política externa, da inserção comercial e dos modelos de desenvolvimento dos países latino-americanos, tendo como elemento comum a todos esses governos o “*anti-neoliberalismo*” nas políticas econômicas (BERNAL-MEZA, 2012). As linhas do “*regionalismo aberto*” foram gradualmente sendo abandonadas e substituídas por novos modelos de regionalismo, integração e cooperação que refletem esse novo contexto.

Há uma clara redefinição do regionalismo e da integração latino-americana. Estas mudanças têm, por vezes, enfoques e análises distintas, por vezes contraditórias, mas que em comum carregam prioridades que vão dar corpo ao que chamamos de regionalismo pós-neoliberal. De alguma forma, em maior ou menor intensidade, os países abandonaram o modelo neoliberal anterior e colocaram o Estado novamente como ator central no processo de desenvolvimento da nação, aplicando políticas protecionistas e fortalecendo instituições estatais.

As promessas ditadas pela globalização foram vistas como um perigo às economias e às sociedades, assim como a aproximação com os Estados Unidos, sendo que a potência e o conjunto de instituições multilaterais sob sua liderança como FMI e Banco Mundial foram apontados por estes novos governos como responsáveis pela formulação e implementação de políticas de abertura, liberalização, privatizações e desregulação, causas principais da crise na região. É nesse contexto que surge a CELAC.

No presente artigo, procura-se apontar a importância da nova instância como mecanismo fruto deste contexto atual e na maior de coordenação de agendas dos governos da região em temas comuns. O objetivo é analisar a CELAC e qual o seu papel no processo de integração atual dentro do que se chama de regionalismo pós-neoliberal, que se inicia a partir

da década passada até os dias atuais.

Para apresentar a temática proposta e tentar responder a algumas perguntas sobre a discussão, o artigo será apresentado em duas partes. A primeira dedica-se a realizar um breve recorrido histórico do projeto para criar a CELAC, desde a proposta brasileira na criação de iniciativas de integração no continente até as cúpulas que materializam o projeto e criaram a nova organização latino-americana sem a presença dos Estados Unidos e Canadá. Na segunda parte do trabalho discutimos a potencialidades e limitações da nova organização internacional e quais seus principais desafios para que possa cumprir sua missão e objetivos propostos.

2 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE

No Governo do presidente Lula da Silva (2003-2010) há uma prioridade da política externa brasileira pela integração regional. Em seu discurso de posse, Lula deixa claro que:

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto é, sobretudo um projeto político (LULA, 2003).

Já no primeiro mandato, o presidente já havia visitado todos os países da América Latina, usando da diplomacia presidencial para uma maior aproximação com os vizinhos. Pode-se constatar no discurso do presidente Lula da Silva que há “durante seus dois governos, uma aparente coerência entre a busca de uma maior inserção soberana na globalização, a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento e a nova agenda de ativismo estatal” (ROMANO *apud* MARCHETTI, 2013, p. 215). Desta maneira, observa-se como o governo optou por diversificar suas parcerias sem deixar de reconhecer a importância das relações com as potências, principalmente no que se refere às relações econômicas internacionais.

A política de integração impulsada pelo Brasil constitui-se em uma política de Estado, que se encontra codificada em sua própria Constituição nacional, no artigo 4º, Parágrafo Único: “*A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações*” (Artigo 4º, Parágrafo único – CF 1988).

Por esse motivo, procurou-se aprofundar ao máximo os processos de integração já existentes, assim como a criação de novas instituições. Para isso, tratou de estabelecer uma série de ações do sentido de aprofundar o processo de integração regional, ações essas que priorizaram o aspecto político da integração. Aqui vale a pena afirmar o papel que jogou o interesse nacional na definição da política externa brasileira com seus vizinhos.

Apesar desse objetivo político brasileiro de uma integração com toda América Latina e Caribe, a *“possível e operativa era a da América do Sul”* (AMORIM, 2009, p. 19). A aproximação dos países da América Central e Caribe com os Estados Unidos através de tratados de livre comércio (TLCs) e acordos preferenciais dificultavam uma integração maior com esses países. Para o chanceler brasileiro do período, Celso Amorim (2009), havia três níveis de integração possíveis de identificar:

(1) o MERCOSUL, uma união aduaneira, com Parlamento, e já com políticas comuns em muitos aspectos; (2) a América do Sul, que vive um processo de integração bastante forte. Do ponto de vista da política externa e de política internacional, acho que ela tem um papel tão grande, ou talvez maior do que o do Mercosul, porque os grandes temas que existem na região, em geral, transcendem o aspecto do Mercosul; e (3) em um nível um pouco menos cerrado, há o conjunto da América Latina e Caribe, em que se reconhece os diferentes graus de desenvolvimento entre os países (AMORIM, 2009, p. 22)

Em consequência disto vemos a participação do governo na criação de outras iniciativas regionais de integração, como a própria UNASUL, sucessora da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)² criada em 2004, sendo uma proposta efetiva do Brasil na III Cúpula de Presidentes da América do Sul, realizada em Cuzco, Peru. Em suma, a construção dessa nova organização regional representou a consolidação do Estado brasileiro como líder regional, já que houve um consenso na proposta transcrita anteriormente, onde os países se dispuseram a cooperar nos termos estabelecidos na referida reunião.

Devido às assimetrias regionais, o Brasil sempre foi superavitário nas relações comerciais com os vizinhos, o que representa um grande desafio ao projeto de integração regional. Segundo Leite (2010), só em exportações do Brasil para o MERCOSUL, houve um

² A CASA abrangia todos os países da América do Sul em um acordo que visava a harmonização entre dois processos de integração distintos: CAN e Mercosul, além de promover a integração física, econômica e política na sub-região. (AMORIM, 2009, p. 33)

aumento de quatro vezes entre 2002 e 2006, passando de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 14 bilhões. Para a América do Sul, entre os anos de 2003 e 2006 as exportações aumentaram de US\$ 10 bilhões para US\$ 26,6 bilhões.

Em um contexto da ascensão de governos progressistas em grande parte do continente, o Brasil preocupou-se em amenizar os prejuízos provocados por essas assimetrias nas relações econômicas com seus vizinhos. No âmbito do MERCOSUL destaca-se a criação do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM), utilizado, em grande medida, pelas economias do Uruguai e Paraguai. O FOCEM, criado em 2006, já contava com US\$ 100 milhões. Em 2008 esse número subiu para a casa dos US\$ 225 milhões. Acerca das contribuições exigidas para cada país, vemos que só o Brasil já contribui com 70% do fundo, enquanto que a Argentina (segunda maior economia do bloco) contribui com 27%, Uruguai com 2% e Paraguai com 1% (VIZENTINI, 2007, p. 88).

Percebe-se aqui que a contribuição está diretamente relacionada com o tamanho da economia. O Brasil, como a maior do bloco, líder do processo de integração na região, reconhece que, para manter a integração, é necessário compensar os países menores.

O fortalecimento da integração regional na agenda de política externa brasileira nos dois mandatos do Governo Lula foi possível graças a criação de canais de confiança entre o Brasil e seus vizinhos. Através de mecanismos como cúpulas, encontros presidenciais, fóruns de discussão e a criação e o fortalecimento de instituições foram importantes para aproximar os Estados em áreas estratégicas como a infraestrutura, defesa, segurança, sociais sem deixar de privilegiar também os fluxos comerciais, consolidando, assim, espaços de cooperação a longo prazo, que construíram vínculos mais fortes entre o Brasil e países da região. Por reconhecer a importância do país e suas capacidades materiais, a política externa de Lula procurou “[...] *assumir o lugar devido como protagonista da mudança na configuração mundial de poder, de forma ativa e criativa* [...]” (ROMANO, 2013 *apud* MARCHETTI, 2013, p. 210).

A inspiração brasileira pela integração latino-americana fez com este realiza-se de forma inédita uma Cúpula dos Países da América Latina e do Caribe reunindo os 33 chefes e chefas de Estado e Governo. Essa foi à concretização de um projeto mais amplo dentro da PEB. Aravena destaca a importância de tal cúpula:

La realización de esta Cumbre se enmarcó en la búsqueda de una mayor autonomía de América Latina y el Caribe, luego de décadas del olvido por su máximo referente del siglo XX, Estados Unidos, y en un

contexto en donde surgen nuevos actores globales de peso, entre ellos el mismo Brasil (ARAVENA, 2011, p. 37).

Alguns teóricos vão colocar que a partir de 2001 após os atentados terroristas, a região perde importância na agenda de atuação estadunidense; outras regiões, como o Oriente Médio, passam a ter uma atenção maior devido a chamada Guerra ao Terror.³ Outro argumento não excludente é que se entende que a retomada dos processos de integração seria uma forma de combater a dependência:

Novamente, a integração passou a ser vista por diversos países latino-americanos como uma forma de articulação regional que tem como objetivo ampliar os mecanismos de poder que visam combater a dependência. É por esta razão que os antigos instrumentos de integração estão sendo reformados e novos tem sido criados: Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) depois rebatizado como União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), Petrosul e PetroAmérica, Telesur, Bandesul; refundação do Mercosul, sua ampliação e aprofundamento com propostas de criação de uma moeda única e de um parlamento no bloco; etc (SOUZA, 2008, p. 15)⁴.

Nesse caminho, a concretização da I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), ocorrida em dezembro de 2008, na Costa do Sauípe, Bahia, teve como objetivo dar respostas latino-americanas a problemas latino-americanos. Como bem colocou o presidente Lula da Silva no discurso de abertura da CALC:

Queremos dar respuestas propias para las aspiraciones de bienestar y prosperidad de nuestros pueblos. Pasados dos siglos desde nuestras independencias, esta es la primera vez que la región une sus voces (...). Esta Cumbre tiene un mensaje simple, pero fundamental: Sólo lograremos superar los retos de la integración y el desarrollo si asumimos nuestra vocación latinoamericana y caribeña. Debemos hacerlo sin un espíritu de confrontación con nadie. Nuestra unidad debe entenderse como una contribución a un nuevo mundo multipolar y multilateral (DISCURSO PRESIDENCIAL, LULA, 2008, p. 2).

O discurso do presidente Lula deixa evidente que neste momento de conformação da CALC há uma vontade política para dialogar sobre temas de interesse regional frente aos

³ Após os atentados de 11 de Setembro, os EUA voltam suas agendas de política externa para o Oriente Médio, em especial para os países que contestavam sua atuação na região, como Iraque, Afeganistão e Irã.

⁴ Devemos ter em conta que no momento que Nilson de Souza escreve a CELAC ainda não tinha sido criada, mas as bases do novo organismo já estavam sendo criadas, como a Cúpula da América Latina e Caribe para o Desenvolvimento e Integração (CALC), criada em 2008 como iniciativa do Brasil no governo do presidente Lula da Silva. Isso reflete de forma geral, o contexto atual referente à integração regional.

desafios que despontavam no cenário internacional. Neste sentido, a concertação política alcançada neste período conseguiu modificar os rumos que os processos de integração regional haviam experimentado desde suas origens, deixando de privilegiar os fatores econômico-comerciais e passando a focar nos fatores político-sociais destes processos.

No entendimento dos novos governos da região, havia que ter uma articulação de alianças políticas para aproveitar as transformações no sistema internacional dos últimos anos que deixaram evidentes a existência de um mundo cada vez mais multipolar, com o surgimento de novos atores e novos temas, onde o papel dos Estados Unidos e suas políticas unilaterais não estavam mais figurando como único e hegemônico centro de poder. Neste contexto, a Declaração de Salvador da Bahia da I Cúpula da CALC afirmou o seguinte:

importancia de que el diálogo y la cooperación entre los países latinoamericanos y caribeños generen resultados tangibles y beneficios mutuos, acordes con las altas aspiraciones de desarrollo y prosperidad de sus respectivas sociedades, teniendo como base el intercambio de experiencias y de conocimientos y con fundamento en el patrimonio acumulado por las instituciones regionales existentes. (SERBIN, 2008, p. 60).

Dessa reunião foram elaborados diversos comunicados especiais⁵; dentre estes um pedido ao fim do bloqueio estadunidense a Cuba. Esta última declaração merece destaque, sendo que a articulação política tratou de reincorporar estrategicamente o Estado cubano ao sistema interamericano, condenando o bloqueio estadunidense ao país desde o ano de 1962, assim como convidando Cuba a participar como membro pleno da cúpula, o que demonstra a importância simbólica da ilha e de suas ideias para a integração regional. Esse fato demonstra o que discutimos anteriormente com relação à busca por uma maior autonomia e soberania, assim como a revitalização da identidade latino-americana compartilhada nos espaços de diálogo e concertação política.

Em novembro de 2009, os Ministros das Relações Exteriores de todos os países latino-americanos se reuniram em Montego Bay, Jamaica, para estabelecer o Plano de Ação da CALC com o objetivo de colocar em prática os compromissos que os chefes de Estado e de Governo haviam assumido na Cúpula de Salvador. Nesta reunião, os chanceleres acordaram

⁵ Com relação à soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas; Apoio a Bolívia diante da ameaça dos Estados Unidos em eliminar os benefícios da Lei de Promoção Comercial Andina e a Erradicação de Drogas; Desbloqueio dos EUA a Cuba.

diversas áreas de ação, que vão desde o político e o econômico até temas específicos como crise financeira internacional, mudanças climáticas e desastres naturais.

No ano seguinte, a II Cúpula da CALC foi conjunta com a XXI Cúpula do Grupo do Rio. Essa reunião foi o espaço privilegiado para discutir a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

3 A CÚPULA DE CARACAS

Em dezembro de 2011, ocorreu em Caracas a XXII Cúpula do Grupo do Rio e a III CALC. Nesse encontro é fundada oficialmente a nova organização, assim como o seu plano de ação com as temáticas a discutir e aprofundar em encontros posteriores.

Além da Declaração de Caracas, a cúpula adotou vinte declarações e comunicados especiais sobre diversos temas; ademais, estabeleceu que a CELAC reunisse todos os 33 países da região e herdará o patrimônio de concertação política do Grupo do Rio e a agenda de integração e desenvolvimento da CALC que a partir desse momento deixaram de existir e passaram seu legado de acordos e consensos à nova organização. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2009), a convergência da CALC e do Grupo do Rio ocorreria de forma gradual. Ambos os mecanismos “manterão suas agendas e métodos de trabalho até a conclusão do processo de constituição da CELAC pela adoção de seu documento constitutivo (BRASIL, MRE, 2009).

O Plano de Ação da CELAC, aprovado na cúpula de 2011, é o documento que contém os dez grandes temas de discussão da nova organização e propõe mais de cinquenta ações para tais temas. As dez áreas temáticas se dividem em:

Crise financeira internacional e a nova arquitetura financeira; complementaridade e cooperação entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração; Energia; Infraestrutura para a integração física do transporte, as telecomunicações e a integração fronteiriça; Desenvolvimento social e erradicação da fome e a pobreza; Meio ambiente; Assistência humanitária; Proteção ao migrante; Cultura; Tecnologia da Informação e comunicações (CELAC, PLANO DE AÇÃO, 2011, p. 1).

Na mesma cúpula, foi aprovado o documento de procedimentos para o funcionamento da estrutura orgânica da nova entidade. A CELAC está estruturada em seis níveis de decisão

para que possa funcionar de acordo com seus objetivos propostos. Os seis órgãos são: Cúpula de Chefes de Estado e de Governo; Reunião de Ministras e Ministros de Relações Exteriores, Presidência Pró-Tempore, Reunião de Coordenadores Nacionais e a Troika.

Vale a pena ressaltar a Troika Ampliada que é um mecanismo herdado do Grupo do Rio e exerce a presidência da CELAC. Em 2014 a presidência pró-tempore é exercida por Costa Rica acompanhada de Cuba que exerceu no período anterior e Equador que exercerá a presidência em 2015. A primeira reunião da Troika aconteceu em 2012 em Santiago do Chile, quando os três países (Venezuela, Chile e Cuba) acordaram cinco temas referenciais para a cúpula de 2013: “*energia, ciência e tecnologia, infraestrutura, finanças e desenvolvimento social.*” (CELAC, PLANO DE AÇÃO, 2011, p. 4).

As decisões do organismo são adotadas “*por consenso em todas as instâncias*” (CELAC, PLANO DE AÇÃO, 2011, p.05). As mesmas se manifestarão através de declarações, decisões, comunicados conjuntos e especiais, resoluções ou outro instrumento acordado pelos países, sendo que “*todas têm caráter de acordos políticos e constituem mandatos.*” (idem, p. 5). Segundo Aravena (2012):

Este fue uno de los temas que generó un mayor debate en la Cumbre de Caracas, al menos dos gobiernos señalaron que el mecanismo de decisión por consenso podía lentificar el proceso y a la vez bloquearlo, por lo que buscaron introducir mecanismos que pudiesen establecer alguna forma de votación en los procesos decisorios. Sin embargo, la mayoría señaló que el consenso era la forma más efectiva en un proceso como el de la CELAC (ARAVENA, 2012, p. 85).

Por sua parte, autores como Bernal Meza apontam que a CELAC foi um projeto do presidente Chávez, já que ele pessoalmente procurou que sejam uma ponte entre a concepção “*sul-americana*” (que dominou a visão brasileira até 2008) e o conceito de latino-americano. Foi também a presença no discurso de Chávez e da ALBA no que se refere ao reconhecimento das etnias dos povos originários e das culturas que foram subordinadas historicamente. (BERNAL-MEZA, 2012). No que tange a Troika, o autor afirma que esse mecanismo lhe dá um perfil de continuidade as linhas de gestão da política regional.

O vínculo da comunidade latino-americana e caribenha com as outras regiões e organismos internacionais são assumidos pela CELAC através do diálogo político e diplomático em fóruns, encontros, cúpulas e reuniões especializadas da comunidade com os demais países, além da herança dos diálogos do Grupo do Rio com a União Europeia, assim

como a interlocução em espaços multilaterais como a ONU. Nesse pouco tempo de existência, a entidade já se reuniu com países de grande peso no cenário internacional como Rússia e em especial a China⁶, o que mostra uma mirada estratégica da região em um mundo em constante transformação.

4 CELAC VS OEA: PARALELAS OU EM DISPUTA?

A criação da CELAC leva a crer que em algum momento a nova instituição confrontará a atuação da tradicional Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948, em um contexto de pós-II Segunda Guerra Mundial, impulsionada e influenciada até os dias atuais pelo governo estadunidense. A organização que abarca todos os Estados americanos é considerada o principal fórum das relações regionais dos últimos 50 anos (SEITENFUS, 2008) e tem como objetivos o “[...] *compromisso com a democracia, fortalecimento dos direitos humanos e a garantia da paz e da segurança no continente.*” (Carta da OEA, p. 2).

A organização americana é historicamente alvo de críticas de vários governos latino-americanos; algumas dessas críticas dizem respeito a pouca atuação do organismo em temas de interesse regional e ao apoio aos Estados Unidos na invasão a Santo Domingo e nos golpes militares no Brasil (1964), no Chile (1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976), todos dentro da proposta de segurança coletiva e com o total apoio do governo norte-americano (FICO, 2008). Nos anos de 1960, a postura da OEA de expulsar e autorizar um bloqueio a Cuba em pleno auge da “*Crise dos Mísseis*” também demonstrou que a organização atendia aos interesses de política externa estadunidense.

Na questão das Ilhas Malvinas⁷ entre Argentina e Inglaterra, houve uma clara falta de posição sobre o conflito por parte da OEA. Nesse sentido, Fagundes (FAGUNDES, 2010) vai afirmar que a proposta do multilateralismo que inspirou a fundação da OEA ficou quase sempre em segundo plano em relação às posições políticas e à vontade de cooperação do

⁶ Em 26 de julho se realizou um encontro entre a CELAC e a China em Brasília, Brasil. A cúpula lançou oficialmente um fórum de chanceleres entre China e os países latino-americanos que conformam a CELAC. O objetivo principal é aprofundar a relação por meio da maior cooperação entre as duas regiões. <<http://celac.cubaminrex.cu/es/articulos/celebraran-cumbre-china-celac-en-julio-proximo-en-brasilia>>. Acesso em: 12 de maio. 2016

⁷ Território disputado historicamente entre Argentina e Inglaterra. O Estado argentino reivindica a soberania desse território, apesar de ter perdido a guerra travada com a Inglaterra pela soberania das ilhas em 1982. Os britânicos afirmam que o território é inglês pelo respeito ao direito internacional e princípio da autodeterminação dos povos, sendo que a maior parte da população local que vive quer continuar pertencendo à jurisdição inglesa.

governo dos EUA, que durante a Guerra das Malvinas também esteve ao lado dos ingleses, num claro desrespeito aos acordos continentais, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Iniciativas recentes de integração regional já têm se posicionado a favor de um diálogo mais sério entre os dois países. A CALC, em sua declaração final, afirmou que no âmbito da OEA, a questão das Malvinas é um tema de interesse hemisférico, indicando que a Argentina e Inglaterra retomem, o quanto antes, as negociações sobre a disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, visando encontrar uma solução pacífica a esta prolongada controvérsia (CALC, 2008).

Outro conflito recente que a OEA não conseguiu resolver foi a crise diplomática entre Colômbia e a Venezuela em 2008, quando o governo colombiano enviou tropas do exército para acabar com um acampamento das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC) em território equatoriano e se tornou mais crítico no ano seguinte, quando a Colômbia autorizou a implantação de mais bases militares estadunidenses em seu território.

A problemática foi levada ao âmbito da OEA, onde não teve sucesso esperado pela comunidade internacional. No entanto, dias depois, na XX cúpula do Grupo do Rio, em Santo Domingo, os governos latino-americanos presentes, em sua declaração final, rejeitaram a violação a integridade territorial do Equador e ratificaram o princípio da não ocupação militar direta ou indireta, qualquer que seja o motivo, ainda que de maneira temporária. (GRUPO DO RIO, 2008, p. 3). Também mostraram sua satisfação pelo pedido de desculpas do então presidente Álvaro Uribe Vélez por seu compromisso de que estes fatos não se repitam abaixo nenhuma circunstância. Por fim, reiteraram seu compromisso com a convivência pacífica na região e a iniciativa de combater a ameaça da segurança de todos os Estados de organizações criminais (idem, p. 3).

Sobre a incapacidade histórica da OEA em resolver conflitos dessa natureza e a efetividade que tem tido outros mecanismos de concertação política regional como a CALC e o Grupo do Rio, o autor Ricardo Seitenfus (2008) coloca que a partir dos anos 80, quando a região vivia um ambiente difícil na área econômica e política:

[...] surgiram questões tais como os conflitos na América Central, o narcotráfico, a Guerra das Malvinas, o crescimento da dívida externa e a crise econômica, que transforma o período na chamada década perdida na América Latina. As tentativas para resolver tais dilemas transcorrem longe do alcance da OEA. Novos fóruns criados como o Grupo do Rio, o de Contadora, o de apoio a Contadora, o SELA, as

integrações econômicas regionais e as negociações bilaterais, tentando contornar a possível falência financeira dos Estados latino-americanos. A OEA somente foi notada em razão de sua cabal incapacidade para enfrentar estas questões (SEITENFUS, 2008, p. 275).

Nesse sentido, Senteifus complementa que há duas alternativas para que a OEA continue cumprindo seu papel: ou encontra novas funções e objetivos ou desaparecerá. Diante da falta e posicionamento em diversos conflitos regionais e do histórico de pouca capacidade da OEA em dar soluções concretas a problemáticas latino-americanas, as novas iniciativas de integração seriam uma alternativa mais eficiente e adequada de acordo com o novo cenário internacional (SENTEIFUS, 2008, p. 277).

O fato da OEA não ter conseguido dar soluções às disputas entre os países latino-americanos e destes com outros Estados dá maior espaço de atuação a CELAC como uma organização que, além de se propor a intermediar e dar respostas aos problemas regionais almeja construir uma identidade compartilhada entre os diversos atores regionais, abrindo espaço para novos processos de integração latino-americanos, desta maneira, a CELAC traz para sua jurisdição assuntos como a concertação política que antes eram parte do rol de atuação da OEA.

No entanto, para saber se a CELAC virá a substituir ou não a OEA dependerá muito da atuação da nova organização, o que pode ser analisado com mais clareza no futuro. A continuação passará a analisar outro assunto que constitui um desafio que se remete a natureza jurídica dos blocos regionais de integração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo, vimos que a CELAC possui antecedentes que fazem dela uma organização com grande responsabilidade histórica, por herdar as lutas contidas durante os governos autoritários, como o antigo Grupo de Contadora e o Grupo do Rio, ambos de vital importância para a conformação dos objetivos e dos valores que devem reger a nova organização. Identificamos ao longo da discussão três grandes desafios que são fundamentais para que a CELAC possa desenvolver suas funções de acordo com seus objetivos. O primeiro seria o papel da Organização dos Estados Americanos (OEA) diante da criação da CELAC. Neste ponto, vimos que há duras críticas a atuação da tradicional organização continental, com relação a vários conflitos na região. Chega-se à conclusão de que as duas organizações por mais que também seja espaço de diálogo em concertação política, possuem características

bastante distintas e a resposta para saber se a CELAC substituirá ou não a OEA dependerá da atuação da nova organização, o que pode ser visto com mais clareza em análises futuras. Um segundo desafio é a tomada de decisão dentro do novo organismo, sendo que este resolve suas discussões na base do consenso, o que torna a CELAC mais flexível e sem as características de uma organização internacional tradicional.

Podemos identificar que essa característica ajuda a nova organização a dialogar com os diversos mecanismos sub-regionais de integração, com visões e objetivos diferenciados sobre os temas da arena regional e internacional. Por último, abordamos o desafio de criar uma verdadeira comunidade latino-americana e que a CELAC seja uma representante legítima dessa comunidade nos fóruns regionais e internacionais. Para isso, há que se criar uma identidade latino-americana e caribenha, sendo este identificado como o principal desafio da nova organização.

Assim, o que se objetivou com esse artigo é entender o surgimento da CELAC, através de um histórico de projetos e instituições de cooperação criadas em diversos momentos da história latino-americana, comprovando a argumentação de que existe um histórico de concertação e diálogo político no continente e que deu bases para criação de tal organismo. O desejo é que a discussão realizada nesse artigo tenha contribuído para o entendimento sobre a integração latino-americana atual, tema ainda pouco discutido e aprofundado no ambiente acadêmico brasileiro.

6 REFERÊNCIAS

ALTMANN Borbón, Josette y ROJAS Aravena, Francisco. *Multilateralismo e Integración en América Latina y el Caribe*. En: ALTMANN Borbón, Josette y ROJAS. Aravena, Francisco (editores). *Las paradojas de la Integración en América Latina y el Caribe*. Fundación Carolina/Siglo XXI Editores. Madrid, 2008.

_____, Josette. *Dossiê: Grupo do Rio*. São José: Fundação Carolina, 2007.

ARAÚJO, Heloisa Vilhena de. *O Grupo do Rio e a globalização: grupo de reflexão de alto nível*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2005.

BANDEIRA, Luiz A. Muniz. *Conflito e Integração na América do Sul – Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao MERCOSUL (1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 124-152.

BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en el Mundo: El pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales*. Buenos Aires: Editora Nuevo Hacer, 2005.

BUENO, Clodoaldo. Pan-Americanismo e Projetos de Integração: temas recorrentes na

história das relações hemisféricas (1826-2003). *Política Externa*, São Paulo, v. 13, n. 1, 2004.

CERVO, Amado. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2008.*

DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. São Paulo: Tese de Mestrado, Departamento de História, FFLCH, USP, 2008.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andréa Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito e Integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao MERCOSUL), 1870-2007*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROJAS, Aravena Francisco. *La Celac y la integración latinoamericana y caribeña: Principales claves y desafíos*. Chile: Revista Nueva Sociedad, n. 240, 2012.

_____. *Multilateralismo e integración en América Latina y el Caribe*. San José: FLACSO-Secretaria General, 2007.

SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura e. *Relações internacionais do Brasil e integração Latino-americana*. São Paulo: Fontes Novas, 2008.

SOUZA, Nilson Araujo. *A América Latina: as ondas da integração*. *Revista OIKOS*. Rio de Janeiro, v. 11. n. 1, 2012.

Recebido em 09/05/2016.

Aceito em 11/03/2017.

Publicado em 21/09/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.115232

AVANÇOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS NA LEITURA DA AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS

THEORETICAL AND METHODOLOGICAL ADVANCES IN LATIN AMERICAN INTERPRETATION: CONTRIBUTIONS BY JOSÉ DE SOUZA MARTINS

*Júlio César Suzuki*¹

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: José de Souza Martins é um dos mais relevantes intelectuais brasileiros que se propuseram a constituir um pensamento novo para compreender a relação entre o atraso e a modernidade que, imbricados, marcam a sociedade brasileira. Sua contribuição, no entanto, vai para muito além do território brasileiro. Assim, pretendemos discutir os aportes teóricos e metodológicos na leitura da sociedade brasileira, em José de Souza Martins, relevantes, inclusive, para a compreensão da realidade latino-americana. Com base, então, em sua biografia e obra, relacionamos preocupações que aparecem em sua construção como intelectual das ciências sociais, bem como autores e categorias que fazem parte de suas argumentações, o que lhe garante originalidade e atualidade, no bojo de um pensamento em constante reformulação e aprimoramento.

Palavras-chave: pensamento social, teoria, método, José de Souza Martins.

Abstract: José de Souza Martins is one of the most relevant Brazilian intellectuals who proposed themselves to constitute a new thinking to understand a relationship between delay and the modernity that, imbricated, mark the Brazilian society. His contribution, however, goes to beyond Brazilian territory. Thus, we intend to discuss the theoretical and methodological contributions in the reading of Brazilian society, in José de Souza Martins, relevant, including for an understanding of the Latin American reality. Based, then, in his biography and work. We relate concerns that appear in his construction as intellectual of the social sciences, as well as authors and categories that are part of his arguments, which guarantees originality and actuality, within the scope of a thought in constant reformulation and improvement.

Keywords: social thought, theory, method, José de Souza Martins.

¹ Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina/USP; e pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Email: jcsuzuki@usp.br. A primeira versão de escrita deste texto se deu durante nossa estadia, como Professor Convidado, na Université Rennes 2 e na Université de Pau et des Pays de l'Adour, no ano letivo 2015-2016, cuja publicação se deu no Guia Bibliográfico da FFLCH: "José de Souza Martins: percursos metodológicos de leitura da sociedade brasileira" (<http://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Martins.pdf>).

1 INTRODUÇÃO

“A vida não é feita apenas de motivos e de impactos, mas também de circunstâncias e contradições, incertezas e relutâncias.” (José de Souza Martins, 2012b, p. 197)

José de Souza Martins é um dos mais importantes e reconhecidos cientistas sociais do Brasil. Graduado, mestre, doutor e livre-docente pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), seu vasto corpo de publicações é reconhecido internacionalmente devido à sua importância na construção de uma leitura original da sociedade brasileira.

Tendo se dedicado densamente ao método dialético e à leitura da sociedade brasileira, ele nos brinda com uma extensa obra em que é possível apreender o longo movimento de transformações das estruturas sociais, bem como as sutilezas do irrisório, do ínfimo, porém extremamente frequente: o que se repete continuamente na vida do homem simples, o que contribui com formulações teóricas e metodológicas originais para a leitura da América Latina.

Como ocorre com os grandes intelectuais, a obra de José de Souza Martins possui um importante movimento de preocupações que se adensam, de categorias que se refinam e de temas que se ampliam e se renovam; é o que tentaremos apresentar e aprofundar em nosso debate, com base em leituras que fizemos de seus textos, cujas contribuições são facilmente verificáveis em nossas pesquisas, particularmente as de mestrado e doutorado (SUZUKI, 1996 e 2002); e algumas resenhas que publicamos de seus livros (SUZUKI, 1998; SUZUKI; MARTINS, 2015a; SUZUKI; MARTINS, 2015b). Assim, objetivamos discutir os aportes teóricos e metodológicos na leitura da sociedade brasileira, em José de Souza Martins, relevantes, inclusive, para a compreensão da realidade latino-americana.

2 AS PRIMEIRAS REFLEXÕES E PESQUISAS

Nascido, em 1938, em São Caetano do Sul, oriundo de uma família de operários e tendo iniciado sua atividade profissional, também, como operário, ao conhecer a Biblioteca Municipal de São Paulo Mário de Andrade, José de Souza Martins começa uma vida de leituras e de formação intelectual, em 1955, oportunidade em que escreve seu primeiro livro,

São Caetano do Sul em quatro séculos de história (MARTINS, 1957), mesmo antes do início do seu curso Normal, realizado na cidade de Santo André, no Instituto de Educação Dr. Américo Brasiliense, entre 1958 e 1960.

Formou-se em Sociologia em 1964, um ano extremamente complicado da história política brasileira, particularmente para a Universidade de São Paulo e para a Sociologia uspiana, em que o catedrático era Florestan Fernandes e os assistentes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi e Maria Sylvia Franco Moreira, animavam debates importantes de discussão da formação da sociedade brasileira e do desenvolvimento social.

No ano seguinte, em 1965, por convite² de Florestan Fernandes, catedrático da cadeira de Sociologia I, José de Souza Martins passa a integrar, na qualidade de auxiliar de ensino, o grupo de assistentes da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, permanecendo, como professor, até 2003, ano de sua aposentadoria; em que pese a continuidade de suas pesquisas e publicações, sem qualquer interrupção, até o momento atual; além da homenagem de outorga do título de Professor Emérito, em 2008, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, o nível máximo de reconhecimento que a Universidade de São Paulo realiza aos seus intelectuais.

A partir do convite de Fernando Henrique Cardoso para participar, como bolsista, da pesquisa de Luiz Pereira (também docente da cadeira de Sociologia I) sobre qualificação do operário na empresa industrial, junto ao Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) da Universidade de São Paulo, José de Souza Martins, que havia sido operário por longos anos, inicia os contatos nas fábricas, os levantamentos dos processos de trabalho, as listagens de trabalhadores e as entrevistas com operários (geralmente, realizadas no período noturno).

José de Souza Martins, sobre sua seleção e participação na pesquisa coordenada por Luiz Pereira, nos dá o seguinte testemunho:

Minha indicação decorreu tanto do meu desempenho como aluno de graduação como do fato de que eu havia trabalhado em fábrica durante vários anos. Coube-me não só levantar os dados sobre estrutura e funcionamento das 9 fábricas da pesquisa, como também realizar a maior parte das extensas entrevistas preparadas por Luiz Pereira sobre a função substitutiva de escola profissional das próprias fábricas.³

² O convite fora feito no segundo semestre de 1964, quando, ainda, José de Souza Martins realizava o seu último ano de graduação em Sociologia.

³ Testemunho fornecido por José de Souza Martins, via e-mail, em 03/04/2017.

A sua dedicação ao projeto de Luiz Pereira garantiu-lhe a possibilidade de ser selecionado para continuar a desenvolver pesquisa no CESIT, para a qual apresentou um projeto de especialização (o que viria a se transformar em mestrado⁴), sob a orientação de Octavio Ianni, tendo em vista que o tema da proposta era modernização no campo.

No último ano do curso de graduação, apresentei a Octavio Ianni um projeto de pesquisa sobre ‘O desenvolvimento agrário no Estado de São Paulo’, que se desenvolveria em três regiões: Baixa Mojiana, Alto Paraíba e Alta Sorocabana. Era um estudo comparativo sobre modernização da agricultura e resistências à mudança. Concluída a pesquisa, cheguei a escrever dois artigos, que Florestan Fernandes mandou publicar na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, da USP, e na revista América Latina, do Centro Latinoamericano de Pesquisas em Ciências Sociais. Nesses artigos apresento minha constatação de que as populações rurais não resistiam às mudanças e à modernização, mas incorporavam as inovações tecnológicas à sua cultura agrícola tradicional. Meu trabalho dava fundamento empírico ao que Octavio Ianni vinha tratando em seus livros e artigos como crítica da razão dualista. Ele é o pai dessa ideia. Minha pesquisa, por outro lado, mostrava, pela primeira vez, a funcionalidade do atraso. O atraso não é incompatível com o desenvolvimento capitalista, mas cumpre funções no processo de acumulação.⁵

Assim, em 1965, José de Souza Martins realiza pesquisas exploratórias em três regiões do estado de São Paulo (Alta Sorocaba, Baixa Mogiana e Alto Paraíba), o que lhe permitiu avançar nas discussões, feitas pela Escola Sociológica de São Paulo⁶, acerca das relações atrasadas como uma necessidade do capital e do desenvolvimento capitalista, já que ele percebera que a modernização não elimina o tradicional, tendo em vista a existência de caipiras do Alto Paraíba que não estavam em contradição com a modernização ou com o desenvolvimento do capitalismo. “*Tratava-se de reconhecer no atrasado, no anômalo, no marginal a mediação que oferece a compreensão mais rica do processo histórico e também indica o lugar histórico de bloqueios e resistências ao desenvolvimento social.*” (MARTINS, 1997c, p. 145)

⁴ Somente com a reforma universitária de 1968 são criados os cursos de pós-graduação, tanto os de *lato sensu*, quanto os de *stricto sensu*, no Brasil, sendo que, por conta de acordo MEC-USAID, na década de 1960, a Universidade de São Paulo foi utilizada como *locus* de implantação de um protótipo para testar a viabilidade de expansão do sistema norte-americano com a divisão entre mestrado e doutorado no país, o que conduziu para que as propostas de especialização, de meados da década de 1960, fossem transformadas em mestrados, mesmo antes da promulgação da legislação de 1968. Mesmo que os primeiros doutoramentos tenham se iniciado na década de 1940 na Universidade de São Paulo, particularmente em 1942 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, somente a partir de 1970, começam os programas de pós-graduação com mestrados e doutorados.

⁵ Testemunho fornecido por José de Souza Martins, via e-mail, em 03/04/2017.

⁶ Sobre Florestan Fernandes e o seu significado na formação da Escola Sociológica de São Paulo, é muito elucidativa a leitura que realiza José de Souza Martins (1998), particularmente ao recuperar detalhes importantes da contribuição de Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss na base do pensamento social e antropológico que se desenvolveu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Cabe a leitura, ainda, de *A Sociologia como aventura* (MARTINS, 2013), em que se adensa a discussão sobre o percurso acadêmico de José de Souza Martins, bem como sua relação com Florestan Fernandes, além do debate de suas posições políticas e teórico-metodológicas.

Este debate da relação entre o tradicional e o moderno vai aparecer densamente em sua obra, como se explicitou, por exemplo, em *Capitalismo e tradicionalismo* (MARTINS, 1975), de 1975, um livro que reúne textos, sobretudo, do final da década de 1960 e início dos anos 1970; bem como em *A sociabilidade do homem simples* (MARTINS, 2012a), publicado em 2008; como uma forte crítica à leitura dualista da sociedade brasileira.

A participação na pesquisa de Luiz Pereira, com foco na industrialização de São Paulo, e, sobretudo, a pesquisa na de Maurício Vinhas de Queiroz (docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), acerca dos grupos econômicos do Brasil, em muito contribuíram, já no início da ditadura militar, quando já havia perseguição de professores, como foi o caso de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, para que José de Souza Martins pudesse rapidamente defender sua dissertação de mestrado, por indicação e sob a orientação, em definitivo, de Florestan Fernandes, com a substituição do tema original da modernização no campo para a biografia do grupo econômico liderado pelo Conde Matarazzo (MARTINS, 1966), cuja publicação em formato de livro (MARTINS, 1967⁷) acontece já no ano seguinte. (MARTINS, 2012b):

Em virtude do cenário repressivo e da possibilidade da cassação de professores e eventual extinção do grupo aglutinado em torno de Florestan Fernandes, Florestan me chamou, avaliou quanto tempo levaria para concluir o mestrado (que se chamava especialização) e entendeu que era demora arriscada. Perguntou-me se tinha outro trabalho que pudesse ser aproveitado no mestrado. Por indicação de Fernando Henrique, eu me engajara como pesquisador no projeto de Mauricio Vinhas de Queiroz, da Universidade do Brasil (atual Federal do Rio de Janeiro), sobre a formação dos grupos econômicos no Brasil. Enquanto aluno de graduação, eu trabalhara durante dois anos nessa pesquisa, elaborando monografias sobre 11 grupos econômicos, brasileiros e estrangeiros instalados no Brasil. Sugeri-lhe que o relatório sobre o grupo Matarazzo poderia ser ampliado e reformulado para uma dissertação de emergência, como ele me pedia. E foi o que fiz. Daí resultou o livro “Empresário e Empresa na Biografia do Conde Matarazzo”, publicado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os materiais da pesquisa sobre o campo seriam diluídos em artigos.⁸

Para a tese de doutorado, José de Souza Martins planejou retomar a pesquisa sobre a modernização do campo, mas, novamente, por conta das dificuldades impostas à vida universitária uspiana pela ditadura militar, foi obrigado, na oportunidade por indicação e sob a orientação de Luiz Pereira (MARTINS, 2012b), a retomar a pesquisa feita sobre São Caetano do Sul (MARTINS, 1957), com os novos instrumentais analíticos alcançados durante a formação junto à Escola Sociológica de São Paulo, e defender a tese *A comunidade na*

⁷ A dissertação de José de Souza Martins, em 1973, teve uma segunda publicação em livro, pela editora Hucitec, com alteração do título para *Conde Matarazzo – O empresário e a empresa*.

⁸ Testemunho fornecido por José de Souza Martins, via e-mail, em 03/04/2017.

sociedade de classes: estudo sociológico sobre imigrante italiano e seus descendentes no subúrbio de São Paulo (núcleo colonial de São Caetano) (MARTINS, 1970), cuja publicação, como livro, acontece em 1973 (MARTINS, 1973):

No doutorado, com a cassação de Florestan, de Fernando Henrique e de Octavio Ianni o problema se complicou. Eu havia planejado e realizado uma extensa pesquisa sobre modernização no campo, no Alto e Médio Paraíba, duas regiões polares, com níveis bem desiguais de desenvolvimento econômico e social. Fiz a pesquisa por amostragem, usando como referência o levantamento aerofotogramétrico da região. Foi a primeira (e, provavelmente, a única fez que no Brasil se utilizou a aerofotogrametria para definição de uma amostra de pesquisa sociológica. Usei o Arquivo Aerofotogramétrico aí da Geografia. Tive que desenvolver uma metodologia de campo que me permitisse corrigir as distorções da sobreposição de imagens própria desse tipo de levantamento. Concluída a pesquisa, cuja análise me tomaria largo tempo, tive que deixá-la de lado e trabalhar sobre uma de minhas pesquisas paralelas, sobre o Núcleo Colonial de São Caetano para fazer meu doutorado.⁹

As pesquisas feitas por José de Souza Martins até o início da década de 1970 lhe permitiram acumular instrumentais teóricos e metodológicos que se desdobram densamente na sua obra *O cativo da terra*.

3 SÍNTESES DE UMA OBRA MESTRA: O CATIVO DA TERRA

As discussões iniciadas e desenvolvidas nos primeiros textos de José de Souza Martins vão lhe permitir compor debate extremamente maduro e esclarecedor em *O cativo da terra* (MARTINS, 2013 [1979]), retomando e aprofundando análises iniciadas sobre o regime de colonato, presente em sua tese de doutorado, bem como o da industrialização brasileira, inserido em várias de suas discussões, mas, particularmente, em sua dissertação de mestrado.

Lançada pela primeira vez em 1979, a obra foi composta exclusivamente por artigos escritos e reunidos por José de Souza Martins, guardando, em grande medida, o seu caráter de coletânea, em que pesem repetições de discussões que apareciam em alguns de seus capítulos. No entanto, na edição de 2010, o texto passou por uma significativa revisão, permitindo, o que pode parecer surpreendente para uma contribuição no nível que se impôs já no momento de sua primeira edição, estabelecer maior coesão textual, com a supressão de repetições e adição de novos debates, como a diferenciação na forma de inserção do trabalho italiano e espanhol na agricultura cafeeira paulista.

Em *O cativo da terra*, o cerne do debate está na transição do trabalho escravo ao trabalho livre, em que a terra se constitui em instrumento fundamental de entesouramento,

⁹ Testemunho fornecido por José de Souza Martins, via e-mail, em 03/04/2017.

além de a abolição escravista significar possibilidades importantes de liberação da riqueza originada da acumulação primitiva que contribuíram, em grande medida, para o início da industrialização brasileira, por mais que ela estivesse, também, ancorada no uso de recursos oriundos da atividade comercial.

Para José de Souza Martins, o desenvolvimento da indústria brasileira ficou, também, determinado pela transição do trabalho escravo ao trabalho livre, a partir da mediação da propriedade e da renda, e não pelo capital e pelo lucro nos termos clássicos, particularmente do que ocorrera na Inglaterra, já que a propriedade da terra, associada ao regime de trabalho livre, mas não somente assalariado, possibilitava a extração de renda por meio do trabalho do imigrante colono, garantindo assim a produção não só de café, mas principalmente de fazendas de café, além de uma quantidade exorbitante de mais-valor, que seria empregada não só na reprodução dos cafezais, mas nos bancos e indústrias brasileiros.

Uma categoria fundamental da tradição marxista, por mais que tão pouco utilizada, foi-lhe extremamente importante, a de renda capitalizada, pois o escravo, bem como a terra, ambos não resultantes do trabalho humano e social, portanto sem valor, possuem preço. Assim, funcionam como se fossem resultantes do processo de produção, na qualidade de mercadorias no mundo capitalista, mas não deixam de ser só e unicamente formas de propriedade, para as quais se paga um tributo social, a renda, a qual, então, funciona como se capital fosse, razão pela qual é denominada de renda capitalizada; em que pese, ainda, ter outra semelhança fundamental com o processo capitalista, a de objetivar o alcance do lucro médio.

Por mais que a submissão do trabalho se efetivasse em moldes não capitalistas, tanto a do escravo africano, quanto a do colono, o que conduzia para um processo produtivo não capitalista, a circulação o era, bem como o pensamento que fundamentava o empreendimento, com foco na comercialização internacional do café.

Assim, a renda, auferida pela propriedade de escravos ou de terras, era manejada como se fosse lucro. Mediada pela noção de lucro médio, estabelecia-se como *renda capitalizada*, primeiramente do escravo e, depois, com a abolição da escravidão, da terra: “A renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. *Se no regime sesmarial*¹⁰, *o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa [...].*” (MARTINS, 2013 [1979], p. 47, grifo no original).

¹⁰ Regime ou sistema de Sesmaria se constitui, em Portugal, como instrumento jurídico para a reconquista das terras ocupadas pelos mouros, a partir da Lei das Sesmarias de 1375, tomando como preceito a necessidade de pagamento de dízimo, a concessão de pequenas frações de terra em caráter vitalício, a obrigatoriedade de

A propriedade da terra possibilitava, então, ao seu proprietário extrair renda como se fosse capital, ou seja, a propriedade da terra permitia a aquisição de ganho semelhante ao lucro advindo de atividades produtivas e garantia o desenvolvimento de um regime de trabalho nas fazendas de café que, apesar de livre, não era assalariado: o colonato. Assim, uma contradição essencial fica apontada por José de Souza Martins no conjunto desta obra: a produção de uma mercadoria, que era o café, não se dava nos moldes do capitalismo clássico, o que lhe permite desenvolver o argumento de que: “[...] *o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução [...].*” (MARTINS, 2013 [1979], p. 36).

Este debate central da análise de José de Souza Martins, da transição da renda capitalizada escravista à renda capitalizada da terra, assegura um olhar completamente original na leitura da formação da sociedade brasileira, em relação a importantes obras que a precederam, com as de Gilberto Freire (2003 [1933]), Sérgio Buarque de Holanda (1995 [1936]), Roberto Cochrane Simonsen (1957 [1937]), Caio Prado Júnior (1997 [1942] e 2004 [1945]), além de outras posteriores, como as de Jacob Gorender (1992 [1978]) e Alfredo Bosi (1996 [1992]); em que pese coadunar com uma importante tradição de recusa da existência do feudalismo nas Américas, onde a primeira propriedade não é a da terra, mas a dos escravos: indígenas¹¹ ou africanos.

No bojo, ainda, de sua análise, particularmente no que se refere à transição do trabalho escravo ao trabalho livre, José de Souza Martins aprofunda o debate, iniciado na leitura da modernização do campo, projeto que fomentou as análises presentes em seus primeiros textos, acerca da relação entre as tradicionais formas de submissão do trabalho no desenvolvimento do capitalismo. No caso em particular da transição do trabalho escravo ao trabalho livre, o que reitera inúmeras vezes José de Souza Martins é a permanência de relações de produção não capitalistas, tanto no que concerne à escravização africana, quanto à contratação de colonos na agricultura cafeeira. Se no primeiro caso não havia qualquer indício de salário, no segundo, o

produção agrícola em 5 anos e a impossibilidade de apropriação por parte de cristãos-novos (recém-convertidos ao catolicismo). No Brasil, o regime sofreu profundas alterações, tendo em vista as dificuldades de permanência nas novas terras. Assim, passou a ser hereditária a concessão de grandes extensões de terra (as capitânicas hereditárias), mas mantendo-se os demais preceitos.

¹¹ Vale lembrar que, na América espanhola, a escravidão não era a forma primordial de submissão do trabalho indígena, como ocorreu no caso brasileiro até, praticamente, o último quartel do século XVII, quando Marquês de Pombal legislou contra sua permanência, em que pese ainda ter sido relevante sua prática até meados do século XIX na província de São Paulo, período em que a pujança da atividade cafeeira ainda não tinha se revelado.

sustento principal dos imigrantes estrangeiros, os colonos, se originava dos pequenos cultivos realizados entre as leiras de café.

A substituição, no Brasil, do trabalho escravo pelo trabalho livre¹² foi promovida a partir de pressões externas, advindas, sobretudo, da Inglaterra desde o início do século XIX, com negociações, ainda, com Portugal, já que se estava no final do período colonial. Após a Independência, acordos foram realizados com o Brasil para por fim ao tráfico africano. Como eram tratados somente “para inglês ver”, o tráfico negreiro continuou nas décadas seguintes, o que levou o Parlamento britânico a aprovar, em 1845, o Bill Aberdeen, legislação que permitia o aprisionamento e mesmo destruição de embarcações com indícios de tráfico negreiro.

Assim, em 1850, sem qualquer possibilidade de manter o tráfico de escravos africanos, é promulgada a Lei Eusébio de Queiroz que põe fim à atividade em seus primeiros anos de utilização, sobretudo por conta da mudança que operou em relação à definição dos juízes a julgarem os casos de contravenção legal, não mais das comarcas dos indiciados, mas de outras, em geral distantes, o que assegurou maior isenção nos julgamentos.

O fim do tráfico negreiro estava relacionado à criação de mecanismos que pudessem garantir abundância de mão de obra nas fazendas de café, que eram os grandes investimentos, e mais lucrativos, do período da abolição. Conforme explicita José de Souza Martins (2013 [1979]), formar fazendas era mais importante, inclusive, que a colheita dos frutos de café, realizando-se como um importante momento de formação do capital ou acumulação primitiva (MARTINS, 1997b).

Um desses mecanismos legais que permitiram a presença do trabalhador imigrante na agricultura cafeeira, o mais importante, inclusive, foi a Lei nº 630, de 1850, conhecida como Lei de Terras, que legitimara a propriedade da terra subordinada à sua compra, por mais que a comercialização de terras já existisse desde o século XVIII e anterior.

A dominação do trabalhador imigrante – que não podia mais, como se deu nos primeiros anos de imigração custeada pelos fazendeiros, se fazer com o uso da força, similar, em grande medida, a que era utilizada para a submissão dos escravos africanos – requereu um novo ingrediente, principalmente após o início da subvenção estatal do processo imigratório, a

¹² Regime de trabalho em que não se identifica à submissão do trabalhador por meio da escravidão, tendo se iniciado, no Brasil, desde o início do período colonial, em produções de alimentos complementares à reprodução social e econômica das fazendas, mas com forte expansão principalmente a partir do processo imigratório realizado na segunda metade do século XIX.

dominação ideológica¹³. É, então, conformada (sobretudo com o uso da história, bastante alterada, de formação do grupo econômico Matarazzo, como se fosse a de um migrante pobre, Francisco Matarazzo, que, a partir do seu esforço pessoal, consegue construir um império) uma ideologia do trabalho.

Assim, *O cativo da terra* representa obra fundamental na leitura da sociedade brasileira, particularmente no que se refere à construção de relações fundamentais para a compreensão de processos sociais mediados pela propriedade, trabalho e capital, mesmo em casos que incorporem sua formação, anterior ou contemporânea à sua reprodução ampliada; situações em que a produção de relações não capitalistas se coloca no bojo do modo de produção capitalista com maior ou menor expressão.

4 CAMPONESES E INDÍGENAS NO FAZER SOCIOLÓGICO DE MARTINS

A partir de inúmeras experiências com camponeses e indígenas, em momentos de formação intelectual de agentes de pastoral e lideranças sociais, pelo Brasil todo, por demanda da Comissão Pastoral da Terra, José de Souza Martins desenvolve uma pedagogia muito peculiar, chamada de *pedagogia investigativa*, que, marcada por diálogo profundo entre sujeitos, não só modifica o que está na posição de aprendiz, mas também transforma o que ocupa a posição de professor (MARTINS, 1997b):

Procurei desenvolver uma técnica que se poderia chamar de **pedagogia investigativa**, em que o pesquisador desencadeia a investigação a partir das perguntas que o grupo estudado lhe faz, perguntando através de respostas para obter novas perguntas. Deixando-se interrogar e, assim, transformando-se em objeto de indagação, de deciframento do mundo de onde vem e de que faz parte, mundo que vitima esse tipo de população; mundo cuja lógica e cujas relações sociais dilaceram e condenam o mundo do camponês e do índio. Trata-se de um modo de conhecer através da vontade de conhecer e de se conhecer da própria população estudada. Desse modo é possível fazer com que o grupo estudado formule por meio de suas indagações a compreensão que tem dos acontecimentos de que é protagonista e da situação em que vive e assim exponha também seu modo de compreender e de conhecer – seu modo de produzir conhecimento, os parâmetros e critérios de sua consciência social. As perguntas que o pesquisador precisa e pode fazer, ao grupo cuja situação estuda, vem na sequência de suas respostas perguntativas, a partir das chaves de indagação e de explicação que os membros do grupo já lhe ensinaram. (MARTINS, 1997b, p.14)

¹³ Sobre a dominação ideológica que se estabelece no modo de produção capitalista, é muito instigante e divertida a análise sobre o Tio Patinhas em *Sobre o Modo Capitalista de Pensar* (MARTINS, 1978).

As mais de três décadas de viagens pelo país, bem como as inúmeras leituras feitas sobre os conflitos no campo, renderam-lhe um enorme aprendizado da diversidade social em que se encontram os camponeses e indígenas, o que lhe permitiu escrever inúmeros textos, apresentados em conferências, publicados em formato de artigos e, por fim, organizados em formato de livros.

No bojo deste importante momento de reflexão, encontram-se, principalmente, *Expropriação e violência* (MARTINS, 1980), *Os camponeses e a política no Brasil* (MARTINS, 1981), *A militarização da questão agrária no Brasil* (MARTINS, 1984), *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República* (MARTINS, 1986a), *Não há terra para plantar neste verão* (MARTINS, 1986b), *Caminhada no chão da noite* (MARTINS, 1989), *A chegada do estranho* (MARTINS, 1993), *O Poder do Atraso*¹⁴ (MARTINS, 1994); *Exclusão social e a nova desigualdade* (MARTINS, 1997a), *Fronteira* (1997b), *A sociedade vista do abismo* (MARTINS, 2002), *O sujeito oculto* (MARTINS, 2003b) e *Reforma agrária – O impossível diálogo* (MARTINS, 2000), cujos debates permitem aprofundar categorias, como as de terra de trabalho e terra de negócio; e relações extremamente importantes, como a de sujeição da renda ao capital; além de críticas fundamentais, como a de necessidade de superar o uso da categoria exclusão como panaceia para explicar todas as formas de subalternização, pois, em última instância, a exclusão só existe como formas precárias, subalternas e marginais de inclusão, ou seja, extremamente perversas.

No movimento deste longo percurso intelectual de mais de duas décadas de publicações, além de uma importante mudança em relação à leitura sobre as ações da Comissão Pastoral da Terra e dos movimentos sociais no campo, já em meados da década de 1980, é possível identificar uma importante alteração na discussão dos sujeitos no campo, em que uma dimensão mais antropológica se define, marcada pela valorização da categoria de temporalidades históricas, centro da análise presente em *Fronteira* (MARTINS, 1997b), cujo diálogo com Henri Léfèbvre é bastante significativo.

5 DA FRENTE DE EXPANSÃO E PIONEIRA À FRONTEIRA

¹⁴ Republicado, com inclusão de novos capítulos, como *A política do Brasil; lumpem e místico* (MARTINS, 2011a).

Em *Fronteira* (MARTINS, 1997b), José de Souza Martins retoma debates importantes presentes em outros de seus textos, pois, como é próprio dos grandes autores, marcados, geralmente, pelo aprimoramento de suas categorias de análise, os novos instrumentais se renovam para ler a realidade cambiante, incessantemente em transformação; já que, quando a realidade se transforma, a teoria que se propõe a explicá-la não pode permanecer inalterada.

Fronteira revela muito dessa difícil relação existente entre teoria e real. É claro que não para o leitor preocupado apenas com a publicação mais recente; desinteressado em relação ao movimento presente num percurso intelectual que nos revela muitos dos dilemas e dificuldades enfrentados no trilhar do aprofundamento teórico e metodológico.

Em *Fronteira*, José de Souza Martins (1997b) analisa a região de conflitos que se estabelece entre os grupos indígenas e a sociedade nacional; de separação entre Cultura e Natureza, entre homem e animal. Dessa forma, apresenta-se como “[...] *lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no limite e no limiar da História* [...]” (MARTINS, 1997b, p.12).

A figura central dessa região de conflitos é a vítima. O raptado, em “A captura do Outro – O rapto de mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil”; o escravo por dívida, em “A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão”; o excluído da pesquisa sociológica – a viúva, a divorciada, a abandonada pelo marido, a mãe solteira ou a criança que fica em casa enquanto os pais estão trabalhando –, em “Regimar e seus amigos – A criança na luta pela terra e pela vida”; os camponeses e indígenas, em “O tempo da fronteira – Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”; são todos vítimas na fronteira.

Tal posição, acerca da figura central dessa região, é bastante diferente do que se revelava no texto “Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica”, originalmente de 1971, presente em *Capitalismo e tradicionalismo* (MARTINS, 1975), em que José de Souza Martins compreendia a fronteira como frente de expansão e frente pioneira, sendo que a figura central da primeira seria o ocupante ou posseiro e da segunda, o empreendedor econômico.

Se por um lado, as duas frentes distinguir-se-iam, ainda, por ser a de expansão fundada na economia do excedente¹⁵, nas condições de vida dos seus moradores, reguladas pelo grau

¹⁵ Segundo José de Souza Martins (1975, p.45), “[...] a economia dessa faixa [, estabelecida entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica que avançam distintamente, sendo que a primeira é antecessora da segunda,] não pode ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assume valor de troca

de fartura, e no uso privado das terras devolutas, enquanto a frente pioneira, na economia de mercado, nas condições de vida dos seus moradores, reguladas pelo grau de riqueza, e na mercantilização da terra (sua aquisição através da compra e venda).

A fronteira, por outro, põe-se não mais como *locus* de temporalidade única, em que há características tão bem definidas, com a presença apenas de uma figura central, mas sim como a coexistência de temporalidades diferenciadas, historicamente desiguais, convivendo no mesmo tempo cronológico.

A superação da concepção de temporalidade única fica muito bem expressa no trecho que segue:

[...] a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território. Quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica. Isso nos põe, portanto, diante de uma primeira distinção essencial: entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da 'civilização', que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas etc.

É possível, assim, fazer uma primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da 'civilização', estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente de população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica porque cada uma dessas faixas está ocupada por populações que, ou estão no limite da História, como é o caso das populações indígenas, ou estão inseridas diversamente na História, como é o caso dos não-índios, sejam eles camponeses ou empresários.

Cada uma dessas realidades tem o seu próprio tempo histórico, se considerarmos que a referência à inserção ou não na fronteira econômica indica também diferentes níveis de desenvolvimento econômico que, associados a níveis e modalidades de desenvolvimento do modo de vida, sugerem datas históricas distintas e descontraídas no desenvolvimento da sociedade, ainda que contemporâneas. E não me refiro apenas à inserção em diferentes etapas coexistentes do desenvolvimento econômico. Refiro-me sobretudo às mentalidades, aos vários arcaísmos de pensamento e conduta que igualmente coexistem com o que é atual. E não estou falando de atraso social e econômico. Estou falando da contemporaneidade da diversidade. Estou falando das diferenças que definem seja a individualidade das pessoas, seja a identidade dos grupos.

Essa distinção não é conceitual nem é classificatória, ao contrário do que entendem diferentes pesquisadores que trataram da fronteira a partir do surto expansionista de 1964. Nesse equívoco repousa a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e o tempo histórico da frente pioneira, pois não se reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do índio

na economia de mercado. Trata-se de uma *economia do excedente*, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades [...] [grifo no original].

integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da História. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mando do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é o do poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações. (MARTINS, 1997b, p. 157-159)

A concepção de uma temporalidade única é, então, superada. Não é mais a frente de expansão somente momento de gênese da frente pioneira, mas com esta divide características. Compreende-se, então, que há um *continuum*, como afirmara Henri Léfèbvre (1971), com sobreposição de características e presença de resíduos. Em última instância, frente de expansão e frente pioneira revelam-se como faces diferentes de uma mesma realidade, a fronteira. Tanto que José de Souza Martins (1997b) passa a reconhecer que não há duas frentes, mas sim duas perspectivas analíticas, uma realizada pelos geógrafos, a da frente pioneira, e a dos antropólogos, a de frente de expansão:

Os estudiosos do tema da fronteira no Brasil, quando examinaram a literatura pertinente, se deparam com duas concepções de referência, através das quais os pesquisadores têm procurado dar um nome específico a essa realidade singular que é o objeto de sua investigação. Os geógrafos, desde os anos quarenta, importaram a designação de zona pioneira para nomeá-la, outras vezes referindo-se a ela como frente pioneira.

Os antropólogos, por seu lado, sobretudo a partir dos anos cinquenta, definiram essas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, como frentes de expansão [...]. A designação de frentes de expansão, que o próprio Ribeiro havia formulado, tornou-se de uso corrente, até mesmo entre antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com situações de fronteira da civilização. Ela expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor. (MARTINS, 1997b, p. 151-152)

Dessa forma, a fronteira supera as noções de frente de expansão e de frente pioneira, tal qual se encontram no texto primeiro de José de Souza Martins (1975), em que se discute a problemática da expansão da sociedade nacional sobre terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, naquele momento nomeadas como sociedade capitalista e sociedade tribal.

A mudança terminológica, na análise da expansão da sociedade nacional, está relacionada a uma significativa alteração da perspectiva de interpretação. Em “Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica”, se, por um lado, prepondera uma leitura socioeconômica da expansão da sociedade capitalista em relação à sociedade tribal, como se revela muito claramente no trecho que segue:

A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreendê-la como tal, no entanto, implica em considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica (via de regra aquela está aquém desta). A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada (ainda que com baixos índices de densidade demográfica), não constitui uma frente pioneira e não constitui basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado. (MARTINS, 1975, p. 45)

Por outro, em *Fronteira*, prepondera uma leitura antropológica da expansão da sociedade nacional, como se percebe quando José de Souza Martins (1997b) identifica a vítima como figura privilegiada de análise dessa realidade singular.

No entanto, mesmo com tantas superações, permanece comum, nas duas análises – uma acerca da frente de expansão e da frente pioneira; a outra, da fronteira –, a interpretação de que a expansão da sociedade nacional se estabelece com base em relações sociais não tipicamente capitalistas, com a instauração da propriedade privada da terra, ou seja, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade. É o que reconhece José de Souza Martins (1997b, p.99) quando afirma que não ocorre, na fronteira, somente a reprodução ampliada do capital, mas também a acumulação primitiva: “[...] *A expansão territorial do capital não podia depender do capital propriamente dito, atraído para setores mais lucrativos, restabelecendo-se mecanismos e processos de acumulação primitiva [...]*” ([grifo no original]).

A acumulação primitiva põe-se, então, como momento fundamental da expansão da sociedade nacional, sobretudo porque, como identificou José de Souza Martins, fundado em observação de Alistair Hennessy, o Brasil, como parte das sociedades latino-americanas, “[...] *ainda se encontra naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras ‘não ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas [...]*” (MARTINS, 1997b, p. 147).

No entanto, o Brasil não é mais um país com a mesma dinâmica que possuía no limar da década de 1970, tendo em vista a acentuada melhoria dos meios de transporte e de comunicação, mesmo que, em grande medida, de forma bastante desigual em termos regionais. No entanto, nem tudo é aceleração. Há resíduos que permanecem de outros tempos, sobretudo nos extremos rincões do país. E o que se percebe claramente quando se anda pelo interior da Amazônia ou do Nordeste, em que a permanência do rural, na constituição de aglomerados urbanos, é extremamente marcante. Assim, é facilmente identificado um tempo lento que subjaz a essas realidades concretas, diferente do que se estabelece no Centro-Sul,

cujos aglomerados urbanos passam, cada vez mais rapidamente, pela aceleração temporal, marcada pela modernização.

Dessa forma, é necessário que a explicação do processo social, que se estabelece com a expansão da sociedade nacional, passe a se utilizar cada vez mais da categoria de fronteira ao invés das de frente de expansão e pioneira, tendo em vista ser mais adequada ao desvendamento da realidade que se estabelece, principalmente, a partir de meados da década de 1970, em que a coexistência de temporalidades históricas é mais diversa, como se discute em inúmeros textos relacionados ao cotidiano e à história nas análises de José de Souza Martins.

6 COTIDIANO E HISTÓRIA NA SOCIABILIDADE DO HOMEM SIMPLES

Um dos pioneiros no debate da sociologia da vida cotidiana, a partir da oferta de uma disciplina com o mesmo nome, José de Souza Martins, no momento em que a sociedade não estava mais caminhando no sentido de uma significativa transformação, mas com reiterações bastante frequentes, busca aprofundar teoricamente e instrumentalizar metodologicamente a discussão deste novo momento, em que a vida miúda das populações subalternas toma relevo. Não mais a análise das grandes estruturas sociais e processos, mas aquela da vida miúda de todo dia, a sociologia de todos.¹⁶

Debate fortemente aprofundado já em *Fronteira*, em que as temporalidades históricas coexistem e disputam espaços e significados, revela-se, cada vez mais densamente, a contemporaneidade anômala que perpassa a sociedade brasileira, prenhe de incoerências, paradoxos e limites; meios, segundo José de Souza Martins (2012a), privilegiados da compreensão histórica e sociológica.

A *sociabilidade do homem simples* está dividida em duas partes. A primeira centrada no debate da relação entre modernidade, cotidiano e história, com base em textos anteriormente publicados, no Brasil e no exterior; e a segunda, em duas entrevistas que aprofundam a discussão acerca da história e da memória na construção de uma sociologia sensível.

Neste percurso intelectual de discussão do homem simples em sua contemporaneidade anômala, mediada pelo cotidiano e pela cotidianidade (um cotidiano alienado de seus

¹⁶ Entrevista com José de Souza Martins, junto à Biblioteca Municipal de São Paulo Mário de Andrade, realizada por Daisy Perelmutter, como parte integrante do Projeto de Memória Oral. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o8u5fOJsMw0>>. Acesso em 15.dez.2015.

sentidos), uma das primeiras análises de José de Souza Martins está em *A morte e os mortos na sociedade brasileira* (MARTINS, 1983), mas principalmente em *Subúrbio* (MARTINS, 1992), além de *A aparição do demônio na fábrica* (MARTINS, 2008a) e, mais recentemente, *Uma sociologia da vida cotidiana* (MARTINS, 2014).

Sendo o subúrbio onde o campo e a cidade se encontram, já que o urbano, como expressão da civilidade, é incompleto e a população é, em grande medida, oriunda do campo, as pesquisas que o tomaram como área de estudo permitiram questionar a noção de progresso no bojo da modernidade, revelando suas imbricadas contradições históricas, com sujeitos anômalos e inconclusos¹⁷.

Nesta importante leitura do miúdo e do corriqueiro, revela-se, como fundamental, a compreensão dialética da história, em que se evidenciam as datações desencontradas dos tempos históricos:

[...] as relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade. Na realidade, coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas. (MARTINS, 2012a, p. 99-100)

Assim, reitera-se a compreensão de que “[...] *A sociedade atual não é constituída de uma temporalidade única. O contemporâneo é a contemporaneidade dos tempos históricos, das vivências desencontradas porque situadas diferencialmente no percurso da História.*” (MARTINS, 2012a, p. 149).

Fundamentalmente, então, se revela a memória dos sujeitos nos desencontros da História, como importante mediação do desvendamento dos significados ocultos de falas e atos no processo social, em que uma sociologia sensível pode em muito contribuir.

Em *Uma Arqueologia da Memória Social*, José de Souza Martins (2011b), ao se situar num ponto específico de sua trajetória pessoal, o falecimento de seu pai, tece a rede das linhas que o compõe no contexto de migrações e de mudanças familiares e sociais, como partícipe de uma sociedade de homens simples:

A vida de aparência insípida transcorria na turbulência oculta no território restrito da casa e do trabalho. Há por isso, um certo realismo fantástico na cultura e na

¹⁷ Lembramos, aqui, um debate importante que realiza José de Souza Martins (1986b), em *Não há terra para plantar neste verão*, particularmente quando nos revela a situação do migrante – as andorinhas que voam do Nordeste para os canaviais do estado de São Paulo, no período do corte de cana –, de sujeitos fragmentados, deslocados e desencontrados com sua história e sua origem, divididos entre lá e cá, ou seja, incompletos, inconclusos, anômalos.

mentalidade populares, no fluir da vida como fantasia, transcendência viva, mistérios, drama e incerteza. O irreal mostra-se inevitável na realidade dos dias e das noites, a vida como busca de sentido para o que sentido não tem. A história dos simples é a história do outro, nesse cotidiano negar-se para ser e viver, fabular para compreender e compreender-se.

É assim que o de depois começa silenciosamente muito antes na vida da gente comum que povoa esta narrativa feita de memória. Pensativos avós ensinavam a cada criança que ela não estava sozinha, que havia e há uma certa perenidade no liame que ata o destino dos que chegam agora aos que chegaram há muito. A cronologia dos simples estende-se pelo longo e lento tempo da formação da sociedade moderna, o tempo que nos junta e nos separa. Por isso, o voltar atrás para compreender o incompreensível agora e o possível adiante. Bem pensadas as coisas, é a finitude que dá sentido ao que começa, na vida e na história. Na trama de impensáveis acasos, nos encontros de inesperados desencontros, gente que vai sendo empurrada pela vida afora e pela História adentro no rumo do agora e da neblina do amanhã. No fim das contas, viver é fascinante e belo, também para aqueles que nasceram para as durezas do trabalho, as adversidades do emprego e do salário, as insuficiências do ganha-pão, as incertezas do dia-a-dia. Aqui, os anônimos têm nome, ainda que invisíveis artesãos da trama do hoje. Memórias sussurradas pelo outro que somos e que há em cada um. É assim que contam os que não contam, avós que falam pela boca dos netos, pais que falam pela boca dos filhos. Ajuntamentos da memória. Sussurros do viver sem rumo. (MARTINS, 2011b, p. 10-11)

A preocupação com o imaginário presente nos percursos migratórios de homens simples já tinha aparecido densamente em *O Imaginário na Imigração Italiana* (MARTINS, 2003), retomando debates importantes presentes desde sua primeira obra de 1957, *São Caetano do Sul em quatro séculos de história*.

No contexto de reprodução das relações sociais em que se inserem os homens simples, em que o Estado não lhes garante direitos fundamentais, como o da presença da Justiça, como uma das bases de estabelecimento de vínculos sociais, violências das mais avassaladoras podem se apresentar nas contradições das construções inacabadas de atraso e modernidade, com a presença, por exemplo, de linchamentos, um dos temas atuais estudados por Martins (2015).

Na seara dos encontros e desencontros do homem simples, José de Souza Martins (2008b), em busca da compreensão das contradições da contemporaneidade em suas múltiplas temporalidades, resalta a importância da fotografia como valioso instrumento de captura da mediação entre os mundos em que se deslocam os sujeitos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA UMA OBRA EM ABERTO

A obra de José de Souza Martins é extremamente ampla, mas densamente coerente e coesa, como tivemos a intenção de sustentar nestas poucas páginas de valorização de parte de sua importante contribuição intelectual na leitura da sociedade brasileira e latino-americana.

Para além da realidade empírica, o método é o grande norte que alinhava as distâncias temáticas presentes em seus textos.

É a busca da historicidade presente nos processos sociais que assegura a unidade das diversas leituras e temas que compõem a sua obra, em que as contribuições de Karl Marx e Henri Léfèbvre são incontestáveis, bem como sua origem na Escola Sociológica de São Paulo.

O que dá unidade a minha obra é a investigação da historicidade nas diferentes manifestações da vida social, isto é, a identificação das condições e fatores da mudança social e da transformação social nos diferentes âmbitos da realidade, mesmo na realidade mínima e cotidiana. Ainda quando o objeto se propõe aparentemente desprovido de historicidade, de tensão e de contradição. Percorro um caminho de busca de uma concepção do objeto que não se fragmenta em face de perspectivas metodológicas dotadas de legitimidade própria e nesse sentido discrepantes. Oriento-me pela identificação do histórica e concretamente possível e dos obstáculos e cerceamentos à sua manifestação e realização. Dou continuidade, numa perspectiva peculiar, ao que foi o centro das preocupações teóricas e empíricas da chamada 'escola sociológica de São Paulo', que teve em Florestan Fernandes o centro e a referência. A dialética, no resgate de Lefebvre, foi fundamental para dar a dimensão de conjunto aos meus livros e artigos, mesmo os artigos de jornal, que publico semanalmente. Basicamente, interrogo a história e o possível que se escondem no cotidiano, no banal, no repetitivo e nas meras formas do aparente. (MARTINS, 2012b, p. 226)

Assim, é possível salientar que a obra em aberto, ainda em seu pleno vigor, de José de Souza Martins, ao se debruçar sobre a sociedade brasileira, em dimensões das mais diversas, nos brindou com mediações teóricas e metodológicas importantes para a compreensão de situações e processos dos mais complexos da realidade social latino-americana.

8 REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1992].

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*; Formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal. 48.ed. São Paulo: Global, 2003 [1933].

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1992 [1978].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

LÉFÈBVRE, Henri. *Au-delà du structuralisme*. Paris: Anthropos, 1971.

MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica*; origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: 34, 2008a.

- _____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *A comunidade na sociedade de classe*; estudo sociológico sobre imigrante italiano e seus descendentes no subúrbio de São Paulo (núcleo colonial de São Caetano). 1970, 190 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1970.
- _____. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- _____. *A política do Brasil*; lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011a.
- _____. *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986a.
- _____. *A sociabilidade do homem simples*; cotidiano e história na modernidade anômala. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012a.
- _____. *A sociedade vista do abismo*; Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *A Sociologia como aventura*; memórias. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. *Caminhada no chão da noite*; emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *Capitalismo e tradicionalismo*; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. *Empresário e empresa na biografia do Conde Matarazzo*. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Brasil [UFRJ], 1967.
- _____. *Empresário e empresa na biografia do Conde Matarazzo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1966.
- _____. Entrevista com José de Souza Martins. *Primeiros Estudos*, São Paulo, n.3, p.197-233, 2012b. Entrevista concedida à Isabel Furlan Jorge e Romulo Lelis.
- _____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997a.
- _____. *Expropriação e violência*; a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Florestan*; Sociologia e Consciência Social no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1998.
- _____. *Fronteira*; A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997b.

- _____. *Linchamentos; A justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986b.
- _____. *O cativo da terra*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2013 [1979].
- _____. *O Poder do Atraso; Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *O Imaginário na Imigração Italiana*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2003a.
- _____. *O sujeito oculto; ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003b.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil; As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Reforma agrária – O impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- _____. *São Caetano do Sul em quatro séculos de história*. São Paulo: Saraiva, 1957.
- _____. *Sobre o Modo Capitalista de Pensar*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008b.
- _____. Sociologia e militância: entrevista. *Estudos Avançados*, v.11, n.31, p.137-187, 1997c. Entrevista concedida a Alfredo Bosi.
- _____. *Subúrbio; vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. *Uma Arqueologia da Memória Social; Autobiografia de um Moleque de Fábrica*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011b.
- _____. *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2014.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo; colônia*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1997 [1942].
- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1945].
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1957 [1937].
- SUZUKI, Júlio César. *A gênese da moderna cidade de São Paulo*. 2002, 158f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

_____. Da frente de expansão e pioneira à fronteira: percursos de um pesquisador. *Geosp*; Revista da Pós-Graduação em Geografia, n.4, p.115-119, 1998. Resenha de: MARTINS, José de Souza. Fronteira; A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *De povoado a cidade*; A transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 1997, 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

SUZUKI, Júlio César; MARTINS, Marcos Henrique. A sociabilidade do homem simples. *Bolletino dela società Geografica Italiana*, série XIII, v.VIII, fascículo 1, p.143, jan.-mar.2015a. Resenha de: MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples; cotidiano e história na modernidade anômala. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. O cativo da terra. *Bolletino dela società Geografica Italiana*, série XIII, v.VIII, fascículo 1, p.147-149, jan.-mar.2015b. Resenha de: MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Recebido em 19/05/2017.

Aceito em 19/07/2017.

Publicado em 21/09/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.133912

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICACIÓN E INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA

PUBLIC POLICIES OF COMMUNICATION AND LATIN AMERICAN INTEGRATION

Susana Sel¹

Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.

Resumen: Los actuales procesos de democratización de la comunicación en la región, son resistidos por grupos mediáticos-económicos-y-políticos que no se circunscriben a la creación de opinión y construcción de subjetividades, sino que avanzan, institucionalmente, generando las condiciones necesarias para la desestabilización de las democracias latinoamericanas. Las decisiones soberanas para desactivar la dependencia de estos grupos monopólicos y garantizar el derecho humano a la comunicación requieren de una activa participación regional. La avanzada neoliberal de los actuales gobiernos impopulares (como el reciente caso de Argentina y el golpe blando en Brasil) se propone restituir los privilegios naturalizando las lógicas del capital, criminalizando las prácticas sociales, comunicativas y políticas de las comunidades latinoamericanas.

Palabras clave: Políticas Públicas, Comunicación, Integración

Abstract: The ongoing processes of democratization of communication in the region are fiercely resisted by media-economic-and-political groups, which do not limit themselves to the creation of public opinion and the construction of subjectivities, but instead are moving forward, striking against institutions and setting the stage to destabilize the region. The sovereign decisions to deactivate the dependency of these monopolistic tandems and to guarantee the human right to communication, both need of an active regional participation. The neoliberal actions of current new governments (as the recent case in Argentina and the "soft coup" in Brazil) intend to return those groups privileged conditions by naturalizing the logic of capital, criminalizing the social, communication and political practices of Latin American communities.

Key words: Public policies, Communication, Integration

1 INICIATIVAS NACIONALES DE COMUNICACIÓN

Pese a las dramáticas consecuencias producidas por las transformaciones del capital y su modo de acumulación, entre fines del siglo XX y comienzos del XXI se generó una creciente resistencia mundial de colectivos y organizaciones que en su diversidad de intereses decidieron acciones contra la hegemonía del mercado en protestas y conflictos sociales. Articulados con movimientos sociales y experiencias comunicacionales, también presentes desde el año 2001 en los Foros Sociales Mundiales (FSM) y los Encuentros Hemisféricos de Luchas contra el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), propusieron iniciativas para hacer realidad los Derechos de la Comunicación en la región. Durante la realización del I Foro Social de las Américas, realizado en 2004 en Ecuador, las redes continentales de

¹ Profesora e investigadora en la Facultad de Ciencias Sociales de la misma Universidad y Profesora Emérita de Flaco Ecuador. *E-mail:* susansel@gmail.com.

comunicación (ADITAL, ALER, AMARC, APC, ALAI, OCLACC y WACC) aprobaron propuestas de acciones conjuntas en ese sentido. Es remarcable el rol de los movimientos de origen rural, desde el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) de Brasil, la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador y el Movimiento Zapatista en México, hasta el Movimiento del Chapare Boliviano, que lograría el primer presidente indígena con Evo Morales.

Desde 1999, y teniendo como punto de partida el proceso venezolano, se reformula en la región el rol del Estado, aplicando políticas públicas que intentan revertir los marcos jurídicos existentes que garantizaron impunidad y concentración económica en la etapa neoliberal. Estas nuevas políticas intentan regulaciones que permitan crear las condiciones para garantizar el Derecho a la Comunicación, en formas asociadas a los planteos de las Políticas Nacionales de Comunicación (PNC)² de los años '70. Según Luis Ramiro Beltrán (1976), las Políticas Nacionales de Comunicación son

[...] un conjunto integrado, explícito y duradero de políticas parciales de comunicación armonizadas en un cuerpo coherente de principios y normas dirigidos a guiar la conducta de las instituciones especializadas en el manejo del proceso general de comunicación en un país. (BELTRÁN, 1976)

La promulgación de la Ley de Responsabilidad Civil en Radio y Televisión en la República Bolivariana de Venezuela (2004), recoge el debate y las acciones sobre democratización, participación y acceso a los medios, en uno de los intentos más serios de remisión a los principios formulados como Políticas Nacionales de Comunicación de los años '70. Este proceso venezolano de reformulación de servicio público con acento en la proyección de experiencias comunitarias, se produce en un complejo contexto de convivencia con los medios masivos en poder de grupos concentrados del capital que monopolizaron el campo de la información en las últimas décadas y resisten las regulaciones. La experiencia de diversos medios comunitarios venezolanos, en más de 200 iniciativas articuladas en redes, radios, televisoras, agencias, cuentan con estrategias de participación diversificadas que, directamente con las comunidades, cubren demandas, proveen información y constituyen un

² En 1976, en la Conferencia Intergubernamental de Comunicación en Costa Rica, se reconoce el grado de concentración económica y tecnológica de países y empresas así como el grado de dependencia de aquellos que no los poseen, y definen el rol del estado en la formulación de las PNC como garantía de acceso, participación y servicio público.

espacio de diversificación de producción de mensajes. También se inscribe aquí la experiencia venezolana del primer canal televisivo ViVe TV, creado en 2003, planteando el desafío de la convivencia de lo estatal y lo comunitario.

En Brasil, los sucesivos intentos de regulaciones que no llegaron a tratarse en el Congreso, fueron la base por la cual los movimientos sociales impulsaron la Primera Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) en 2009, muy resistida por las empresas de comunicación concentradas ya que en ese espacio se plantea el control social sobre los medios y la recreación de empresas estatales. Bajo el lema "Comunicación: medios para la construcción de derechos y de ciudadanía en la era digital", la Conferencia abordó la producción de contenidos, medios de distribución, y ciudadanía, derechos y deberes. Teniendo como base esos debates, actualmente se halla en elaboración una Nueva Ley de Medios que la Presidenta Russef aseguró llegará a sancionarse.

En Argentina se sanciona la Ley 26.522 de Servicios de Comunicación Audiovisual en 2009. Producto de la lucha que desde el año 2004 llevaron adelante más de 300 organizaciones sociales, sindicatos, universidades, nucleadas en la Coalición por una Radiodifusión Democrática, la nueva norma establece límites para las prácticas monopólicas, en sintonía con las legislaciones más avanzadas en la materia. Para el Relator de la Libertad de Expresión de la ONU, es un modelo único en el mundo y un ejemplo por garantizar el acceso de todos los sectores manteniendo el pluralismo y la diversidad en el ejercicio de la libertad de expresión, desde sus contenidos hasta las formas en que fuera debatida (La Rue, 2009). La Ley contempla 3 tipos de prestadores en igualdad de condiciones, 1) medios públicos que incluye al estado nacional, los provinciales, los municipales, las universidades públicas nacionales, los pueblos originarios y la iglesia (contemplado en la Constitución Nacional), 2) medios comerciales privados con fines de lucro que incluye a los grandes conglomerados pero también a las pequeñas y medianas empresas (pymes), y por primera vez se incluye como 3) medios comunitarios privados pero sin fines de lucro que incluyen movimientos sociales y sindicatos, entre otros. Además la norma se propone el desarrollo de mecanismos destinados a la promoción, desconcentración y fomento de la competencia con fines de abaratamiento, democratización y universalización del aprovechamiento de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (art 1). Y para ello arbitra mecanismos de porcentajes de producción federal, que amplían, entre otros, el campo laboral de artistas, músicos, periodistas, entre otros, facilitando la emergencia de la diversidad

cultural en todo el territorio nacional y desarticulando una producción monopólica asentada en la Capital y Gran Buenos Aires desde la que se irradiaba a todo el país. Los grupos concentrados de la comunicación intentan por todos los medios (políticos, legislativos, judiciales) entorpecer el cumplimiento de esta norma, que marca un hito de democratización y ampliación de derechos en el campo comunicacional.

En Uruguay se promulga la Nueva Ley de Radiodifusión Comunitaria No 18232 en 2007, que habilita por primera vez al espacio comunitario como prestador de servicios de comunicación. Hoy Uruguay se encuentra en vísperas de la presentación al Congreso de una Ley integral de Medios de Comunicación.

En el año 2009 el Congreso sanciona la nueva Constitución del Estado Plurinacional de Bolivia en consideración a las aproximadamente 40 etnias indígenas que habitan en su territorio. En 2011 se aprobó por amplia mayoría la "Ley de Telecomunicaciones, Tecnologías de Información y Comunicación". La nueva legislación otorga el 33% de las licencias al Estado, el 17% a organizaciones comunitarias, un 17% a organizaciones indígenas y el 33% restante al sector privado. Al mismo tiempo establece como principio el Acceso Universal a las telecomunicaciones y tecnologías de información y comunicación, así como al servicio postal, para todas y todos los habitantes del Estado Plurinacional de Bolivia, en ejercicio de sus derechos, relacionados principalmente a la comunicación, la educación, el acceso al conocimiento, la ciencia, la tecnología y la cultura. También aborda principios de Calidad, Continuidad, Protección del Medio Ambiente e Innovación y Neutralidad tecnológicos (a fin de habilitar la libre adopción de tecnologías). Se aseguran los servicios a través del principio de Plurinacionalidad, que fija que el Estado está conformado por la totalidad de habitantes, naciones y pueblos indígenas originarios campesinos así como las comunidades interculturales y afrobolivianas. A su vez, se asegura la adopción de mecanismos para lograr el acceso a los servicios de sectores con menores ingresos y grupos con necesidades especiales, con calidad y precios accesibles.

En Ecuador en 2007 se crea Ecuador TV – Televisión Pública (ECTV), gracias a una provisión de fondos no-reembolsables de \$ 5 millones del Banco de Desarrollo Social y Económico de Venezuela (BANDES). El canal fue establecido al mismo tiempo que la instalación de la Asamblea Constituyente, para que las sesiones pudiesen ser transmitidas en vivo a todo el país. Desde su nacimiento Ecuador TV se caracterizó por ser el canal con la tecnología más avanzada existente en el país, con transmisiones vía satélite de forma libre y

On Line a través de internet para el mundo; sus 25 repetidoras y el canal finalmente estuvo al aire en 2008. Además se creó en ese año la Radio Pública del Ecuador, emisora propiedad del Estado a cargo de la Secretaría Nacional de Comunicación. Y desde el año 2009, y por mandato de su Constitución, se debatió en la Asamblea Nacional, una nueva Ley de Medios, y aprobada en 2013 para regular integralmente los espacios destinados a la comunicación pública, comercial y comunitaria.

En Paraguay se crea la Televisión Pública a fines de 2011 y que durante 6 meses funcionó renovando ética y estéticamente el panorama mediático, hasta el golpe que derribó al gobierno de Fernando Lugo. Algo similar ocurrió con la Radio Nacional, si bien por definición pública, creada en los años '40, en general fue más una herramienta eficaz de desinformación y propaganda del partido Colorado, con o sin la dictadura de Stroessner (1954-1989), que contenidos relacionados con medios públicos.

2 ORGANISMOS REGIONALES

En mayo de 2001, en el Primer Encuentro de Economía Política de la Comunicación del Mercosur, se elabora una declaración conocida como Carta de Buenos Aires, en la cual los investigadores reunidos fijan los ejes que enmarcan la creación en 2002 de ULEPICC (Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura)³. En ellos se reconoce que las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC's) han adquirido un papel fundamental en el modo de producción y en todos los sectores de la vida social como expresión de una nueva situación estructural del capitalismo, producto de la crisis de transición del siglo XX al XXI. El desarrollo científico y tecnológico –especialmente en lo referente a las TIC, las biotecnologías y el desarrollo de nuevos materiales- demuestra el extraordinario grado de socialización de la producción y la potencialidad que ha alcanzado el conocimiento humano, lo que abre inmensas posibilidades liberadoras y de bienestar a la sociedad. Pero el sistema económico y de poder que llevó a esos desarrollos impide, al mismo tiempo, que aquellas posibilidades se realicen, profundizando, al contrario, el individualismo, la miseria y la violencia. Los sistemas de comunicación de masas reflejan esa situación y sirven para mantener y perfeccionar los mecanismos de alienación, reduciendo las posibilidades de comunicación democrática y liberadora a un tipo de interactividad en que el sujeto social está cada vez más preso del consumismo y la enajenación, como resultado de la

³ Disponible en: <<http://ulepicc.org/wp-content/uploads/CARTA-DE-BUENO-AIRES.pdf>>, may. 2001. Acceso en 22 jun. 2017.

exacerbación del sistema mercantil. Todos los sectores de la comunicación, apoyándose en la convergencia que propician las TIC's pasan por una brutal concentración y centralización apoyados por el poder estatal, mientras que, por otro lado, ese mismo poder dificulta al extremo la acción de aquellos actores no hegemónicos que podrían representar una alternativa democrática y progresista de organización de los sistemas de comunicación como el movimiento de las radios y televisoras comunitarias y todos los sectores de servicio público, imposibilitados de competir contra los poderosos intereses económicos oligopólicos. Es en ese sentido que se releva el rol de los organismos regionales.

Desde su creación en 1991, **el Mercado Común del Sur (MERCOSUR)** es una unión aduanera suscripta en el Tratado de Asunción, por la República Argentina, la República Federativa de Brasil, la República del Paraguay⁴ y la República Oriental del Uruguay. Con la incorporación posterior de la República Bolivariana de Venezuela (2012) y el Estado Plurinacional de Bolivia (2015) cuenta en calidad de países asociados a Chile, Colombia, Perú y Ecuador. Mercosur se constituye así como un área económica y una plataforma industrial dinámica y competitiva no sólo en la región. Es el cuarto bloque económico del mundo en importancia y volumen de negocios y la quinta economía mundial, considerando el PBI nominal producido por todo el bloque. Entre sus objetivos de integración, se cuentan la libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre los países; la adopción de una política arancelaria y comercial común; la coordinación de políticas macroeconómicas y el compromiso de los Estados Partes de armonizar sus legislaciones. En este sentido, y teniendo en cuenta que el Mercosur se constituye como la quinta economía mundial, son escasos los avances demostrados en el campo comunicacional, siendo que éste ocupa un lugar central en la estructura socioeconómica mundial actual. Porque ese también es el espacio que ocupan, sobre todo los medios masivos de comunicación, en su incidencia en la construcción de lo social, desde identidades individuales hasta una cosmovisión planetaria más asociada al consumo. De allí la necesidad de un abordaje más activo de integración del campo comunicacional regional. En diciembre de 2003 se crea la Reunión Especializada de Autoridades Cinematográficas y Audiovisuales (RECAM) como un órgano consultor del Mercosur en el área cinematográfica y audiovisual, integrada por las Autoridades gubernamentales de cada país en la materia. Su finalidad es analizar, desarrollar e implementar mecanismos destinados a promover la complementación e integración de dichas

⁴ La República de Paraguay fue suspendida por la situación institucional producto de la destitución del Presidente Fernando Lugo, desde el 22 de junio de 2012.

industrias en la región, la armonización de políticas públicas del sector, la promoción de la libre circulación de bienes y servicios cinematográficos en la región y la armonización de los aspectos legislativos (RECAM, 2003). La actividad de la RECAM se ha centrado en estudios regionales para preservación del patrimonio audiovisual y en la capacitación regional, ambos con financiamiento de la Unión Europea, así como en el estudio de la legislación comparada y cadena de valor, focalizando en el Programa Mercosur Audiovisual (PMA), y en las Redes de Salas Digitales (RSD), en el interés común de accesibilidad a la obra cinematográfica en la región. El Mercosur actúa como una esfera de integración económico- comercial y sociopolítica.

La Unión de Naciones Suramericanas (Unasur) compuesto por el Mercosur y la CAN (Comunidad Andina) es una comunidad política y económica entre 12 países suramericanos (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Paraguay, Perú, Surinam, Uruguay y Venezuela), creada en 2004, en Cuzco (Perú), en la Tercera Cumbre Suramericana, pero cuyo tratado constitutivo recién se concretó en 2008, en Brasilia. Está conformada por un Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno, un Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores, un Consejo de Delegadas y Delegados, y una Secretaría General. En la actualidad está compuesto por nueve consejos que son el de Salud, el de Desarrollo Social, el de Infraestructura y Planeamiento, el de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología e Innovación, el del Problema Mundial de las Drogas, el de Defensa, el de Economía y Finanzas, el Energético y el Electoral. El grueso de la actividad de la Unasur se ha concentrado en Defensa, Medio Ambiente y Derechos Humanos. La actividad de Unasur es relevante en la resolución pacífica de conflictos, así como en la consolidación democrática y estabilidad regional. Así lo atestiguan los conflictos golpistas en Bolivia (2008), por el uso de bases en Colombia (2009), entre Colombia y Venezuela (2009), intento de golpe en Ecuador (2010), el golpe de estado en Paraguay (2012) y ultimamente se ha manifestado por Argentina (2015) en su lucha contra la usura y por otros intentos. En 2013, en el contexto del Festival de Cine de Mar del Plata en Argentina, se constituyó una comisión para crear el Consejo de Comunicación Audiovisual, aún pendiente de concreción

La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA), se crea en 2004, con el objetivo de luchar contra la pobreza y la exclusión social en América Latina y el Caribe. Es un proyecto de colaboración y complementación política, social y económica entre ciertos países de América Latina y el Caribe, promovida inicialmente por Cuba y Venezuela

como contrapartida del ALCA (Área de Libre Comercio de las Américas), impulsada por Estados Unidos. Se propone crear mecanismos que aprovechen las ventajas cooperativas entre las diferentes naciones asociadas para compensar las asimetrías, a través de fondos compensatorios y aplicación del TCP, Tratado de Comercio de los Pueblos. Está compuesto por Antigua y Barbuda, Bolivia, Cuba, Dominica, Ecuador, Granada, Nicaragua, San Cristóbal y Nieves, Santa Lucía, San Vicente y las Granadinas, Surinam y Venezuela. Haití figura como miembro especial y Honduras fue expulsada en 2009, por el golpe de estado a Manuel Zelaya. El ALBA tiene una moneda especial, el sucre, también un Banco del Alba, se crearon programas de lucha contra el analfabetismo y el Ecoalba sobre medio ambiente. En 2013 se lanza el canal ALBA TV - Canal en Movimiento, constituyendo el Primer Canal Público Participativo, en la Televisión Digital Abierta de Venezuela, con una programación educativa, cultural e informativa diversa.

La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), creada en 2010 en México pero constituida definitivamente en Venezuela en 2011, es un organismo intergubernamental, heredero del Grupo de Río, que promueve la integración de América Latina y el Caribe. Su conformación por parte de los jefes de Estado lo plantearon como el espacio regional propio que una a los 33 estados. Tal como se desarrollan estas políticas, el grado de articulación regional en el campo comunicacional queda más limitado a formas de colaboración binacionales, como en el caso de la ayuda económica de la República Bolivariana de Venezuela a la República del Ecuador para la instalación de su TV Pública, ó de transferencia de experiencias como es el caso de Argentina, con mayor trayectoria de medios públicos, hacia Ecuador ó Paraguay.

3 INTEGRACIÓN EN INICIATIVAS COLECTIVAS

Sin embargo, algunos pasos en la integración se dieron en función de iniciativas colectivas más que políticas generadas desde los organismos regionales, entre ellos podemos destacar: **La emergencia de la Televisora del Sur (TELESUR)** que desde 2005 y bajo la consigna Nuestro Norte es el Sur iniciara sus transmisiones de aire gratuitas para los países latinoamericanos a través de un satélite ubicado en Caracas. Esta sociedad multiestatal cuenta como socios a Venezuela con el 51% del capital, Argentina con el 20%, Cuba con el 19% y Uruguay con el 10%. Tiene un Consejo Asesor integrado por 36 personalidades de toda la región. Durante las 24 horas transmite en directo información y producción audiovisual documental recibida de corresponsales mundiales. La Cámara de Representantes del

Congreso de EE.UU. presentó en 2005 una enmienda que autoriza potenciar transmisiones de radio y televisión hacia Venezuela para contrarrestar el supuesto antiamericanismo de Telesur. Su proponente, el representante republicano por Florida Connie Mack, justificó la medida para impedir la retórica antiamericana que asociaría al medio con Al-Jazeera⁵. Telesur aparece como alternativa al cúmulo de (des)información, publicidad y banalización que se envía diariamente por 3.500 canales de cable y es repetido por los medios locales. El proyecto intenta discutir lo alternativo en tanto marginal y se plantea como masivo, en una propuesta comunicacional de calidad y mejor contenido que la que se enfrenta. Por ello requiere de recursos económicos e instalaciones técnicas que pocos medios podrían permitirse sin el apoyo estatal. En el mismo sentido, la construcción de la Radio del Sur en el año 2010, desde su sede en Venezuela y extendida a la región. Se plantea como la plataforma de apoyo comunicacional del proceso de creación del nuevo sistema multipolar internacional, un instrumento basado en los principios de independencia, igualdad, libre determinación y no intervención en los asuntos internos, solución pacífica de conflictos, cooperación, respeto de los derechos humanos y solidaridad hacia la emancipación y bienestar de la humanidad.

La creación de la Unión Latinoamericana de Agencias de Noticias (ULAN), el 2 de junio de 2011 en Caracas, Venezuela, como asociación supranacional de agencias públicas y estatales de noticias. Los nueve estados fundadores y sus respectivas agencias son: Argentina/Télam; Estado Plurinacional de Bolivia/Agencia Boliviana de Información; Brasil/Agencia Brasil; Cuba/Prensa Latina; Ecuador/Agencia de Noticias del Ecuador y Sudamérica-Andes; Guatemala/Agencia Guatemalteca de Noticias; México/Noticias México–Notimex; Paraguay/ Información Pública Paraguay –IP; Venezuela/Agencia Venezolana de Noticias. ULAN propone promover la libertad de expresión, la democracia, la paz y el entendimiento entre las naciones, y sus productos comunicacionales estarán fundamentados en el rechazo a toda forma de racismo, dependencia económica y cultural. **La adopción regional de un mismo estándar digital de transmisión.** Por iniciativa de Brasil (2006), Argentina (2006), y Perú (2009), el resto de los países de Sudamérica (salvo Colombia) implementaron el Sistema Brasileño de Televisión Digital Terrestre (SBTVD-TB), basado en el sistema Japonés denominado ISDB-T, norma que garantiza la aplicación de la nueva tecnología televisiva en todo el territorio. Este consenso regional en materia tecnológica no tiene precedentes y posiciona a Latinoamérica como la región del planeta con el estándar más

⁵ Disponible en: <<http://www.dw.com/es/telesur-medio-de-integracion-o-de-proselitismo/a-1658730>>, jul. 2005. Acceso en 22 jun. 2017.

avanzado de Televisión Digital Terrestre, al utilizar el sistema de modulación OFDM, con el sistema de compresión de video MPEG-4, que mejora el MPEG-2 de uso europeo y japonés⁶ Incluso varios países de África están evaluando la adopción del mismo estándar, por lo que podría consolidarse como un estándar sur-sur.

La creación y lanzamiento de satélites telecomunicacionales en la región.

Contando con la colaboración de China y Rusia, América Latina ingresa a la era espacial, en una era de información globalizada y revelaciones de espionaje, estas iniciativas soberanas representan también procesos autonómicos. Venezuela con sus satélites Bolívar (2008) y Miranda (2012), Ecuador con su Pegaso (2011), Bolivia con su Túpac Katari (2013), Argentina con los Arsat I (2014) y Arsat II (2015), Uruguay con su Antelsat (2014) y Brasil con su SGDC (2015) primer satélite gubernamental de comunicaciones. Estos desarrollos tecnológicos nacionales son trascendentes en términos de soberanía comunicacional, en una región que según la CEPAL (2015) posee una desigualdad tecnológica interna, focalizando en el ejemplo del escaso acceso a internet particularmente en Haití, Surinam, Honduras, Paraguay.

4 PERSPECTIVAS

Sería impensable analizar estos avances en otros contextos políticos. Avances regulatorios que se verifican en la participación comunitaria y sin fines de lucro en Venezuela (2004), Uruguay (2007), Argentina (2009), Bolivia (2011), Ecuador (2013). El rol actual de los medios de comunicación y sobre todo en aquellos países donde los gobiernos populares han avanzado en estas políticas de ampliación de derechos, se constata su conversión prácticamente en un partido opositor cuyo único objetivo es destituir a los gobiernos a fin de preservar los privilegios que lograron consolidar en complicidad con los regímenes neoliberales que asolaron la región.

Con formas de campañas destituyentes suman, entre otros, a la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP)⁷ cámara empresarial de los grandes grupos que funciona cual

⁶ Video explicativo SATVD-T sobre Televisión Digital Terrestre, disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=EIB9PNLYQw8>>. Acceso en 22 jun. 2017.

⁷ Sobre la historia de la SIP consultar el artículo de Yaifred Ron, disponible en: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=94256>>. Acceso en: 22 jun. 2017

organismo internacional, financiada por las agencias de inteligencia y cumpliendo tareas de desestabilización de los regímenes democráticos. A este fuerte actor social asociado a las cámaras empresariales del sector concentrado, se suman varias de sus representaciones nacionales, así como las redes transnacionales de thinks tanks, presentadas como nucleamientos de intelectuales, que en realidad constituyen fundaciones privadas donde convergen empresarios, dirigentes políticos, economistas, periodistas, y profesionales dedicadas a la producción y promoción de ideas neoliberales en América Latina. Una de esas redes es la Fundación Internacional Libertad (FIL), con sede en Madrid, pero con una base en la ciudad de Rosario, Argentina, dirigida por el escritor Mario Vargas Llosa⁸. Encubiertas en perfiles pseudoacadémicas, se proponen una reorganización continental de las fuerzas neoliberales y la descalificación de los regímenes neodesarrollistas o populistas latinoamericanos, vigentes desde este siglo.

Otros actores políticos involucran desde el poder legislativo a los magistrados del sistema judicial, tal como vimos en el golpe de estado en Paraguay, Honduras o el intento actual en Brasil. Los mismos intereses, disfrazados de empresarios, intelectuales, diputados, senadores ó jueces, en Argentina logran frenar una de las normas más amplias, producto de la consulta y el debate extendidos a toda la sociedad. Ley en cuya elaboración participaron los más destacados especialistas de las universidades públicas, y que contó con una voluntad política que superó las innumerables trabas de los intereses concentrados. En Argentina, el neoliberalismo gobernante desde diciembre 2015 arrasa hoy estos logros.

De allí que la democratización de la comunicación no puede agotarse en sí misma, aun reconociendo que son los propietarios de los medios quienes deciden protagonistas, mensajes, crean opinión, construyen subjetividades, inciden en la forma de vida y propagan odios. En la articulación de los grupos mediáticos con los procesos electorarios y con los golpes de estado, duros o blandos, el poder han exhibido su accionar. Si la intervención estatal es imprescindible para garantizar igualdad en el acceso, mayor pluralidad y diversidad cultural, no se puede desconocer la magnitud del enfrentamiento en el proceso de democratización de

⁸ Lo acompañan personajes internacionales de derecha, entre los que se destaca Marcel Granier del golpista multimedia venezolano RCTV, José M.Aznar de España, Roger Noriega de EEUU, Vicente Fox, Jorge Castañeda de México y Julio Sanguinetti de Uruguay. Cuenta también con notorios dueños de medios y políticos de la derecha argentina como el actual presidente Mauricio Macri, Ricardo López Murphy, y el escritor Marcos Aguinis contra la nueva ley de medios. Disponible en: <<http://libertad.org.ar/web/quienes-somos.php>> y <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-101207-2008-03-24.html>>. Acceso en 22 jun. 2017

la comunicación. Para Adalid Contreras (2015), el sentido pragmático de la integración cobra particular importancia en estos tiempos de posibilidades de articulación entre países y regiones en las características del regionalismo latinoamericano de nueva generación. Y por ello, se requiere profundizar las transformaciones de todos los países, en una activa integración regional.

5 REFERENCIAS

ALBA. **Cumbres de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de América (ALBA)**. Disponible en: http://www.portalalba.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1333:declaraciones-y-resoluciones-de-las-cumbres-del-alba-tcp&catid=130&Itemid=146. Acceso en: 22 jun. 2017.

AAVV. **La Integración Regional y los Medios de Comunicación: Implicaciones y Desafíos**. Montevideo: Centro de Formación para la Integración Regional, 1995.

BELTRÁN, Luis Ramiro. **Políticas Nacionales de Comunicación en América Latina: Los primeros pasos**. Nueva Sociedad Nro.25. Costa Rica: Fund Nueva Sociedad, 1976.

BYRNE BONFANTIN, Tomás. Las Tareas de la Unión Latinoamericana de Agencias de Noticias (ULAN). **Aldea Mundo** vol.16. Táchira: Universidad de los Andes, 2011. Disponible en: <http://redalyc.org/articulo.oa?id=54328502005>. Acceso en: 22 jun. 2017.

CARPINETA, María Laura; PERTOT, Werner. **Dios los cría y ellos se juntan en Rosario**. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-101207-2008-03-24.html>. Acceso en 22 jun 2017.

CELAC. **Cumbres**. Disponible en: <http://www.sela.org/celac/cumbres>. Acceso en: 22 jun. 2017.

CEPAL. Estado de la banda ancha en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) ONU, 2015. Disponible en: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38605/S1500568_es.pdf. Acceso en: 22 jun. 2017.

CONTRERAS BASPIÑERA, Adalid. **El límite es el infinito: Relaciones entre integración y comunicación**. Quito: CIESPAL-UASB, 2015.

DW. **TeleSUR: ¿medio de integración o de proselitismo?**. Disponible en: <http://www.dw.com/es/telesur-medio-de-integracion-o-de-proselitismo/a-1658730>. Acceso en 22 jun. 2017.

FUNDACIÓN LIBERTAD. **Quiénes somos**. Disponible en: <http://libertad.org.ar/web/quienes-somos.php>. Acceso en 22 jun. 2017.

ENCUENTRO DE ECONOMÍA POLÍTICA DE LA COMUNICACIÓN DEL MERCOSUR. **Carta de Buenos Aires**. Disponible en: <<http://ulepicc.org/wpcontent/uploads/CARTA-DE-BUENO-AIRES.pdf>>. Acceso en 22 jun. 2017

GRANDIO, Mateo. **SATVD-T TDT en Argentina Video Explicativo**. Disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=EIB9PNLYQw8>>. Acceso en 22 jun. 2017.

RECAM. **Creación de la Reunión Especializada de Autoridades Cinematográficas y Audiovisuales del Mercosur (RECAM)**. Disponible en: <http://www.recam.org/files/documents/gmc_creacionrecam.pdf>. Acceso en: 22 jun. 2017

RON, Yaifred. **Los amos de la Sociedad Interamericana de Prensa**. Disponible en: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=94256>>. Acceso en: 22 jun. 2017.

SEL, Susana y GASLOLI, Pablo. Law No 26,522 of Audiovisual Communication Services: Cultural practices, power and communication. In. MARTENS, C.; MCCHESENEY, Robert W.; VIVARES, Ernesto. **The International Political Economy of Communication: Media and Power in South America**. London: Palgrave Books, 2014.

UNASUR. **Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas**. Quito, Unasur, 2011. Disponible en: <<http://www.unasur.org/images/descargas/DOCUMENTOS%20CONSTITUTIVOS%20DE%20UNASUR/Tratado-UNASUR-solo.pdf>>. Acceso en: 22 jun. 2017

Recebido em 03/07/2016.

Aceito em 22/03/2017.

Publicado em 21/09/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.117164

**ALTERNATIVAS Y SALIDAS PARA LAS LUCHAS Y CRISIS HEGEMÓNICAS EN
AMÉRICA LATINA**

*ALTERNATIVE PATHS FOR SOCIAL STRUGGLES AND HEGEMONIC CRISES IN LATIN-
AMERICA*

Lucio Fernando Oliver¹

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM, Ciudad de México, México

Resumen: Este escrito debate las alternativas de las luchas sociales en la crisis de las políticas de hegemonía en América Latina, con referencia a la experiencia brasileña. El vuelco a la derecha en la sociedad civil, tal como se presenta en la opinión pública y en las movilizaciones sociales permitió el retorno al autoritarismo de Estado y a las políticas de neoliberalismo salvaje. Ello plantea diversos problemas teóricos y políticos. La situación lleva a redefinir la política como una disputa por reformas profundas que enfrenten la crisis orgánica del capitalismo y del Estado en América Latina.

Palavras-chave: Brasil; América Latina; crisis política y sociedad civil.

Abstract: This paper seeks to consider theoretically the problem of alternative paths to the current crisis of left policies in Latin America, with special reference to the Brazilian experience. Its starting point is the ideological shift to the right in civil society, that is, in public opinion and social mobilizations, that rolled back to state authoritarianism and policies of savage neoliberalism. All this poses various theoretical and political problems in order to create the conditions to policies for real reforms that would allow Latin American societies to intervene actively in the confrontation of the organic crisis of capitalism and State.

Key words: Brazil; Latin America; political crisis and civil society.

¹Doutor, Professor no Centro de Estudos Latinoamericanos, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM, Ciudad Universitaria, Ciudad de México, México. E-mail: oliverbar@hotmail.com.

1 LA PROBLEMÁTICA DE LA SUBALTERNIDAD DE LAS MASAS

En las sociedades periféricas y dependientes como las nuestras, se reproduce día a día el dominio mercantil dinerario y político del capital (ahora globalizado) pero también se genera cotidianamente (espontáneamente) la resistencia y lucha por alternativas y salidas a la situación de opresión y explotación de las mayorías que hace parte de las grandes complicaciones estructurales. La historia moderna ha demostrado que para que esas luchas adquieran dimensión histórico política es necesario ir más allá de la protesta: que los movimientos y las fuerzas políticas de resistencia asuman que la situación de subordinación de las mayorías y la persistencia de problemas estructurales sin salidas, se basa en la subalternidad de las masas, esto es, la noción de que es imprescindible que en la sociedad prevalezcan políticas para disputar ideológica, ética y culturalmente el Estado y la dirección ética, política, cultural, intelectual, territorial y económica de la sociedad. Este fenómeno está vinculada a la construcción de una política de “hegemonía” (en el sentido de dirección cultural e ideológica) vinculada a la lucha por la emancipación y por lo tanto distinta a la tentativa de acceder al poder del Estado tal cual existe, fenómeno de lucha que debiera definir la identidad propia de las izquierdas y hace parte del interés histórico político ideológico de las izquierdas.

Coincido con la apreciación de Giovanni Semeraro en el sentido de que la política progresista y de gran parte de la izquierda en América Latina (y en Brasil en particular) se ha ubicado hasta ahora en la demanda por derechos dentro del Estado actual y en el marco de la ideología dominante. Pero se dejó de lado la necesidad e importancia de elaborar una política de hegemonía alternativa (SEMERARO, 2007):

A hegemonia que deve ser construída pelas classes populares – alertava Gramsci – “não é o instrumento de governo de grupos dominantes que procuram o consenso e impõem a hegemonia sobre as classes subalternas”. Essas, ao contrário, “têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis” (Gramsci, 2000, C 10, § 41, p. 1320) e buscaram estabelecer uma “relação pedagógica” (Gramsci, 2000, C 11 § 67, p. 1505; C 13, § 36, p. 1635) entre os governantes e os governados, de tal modo que se possa superar a concepção de poder como dominação e possam ser dadas as condições para que todos venham a “tornar-se dirigentes”. Não se tratava, portanto, de uma estratégia para tornar o poder vertical mais aceitável e humanizado, mas de novas relações sociais, de um novo modo de entender a política, de um novo modo de organizar a produção, cujos objetivos eram a democratização efetiva da sociedade, ou seja, a elevação intelectual e moral das

massas, a passagem dessas da posição de dirigidos à condição de dirigentes (Q 8, § 191, p. 1056) (SEMERARO, 2007, 102 y 102).

De lo anterior se desprende la necesidad de clarificar lo que supone un actuar como izquierda en las luchas políticas y sociales en América Latina. Después de la bancarrota de los países socialistas históricos (estatistas-burocráticos) y ante el desplazamiento del pensamiento crítico profundo en los últimos 17 años, estamos ante la necesidad de hacer una revisión de los planteamientos teóricos y la actuación histórica de las luchas de la sociedad civil, los movimientos sociales, los gobiernos progresistas y los movimientos políticos de las izquierdas en América Latina en las décadas recientes, revisión que abarca considerar tanto las experiencias de toda la época de dominio del capital monopólico mundial (capitalismo neoliberal, socialismo estatista) como las habidas más recientemente en el período del paso a la mundialización y transnacionalización del capital y la generalización del trabajo no especializado (17 años de propuestas de gobiernos del progresismo) (FONTES, 2010)

Por izquierda se pueden entender muchas cosas y tener de ella apreciaciones múltiples. Una apreciación crítica y concreta de la izquierda lleva a entenderla como la corriente ideológico política de la sociedad interesada en la crítica del capitalismo, de la enajenación, la injusticia y las inconsecuencias democráticas modernas y a conformar una corriente de la praxis que lucha por transformar la sociedad con organización autónoma permeada de nuevas concepciones, ideas y valores comunitarios e individuales. Para ello la izquierda requiere de la crítica histórica y social aplicada a la comprensión de los procesos y las situaciones concretas, que busca hacer avanzar a la sociedad en su conjunto, propiciando la acción política, social, cultural y económica autónoma, social y política, transformadora, de las grandes mayorías populares, tanto de la fuerza de la masa como de los individuos libremente asociados.

En términos de hegemonía alternativa, la izquierda es un movimiento que busca incidir para que la sociedad misma, como sociedad civil y como mayorías populares aprecien, distingan y enfrenten los problemas que la atraviesan como fenómenos estructurales, mismos que son resultado de las contradicciones que existen en su seno. Implica que en medio de los conflictos coyunturales cotidianos actúe en la política, en la cultura, en la sociedad y en la economía para ser parte de la sociedad en movimiento que busca una salida que abra un cauce favorable a las grandes mayorías populares en términos estratégicos y políticos y en los

distintos ámbitos de la vida social, institucional y social, es decir es una corriente ideológico política que actúa tanto desde abajo (con la acción espontánea de la sociedad civil) como desde la transformación de la propia sociedad en resistencia en una sociedad capaz de hacer política desde arriba (desde la labor consciente de la lucha por un nuevo bloque histórico).

La izquierda está obligada en tanto pensamiento social crítico y actor político, en asociación con el resto de actores políticos populares y como parte de un movimiento amplio de la sociedad civil, a diseñar e impulsar estrategias y políticas a corto, mediano y largo plazo para enfrentar y superar los problemas estructurales que agobian a las sociedades modernas, tanto centrales como periféricas.

Consideramos que existen dos elementos centrales de las sociedades contemporáneas, producto del desarrollo capitalista a nivel global, que condicionan hoy la lucha de las izquierdas:

a) La sociedad civil actual está conformada por grandes mayorías que viven de su trabajo, está constituida por *una gran masa precarizada de explotados globales*, compuesta por un nuevo y distintivo tipo de trabajadores: los que a cambio de un salario realizan el trabajo abstracto de múltiples maneras cada vez más informales, que laboran en industrias, comercio y servicios globales con características de maquiladoras, junto con los trabajadores que son analistas simbólicos de la administración de la circulación y la producción, los servicios y el comercio, todos ellos vinculados con la producción de riqueza social dirigida por las grandes corporaciones mundiales, los grandes conglomerados capitalistas del agro, el comercio, los servicios y la industria urbana. Constituyen los explotados globales del capitalismo contemporáneo(CASANOVA, 2009)

b) La izquierda se ubica en la resistencia y lucha de los explotados globales y asume su papel de reconocer su unidad y diversidad, de buscar, como parte de esa misma lucha, el nivel político programático común que ayuda a unificar, elevar la organización y la conciencia de los movimientos sociales y la sociedad civil. Es decir, la izquierda actúa en la sociedad civil para construir una nueva ecuación del Estado integral o para incidir en la relación de Estado y sociedad civil, a partir de reconocer y actuar en la unidad orgánica de la sociedad política y la sociedad civil. Articular la lucha social y la lucha política e ideológica del conjunto de explotados globales de cada país en la búsqueda de reformar el Estado, entendido en un sentido amplio: lograr la hegemonía civil y la hegemonía política, bajo

control social y, basado en la dinámica económica, política e ideológica de las trincheras populares.

2 LA EXPERIENCIA DE LOS GOBIERNOS PROGRESISTAS. LUCHAS Y CRISIS HEGEMÓNICAS EN AMÉRICA LATINA DEL SIGLO XXI

Partimos de valorar la importante experiencia de lucha de los trabajadores en la historia reciente de América Latina. Pensar las luchas y crisis hegemónicas en la actualidad nos conduce a una valoración de las estrategias y políticas de los movimientos sociales y políticos progresistas y de izquierda en la vida estatal latinoamericana. En primer lugar, podemos iniciar considerando las experiencias bajo el primer ciclo neoliberal salvaje de la globalización de fines del siglo XX, que va de 1982 a 1999.

Se trató de un ciclo dominado por la articulación de las clases capitalistas monopólicas nativas con las clases capitalistas mundiales a partir de un proceso de aceleramiento de la transnacionalización del capital, de la entronización de clases políticas subordinadas a los Estados de competencia y de predominio de la ideología neoliberal.

En los últimos veinte años del siglo XX se produjo en toda América Latina una profunda transformación del capitalismo y del Estado. Las economías se reestructuraron hasta convertirse en formas productivas transnacionalizadas y financierizadas con base en las privatizaciones de las empresas y bienes públicos, la desindustrialización nacional, la dominancia de las bolsas de valores y las instituciones financieras, las contrarreformas de los Estados y la instauración de los Estados burocráticos de valorización de competencia mundial. Las ideologías nacional desarrollistas fueron sustituidas por ideologías transnacionales de mercado, de individualismo y pensamiento único.

Como resultado de ese ciclo neoliberal se produjo el decrecimiento de las economías nacionales, la dependencia redoblada, la fragmentación, precarización y recomposición informal de las sociedades civiles, y en todos los países de América Latina se gestó la crisis orgánica del Estado, expresada en una no correspondencia entre Estados y sociedades (OLIVER, 2016).

Lo anterior llevó a una explosión de inconformidades de los trabajadores agrícolas y campesinos, de las masas de trabajadores urbanos y de gran parte de los sectores medios, lo

que se tradujo en el surgimiento de movimientos sociales de resistencia y lucha (el caracazo en Venezuela, el movimiento del EZLN en México, el MST en Brasil, etc.), situación que abrió las dos grandes vertientes resolutivas del siglo XXI: a) los gobiernos de emergencia neoliberales: autoritarios, con de Estados de excepción y alineados a una seguridad hemisférica (Plan Colombia y Plan Mérida); y en sentido opuesto, b) los variados gobiernos progresistas de Sudamérica y en Centroamérica:

[...]los gobiernos del Ciclo de Impugnación neoliberal en América Latina, CINAL surgen como producto y respuesta a la activación de las luchas populares desplegadas en los años previos a su llegada a la conducción estatal. Esto significa que se originan en esa activación, pero sus respuestas concretas también son el resultado de las relaciones de fuerzas específicas que les dan origen y que se redefinen a partir de un punto determinado de inflexión. (THWAITES; OUVIÑA, 2016, p. 21).

¿Cómo caracterizar a esos gobiernos que al impugnar el ciclo neoliberal se asumen como progresistas?

Han prevalecido dos maneras de caracterizarlos. La primera es considerar que se tienen que medir a partir de reconocer su condición reformista y no revolucionaria. Es decir valorarlos como una opción de transformación lenta y parcial del modo de producción capitalista, bajo las condiciones generales de dominio mundial del capital en un contexto de relaciones de fuerzas “bajo empate” entre las oligarquías transnacionales y los trabajadores explotados globales. La estimación de su praxis se produce en el sentido de si estos gobiernos logran, con una política de conciliación de clases y pacificación social, intervenir cambiando el Estado para introducir estructuralmente una regulación política y social de la reproducción social y la acumulación, haciendo avanzar políticas económicas de conducción estatal que producen una apropiación de la plusvalía para proyectos estructurantes de la vida social, valorar su capacidad para interpelar al capital financiero poniendo límites a su apropiación privada de riquezas sociales, y modificar las políticas sociales y públicas. La segunda manera es evaluar su capacidad para impulsar una política de hegemonía alternativa, esto es qué tanto abren paso a un proceso de transición antineoliberal y anticapitalista, logrando una nueva conducción político ideológica en la sociedad, en el contexto de la crisis mencionada de hegemonía del capitalismo neoliberal.

Desde cualesquiera de las dos perspectivas analíticas hoy podemos constatar que con los gobiernos progresistas, sin considerar sus diferencias menores entre ellos, continuó vigente el *modo histórico de acumulación capitalista en su variante neoliberal*, que enfatiza el predominio privado, el dominio financiero y la sobreexplotación del trabajo y la explotación de recursos naturales:

[...] sostenemos que aún está vigente el modo de acumulación prevaleciente en el capitalismo global, de carácter neoliberal, desplegado como reacción restauradora al formato interventor benefactor...Las diferencias de las políticas encaradas por los gobiernos de la región se relacionan con el grado de profundidad de la crisis que les dio origen en cada caso y con la viabilidad política de los proyectos que intentaron salidas autonomizadas del neoliberalismo y de sus beneficiarios más prototípicos. Sin embargo, tales políticas no trascendieron la etapa de acumulación neoliberal, entre cuyas características centrales están el predominio de la financiarización globalizada y la intensificación de la explotación de bienes naturales (extractivismo) (THWAITES; OUVIÑA, 2016. p. 19)

Sin embargo para la crítica de izquierda es fundamental valorar la experiencia de los gobiernos progresistas bajo la segunda perspectiva: su estrategia y sus políticas en el sentido de que tanto incidieron en transformar las formas ideológicas de la sociedad, “[...] *las formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas o filosóficas, en una palabra las formas ideológicas en que los hombres adquieren conciencia de este conflicto y luchan por resolverlo* [...].”(MARX, 2001).

Es imprescindible valorar hoy, después de un ciclo de gobiernos progresistas, considerar si dieron lugar y auspiciaron una “*disputa hegemónica*” con respecto a las clases dominantes. Al respecto hay diversas apreciaciones. El grupo de Estado con el que trabajo en CLACSO sostiene, por ejemplo, que:

[...] lo que hubo fue “un escenario de disputa hegemónica en la región, que es lo que caracteriza al Ciclo de Impugnación al neoliberalismo en América Latina (CINAL), con la emergencia de gobiernos cuestionadores, en el discurso y en ciertas prácticas, de las lógicas dominantes a nivel global, y que en la mayoría de los casos estuvieron precedidos de fuertes movilizaciones populares desde abajo, signadas por una misma tónica de impugnación del ideario neoliberal (THWAITES; OUVIÑA, 2016. p. 20)

Llegamos así a la interrogante de fondo: si hubo una disputa hegemónica en la experiencia de estos gobiernos. Sin pretender proponer una apreciación tajante y definitiva, sino embargo considero que no hubo tal disputa sino algunas aproximaciones, menores, embrionarias, a ella. No se desarrollaron políticas de incidencia profunda en la ideología que es el ámbito en que la sociedad toma consciencia de las contradicciones y lucha por resolverlas. Incluso el fenómeno del cesarismo que fue un aspecto dominante de los procesos político-sociales bajo esos gobiernos muestra que la política se concentró no en la lucha y desarrollo ideológico de la sociedad sino en torno del apoyo a líderes carismáticos.

Bajo la experiencia de los gobiernos progresistas no se procesó una lucha social por un bloque histórico nuevo, que diera lugar a la “catarsis”, es decir a la superación del nivel de la lucha por derechos –lo cual era absolutamente necesario– en una lucha mayor, encaminada a que la sociedad asumiera la dirección del proyecto nacional y social. Hubo ausencia de una vinculación política ideológica entre la expansión de una forma productiva social-pública (que prácticamente no existió como forma autónoma al capitalismo) y una sociedad civil y movimientos sociales que fueran participes en el debate y deliberación de los asuntos públicos, que propiciara el incremento significativo de la incidencia social y ciudadana en la definición del rumbo del país respecto a los aspectos problemáticos colectivos: salud, educación, empleo, vivienda, servicios, acumulación, fondo social, etc. Tampoco hubo un movimiento de reforma cultural y ética respecto de las relaciones sociales mercantil capitalistas que siguieron dominando la reproducción social. Así, faltaron los elementos constituyentes de una real disputa por el Estado, para cambiar el Estado. Faltó una estrategia de reformas estructurantes de otra forma del poder que permitieran un empoderamiento popular: reformas constitucionales del poder ejecutivo, judicial, poder parlamentario, del poder mediático, del poder agrario, etc.

Es necesario estudiar a fondo porqué la confrontación político partidaria no se llevó al terreno de una real disputa de proyectos político culturales que proyectara un cuestionamiento y cambio de valores colectivos, de concepciones del mundo, de nociones éticas, del sentido común, de las costumbres.

En el contexto de los gobiernos progresistas tampoco los movimientos autónomos de izquierda en la sociedad consiguieron incidir en un cuestionamiento de masas al conformismo capitalista mercantil, a la separación política-sociedad-economía, a las contradicciones

persistentes del capitalismo periférico dependiente que generan la desigualdad social y los problemas estructurales de nuestras sociedades.

Frei Betto, dirigente popular crítico y partícipe durante unos años de la experiencia del gobierno Lula, resume bien la ausencia de una política de hegemonía de los extraordinarios gobiernos progresistas de Brasil en los últimos 13 años:

Los últimos 13 años fueron mejores para 45 millones de brasileños que, beneficiados por los programas sociales, salieron de la miseria; para quien recibe el salario mínimo, revisado anualmente por encima del nivel de la inflación; para quienes tuvieron acceso a la universidad, gracias al sistema de cuotas, al ProUni y al Fies; para el mercado interno, fortalecido por el combate a la inflación; para millones de familias beneficiadas por los programas Luz para Todos y Mi Casa, mi Vida; y para todos los pacientes atendidos por el programa Más Médicos. A pesar de todo nos equivocamos. El golpe fue posible también debido a nuestros errores. En 13 años no promovimos la alfabetización política de la población. No tratamos de organizar las bases populares. No valoramos los medios de comunicación que apoyaban al gobierno ni tuvimos iniciativas eficaces para democratizar los medios. No adoptamos una política económica orientada hacia el mercado interno. En los momentos de dificultad llamamos a los incendiarios para apagar el fuego o sea a los economistas neoliberales, que piensan con la cabeza de los pudientes. No realizamos ninguna reforma estructural, como la agraria, la fiscal y la previsional. Ahora somos víctimas de la omisión en cuanto a la reforma política. ¿En qué baúl avergonzado guardamos a los autores que enseñan a analizar la realidad bajo la óptica liberadora de los oprimidos? ¿Dónde están los núcleos de base, las comunidades populares, el sentido crítico en el arte y en la fe? ¿Por qué abandonamos a las periferias; tratamos a los movimientos sociales como menos importantes; y cerramos las escuelas y los centros de formación de militantes? Fuimos contaminados por la derecha. Aceptamos la adulación de sus empresarios; usufructuamos sus regalías; hicimos del poder un trampolín para el ascenso social. Cambiamos un proyecto del Brasil por un proyecto de poder. Ganar elecciones se volvió más importante que promover cambios a través de la movilización de los movimientos sociales. Engañados, acatamos una concepción burguesa del Estado, como si él no pudiera ser una herramienta en manos de las fuerzas populares y tuviera que ser siempre amparado por la élite. Llegó pues la factura de los errores cometidos. Y en las calles del país la reacción al golpe no tuvo fuerza para evitarlo. Pero dejemos el pesimismo para días mejores. Es la hora de hacer autocrítica en la práctica y de reorganizar la esperanza". (BETTO, 2016, s.p.)

Podemos considerar después de este recuento analítico que ni en el Brasil progresista ni en los demás países del mismo carácter de América del Sur existió una política de hegemonía alternativa que se expresara en una lucha por reformas profundas con contenido y perspectivas estratégicas:

El mantenerse en el poder, así fuese al costo de pactos espurios, fue más importante que alterar las estructuras arcaicas de la sociedad brasileña. Trece años de gobierno y ninguna reforma, ni la agraria, la laboral o la tributaria. Hoy, el PT es víctima de la

omisión de una reforma política”² (BETTO, 2016, s.p.)

3 EL PROBLEMA DEL ESTADO

Estas líneas argumentativas de carácter general hacen una valoración de conjunto de la experiencia de los gobiernos progresistas de América Latina, pero con ello se desvanecen las importantes diferencias entre los distintos casos nacionales y en las políticas de los variados momentos de cada uno de esos gobiernos, pues algunos de ellos promovieron con más fuerza elementos de lucha por la hegemonía: la organización popular autónoma (Venezuela), el debate (Ecuador), la reforma intelectual y moral (Bolivia), la recuperación del Estado y la inclusión social (Brasil).

Me parece que los gobiernos progresistas de esta primera década y media fueron parte de un proceso de resistencia y recuperación de instituciones nacionales y sociales, lo cual es la base y el germen de una lucha de mayor alcance, pero como podemos reconocer después de 13 años, de por sí no constituye los elementos suficientes de una disputa por la hegemonía.

Como señala François Houtart, los gobiernos progresistas pusieron en el centro la retomada del Estado, en sentido clásico (HOUTART, 2016). Lo hicieron en sentido de volver a la regulación capitalista desde la burocracia de los Estados, con centralización técnica de gestión, con administración progresista de los recursos públicos pero sin políticas de reformas de fondo, incluso algunas veces cediendo a las presiones internacionales de ajuste. Además la conducción de la gestión del Estado apeló a formas despolitizadoras, como los liderazgos carismáticos, en lugar de plantearse nuevas nociones de participación social en los asuntos públicos y de incidencia de la sociedad en los asuntos del Estado.

En general los gobiernos progresistas fueron un respiro importante de resistencia ante la ofensiva neoliberal pues en ellos prevaleció la intención de recuperar cierta soberanía política del Estado nación, y una autonomía relativa para una gestión adecuada, una buena administración con rendición de cuentas (no en todos los casos), la promoción de justicia social y el recurso limitado y siempre focalizado en situaciones especiales y conflictivas a la represión, con el cuidado de sostener un sistema político electoral legítimo y consensual, lo

²FREI BETTO, “Começar de novo” (Comenzar de nuevo), publicado en: *Correio da cidadania on line*, Brasil, 6 de septiembre de 2016.

que como se sabe no eliminó las prácticas de corrupción sobre todo las relacionadas con la relación entre los partidos y dirigentes y las empresas privadas y públicas.

Las políticas de cambio de los gobiernos progresistas terminaron por contribuir a lo contrario de lo que era su intención: a la reproducción del orden del capital, a privilegiar la acumulación de capital, empero abriendo espacio para nuevas políticas públicas, para políticas sociales incluyentes de alcance prácticamente universal, con regímenes políticos de conciliación y acuerdo respecto a la diversidad de posiciones de las fuerzas políticas y sociales.

La intelectualidad crítica hoy considera que la recuperación del Estado se realizó bajo políticas de conciliación de clases y pacificación social, sin proyectos de poder popular que significaran la disputa por el Estado y por una concepción del poder y de las decisiones públicas (BRAGA, 2016; OLIVER, 2016). En general no se promovieron proyectos político culturales alternativos que hubiesen implicado la organización autónoma de la sociedad, confrontación por reformas estructurales, debates nacionales de carácter social y político ideológicos respecto a los problemas de la sociedad y lo público, encaminados a nuevos proyectos nacionales, promotores de otras formas productivas, otra relación entre sociedad, economía y Estado, ninguna reforma intelectual y moral que hubiese tenido como objetivo real una modificación de las relaciones de fuerzas.

En la relación Estado-economía los gobiernos progresistas se dejaron atrapar por las ventajas inmediatas del rentismo y el extractivismo, descuidando la creación de nuevas formas productivas de economía social y estatal nacional:

Lejos de perseguir las estrategias de transformación de la matriz productiva enunciadas como deseables, primó el aprovechamiento inmediato de los recursos provenientes de la estructura establecida. Se concentraron en capturar y gestionar una masa de capital que, tanto por la forma en que se valoriza como por los actores que la encarnan, funciona en el marco de la lógica de la mercancía y la ganancia, en general, y del ciclo neoliberal, en términos específicos de la etapa del capitalismo mundial. Por eso se advierte que durante la coyuntura de bonanza de precios no se apuntó de modo consistente a revertir la estructura productiva para dotarla de mayor diversidad y autonomía, sino que las políticas de continuidad adoptadas no modificaron o, incluso, contribuyeron a acentuar los rasgos de reprimarización y extractivismo preexistentes (THWAITES, OVIÑA, 2016, p. 17).

Un aspecto positivo de las políticas de recuperación de los Estados, sin embargo, fue que éstos se constituyeron en mecanismos de resistencia al dominio salvaje del capital y en

mecanismo de satisfacción de aspectos de la demanda popular frente a los fenómenos más negativos del neoliberalismo que prevalece hoy a nivel mundial.

[...] la experiencia latinoamericana reciente muestra que, bajo ciertas circunstancias se torna factible que desde el propio Estado se despliegan mecanismos de resistencia a los aspectos más perversos del capital para la vida de los pueblos, poniéndose de manifiesto la dimensión contradictoria del Estado. En concreto, cuando las relaciones de fuerzas permiten que en los Estados se articulen procesos políticos y sociales, nacionales y regionales, impulsados por movimientos populares, se abre la posibilidad de empujar políticas favorables a ciertas demandas e intereses de las clases y grupos subalternos. A su vez, la profundidad de las transformaciones, así como el alcance y significado de las mismas, se entronca con los marcos que impone la estructura de dominación capitalista a escala global, y con la maduración de las condiciones subjetivas que hacen o no posible producir cambios sustantivos (THWAITES, OVIÑA, 2016, p. 12-13).

La imposibilidad de ir más allá de la recuperación reguladora del Estado abarcó no sólo a los gobiernos, sino al conjunto de las fuerzas políticas progresistas y de izquierda, a los sectores avanzados de la sociedad civil y de los movimientos sociales, por ello no se logró procesar el paso de la resistencia al capital hacia la lucha por la hegemonía y se dio poca importancia a lograr un nivel alto de organización y capacidad crítica que diera lugar a un movimiento autónomo y un proceso de lucha consciente que generara una real disputa de proyectos nacionales y sociales.

La ausencia de una política de hegemonía alternativa no resta fuerza al hecho de que bajo los gobiernos progresistas avanzó la creencia popular en las fuerzas propias de los países de América Latina y las potencialidades de su integración democrática. Y no obstante lo limitado en tiempo de las políticas de acercamiento e integración de proyectos e instituciones, se estimuló la cultura y la identidad de una región que se caracteriza por su amplia diversidad. Países de indios, caboclos, negros, indígenas y pobres, comunitarios, mujeres, jóvenes. Eso hoy es motivo de preocupación de las derechas que están intentando eliminar.

Un elemento controversial por sus resultados contradictorios fue el éxito de las políticas económicas de crecimiento y de ampliación del consumo de masas, en los ramos de seguridad alimentaria, combate al hambre e inclusión por medio de fondos y paquetes en dinero de grandes sectores empobrecidos de población. Al no estar esas políticas vinculadas a una disputa por la hegemonía, ese logro se constituyó en una ciudadanía económica limitada y asociada a la economía mercantil y al lucro sin que tuviese un correlato con el despliegue de una nueva ciudadanía política:

La expansión de bienes de consumo masivo a escala global y su exposición publicitaria como objetos aspiracionales de alcance universal, interpela directamente a grandes porciones de las clases populares del planeta, logrando que operen como una suerte de “cemento” ideológico y cultural del orden capitalista. Nos referimos al amplio campo de la electrónica (celulares, computadoras, televisores, equipos de música, electrodomésticos), los automóviles y la indumentaria (calzado deportivo, ropa, cosméticos), que se constituyen en una suerte de “artefactos” de deseo globalizados, que se imponen a través de los medios masivos de comunicación y las redes sociales, y donde aunque pueda resultar paradójico el mejoramiento tecnológico no alarga su ciclo de vida “útil” sino que, por el contrario, lo disminuye. Tales objetos icónicos, además de exacerbar el fetichismo mercantil, operan como homogeneizadores de las aspiraciones masivas y, a la vez, como patrones diferenciadores en función de las posibilidades de acceso a su goce. Si tal como ha planteado Tomás Moulián (1998), consumir es una actividad cotidiana e imprescindible ligada a la reproducción material, pero también espiritual (cognitiva, sensorial y emocional), la hipertrofia del consumo a través de múltiples dispositivos asentados en cadenas crediticias, de endeudamiento, subsidios y flujos dinerarios, nos obliga a repensar de manera más compleja el arraigo de la hegemonía burguesa -e incluso la persistencia de un “neoliberalismo desde abajo”- en las propias subjetividades de las clases subalternas, en la medida en que “el consumo es una mediación y un incentivo que, junto al dispositivo de la deuda, impulsa a nuevas modalidades de creación de valor”, a partir de la penetración del sistema financiero en la economía de los propios sectores populares (GAGO, 2014, p. 218)”.

4 EL VUELCO A LA DERECHA EN LA SOCIEDAD Y EN EL ESTADO POLÍTICO. LA SITUACIÓN ACTUAL DE AMÉRICA LATINA

En el actual contexto de vuelco a la derecha en América Latina cabe interrogarse por el horizonte actual de las luchas sociales populares, por los elementos con que cuenta la izquierda para encabezar una nueva disputa de proyectos, en el marco de un retorno al autoritarismo neoliberal y al Estado del orden del capital en un contexto de crisis política y económica del orden mundial.

Primeramente habrá que dejar claro que los actuales gobiernos de la derecha de América Latina se apoyan en la vigencia hegemónica de la globalización y el neoliberalismo a nivel mundial, con repercusiones en nuestra región ubicada en la órbita del dominio imperial estadounidense (con una mayor interferencia directa del gobierno actual de ese país con posiciones y visiones de ultraderecha). A nivel interno en los países de América del Sur las fuerzas económicas, ideológico políticas del neoliberalismo local canalizan sus políticas por la vía de la restitución de un proyecto que fue cuestionado por las luchas sociales en el pasado reciente: el de los Estados nacionales de competencia que dan la espalda a las necesidades mayoritarias de la sociedad y a los problemas estructurales y aquellos surgidos por la

desigualdad y la exclusión. Por ello es posible que se agudicen las protestas y las crisis políticas en América del Sur dadas la falta de legitimación y representatividad de las nuevas clases dominantes y dirigentes que buscan imponer una contrarreforma para beneficiar a la acumulación de capital y destruir los logros sociales y políticos de los gobiernos otrora progresistas.

La derecha latinoamericana que ha recuperado la dirección de algunos gobiernos, tanto por medio de elecciones legítimas como a través de golpes parlamentarios de Estado, desarrolla sus políticas en una situación internacional que tiene los siguientes rasgos:

a) El poder de la globalización en curso como revolución pasiva mundial. No obstante la crisis de los Estados neoliberales y la pérdida de legitimidad de las clases políticas de ese carácter, sigue en pie el dominio mundial de las fuerzas transnacionales que hacen parte de la globalización capitalista. Su fuerza está basada en la articulación corporativa transnacional de un posfordismo con un fordismo periférico. Hay una revolución técnica y científica en los procesos productivos, el comercio y los servicios que, con elementos comunicacionales y cibernéticos, transforma la economía y la sociedad en su conjunto. Ello crea la base material e intelectual de una revolución pasiva que incluye una explotación global del trabajo asalariado aunada al trabajo de los analistas simbólicos, pero lo hace ignorando las demandas y la participación de los trabajadores. Además, y como parte de los mecanismos de la expansión global del nuevo capitalismo transnacional persiste el dominio del capital financiero en los Estados neoliberales latinoamericanos.

b) La agudización de las guerras de intervención por el control geopolítico de las grandes potencias. A pesar de las transformaciones que la globalización ha impuesto en la producción y la circulación mundiales, sigue vigente la histórica división internacional entre Estados Potencia y Estados periféricos. Y el orden mundial está en crisis por la existencia de diversas potencias en conflicto: Estados Unidos y Alemania en Occidente, China y Rusia en Oriente, lo que reproduce y acentúa las disputas político militares. EUA ha sofisticado su diseño geopolítico de dominio y redoblado su ingerencismo pragmático en América Latina.

c) El posmodernismo fincado en la violencia. En el ámbito cultural ideológico la fase de la globalización se expresa en el posmodernismo de Estado, que conlleva la creación política del culto al mercado, al individualismo capitalista y a la iniciativa empresarial, que

son la contrapartida de la normalización de la desigualdad y la violencia con las políticas militarizadas de seguridad pública y seguridad interna.

En las sociedades latinoamericanas el vuelco a la derecha muestra que:

d) Lo viejo aún sigue vivo. En la crisis lo viejo no acaba de morir y lo nuevo no se logra afirmarse. Como elementos constituyentes de lo viejo cabe señalar que la actual corriente de derechas busca también el regreso a la imposición neoliberal. Los intelectuales y medios de comunicación de esa corriente luchan cotidianamente por irradiar un neoliberalismo interno en las instituciones, en las escuelas, en los medios de comunicación, en los espacios sociales; por moldear una vida basada en el individuo líquido exitoso e hipermoderno. Pero todo ello se enfrenta a la realidad del avance de la precarización social del capitalismo transnacional, a la debilidad interna e internacional que produce la desnacionalización y debilitamiento social, al empobrecimiento nacional y social producido por la privatización y la mercantilización de empresas públicas y de bienes comunes, así como a la enajenación aguda del ser humano que forma la concepción privatista y egoísta de la vida. Esas políticas engendran continuamente la crisis política en las sociedades latinoamericanas.

e) Lo viejo también se expresa en la tendencia a construir un “Estado autoritario neoliberal del Orden” que se corresponde al denominado “fascismo societal”. Ello promueve comportamientos agresivos de la sociedad del “orden”, que continuamente quitan la máscara de liberalismo democrático para mostrar la cara de un poder impositivo autoritario. Ello ocurre por medio de la manipulación mediática el sometimiento del sistema judicial y del sistema de partidos que representan los vicios asociados al Estado patrimonialista de la oligarquía política autoritaria tradicional.

f) Por ello en el ámbito institucional se está gestando un Estado de excepción permanente para sostener con la violencia y el autoritarismo las formas democrático liberales en crisis de legitimidad. Las políticas de desigualdad, de precarización extrema de la gran masa de trabajadores, la negativa a ofrecer recursos para atender las necesidades sociales urgentes, las condiciones sociales creadas por la privatización de los bienes públicos, la disminución de derechos sociales, el mayor peso de entidades no institucionales con poder propio como el crimen organizado y las economía ilegales, la violencia social, la servidumbre a las corporaciones y los bancos, genera constantes crisis que abren la puerta a un Estado de excepción y de control social y político. En casos extremos, impulsan la militarización

acentuada de la seguridad pública en toda la sociedad. Habrá muchas dificultades para que el proyecto de derecha se establezca pues hay una especie de hegemonía liberal rota que genera constantemente crisis políticas y crisis de representación, que acentúa constantemente la tentación del recurso al autoritarismo de Estado. Ello en un contexto de decrecimiento y recesión en Occidente que afecta directamente a los países de la región de América Latina.

g) La lucha de las derechas contra la corrupción está encaminada a criminalizar a los movimientos sociales y grupos políticos progresistas y a ocultar las formas tradicionales oligárquicas de acumulación de capital. Se cobija publicitariamente y mediáticamente en la lucha contra la corrupción general, pero rápidamente asoman los elementos del programa neoliberal oligárquico empresarial. Con las movilizaciones de la derecha en la sociedad civil se ha abierto paso, en complicidad con los políticos de la derecha y ultraderecha y a través de los grandes medios de comunicación, una particularidad: la propalación en las clases medias y en una parte de los sectores populares, de sentimientos políticos de odio social, clasista, racista, juvenil, femenil, regional, religioso, homofóbico y antiindígena. El aventurerismo de las derechas es evidencia de la impotencia epocal de esa corriente para desplegar una política de hegemonía propia que le permita dominar con estabilidad.

5 EL TEJIDO SOCIAL DE LA DIVERSIDAD Y LA CRISIS ACTUAL

La situación actual evidencia que la izquierda que pretende salidas para las luchas y crisis hegemónicas en América Latina tiene la posibilidad de una política de hegemonía alternativa que resulte de repensar sus concepciones, sus proyectos, su programa de lucha, sus lineamientos políticos en la situación de dominio mundial neoliberal y su vínculo con las luchas sociales de la diversidad.

Al igual que en otras latitudes del mundo, en América Latina los explotados precarizados globales son portadores de experiencias e iniciativas políticas y culturales de diferente tipo, de experiencias de afirmación cultural, política e identitaria que conforman el nuevo abanico de la diversidad societal, política y cultural popular latinoamericana. Esa masa vive en condiciones de sobreexplotación, despojo de recursos naturales, atentado contra las formas comunitarias y colectivas de vida, falta de ingresos suficientes y satisfactores necesarios como educación, salud, vivienda, seguridad y empleo. No obstante, es el sustento

de un nuevo tejido social, sociopolítico y sociocultural de nuestras sociedades latinoamericanas.

Los explotados globales han conformado una sociedad civil con nuevas características: son la confluencia de una gran cantidad de formas de agrupamiento y organización que terminan siendo eje de movimientos sociales: étnicos, etarios, de barrio, de género, de lucha cultural de *favelados* y marginados, de colectivos pertenecientes a barrios urbanos, de comunitarismo, de lucha por una nueva reforma agraria, por el derecho a la ciudad, contra la impunidad y por una justicia real, por una ciudadanía deliberativa en asuntos de reforma urbana, etc. Se trata de una diversidad de luchas que han desarrollado experiencias colectivas, arraigo local, identidades sociales activas y una visión crítica de sociedad y de la cultura a lo largo de los últimos treinta y cinco o cuarenta años y constituyen una gran riqueza sociopolítica y cultural de la sociedad. Los gobiernos progresistas no lograron valorar suficientemente ese caudal de movimientos y su acumulación de experiencias, intereses, demandas.

En general esos diversos movimientos que constituyen el tejido real de los sectores populares de la sociedad civil han desarrollado luchas caracterizadas por su particularismo y localismo, sin que los esfuerzos políticos por agruparlos hayan logrado una perspectiva unificada de conjunto y una apreciación política común que genere un proyecto de emancipación articulado que entronque con una perspectiva de autonomía integral y transformación del Estado, capaz de lograr un nuevo contenido de los derechos y libertades. Se trata, sin embargo, del proceso catártico que al generar una perspectiva y un proyecto de izquierda unificada tiene los elementos para ser el punto de partida para una nueva política de hegemonía basada en un espíritu de escisión.

[...] delimitar el nivel específico de relación de fuerzas en pugna en cada sociedad, resultaba fundamental en la construcción de un proyecto emancipatorio de largo aliento que lograra quebrantar la condición subalterna de las clases populares. Su avance y/o retroceso puede medirse en función de lo que Gramsci caracterizaba como el “grado de homogeneidad, autoconciencia y organización alcanzado por los diversos grupos sociales” (Gramsci, 1999: 36), yendo desde ese nivel primigenio de rebelión “elemental”, inmanente a toda relación hegemónica, que aún no contempla la necesidad de aunar sus demandas con los de un sector más vasto, y pasando por la asunción de una solidaridad de intereses entre todos los miembros de un mismo grupo social, hasta la fase intersubjetiva en que se tiende a superar cualquier resabio de corporativismo, incorporando como propios los intereses de otros grupos subordinados, y difundiendo por toda el área social. Como veremos, este momento, que Gramsci definía como catártico, es el que permite pasar de una fase

“económico-corporativa”, a una “ético-política (THWAITES; OUVIÑA, 2016, p. 14-15).

Una política de hegemonía conlleva superar la fragmentación de las luchas sociales. Para ello las figuras intermedias que tienen el papel de organizadores y mandos en la sociedad y en el Estado pueden abogar por la unificación y la centralidad concertada entre los movimientos de la diversidad, de tal forma de promover la elevación del tejido social amplio hacia un movimiento político nacional, orgánico. La política de izquierda está referida a hacer consciente una inconformidad espontánea y conformar la lucha política como lucha orgánica de la diversidad.

Al respecto, Mabel Thwaites y Hernán Ouviaña nos advierten de las dificultades para procesar la unidad, centralidad y elevación política conjunta de la diversidad.

[...] las que están en juego en los actuales procesos latinoamericanos de impronta popular son lógicas diversas, no siempre fáciles de armonizar. Las lógicas nacional-popular y socialista ponen el eje en la soberanía nacional, la democratización y la distribución de la riqueza, lo que implica el fortalecimiento del Estado para implementar políticas públicas favorables a los sectores populares. La lógica de la decolonización, en cambio, pone el acento en “la plurinacionalidad, los derechos a las diferencias, la soberanía de los pueblos indígenas en sus territorios, la autonomía de pueblos, comunidades y movimientos, el pluralismo jurídico, el rechazo al desarrollismo/extractivismo y el reconocimiento de los derechos de la Madre Tierra” (Lander, 2011: 127). Articular ambas lógicas es una empresa compleja, ya que arraigan en historias, tradiciones, imaginarios y sujetos socio-políticos diversos. Para lograr su convergencia en senderos comunes hace falta pasar por arduas negociaciones e intercambios que impliquen aprendizajes recíprocos y autocuestionamientos reflexivos (THWAITES; OUVIÑA, 2016, p. 27).

La cuestión de una política de hegemonía no está articulada a solo generar una nueva cultura nueva, sino a procesar una nueva identidad de la diversidad colectivamente construida (TAPIA, 2006) Ello implica partir del encuentro y la confrontación de valores y de praxis:

La cosmovisión decolonial, ambientalista y anti-productivista puede ser un referente moral incontestable, pero la cuestión pasa por elucidar si resulta capaz de acumular la fuerza necesaria como para encarnar en un proyecto político de masas con potencialidad anti-sistémica, sin lo cual cualquier cambio es impensable. Y no es lo mismo batallar contra el consumismo en sociedades opulentas que en aquellas deprivadas de los bienes más elementales para la subsistencia digna o en las que la desigualdad y las injusticias sociales son flagrantes (THWAITES; OUVIÑA, 2016, p. 28).

Está en primer término, para la izquierda, como un problema de una política de hegemonía, la forma y los tiempos electorales y parlamentarios.

[...] los Estados viraron hacia un mayor margen de acción, tanto con respecto a los determinantes de la economía mundial y sus expresiones institucionales de poder, como en relación a los poderes dominantes al interior del espacio territorial nacional. Sin embargo, la apuesta al permanente refrendamiento electoral a través de los formatos clásicos de representación liberal tuvo el paradójico efecto de otorgar una fuerte legitimidad a los gobernantes, pero también de orientar las acciones hacia medidas de corto plazo y para obtener resultados inmediatos. Los tiempos electorales no suelen ser compatibles con transformaciones que requieren largos procesos de maduración y disputa hegemónica, por lo que la capacidad de maniobra para impulsar cambios profundos también se encuentra acotada (THWAITES; OUVIÑA, 2016, p. 15).

Para alimentar una política de hegemonía la izquierda tiene ante sí la lucha por nuevas concepciones y prácticas políticas en la propia sociedad civil. El problema fundamental es la lucha por la hegemonía civil y la dimensión ideológico-cultural de la sociedad civil. En ese sentido hay ya un acumulado de nuevas maneras de concebir la política en el Estado moderno. Enumeremos algunos planteamientos que han aparecido en las luchas sociales de este siglo: la sociedad como fuente deliberativa y decisoria de lo público. Las formas políticas tienen nexos orgánicos con la sociedad civil por lo mismo los programas y las acciones expresan lo acumulado de los movimientos sociales y las experiencias populares de organización política social. Al respecto se puede considerar que lo importante es ir configurando escenarios alternativos en la vida de la sociedad civil:

[...] la cuestión de la transición hacia formatos consistentemente alternativos al neoliberalismo y, aún más, hacia el post-capitalismo no se puede definir y juzgar por las medidas que sostienen la continuidad sistémica sino por aquellas que apuntan a prefigurar escenarios alternativos, aún en los marcos vigentes [...]. (THWAITES; OUVIÑA, 2016, p. 18)

Hay un acumulado de escenarios en la experiencia popular que se vivió inmediatamente antes y bajo los gobiernos progresistas. En primer lugar la importancia de la democracia participativa, la noción de que la sociedad civil es un proyecto autónomo de poder articulado a la lucha de las fuerzas políticas fuera y dentro de los gobiernos, hay objetivos centrales de la nueva lucha social que están incluidos en la noción antiproductivista y anticapitalista del buen vivir. Para construir una política de poder popular se hace necesaria

una economía social y pública y una reforma intelectual, ética y de valores capaz de cuestionar el objetivo del lucro y la acumulación de capital. El Estado actual es heredero del colonialismo eurocéntrico y de la colonialidad del saber y el poder, etc.

7 REFLEXIONES FINALES

La política de hegemonía alternativa tiene como horizonte la lucha social y política por un nuevo bloque histórico que se base en la catarsis, esto es en proyectos de lucha social y política, e incluso de gobiernos, que expresen en su programa y sus políticas el espíritu de escisión y la autonomía integral de los nuevos explotados globales y del nuevo tejido social. Para ello es necesario pasar de la lucha por la recuperación del Estado a una política de hegemonía que parta de una noción integral y ética del Estado moderno como un poder en disputa, tanto en su contenido como en sus formas. La transformación no está en una política de Estado sino en la articulación del movimiento social con un proyecto alternativo de Estado y de sociedad civil.

8 REFERÊNCIAS

BETTO, Frei. “Começar de novo”, **Correio da cidadania (online)**, 6 de septiembre de 2016. Disponible en: <http://www.correiocidadania.com.br/colunistas/frei-betto>. Consultado en 17 de ago. de 2017.

BETTO, Frei. “Nos equivocamos”, **Rebelión (online)**, 03 de octubre de 2016. Disponible en: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=217443>. Consultado en 17 de ago. de 2017.

BRAGA, Ruy. Entrevista: Brasil: “Estamos recogiendo los frutos de 13 años de petismo en el gobierno federal”, **Correspondencia de prensa**, world press, 22 de sept. de 2016.

FONTES, Virginia. **Brasil e o Capital imperialismo**. Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 2010.

GAGO, Verónica. **La razón neoliberal**. Economías barrocas y pragmática popular. Chile, ed. Tinta Limón, 2014.

CASANOVA, Pablo. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la Cárcel**. México, Ed. ERA, 2000.

HOUTART, Françoise. Entrevista de Laura Farina: **¿El final de un ciclo o el agotamiento del posneoliberalismo?** Resumen Latinoamericano, 28 de sept. 2016.

MARINI, Ruy Mauro. **Economía y democracia en América Latina**. México, 1994. Documento de trabajo. Disponible en <marini-escritos.unam.mx> Consultado en 17 de ago. de 2017 :

MARX, Karl. **Prólogo a la contribución a la crítica de la economía política**. 1859. Marxist internet Archive, 2001.

_____. **Apuntes preparatorios sobre la guerra civil en Francia**. Varias ediciones. 1872.

OLIVER, Lucio. **La ecuación Estado-sociedad civil en América Latina**. México, ed. UNAM-La biblioteca, 2016.

OLIVER, Lucio. **Transformaciones recientes de los Estados en América Latina. Una perspectiva a partir de la sociología política de Gramsci**. México, Ed. FCPyS, UNAM-Biblioteca, 2016.

SEMERARO, Giovanni. “Da libertação à hegemonia. Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil”, **Revista de Sociología y Política**. Curitiba, v. 29, p. 95-104, noviembre de 2007.

TAPIA, Luis. **La invención del núcleo común**. Ciudadanía y gobierno multisocietal. La Paz, Bolivia, CIDES-UMSA, Postgrado en Ciencias del Desarrollo, 2006.

THWAITES, Mabel ; HERNÁN Ouviaña. “**Las disputas hegemónicas en América Latina del siglo XXI**”, **CINAL**, documento de trabajo presentado al Grupo de Estado en América Latina, CLACSO, Buenos Aires, 2016.

Recebido em 05/06/2017.

Aceito em 24/08/2017.

Publicado em 21/09/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.133387

RESENHA*O MUNDO INTEIRO COMO LUGAR ESTRANHO*Lucilene Cury¹

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Este livro, *O Mundo Inteiro como Lugar Estranho*, recentemente publicado pela EDUSP, traz à luz uma obra pouco usual do antropólogo argentino radicado no México, Néstor García Canclini, bastante conhecido do público latino-americano por seus escritos relacionados à cultura, com destaque para o famoso livro – *Culturas Híbridas* e outros tantos, relacionados aos processos migratórios no âmbito da globalização.

Composto por 15 breves capítulos, o livro, de 171 páginas, aborda a questão da ciência nos dias atuais, de incerteza sob os avanços tecnológicos impactantes na comunicação e na vida cotidiana. Traz reflexões sobre as migrações, dentre outros temas, e examina fenômenos relacionados às crises urbanas e à geopolítica das artes e dos meios de comunicação, exponenciados pelo mundo digital, além de tratar da democracia, da política e da ciência em geral.

O Capítulo 1. “Lugar para a Dúvida” – Inicia o texto, articulado em forma de diálogo, apresentando a dúvida reinante nas ciências sociais e o lugar mais importante das perguntas que das respostas, quando propõe uma conversa sobre as perguntas, em vez das magistrais conferências cheias de certezas e repletas de imponências. Perguntas essas de grande importância no momento atual, como a seguinte: *o que diferencia o real do virtual?*

Assim, já nos primeiros capítulos: 2. *Maneiras de Citar* e 3. *Quanto ou como se Lê*, com bem-humorada escrita, o autor apresenta a realidade “oculta” de muitos jovens doutorandos e a dificuldade de definição do essencial para a tese no âmbito dos cruzamentos interdisciplinares da ciência, aliada à gama de compromissos que lhes são atribuídos.

Seguindo na trilha do mundo virtual, em tempos de cultura digital, instiga a fazer uma relação apropriada entre a leitura de livros (em papel) e a prática de leitura em telas, via *twitter*, *blogs*, redes sociais e livros digitais, dentre outros suportes tecnológicos. Questiona os

¹ Professora Associada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. *E-mail:* lucilene@usp.br. Recebido em: 26. jul. 2017; Aceito em: 3. Ago. 2017.

resultados de pesquisa sobre o tema e, ao comentar dados de um Relatório Pisa do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes cita [...] “A ‘brecha digital’ não depende apenas do acesso ou não aos livros ou à internet mas também de ampliar as capacidades das pessoas para integrarem, avaliarem e comunicarem informação”. (GARCÍA CANCLINI, 2016, p.33)

No Capítulo 4. *O que não podemos Responder*, prossegue em seu texto repleto de fatos narrados de diferentes países, principalmente latino-americanos, discorrendo sobre as ciências modernas e a transdisciplina, quando afirma:

[...] os pesquisadores que admitem a insuficiência da própria área se reúnem com os de outros departamentos e reformulam suas perguntas. Desde Jean Piaget até Bruno Latour ou Richard Sennett, os cruzamentos transdisciplinares são feitos por gente com formação filosófica não dogmática, que leva a sério os dados de pesquisas de várias disciplinas. (GARCÍA CANCLINI, 2016, p.43)

Nessa importante discussão sobre a interdisciplinaridade, destaca-se sua explicação sobre a necessidade de construir um espaço, entre as disciplinas, que seja capaz de envolvê-las, de levar em conta sua trama interna e não apenas de conectá-las externamente, o que ocorre com muita frequência nas ciências hoje.

O conceito de culturas híbridas, de sua autoria, aparece em entrevista articulada no livro, como forma alternativa às conferências magistrais, porque envolvem o diálogo, de maneira a mostrar que o aumento de interconexões estendeu à noção de hibridação, que chega até a ser empregada para definir os carros que combinam energia elétrica com combustão interna, os chamados *carros híbridos*.

No capítulo cinco, que dá nome ao livro - *O Mundo inteiro como Lugar Estranho* o autor cita: “já não há lugar para onde ir” (GARCÍA CANCLINI, 2016, p.57), ao escrever sobre a impossibilidade da *estranheidade* (a perda de um território próprio), de habitar um mundo de telas e ícones. O território da internet ou, o que ele chama de comunidade mundial, em contraste com o universo controlado dos amigos escolhidos, é uma discussão fecunda, que passa pela questão da privacidade e até da espionagem, tema de estudos cada vez mais necessários e urgentes nas sociedades hiper-conectadas destes dias. Pergunta ele: “o que significa habitar um mundo interconectado digitalmente onde é cada vez mais difícil ser estrangeiro”? (GARCÍA CANCLINI, 2016, p.59).

Ao mesmo tempo, trata da questão das migrações, enfatizando o caso latino-americano e os Estados Unidos. Faz comparações com os chamados corriqueiramente de “nativos digitais”, que é uma das grandes polêmicas entre os pesquisadores do tema da cultura digital, principalmente relacionada à educação. Os movimentos de protesto por mudanças sociais, articulados pelas redes sociais, não nascem dessas redes, mas nas sociedades reais, esclarece ele, através de pertencimentos múltiplos, de jogos de inclusão/exclusão e de *estranheidades* dispersas e segue aí discorrendo sobre o problema do público e do privado.

Com capítulos intitulados de maneira pouco ortodoxa, tais como: 6. *Pós-Xerox*; 7. *Supermercado de Papers*; 8. *Por que existe a Literatura e Não o Nada*; 9. *Democracia Canalha*, analisa as consequências das avaliações acadêmicas para as participações em congressos, as publicações em anais e outras exigências universitárias, que acabam por levar a ciência ao seu nível mais expositivo, com o fim de conseguir alianças, troca de e-mails, de cartões de visita, o que o leva a fazer uma indagação absolutamente pertinente: *o que interessa mais, a biografia ou a bibliografia?*

Ao tratar de uma conferência que fez em La Plata, cidade argentina de onde se exilou, Canclini, ao discorrer sobre arte e em especial, sobre a literatura, volta a tratar do trabalho interdisciplinar como consequência epistemológica, quando afirma: [...] “*Só uma perspectiva interdisciplinar, ou melhor, transdisciplinar consegue abarcar o complexo de gestos, redes e usos sem os quais um romance ou um poema não chegariam daqueles que o fazem àqueles que os leem*” (GARCÍA CANCLINI, 2016, p.96).

Nos capítulos 10. *Escolher o Quadro Teórico* e 11. *O Método*, o autor discorre sobre teorias; métodos e textos científicos, de modo a provocar reflexões profundas sobre a ciência e suas práticas específicas em diversos níveis, tais como o dos cientistas, dos doutorandos e dos pós - doutorandos. Neles, a cena comunicacional e sua transformação na atualidade, que integra todos os meios e formatos, de modo a combinarem textos, imagens e sons, não escapa das reflexões do autor. Assim, o fazer noticioso de hoje faz desaparecer a hierarquia entre a imprensa e a televisão, de modo que todos são obrigados a acompanhar as notícias de última hora na internet, ainda que voltem aos meios impressos para aprofundamento das mesmas.

Ligada à cena comunicacional figura a necessidade de compreender o que acontece no consumo e no acesso à comunicação, principalmente nas novas gerações de usuários de tecnologia digital, no seu papel de público e, também, de criadores.

O Capítulo 12. *Por que os Cientistas escrevem Ensaaios*, trata da questão abrangente sobre o ensaio e sua imbricação na ciência. Apresenta aí o seguinte diálogo:

Em que se diferencia o ensaio científico do filosófico ou literário?

- A escrita científica não pode se sustentar só com ideias ou hipóteses do autor. Ela se baseia em pesquisas [...]. Como sabemos desde Popper, o cientista não busca chegar à verdade, mas refutar o que acredita ter descoberto: enquanto não refuta dirá que seus enunciados mantêm seu temperamento, sua verossimilhança. As estratégias persuasivas do discurso humanístico obturam, muitas vezes, essa possível autorreflexão e refutação. (GARCÍA CANCLINI, 2016, p. 137-138)

Nos Capítulos 13. *Deixam a Gente Simular Menos: Da Televisão a Snowden*; 14. *Intempérie* e 15. *Fontes e Versões*, o autor, sempre com sua bem humorada escrita, incluindo aí uma fina ironia, que só faz aumentar o interesse pela leitura, dispensa coerentemente a bibliografia dos tratados científicos, como ocorre no livro e justifica essa ausência: “[...] Seria contraditório com o sentido deste livro dar uma bibliografia que distinguisse nitidamente os autores, textos e congressos citados dos que são ficcionais [...] aparecem alguns nomes de expositores em congressos, ainda que não tenham ocorrido como são relatados[...]” (GARCÍA CANCLINI, 2016, p.169).

As conferências convertidas em entrevistas, para dar um tom coloquial e a intenção de não interromper a fluidez da leitura com precisões acadêmicas, conforme afirma o autor, fazem do livro um modelo surpreendentemente bom de tratar questões tão sérias como as aqui já expostas, de maneira suave e de grande significado para todos que, na Academia, utilizam o senso crítico para compreender seu próprio trabalho, assim como o dos seus pares, no âmbito da realidade social em que se inserem.

De maneira muito especial, Canclini cita o nome do Professor espanhol, naturalizado colombiano, Jesús Martin-Barbero, de quem recebeu a solicitação de fazer uma versão do texto sobre interdisciplina, que compõe o Capítulo 4. Dentre outros agradecimentos a universidades em que esteve e que estão devidamente apresentadas no livro, enfatiza a Universidade de São Paulo e o papel dos estudantes que foram importantes para que ele pudesse escutar as perguntas sobre seus modos de buscar informações e suas dúvidas sobre as certezas clássicas das ciências sociais.

REFERÊNCIA

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *O Mundo Inteiro como Lugar Estranho*. Tradução de Larissa Fostinone Locoselli. São Paulo: EDUSP, 2016.

Recebido em 26/06/2017.

Aceito em 03/08/2017.

Publicado em 21/08/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.133980